



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXVI - Nº 120 - TERÇA-FEIRA, 19 DE JULHO DE 2011 - BRASÍLIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL	
<b>PRESIDENTE</b> José Sarney - (PMDB-AP) <b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Marta Suplicy - (PT-SP) <b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Wilson Santiago - (PMDB-PB) <b>1º SECRETÁRIO</b> Cícero Lucena - (PSDB-PB) <b>2º SECRETÁRIO</b> João Ribeiro - (PR-TO) <sup>2</sup>	<b>3º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino - (PTB-PI) <b>4º SECRETÁRIO</b> Ciro Nogueira - (PP-PI)  <b>SUPLENTE DE SECRETÁRIO</b> 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) <sup>1</sup> 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

**Notas:**

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

**LIDERANÇAS**

<b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30</b> <b>Líder</b> <b>Humberto Costa - PT</b> ..... <b>Líder do PT - 13</b> <b>Humberto Costa</b> Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann <sup>(11)</sup> Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias <b>Líder do PR - 6</b> <b>Magno Malta</b> Vice-Líder do PR Clésio Andrade <b>Líder do PDT - 5</b> <b>Acir Gurgacz</b> Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque <b>Líder do PSB - 3</b> <b>Antonio Carlos Valadares</b> Vice-Líder do PSB Lídice da Mata <b>Líder do PC DO B - 2</b> <b>Inácio Arruda</b> <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b>	<b>Bloco Parlamentar da Maioria</b> <b>(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28</b> <b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b> ..... <b>Líder do PMDB - 20</b> <b>Renan Calheiros</b> Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges <sup>(10)</sup> Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner <b>Líder do PP - 5</b> <b>Francisco Dornelles</b> Vice-Líder do PP Ana Amélia <b>Líder do PSC - 1</b> <b>Eduardo Amorim</b> <b>Líder do PMN - 1</b> <b>Sérgio Petecão</b> <b>Líder do PV - 1</b> <b>Paulo Davim</b>	<b>Bloco Parlamentar Minoria</b> <b>(PSDB/DEM) - 15</b> <b>Líder</b> <b>Mário Couto - PSDB</b> <sup>(8)</sup> Vice-Líderes Jayme Campos <sup>(5)</sup> Ataídes Oliveira Maria do Carmo Alves Cyro Miranda ..... <b>Líder do PSDB - 10</b> <b>Alvaro Dias</b> Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira <sup>(9)</sup> Paulo Bauer <sup>(7)</sup> Flexa Ribeiro <sup>(6)</sup> <b>Líder do DEM - 5</b> <b>Demóstenes Torres</b> <sup>(3,4)</sup> Vice-Líder do DEM Jayme Campos <sup>(5)</sup>
<b>PSOL - 2</b> <b>Líder</b> <b>Marinor Brito - PSOL</b>	<b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	<b>PTB - 6</b> <b>Líder</b> <b>Gim Argello - PTB</b> Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti

**Notas:**

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.

2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.

4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.

5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.

6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.

7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.

8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.

9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.

10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

11. Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

EXPEDIENTE	
<b>Doris Marize Romariz Peixoto</b> Diretora-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Claudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Patrícia Freitas Portella Nunes Martins</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia



# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

### 1 – TERMO DE REUNIÃO, EM 18 DE JULHO DE 2011

#### 2 – RETIFICAÇÕES DE ATAS ANTERIORES

Ata da 95ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 9 de junho de 2011, e publicada no **Diário do Senado Federal nº 94**, do dia subsequente..... 30132

Ata da 98ª Sessão, Não Deliberativa, em 13 de junho de 2011, e publicada no **Diário do Senado Federal nº 96**, do dia subsequente..... 30198

Ata da 102ª Sessão, Não Deliberativa, em 17 de junho de 2011, e publicada no **Diário do Senado Federal nº 100**, do dia subsequente..... 30205

Ata da 105ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 21 de junho de 2011, e publicada no **Diário do Senado Federal nº 102**, do dia subsequente..... 30208

Ata da 109ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 28 de junho de 2011, e publicada no **Diário do Senado Federal nº 106**, do dia subsequente..... 30210

Ata da 121ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 13 de julho de 2011, e publicada no **Diário do Senado Federal nº 117**, do dia subsequente..... 30363

#### 3 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO

##### 3.1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

3.2 – RESENHA MENSAL (PERÍODO DE 1º A 18 DE JULHO DE 2011)

#### 3.2.1 – Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões

#### 3.2.2 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

#### 4 – PARECERES

Nº 29, de 2011-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre os Avisos nºs 21, 40 e 51, de 2009-CN; e 5, de 2010-CN. .... 30367

Nº 30, de 2011-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre os Avisos nºs 12, 18 e 34, de 2010-CN; e 3, de 2011-CN. .... 30380

#### 5 – ATAS

#### 5.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO TRÁFICO DE PESSOAS

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião, realizada em 7 de junho de 2011..... 30387

#### 5.2 – Comissão Parlamentar de Inquérito do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, realizada em 28 de junho de 2011..... 30389

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, realizada em 5 de julho de 2011 ..... 30392

#### 6 – REQUERIMENTO DE LICENÇA

#### 7 – RETIRADA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

### SENADO FEDERAL

#### 8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

#### 9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

#### 11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

#### 12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

**CONGRESSO NACIONAL**

**13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

---


# SENADO FEDERAL

## TERMO DE REUNIÃO, EM 18 DE JULHO DE 2011 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e onze, segunda-feira, às quatorze horas, deixou de ser realizada reunião do Senado nos termos do § 2º do art. 155 do Regimento Interno.

Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim, Claudia Lyra Nascimento, Secretária-Geral da Mesa do Senado.

Secretaria-Geral da Mesa, em 18 de julho de 2011.

  
Claudia Lyra Nascimento  
Secretária-Geral da Mesa

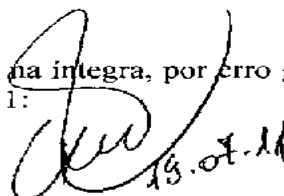
## SENADO FEDERAL

### ATA DA 95ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 9 DE JUNHO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 94**, de 10 de junho de 2011)

#### RETIFICAÇÕES

Às páginas 22781 e 22782, republique-se, na íntegra, por erro gráfico na data relativa à Reunião da Mesa, o Parecer nº 476, de 2011:



#### PARECER Nº 476, DE 2011

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 421, de 2011, de autoria do Senador FLEXA RIBEIRO, que pede informações sobre usinas eólicas e estudos de viabilidade de usinas hidroelétricas.

RELATOR: Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO**

*Relator "ad hoc" Senador Ciro Nogueira*

#### I – RELATÓRIO

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e com o art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, o Senador Flexa Ribeiro submete à consideração desta Mesa a admissibilidade do Requerimento de Informação nº 421, de 2001. A proposição solicita ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Senador Edison Lobão, cópias de todas as fichas técnicas de usinas eólicas protocoladas na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) entre janeiro de 1998 e março de 2011, indicando os projetos que foram concedidos.

Solicita ainda o autor do Requerimento que sejam enviados todos os formulários de registro de estudo de viabilidade de usinas hidroelétricas protocolados na ANEEL no mesmo período, também indicando as que foram concedidas. As informações devem ser apresentadas em meio magnético.

Em sua justificativa, o Senador Flexa Ribeiro reputa ser importante aferir o nível de aproveitamento das fontes renováveis de energia no País, e o nível de interesse dos empreendedores em investirem nessas fontes energéticas. Com base nessas informações será possível verificar a adequação das políticas públicas para o aproveitamento de fontes sustentáveis.

## II – ANÁLISE

A análise de admissibilidade prevê a verificação da aderência do Requerimento à Constituição Federal, ao Regimento Interno desta Casa e aos Atos da Mesa.

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição, “as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado (...), importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.”

O Regimento Interno do Senado Federal prevê requerimentos de informações “para o esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora” (art. 216, I). Além disso, os requerimentos não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirijam (art. 216, II).

O Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamentou o Regimento Interno, determina, ainda, que “as informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer” (art. 1º, § 2º).

O requerimento em análise atende plenamente a esses requisitos constitucionais e regimentais.

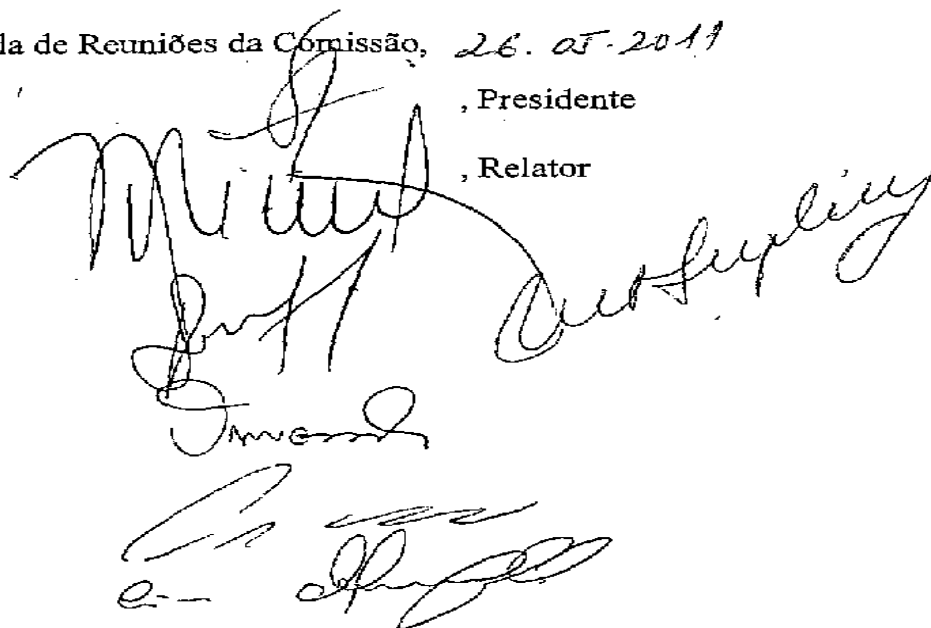
## III – VOTO

Ante o exposto, voto pela admissibilidade do Requerimento nº 421, de 2011.

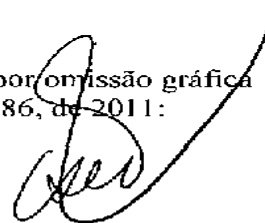
Sala de Reuniões da Comissão, 26.05.2011

, Presidente

, Relator

The block contains several handwritten signatures in black ink. The first signature is large and appears to be 'M. ...'. Below it is another signature, possibly 'J. ...'. To the right, there is a signature that looks like 'A. ...'. At the bottom, there are two more signatures, one of which is 'C. ...'.

Às páginas 22791 a 22795, republique-se, na íntegra, por omissão gráfica do número do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2011, o Parecer nº 486, de 2011:



## **PARECER Nº 486 , DE 2011**

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre Ato regulamentando as atividades integrantes do Programa Senado Jovem Brasileiro, criado pela Resolução do Senado nº 42, de 2010

**RELATOR: Senador CIRO NOGUEIRA**

### **I – RELATÓRIO**

A Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, que *cria o Programa Senado Jovem Brasileiro no âmbito do Senado Federal*, foi aprovada em plenário no dia 4 de agosto de 2010, tendo sido promulgada e publicada no Diário do Senado Federal no dia 12 e posteriormente publicada no Diário Oficial da União no dia 17 do mesmo mês.

Em síntese, o Programa Senado Jovem Brasileiro é composto de duas atividades integradas: o Concurso de Redação do Senado Federal e o Projeto Jovem Senador. Para adequado funcionamento do Programa, o art. 22 da Resolução previu sua regulamentação por Ato, nos seguintes termos:

Art. 22. As atividades integrantes do Programa Senado Jovem Brasileiro serão regulamentadas por ato da Comissão Diretora do Senado Federal no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação desta Resolução.

Para cumprir tal desiderato, fui designado relator da matéria, durante a 5ª Reunião da Mesa, realizada em 28 de abril de 2011.

### **II – ANÁLISE**

A competência da Comissão Diretora para regulamentar o Programa Senado Jovem Brasileiro encontra-se, portanto, prevista no art. 22 da Resolução nº 42, de 2010, que o instituiu com o objetivo de *proporcionar aos estudantes conhecimento acerca da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo Brasileiro, bem como estimular um relacionamento permanente dos jovens cidadãos com o Senado Federal* (art. 1º).

Trata-se de uma feliz iniciativa da Casa, no sentido de propiciar maior conhecimento e integração do Legislativo com relevante parcela da população, que é a juventude. Para tanto, o Programa vale-se de duas iniciativas: o Concurso de Redação e o Projeto Jovem Senador.

O Concurso de Redação do Senado, que já vem sendo executado desde 2008, é um evento coordenado pela Secretaria de Relações Públicas em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal. Após escolha da redação vencedora em cada escola pública, a Secretaria de Educação faz a seleção da redação vencedora na respectiva unidade da Federação e a remete ao Senado Federal. Aqui, uma comissão julgadora escolhe as três primeiras colocadas no Concurso.

Os finalistas do Concurso de Redação (um de cada Estado e do DF) passam a participar, como parte da premiação, da edição anual do Projeto Jovem Senador, que deverá ser realizado sempre no mês de novembro.

O Projeto Jovem Senador estabelece a possibilidade dos estudantes funcionarem como parlamentares durante uma legislatura de três dias, na qual poderão realizar pronunciamentos e apresentar proposições legislativas. Os projetos aprovados serão encaminhados à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa na forma de sugestão legislativa (art. 102-E do Regimento Interno).

O Ato que ora estamos propondo visa a disciplinar com maiores detalhes o funcionamento do Concurso e do Projeto Jovem Senador. Nesse sentido, podemos levantar alguns pontos que consideramos relevantes no texto sugerido:

- a) definição clara dos estudantes que poderão participar do Concurso de Redação (art. 3º);
- b) previsão de termo de adesão para formalizar a parceria entre o Senado Federal e as Secretarias de Educação dos Estados e DF (art. 5º);
- c) definição das etapas de realização de cada edição do Concurso de Redação (art. 7º);
- d) estabelecimento da forma e conteúdo do regulamento anual do Concurso, a ser expedido pela Secretaria de Relações Públicas (art. 8º);
- e) limitação do transporte aéreo a ser pago como o deslocamento de ida e volta entre o aeroporto mais próximo da residência da pessoa e o aeroporto de Brasília (art. 15);
- f) possibilidade de autorização, pelo Primeiro-Secretário, das despesas com seguro-saúde para os finalistas e com transporte aéreo, hospedagem, alimentação e traslado para o responsável legal de finalista menor de 18 anos de idade (art. 16);
- g) garantia do apoio da Secretaria de Polícia do Senado (art. 17);
- h) previsão de substituição do estudante finalista em caso de impedimento comprovado de participar do Projeto Jovem Senador (art. 18, parágrafo único);
- i) regras de funcionamento do Projeto Jovem Senador (arts. 20 a 24);
- j) definição de responsabilidades entre os órgãos do Senado Federal envolvidos no Programa (arts. 4º, 6º, 8º, 9º, 17 e 25).

Com isso, acreditamos que estão traçadas as diretrizes para realização das atividades do Programa Senado Jovem Brasileiro. Trata-se de ideia oportuna, que procura despertar o interesse dos jovens estudantes brasileiros para a política, fazendo com que possam propor, discutir e votar projetos de lei seguindo as normas – mesmo que adaptadas – do processo legislativo. Assim, os jovens poderão desfrutar um pouco da experiência legislativa e compreender o trabalho que realizamos no Senado Federal.

### III - VOTO

Pelo exposto, apresentamos a seguir o Ato da Comissão Diretora que “regulamenta a Resolução nº 42, de 2010, que *cria o Programa Senado Jovem Brasileiro no âmbito do Senado Federal*”.

### ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 7, DE 2011

Regulamenta a Resolução nº 42, de 2010, que *cria o Programa Senado Jovem Brasileiro no âmbito do Senado Federal*.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE:

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

**Art. 1º** O Programa Senado Jovem Brasileiro, criado por intermédio da Resolução nº 42, de 12 de agosto de 2010, é regulamentado por este Ato e tem como objetivos:

I – proporcionar aos estudantes conhecimento acerca da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo Brasileiro; e

II – estimular relacionamento permanente dos jovens cidadãos com o Senado Federal.

**Art. 2º** De modo a atender aos objetivos descritos no art. 1º, o Programa Senado Jovem Brasileiro é integrado pelas seguintes atividades, que devem funcionar de forma articulada:

I – Concurso de Redação do Senado Federal; e

II – Projeto Jovem Senador.

*Parágrafo único.* A articulação de que trata o *caput* viabiliza-se, entre outras medidas, pela participação dos finalistas do Concurso de Redação classificados em primeiro lugar em cada uma das unidades da Federação, na edição anual do Projeto Jovem Senador, na forma do disposto no art. 18.



## CAPÍTULO II

### DO CONCURSO DE REDAÇÃO DO SENADO FEDERAL

**Art. 3º** Poderão participar do Concurso de Redação do Senado Federal, a ser realizado anualmente, estudantes de dezesseis a dezenove anos de idade, regularmente matriculados em um dos dois últimos anos do ensino médio de escolas públicas estaduais das vinte e sete unidades da Federação, cujas Secretarias de Educação formalizarem parceria com o Senado Federal para realização do Concurso.

§ 1º Somente poderão participar do Concurso de Redação os estudantes de dezesseis a dezenove anos, considerando-se a idade na data de envio das redações ao Senado Federal pelas Secretarias de Educação, na forma do regulamento e cronograma de que tratam o art. 8º.

§ 2º Poderão participar do Concurso de Redação, atendidas as condições previstas no *caput*, os estudantes da educação profissional técnica de nível médio de que trata o inciso I do art. 36-B da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 3º As etapas do Concurso de Redação do Senado Federal deverão desenvolver-se no decorrer do ano de modo que a premiação ocorra no mês de novembro.

**Art. 4º** Todas as edições do Concurso de Redação serão planejadas, coordenadas, executadas e avaliadas pela Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal.

**Art. 5º** A parceria entre a Secretaria de Educação de cada unidade da Federação e o Senado Federal, prevista no art. 3º, será formalizada mediante Termo de Adesão firmado pelo respectivo Secretário de Educação, com validade de um ano e renovação automática, salvo manifestação em contrário.

§ 1º Caberá ao Secretário de Educação indicar coordenador e respectivo substituto para organizar e realizar o processo de seleção do Concurso de Redação na respectiva unidade da Federação, de acordo com o disposto no Termo de Adesão.

§ 2º Em data a ser estipulada pela Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal, deverá ser realizada, em Brasília, reunião de preparação e organização de cada edição anual do Concurso de Redação, com a presença do coordenador de cada unidade da Federação.

**Art. 6º** Caberá à Secretaria-Geral da Mesa e à Secretaria de Relações Públicas a escolha do tema de cada edição do Concurso de Redação, que terá como objeto assunto relacionado aos tópicos civismo e patriotismo e que convide à reflexão sobre o exercício da cidadania.

§ 1º O tema para o ano subsequente deverá ser anunciado na cerimônia de premiação de cada edição do Concurso de Redação.

§ 2º A divulgação de cada edição do Concurso de Redação deverá explicitar o tema e os objetivos geral e específicos a serem atendidos pela reflexão proposta.

**Art. 7º** A realização de cada edição do Concurso de Redação será desdobrada, pelo menos, nas seguintes etapas:

- I – seleção da redação vencedora em cada escola;
- II – inscrição, pela escola, da redação selecionada junto à Secretaria de Educação;
- III – seleção e envio da redação vencedora na unidade da Federação ao Senado Federal pela Secretaria de Educação; e
- IV – escolha das redações classificadas em primeiro, segundo e terceiro lugares no Concurso pela comissão julgadora do Senado Federal.

*Parágrafo único.* A Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal, atendendo às necessidades da realização do Concurso de Redação e ouvidos os órgãos envolvidos, deverá especificar em regulamento as atividades em que essas etapas se desenvolvem, designando o responsável por elas e o seu respectivo prazo de execução.

**Art. 8º** A Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal deverá elaborar, em conformidade com a Resolução nº 42, de 2010, e com este Ato, um regulamento a cada edição do Concurso de Redação, de forma a dar publicidade às normas que o regem.

*Parágrafo único.* O regulamento deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

- I – objetivos geral e específicos da edição do Concurso;
- II – público-alvo do Concurso e condições de participação;
- III – tema e modalidade de redação;
- IV – etapas do Concurso e responsabilidade por sua execução;
- V – período e procedimentos de inscrição;
- VI – cronograma de atividades do Concurso, indicando-se, em especial, a data limite para postagem das redações pelas Secretarias de Educação;

VII – critérios de avaliação;

VIII – cerimônia de premiação e prêmios a serem concedidos; e

IX – formas de divulgação do Concurso e da redação vencedora.

**Art. 9º** O Senado Federal constituirá comissão julgadora formada por cinco servidores efetivos, provenientes dos seguintes órgãos:

I – dois servidores da Consultoria Legislativa (CONLEG);

II – dois servidores do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB); e

III – um servidor da Secretaria-Geral da Mesa (SGM).

§ 1º A critério do Senado Federal, o Conselho de Secretários de Educação (CONSED) poderá participar da comissão julgadora de que trata o *caput* mediante a indicação de um representante.

§ 2º A critério do Senado Federal, representantes de outras instituições que se tornem parceiras na organização do Concurso de Redação também poderão integrar a comissão julgadora.

§ 3º O convite para participação na comissão julgadora, de que tratam os §§ 1º e 2º, será formulado ao CONSED e a outras instituições mediante ofício subscrito pelo Primeiro-Secretário do Senado Federal.

§ 4º As indicações para participação na comissão julgadora deverão ser feitas até a sua constituição, sendo a data prevista para esse ato informada no ofício de que trata o § 3º deste artigo.

**Art. 10.** Só serão validadas as redações enviadas à comissão organizadora do Concurso de Redação que tiverem sido legitimamente escolhidas e encaminhadas pelas Secretarias de Educação das unidades da Federação de origem.

**Art. 11.** Só será validada a redação comprovadamente postada no prazo disposto no regulamento previsto no art. 8º.

**Art. 12.** A cerimônia de premiação, da qual os estudantes finalistas participarão, será realizada na sede do Senado Federal, em Brasília-DF.

*Parágrafo único.* A premiação a que se refere o *caput* será especificada no regulamento previsto no art. 8º.

**Art. 13.** O Senado Federal será responsável pela ampla divulgação de todas as etapas de realização do certame.

**Art. 14.** Os procedimentos administrativos necessários à realização do Concurso de Redação deverão garantir o cumprimento dos prazos previstos no regulamento de que trata o art. 8º.

**Art. 15.** O transporte aéreo a que se referem a Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, e este Ato abrange o deslocamento de ida e volta entre o aeroporto mais próximo da residência da pessoa e o aeroporto de Brasília.

**Art. 16.** O Primeiro-Secretário do Senado Federal poderá autorizar:

I – seguro-saúde, para os finalistas, durante a viagem e no período de estada em Brasília;

II – transporte aéreo, hospedagem, alimentação e traslado, em Brasília, para o acompanhante que for responsável legal de finalista menor de 18 anos de idade.

**Art. 17.** As atividades do Concurso de Redação contarão com o apoio da Secretaria de Polícia do Senado Federal.

### CAPÍTULO III DO PROJETO JOVEM SENADOR

**Art. 18.** Os finalistas do Concurso de Redação participarão, como parte da premiação, da edição anual do Projeto Jovem Senador, representando a unidade da Federação onde venceram o processo de seleção.

*Parágrafo único.* O finalista do Concurso de Redação, em caso de impedimento comprovado de participar da edição anual do Projeto Jovem Senador, poderá ser substituído, para esse efeito, pelo segundo colocado ou, no impedimento deste, pelo terceiro colocado no processo de seleção da respectiva unidade da Federação.

**Art. 19.** O Projeto Jovem Senador, de periodicidade anual, será realizado no mês de novembro, coincidindo, obrigatoriamente, com a data de premiação do Concurso de Redação do Senado Federal.

**Art. 20.** No âmbito do Projeto Jovem Senador, caberá aos estudantes, devidamente orientados, a elaboração de proposições legislativas e de pronunciamentos que serão apresentados em sessões simuladas, preferencialmente, no plenário do Senado Federal.

*Parágrafo único.* Observar-se-ão, no decorrer dos trabalhos do Projeto Jovem Senador, tanto quanto possível, os procedimentos regimentais relativos ao trâmite das proposições, inclusive quanto a sua iniciativa, publicação, discussão e votação em plenário e expedição de autógrafos, nos quais estará consignado o nome do autor do projeto de lei aprovado.

**Art. 21.** Os trabalhos do Projeto Jovem Senador serão dirigidos por uma Mesa eleita pelos Jovens Senadores e Senadoras, composta por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

**Art. 22.** A legislatura terá a duração de três dias, iniciando-se com a posse dos Jovens Senadores e Senadoras e a eleição da Mesa e findando-se com a redação dos autógrafos dos projetos aprovados na Ordem do Dia e sua consequente publicação no Diário do Senado Federal, atendidas as normas da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

*Parágrafo único.* Terá o tratamento de sugestão legislativa, prevista no inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição legislativa devidamente aprovada e publicada nos termos dos arts. 18 e 20 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010.

**Art. 23.** As proposições legislativas aprovadas e publicadas no Diário do Senado Federal serão divulgadas no Portal e nos demais veículos de comunicação do Senado Federal.

**Art. 24.** O plenário do Senado Federal poderá ser aberto aos fins de semana para o desenvolvimento das atividades vinculadas ao Projeto Jovem Senador.

#### CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 25.** A Secretaria-Geral da Mesa e a Secretaria de Relações Públicas tomarão as providências necessárias, inclusive as soluções dos casos omissos, para o planejamento, organização e implementação do Programa Senado Jovem Brasileiro.

*Parágrafo único.* Caberá à Diretoria-Geral o apoio técnico e logístico necessário à execução das atribuições previstas no *caput*.

**Art. 26.** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 26 . 05 . 2011

, Presidente

, Relator

*Caro senhor*  
*Senador*  
*e -*  
*Atenciosamente*

Às páginas 22834 a 22888, republique-se, na íntegra, por erro gráfico na ementa, o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2011:

*João*

# PROJETO DE LEI DA CÂMARA

## Nº 34, DE 2011

(nº 7.625/2010, na Casa de origem)

(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, cria Varas do Trabalho com sua jurisdição e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, tem sua composição alterada de 18 (dezoito) para 19 (dezenove) juízes.

Art. 2º São criadas na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região 9 (nove) Varas do Trabalho, assim distribuídas:

I - na cidade de Carpina, 1 (uma) Vara do Trabalho (2ª);

II - na cidade de Igarassu, 1 (uma) Vara do Trabalho (2ª);

III- na cidade de Ipojuca, 1 (uma) Vara do Trabalho (3ª);

IV - na cidade de Jaboatão dos Guararapes, 1 (uma) Vara do Trabalho (5ª).

V - na cidade de Nazaré da Mata, 1 (uma) Vara do Trabalho (2ª);

VI - na cidade de Palmares, 1 (uma) Vara do Trabalho (2ª);

VII - na cidade de Petrolina, 1 (uma) Vara do Trabalho (3ª);

VIII - na cidade de Ribeirão, 1 (uma) Vara do Trabalho (2ª);

IX - na cidade de São Lourenço da Mata, 1 (uma) Vara do Trabalho (2ª).

Art. 3º As Varas do Trabalho criadas por esta Lei serão implantadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, na medida das necessidades do serviço e da disponibilidade de recursos orçamentários, em consonância com o disposto no § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 4º São acrescidos aos quadros de Juiz e de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, os cargos de juiz e os cargos de provimento efetivo e em comissão constantes dos Anexos I, II e III desta Lei.

Art. 5º Os recursos financeiros da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região no orçamento geral União.

Art. 6º A criação dos cargos prevista nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



## ANEXO I

(Art. 4º da Lei nº , de de de )

CARGOS DE JUIZ	QUANTIDADE
Juiz de Tribunal	1 (um)
Juiz do Trabalho	9 (nove)
Juiz do Trabalho Substituto	2 (dois)
TOTAL	12 (doze)

## ANEXO II

(Art. 4º da Lei nº , de de de )

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário	96 (noventa e seis)
Técnico Judiciário	24 (vinte e quatro)
TOTAL	120 (cento e vinte)

## ANEXO III

(Art. 4º da Lei nº , de de de )

CARGOS EM COMISSÃO	QUANTIDADE
Assessor de Juiz CJ-03	2 (dois)
Diretor de Secretaria CJ-03	9 (nove)
TOTAL	11 (onze)

## PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.625, DE 2010

**Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, cria Varas do Trabalho com sua jurisdição e dá outras providências}**

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, com sede na cidade de Recife-PE, tem sua composição alterada de dezoito para dezenove Juízes.

**Art. 2º** São criadas na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região 09 (nove) Varas do Trabalho, assim distribuídas:

I - na cidade de Carpina, 01 (uma) Vara do Trabalho (2ª);

II - na cidade de Igarassu, 01 (uma) Vara do Trabalho (2ª);

III - na cidade de Ipojuca, 01 (uma) Vara do Trabalho (3ª);

IV - na cidade de Jaboatão dos Guararapes, 01 (uma) Vara do Trabalho (5ª);

V - na cidade de Nazaré da Mata, 01 (uma) Vara do Trabalho (2ª);

VI - na cidade de Palmares, 01 (uma) Vara do Trabalho (2ª);

VII - na cidade de Petrolina, 01 (uma) Vara do Trabalho (3ª);

VIII - na cidade de Ribeirão, 01 (uma) Vara do Trabalho (2ª);

IX - na cidade de São Lourenço da Mata, 01 (uma) Vara do Trabalho (2ª).

**Art. 3º** As Varas do Trabalho criadas por esta Lei serão implantadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, na medida das necessidades do serviço e da disponibilidade de recursos orçamentários, em consonância com o disposto no art. 169, § 1º da Constituição Federal.

**Art. 4º** São acrescidos aos quadros de Juiz e de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, os cargos de juiz e os cargos de provimento efetivo e em comissão constantes dos Anexos I, II e III desta Lei.

**Art. 5º** Cabe ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, mediante ato próprio, alterar e estabelecer a jurisdição das Varas do Trabalho criadas por esta Lei.

**Art. 6º** Os recursos financeiros da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região no Orçamento Geral da União.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de

de 2010.

09 JUL 2010

**ANEXO I**

(Art. 4º da Lei n.º , de de de )

CARGOS DE JUIZ	QUANTIDADE
Juiz de Tribunal	01 (um)
Juiz do Trabalho	09 (nove)
Juiz do Trabalho Substituto	02 (dois)
<b>TOTAL</b>	<b>12 (doze)</b>

**ANEXO II**

(Art. 4º da Lei n.º , de de de )

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário	96 (noventa e seis)
Técnico Judiciário	24 (vinte e quatro)
<b>TOTAL</b>	<b>120 (cento e vinte)</b>

**ANEXO III**

(Art. 4º da Lei n.º , de de de )

CARGOS EM COMISSÃO	QUANTIDADE
Assessor de Juiz CJ-03	02 (dois)
Diretor de Secretaria CJ-3	09 (nove)
<b>TOTAL</b>	<b>11 (onze)</b>

### JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 96, incisos I, alínea "d", e II, alíneas "a" e "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional projeto de lei examinado e aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça que, após rigorosa análise dos aspectos técnicos e orçamentários, dentre outros, trata da criação de 01 (um) cargo de Juiz de Tribunal, 09 (nove) Varas do Trabalho, respectivos cargos de Juiz do Trabalho e 02 (dois) cargos de Juiz do Trabalho Substituto, os cargos em comissão de Assessor de Juiz e de Diretor de Secretaria, bem assim os cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sediado em Recife-PE.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no art. 82, IV, da Lei n.º 11.768/2008, ficando aprovada, na Sessão de 14 de junho de 2010, a criação de 01 (um) cargo de Juiz de Tribunal, 09 (nove) Varas do Trabalho nas cidades de Petrolina (3ª), Ipojuca (3ª), Jaboatão dos Guararapes (5ª), Carpina (2ª), Igarassu (2ª), Nazaré da Mata (2ª), Palmares (2ª), Ribeirão (2ª) e São Lourenço da Mata (2ª) os respectivos cargos de Juiz do Trabalho e 02 (dois) cargos de Juiz do Trabalho Substituto, 11 (onze) cargos em comissão de nível CJ-3, sendo 02 (dois) de Assessor de Juiz e 09 (nove) de Diretor de Secretaria, bem assim de 120 (cento e vinte) cargos de provimento efetivo, sendo 96 (noventa e seis) cargos de Analista Judiciário e 24 (vinte e quatro) cargos de Técnico Judiciário.

Registre-se, a favor da proposição, manifestação do Conselho Nacional de Justiça, do seguinte teor:

*"...Assim é que o parecer é no sentido da criação de 11 (onze) cargos de provimento em comissão, Nível CJ-3, para fins de preenchimento das funções de assessoria do novo desembargador e chefia de gabinete das novas varas, bem como de 120 (cento e vinte) novos cargos de provimento efetivo para fins de lotação no gabinete do juiz de segunda instância e nas varas cuja criação é aconselhada neste parecer, bem como para aparelhamento de áreas técnicas especializadas, notadamente a de Tecnologia da Informação.*

*Dos 120 (cento e vinte) cargos de provimento efetivo acima citados, entende-se que 96 (noventa e seis) devem ser de Analistas Judiciários e 24 (vinte e quatro) de Técnicos.*

*A diferença acima apontada visa dar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região a feição do Poder Judiciário da nova década que se avizinha. É que, em breve, estará implantado, pelo Conselho Nacional de Justiça, em escala nacional, o PJ-e ou o chamado processo judicial eletrônico.*

*A experiência verificada nos Tribunais que já adotam o sistema de processo eletrônico (CNJ, Juizados Especiais Federais etc.) demonstra que a automatização de procedimentos anuncia um Judiciário com outro perfil. Atividades meramente burocráticas como a autuação de processos, juntada de documentos, perfuração e numeração de folhas, carregamento e abertura física de vista de processos, expedição de certidões de decurso de prazo, conclusão e outros eventos processuais serão realizadas sem qualquer intervenção humana, de forma automatizada. Ademais, o tempo do processo em secretaria, estimado em 70% por cento de sua tramitação, para a realização de diversos atos manuais, será significativamente mais restrito.*

*Neste novo contexto, o Poder Judiciário dos novos tempos será composto, primordialmente, por julgadores e por servidores que garantam o bom funcionamento do sistema (mão-de-obra especializada e do quadro próprio na área de Tecnologia da Informação), em especial na assessoria, até porque os processos chegarão, com mais velocidade, às mãos do magistrado, exigindo o exame e a prática do ato correspondente.*

*A Resolução n.º 90, de 29 de setembro de 2009, deste Conselho Nacional de Justiça já aponta neste sentido, ao indicar a necessidade da criação de quadro próprio permanente de profissionais da área de Tecnologia da Informação pelos Tribunais, objetivo que deve pautar as ações estratégicas voltadas à criação de cargos, como o que ocorre no caso presente.*

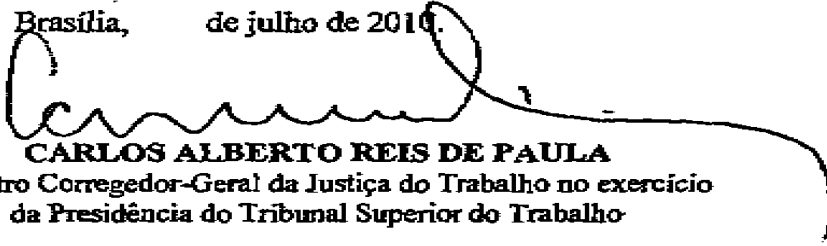
*Além disso, deve-se ressaltar que a figura do juntador, do carregador de processos e do atendente (entregador e recebedor de processos físicos) de balcão não serão mais necessárias na medida em que são atualmente. Assim, privilegia-se claramente o cargo de Analista (80% dos deferidos neste parecer), capaz de executar funções de maior complexidade, como a análise de processos e auxílio na produção de decisões, em detrimento daquele que, à falta de qualificação maior, não tem esse perfil”.*

Cumpre salientar que os quantitativos de cargos de juiz e os cargos de provimento efetivo e em comissão aprovados, conforme PARECER DE MÉRITO do Conselho Nacional de Justiça n.º 0002627-55.2010.2.00.0000, resultaram de rigorosa e exaustiva análise do pleito, à luz de toda a legislação pertinente, incluindo o acurado exame dos aspectos orçamentários e financeiros, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho e pelo Conselho Nacional de Justiça, revelando a decisão que aprovou o encaminhamento da pretensão a essa Casa Legislativa a necessidade de que a Corte regional possa contar com a efetivação da medida ora proposta, indispensável ao seu funcionamento.

A constatação do aumento das demandas trabalhistas, inclusive em razão das novas competências atribuídas aos Tribunais do Trabalho estabelecidas na Emenda Constitucional n.º 45, bem como o fato de não ter o TRT da 6ª Região crescido o quanto era de se esperar, passou a exigir providências no sentido de dotar o citado Tribunal dos meios efetivos para o desempenho pleno dos serviços judiciais aos jurisdicionados, até mesmo como forma de viabilizar a razoável duração do processo, preconizada no art. 5º, inciso LXXVIII da Constituição Federal.

Com essas considerações e ressaltando que a medida aqui proposta resultará, em última análise, em qualidade da prestação jurisdicional, submeto o anexo anteprojeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo, esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília, de julho de 2010.

  
**CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA**  
Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho no exercício  
da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho



## **CERTIDÃO DE JULGAMENTO 107ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**PARECER DE MÉRITO Nº 0002627-55.2010.2.00.0000**

**Relator: Conselheiro WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR**

**Requerente: Conselho Superior da Justiça do Trabalho**

**Requerido: Tribunal Regional do Trabalho - 6ª Região (PE)**

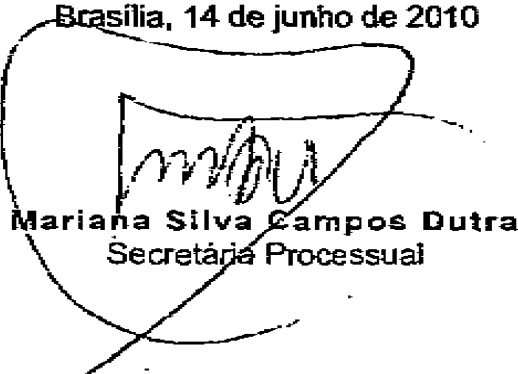
**CERTIFICO** que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

*"O Conselho, por unanimidade, acolheu em parte a proposta, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, o Conselheiro Nelson Tomaz Braga e, circunstancialmente, o Conselheiro Milton Nobre. Presidiu o julgamento o Ministro Cezar Peluso. Plenário, 14 de junho de 2010."*

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ministro Cezar Peluso, Ministro Gilson Dipp, Ministro Ives Gandra, Leomar Barros Amorim, Paulo Tamburini, Walter Nunes, Morgana Richa, José Adonis Callou de Araújo Sá, Felipe Locke Cavalcanti, Jefferson Luis Kravchychyn, Jorge Hélio, Marcelo Nobre e Marcelo Neves.

Presente o Dr. Miguel Ângelo Cançado, Diretor-Tesoureiro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Ausente, justificadamente, o Procurador-Geral da República.

Brasília, 14 de junho de 2010



Mariana Silva Campos Dutra  
Secretária Processual

**PARÉCER DE MÉRITO EM ANTEPROJETO DE LEI Nº 0902627-55.2010.2.00.0000**  
**RELATOR : CONSELHEIRO WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR**  
**REQUERENTE : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**

## ACÓRDÃO

**EMENTA: CRIAÇÃO DE CARGOS. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. ÓRGÃO CENTRAL E ESTRATÉGICO DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO. JUSTIÇA EM NÚMEROS. RELATÓRIO ANUAL. ANÁLISE QUALITATIVA DO JUDICIÁRIO. AVALIAÇÃO COM BASE NO BANCO DE DADOS. ANTEPROJETO DE LEI. AUMENTO DE GASTOS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (ART. 18, IV, DA LEI Nº 12.017, DE 2009). PARÉCER PRÉVIO DO CNJ. PORTARIA CONJUNTA CNJ/TST/CSJT Nº 1, DE 2008. PRAZO INSUFICIENTE. CRITÉRIOS INEXISTÊNCIA. NECESSIDADE. RELATÓRIO ANUAL DE 2009. ANÁLISE DA JUSTIÇA DO TRABALHO. SEGUNDO GRAU. CONSIDERAÇÕES. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO. MEDIDA PARA EVITAR A CONVOCAÇÃO DE JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU. INEFICÁCIA. CRIAÇÃO DE VARAS. CARGOS DE JUÍZES DO TRABALHO TITULAR E SUBSTITUTO. CIRCUNSTÂNCIA SOCIOECONÔMICA. ESTRUTURA FUNCIONAL COM CARGOS EM COMISSÃO E DE PROVIMENTO EFETIVO. NECESSIDADE. PARÉCER PARCIALMENTE FAVORÁVEL.**

1. O Conselho Nacional de Justiça, recebido com severas críticas, notadamente por parte significativa da magistratura, foi concebido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, exatamente para cumprir a missão especial e fundamental de órgão central do sistema judicial, cabendo-lhe estudar, a partir da criação e desenvolvimento de modelo de captação das informações dos órgãos integrantes do sistema, os problemas inerentes ao Judiciário, para fins de seu aperfeiçoamento por meio da elaboração de *planos de metas e planejamento estratégico e orientações* quanto à gestão do serviço jurisdicional.

2. O *Justiça em Números* é a ferramenta que possibilita, a despeito de outras importantes finalidades, o *autoconhecimento* do Poder Judiciário, mediante a reunião de dados sobre o funcionamento de todos os órgãos jurisdicionais, que não se contenta, apenas, em retratar a *quantidade ou o volume de serviço*, mas, ainda, por meio de indicadores inteligentes, serve para permitir a *avaliação qualitativa* do desempenho dos órgãos que integram o sistema judicial, que deve ser utilizada para orientar as políticas judiciais e o pronunciamento sobre questões afetas ao planejamento judicial, assim como para guiar os passos do Comitê Técnico de Apoio na emissão de pareceres, especialmente sobre anteprojetos de lei de criação de cargos e funções, sujeitos à decisão do CNJ, como é a hipótese dos autos.



3. É obrigatória a manifestação prévia do Conselho Nacional de Justiça nos projetos de lei ou medidas provisórias referentes a qualquer um dos órgãos jurisdicionais integrantes do Judiciário da União, que importem em aumento de gastos com pessoal e encargos sociais ou mesmo a mera transformação de cargos (Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 12.017, de 2009 –, no inciso IV do art. 81), devendo ser revista, porém, a Portaria Conjunta nº 1, de 2008, CNJ/TST/CSJT, uma vez que estabelece prazo mínimo insuficiente ao melhor exame desses casos, que são da mais alta importância estratégica para o sistema judicial.

4. Sem embargo da análise qualitativa dos indicadores do *Justiça em Números*, quando da análise da necessidade de expansão de órgãos jurisdicionais, deve-se levar em conta os impactos decorrentes da efetiva informatização do processo, com a consequente eliminação de diversas etapas manuais da tramitação do processo, dos mecanismos de conciliação e mediação, assim como as demais atividades desempenhadas pelo juiz, especialmente as relativas ao planejamento, orientação e fiscalização do serviço forense, sem embargo das circunstâncias *socioeconômicas e políticas* que devem auxiliar a leitura das informações armazenadas em banco de dados para permitir a construção de cenários futuros de crescimento da demanda, para fins de implantar gestão proativa – com isso evitar que se experimente, primeiro, o esgotamento do serviço judicial, para, só então, ser encaminhada proposta de crescimento da estrutura dos órgãos judiciais –, e observar as circunstâncias ditadas pela geopolítica de modo a justificar a criação de estrutura judicial em determinados locais, independentemente de os números referentes à população, ao Produto Interno Bruto da localidade e mesmo à expectativa de demanda forem inferiores aos definidos como próprios para orientar o pronunciamento em termos favoráveis, razão pela qual o número de 1.500 processo por magistrado, eleito pelos órgãos diretivos trabalhistas, não se mostra suficiente para recomendar, ou não, a ampliação dos quadros funcionais.

5. Conquanto o índice adotado pelas Resoluções nº 53 e 63, do CSJT, no sentido de orientar o reconhecimento da necessidade de criação de novos cargos de magistrados, seja na primeira ou na segunda instância, não resista a crítica mais densa, caso adotado acriticamente, conduziria a um expansionismo inconseqüente da magistratura em seu todo, pois, a despeito das singularidades da Justiça do Trabalho, haveria de ser levado em consideração, igualmente, para justificar a expansão dos demais ramos do Judiciário.

6. A assertiva de que a singularidade da jurisdição trabalhista permite que em relação a ela seja feito *discriminem* quanto à carga de trabalho a ser suportada pelos magistrados, conquanto válida, devido ao excessivo número de audiências que precisam ser realizadas, em relação ao primeiro grau, o mesmo não ocorre quanto aos juizes do tribunal, porquanto, mesmo que a visão do direito, para a efetiva compreensão, demande a interação, nos mais



diversos níveis de complexidade, entre as várias áreas do saber, não se há de negar que a especialização e concentração da jurisdição em um determinado ramo do direito, qual seja, o direito do trabalho, fazem com que, no mínimo, as questões se apresentem mais repetidas ou ensejem a utilização de premissas e teses argumentativas já difundidas e debatidas, ao passo que a multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade em sentido estrito e/ou transdisciplinaridade argumentativa dos membros dos tribunais das Justiças Federal e Estadual se faz em torno de questões específicas ora pertinentes ao direito constitucional, administrativo, financeiro, tributário, criminal, civil, previdenciário, sem falar, é claro, a microssistemas que compreende o direito do consumidor, de família, ambiental etc.

7. O Relatório Anual de 2009, entregue pelo CNJ ao parlamento, diante da análise da Justiça do Trabalho, feita com base em indicadores que revelam o número de processos e de juiz em relação ao de habitantes, o número de casos novos, a taxa de litigiosidade, de congestionamento e do Produto Interno Bruto – PIB, não sinaliza pela necessidade de sua ampliação, sendo recomendadas, apenas, a adoção de medidas estratégicas que seriam adequadas para que, no cenário futuro, fosse atingido o grau de eficiência estabelecido como meta no Planejamento Estratégico.

8. A intenção de elevar a composição das turmas (criadas internamente pelos tribunais trabalhistas) de três para quatro magistrados, a fim de evitar a convocação de juízes da primeira instância para substituir nas eventuais férias os membros desses órgãos fracionários, por si só, não é suficiente para justificar proposta de ampliação da segunda instância, máxime quando, ao contrário do que se afirma, não se evitará, caso não adotada medida efetiva, a convocação de juiz de primeiro grau para substituir membro de tribunal afastado, a médio ou longo prazo, da jurisdição ou em razão do gozo de férias.

9. Se o que se pretende é evitar que os magistrados de segundo grau, nos seus afastamentos a médio ou longo prazo da jurisdição, não sejam substituídos por juízes da magistratura de base, estreme de dúvidas, a solução não está em ampliar as turmas, mas sim em criar os cargos de substituto nessa instância, o que demandaria outra análise, até mesmo para se avaliar a conveniência e oportunidade de algo dessa natureza.

10. A nova ordem de coisas exige que os gestores dos órgãos diretivos sejam, antes de qualquer coisa, dedicados ao cumprimento da missão e ao desenvolvimento da visão estratégica do órgão sob sua direção, mesmo em relação àqueles tribunais que não apresentam maior volume de processos ou mesmo de varas, de modo que, na medida do possível, devem estar livres para dedicarem-se com a atenção necessária à gestão administrativa do Tribunal e dos órgãos de primeiro grau, razão pela qual a média de processos por membro integrante dos TRT/6ªR, devido ao seu porte, deve ser feita com a exclusão do Presidente, do Vice-presidente e do Corregedor Regional.

11. Os dados estatísticos referentes ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região quanto à distribuição, taxa de litigiosidade e de congestionamento, e à relação do número de juiz por 100 mil habitantes, demonstram que, nada obstante o número de processos por magistrado de segundo grau seja de apenas 1.296 processos, inferior, portanto, ao referencial estabelecido para a Justiça do Trabalho (1.500 feito), parece razoável, nesse caso, a criação de mais um cargo de juiz, para permitir o funcionamento de turmas compostas por quatro magistrados, no desiderato de evitar prejuízo no desenvolvimento dos trabalhos do órgão fracionário na eventual impossibilidade de um de seus membros comparecer a uma determinada sessão, medida que só se tem como adequada no aspecto financeiro se conjugada com a proibição de o tribunal beneficiado com esse aumento realizar, a partir de então, convocação de magistrados de primeira instância para substituir em segundo grau, mesmo quando o afastamento se der por médio ou longo prazo.

12. A Lei n.º 6.947, de 1981, ao estabelecer o número de 1.500 processos como referencial para a criação de novas varas, tomou como premissa a existência de vara com um único magistrado, diferente de agora, em que a maioria é composta pelo juiz titular e o substituto, como é o caso dos órgãos de primeiro grau no âmbito da 6ª Região, cujo número de juízes substitutos, inclusive, é superior ao de titulares.

13. A leitura qualitativa dos dados estatísticos que constam do *Justiça em Números* dá suporte à emissão de parecer favorável à criação de mais uma vara do trabalho nos Municípios de Petrolina, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Carpinha, Igarassu, Nazaré da Mata, Palmares, Ribeirão e São Lourenço da Mata, com o encarte, ainda, como solução para a criação de mais uma no Município de Goiana, de recomendação para que o Tribunal promova a extinção da Vara do Trabalho de Belo Jardim, com a realocação de processos e recursos para a Vara do Trabalho de Pesqueira.

14. Tendo em conta o disposto na Resolução nº 63, de 28 de maio de 2010, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, para fins de estabelecer a estrutura de pessoal indispensável para dar suporte às novas varas criadas, diante do maior número de juízes substitutos do que de titulares, o parecer é favorável à criação de 9 (nove) cargos de Juiz do Trabalho Titular e 2 (dois) cargos de Juiz do Trabalho Substituto, tendo em consideração que muitas das varas, diante do número de processos existentes, não justificam a existência permanente de dois magistrados.

15. Acolhe-se, ainda, a proposta de criação de 11 (onze) cargos de provimento em comissão, Nível CJ-3, sendo 2 (dois) para o gabinete do novo desembargador e 9 (nove) para a chefia de gabinete de cada uma das 9 (nove) novas Varas, e 120 (cento e vinte) cargos de provimento efetivo, dos quais 11 (onze) deverão ser lotados no gabinete do Juiz do trabalho de 2ª instância e 109 (cento e nove) nas 9 (nove) novas Varas do Trabalho, sendo

**96 (noventa e seis) Analistas Judiciários e 24 (vinte e quatro) Técnicos, sendo desfavorável à criação das funções comissionadas solicitadas, uma vez que há espaço para a adoção da estrutura mínima, mediante o remanejamento de funções comissionadas para a primeira instância.**

#### **16. Parecer parcialmente favorável.**

### **1. Relatório**

Trata-se do Ofício n.º 08/2009 – CSJT.GP.ASPAS, encaminhado a este Conselho Nacional de Justiça pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por meio do qual encaminha proposta de anteprojeto de lei para criação de Varas do Trabalho, cargos de Juiz de Tribunal Regional, cargos de Juiz do Trabalho Titular e Substituto, cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região para fins de emissão de parecer de mérito.

O anteprojeto de lei prevê a criação de mais 10 (dois) cargos de Juiz de Tribunal, 18 (dezoito) cargos de Juiz do Trabalho Titular de Vara, 18 (dezoito) cargos de Juiz do Trabalho Substituto, 504 (quinhentas e quatro) cargos de Analista Judiciário – área Judiciária, 57 (cinquenta e sete) cargos de Analista Judiciário – área Judiciária, especialidade Execução de Mandados, 19 (dezenove) cargos de Analista Judiciário – área Administrativa, 66 (sessenta e seis) cargos de Analista Judiciário – área Apoio Especializado, 289 (duzentos e oitenta e nove) cargos de Técnico Judiciário – área Administrativa, 51 (cinquenta e um) cargos de Técnico Judiciário – área Apoio Especializado, 59 (cinquenta e nove) Cargos em Comissão, Nível CJ3, 36 (trinta e seis) cargos em comissão, Nível CJ2, 4 (quatro) funções comissionadas, Nível FC6, 89 (oitenta e nove) funções comissionadas, Nível FC5, 68 (sessenta e oito) funções comissionadas, Nível FC4, 149 (cento e quarenta e nove) funções comissionadas, Nível FC3, 119 (cento e dezenove) funções comissionadas, Nível FC2.

Propõe-se também a criação de 18 (dezoito) Varas do Trabalho assim distribuídas: 1 (uma) nos municípios de Carpina, Goiana, Igarassu, Nazaré da Mata, Palmares, Petrolina, Ribeirão, São Lourenço da Mata e Vitória de Santo Antão, 2 (duas)

nos municípios de Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes e Paulista e 3 (três) no município de Ipojuca.

Na exposição de motivos, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região apresenta dados indicativos de crescimento da demanda nos últimos anos, apontando que a ampliação da competência da Justiça do Trabalho, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 45/2004 é uma das causas do aumento do volume de trabalho no Tribunal, tanto em primeira quanto em segunda instância.

Indica que o Estado de Pernambuco encontra-se em meio a um processo de intenso desenvolvimento econômico, o que implica no grande aumento de investimentos de médio e grande porte com grande potencial de produção de litígios trabalhistas naquele Estado.

Acrescenta que há necessidade de reestruturação da própria área administrativa daquela Corte, com maior alocação de servidores, bem como a necessidade de substituição de mão-de-obra cedida e requisitada por servidores públicos do próprio quadro, conforme decisão do próprio Conselho Nacional de Justiça, relatada pelo Conselheiro Paulo Lobo.

Aponta a necessidade de melhor aparelhamento de diversas áreas do Tribunal como a Corregedoria, as unidades de apoio à atividade judicante de 2ª instância, a gestão de pessoas, gestão documental, Escola Judicial, Gestão Estratégica, Comunicação Social e Tecnologia da Informação, dentre muitas outras.

Acompanha a referida exposição de motivos, decisão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho que opina pelo atendimento parcial do pleito do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, nos seguintes termos:

a) favorável à criação de 5 (cinco) dos 10 (dez) cargos de Juiz do Trabalho de 2º Grau solicitados;

b) favorável à criação de apenas 12 (doze) das 18 (dezoito) novas Varas do Trabalho solicitadas, assim distribuídas:

b.1) 1 (uma) Vara para os municípios de Carpina, Goiana, Igarassu, Ipojuca, Nazaré da Mata, Palmares, Petrolina, Ribeirão, São Lourenço da Mata e Vitória de Santo Antão e de 2 (duas) Varas para o município de Jaboatão dos Guararapes;

c) favorável à criação de 12 (doze) cargos de Juiz do Trabalho Titular e 5 (cinco) cargos de Juiz do Trabalho Substituto, totalizando 17 (dezesete) dos 36 (trinta e seis) solicitados;

d) favorável à criação de somente 353 (trezentos e cinquenta e três) cargos efetivos para servidores, dos 986 (novecentos e oitenta e seis) solicitados, sendo 234 (duzentos e trinta e quatro) cargos de Analista Judiciário – área Judiciária e 119 (cento e dezenove) cargos de Técnico Judiciário – área Administrativa;

e) o parecer é favorável à criação de somente 20 (vinte) cargos de provimento em comissão dos 95 (noventa e cinco) solicitados, sendo 8 (oito) cargos, Nível CJ2 e 12 (doze) Nível CJ3 e não aponta o número de funções comissionadas aprovadas das 429 (quatrocentas e vinte e nove) solicitadas.

Há ainda a deliberação do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho que determinou o encaminhamento do anteprojeto de lei ao Conselho Nacional de Justiça nos termos do artigo 90, inciso IV da Lei n.º 11.439, de 2006, de acordo com os parâmetros aprovados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Os autos foram despachados ao Comitê Técnico de Apoio constituído pela Portaria n.º 610, de 28 de agosto de 2009, para fins de emissão de parecer técnico para fins de cumprimento do disposto no inciso IV do art. 81 da Lei n.º 12.017, de 2009 - Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Em atendimento ao precitado despacho, o Comitê Técnico de Apoio apresentou seu parecer parcialmente favorável à pretensão dos Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, ao argumento de que:

Por todo o exposto o CTA manifesta-se parcialmente ao pleito do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, propondo a criação de 07 Varas do Trabalho nos Municípios de Carpina, Igarassu, Nazaré da Mata, Palmares, Ribeirão, São

Lourenço da Mata e Jaboatão dos Guararapes, 07 cargos de Juiz Titular de Vara, 10 cargos de Analista Judiciário e 6 cargos de Técnico Judiciário, pelos seguintes fundamentos:

- a) com a implantação do processo eletrônico, planejamento estratégico e outras ferramentas de gestão, a produtividade do Judiciário Nacional será impactada positivamente;
- b) o estudo da movimentação processual do período de 2007 a 2009 demonstrou que cada Juiz de 2º grau recebeu, em média, 1.080 processos, número não alcançado pelo art. 11 da Resolução n.º 53 da CSJT para a criação desses cargos;
- c) a proposta de criação das sete varas do trabalho naqueles municípios será suficiente para redistribuir os processos entre as varas destas localidades, resultando em estimados 1.000 processos Vara /ano;
- d) embora o quadro de pessoal de primeiro grau esteja deficitário, há excedente de 133 servidores no 2º grau;
- e) a estrutura atual de cargos em comissão e função comissionada permite gratificar até 92% do quadro efetivo, enquanto o parâmetro adotado pelo CTA é de 62,5%.

O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região juntou, somente no dia 10 de junho de 2010, ou seja, a menos de dois dias úteis da sessão de julgamentos deste Conselho Nacional de Justiça, peça intitulada “impugnação ao parecer do Comitê Técnico Administrativo [sic] do Conselho Nacional de Justiça” trazendo contra-argumentos às conclusões contidas no parecer do Comitê Técnico de Apoio deste Conselho, juntado aos autos no dia 26 de maio.

Eis o que havia, de essencial, a ser relatado.

## **2. Conselho Nacional de Justiça. Missão constitucional. Órgão central e estratégico do Judiciário brasileiro.**

A Constituição de 1988 definiu um novo perfil do Estado brasileiro, qual seja, o do Estado Democrático de Direito (Constitucional), cujos *fundamentos e objetivos fundamentais* estão plasmados nos arts. 1º e 2º. O Judiciário, na qualidade de um dos Poderes Políticos do Estado, em decorrência do paradigma do *Estado Democrático-Constitucional*, tem como *objetivo fundamental* não apenas a resolução dos problemas jurídicos que são levados a seu conhecimento para deslinde, como também e

primordialmente pautar sua ação no sentido de participar da *construção de uma sociedade mais justa*, o que exige, antes de tudo, uma atuação jurisdicional *eficiente e qualificada*.

Para implementar a mudança de um modelo judicial *burocrático*, com sérios problemas administrativos inerentes a uma estrutura pesada e obsoleta, originados, especialmente, em razão da ausência de planejamento ou de diretrizes para a elaboração de plano de gestão para um Judiciário *democrático, moderno, com funcionamento simplificado e consciente de sua responsabilidade social quanto à necessidade de prestar uma jurisdicional efetiva, transparente e de resultados*, fazia-se necessário, naturalmente, a elaboração de política judicial global única para todos os segmentos do Judiciário.

A despeito da necessidade dessa *reforma administração judiciária*, com a conseqüente implantação da *cultura do planejamento*, a organização complexa e única do sistema judicial brasileiro, sem paradigma no cenário do direito comparado – compreendendo, ao lado dos tribunais de federação, a justiça comum dual (federal e estadual) e a especializada em três ramificações (trabalhista, eleitoral e militar), cada uma delas estruturada em diferentes instâncias, com autonomia administrativa e financeira –, impedia a concepção de diretrizes uniformes para todos os órgãos jurisdicionais.

O sistema judicial era pensado tópica e isoladamente pelos segmentos do Poder Judiciário, de modo que, quando existentes, os *programas de ação* eram voltados à satisfação de necessidades específicas de cada um dos tribunais e respectivos órgãos de primeira instância. No Judiciário, não se sabia, sequer, o número aproximado de ações existentes em todo o sistema, uma vez que cada órgão judicial possuía os seus próprios dados, com ausência de harmonia de métodos e indicadores utilizados na coleta de informações, o que impossibilitava o compartilhamento dos dados de um e outro. Os tribunais se comportavam como se fossem ilhas, sem a troca de *experiências, técnicas e soluções* alvitadas para os muitos problemas inerentes à complexa arquitetura do Judiciário e a uma jurisdição a ser aplicada em um país de dimensões continentais, com sérias questões oriundas de inaceitáveis distorções sociais.



Diante da necessidade de *reformulação estrutural do modelo* como um todo, mais do que nunca, sentia-se a necessidade da existência de um órgão do Judiciário, representativo de todos os segmentos, com a atribuição precípua e fundamental de exercer o papel de *órgão central do sistema judicial*, no escopo de elaborar a sua *política-domínio*, assumindo a responsabilidade pela uniformização dos mais diversos *programas de ação*, para fins de fixar a *estratégia global da instituição judiciária*.

O Conselho Nacional de Justiça, recebido com severa crítica, notadamente por parte significativa da magistratura, foi concebido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, exatamente para cumprir a missão especial e fundamental de órgão central do sistema judicial. Nesse particular, a incumbência maior do Conselho Nacional de Justiça é estudar, a partir da criação e desenvolvimento de modelo de captação das informações dos órgãos integrantes do sistema, os problemas inerentes ao Judiciário, para fins de seu aperfeiçoamento por meio da elaboração de *planos de metas e planejamento estratégico e orientações* quanto à gestão do serviço jurisdicional.

Com suporte na metodologia *Balanced Scorecard-BSB*, concebida por professores da *Harvard Business School*, o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu o Plano de Planejamento Estratégico, no qual, de forma sintética e didática, foram consolidadas as principais conclusões originadas dos debates promovidos nos encontros regionais, consubstanciados em 15 (quinze) objetivos estratégicos, subdivididos em 8 (oito) temas principais.

Nesse planejamento estratégico, cabe destacar que a missão do judiciário, no sentido de *realizar a justiça*, deve ser exercida com a visão de que o Judiciário há de ter *credibilidade* e ser reconhecido como um Poder *célere, acessível, responsável, imparcial, efetivo e justo*, que busca o ideal democrático e promover a paz social, sem se descuidar em garantir o exercício pleno dos direitos de cidadania. Dessa forma, a sua *eficiência operacional* na prestação jurisdicional há de ser alcançada por meio da *garantia da agilidade* na tramitação dos processos judiciais e administrativos, a fim de garantir e assegurar a *razoável duração do processo*, adotando, como *linhas de atuação*, ações voltadas à *utilização da tecnologia* (modernização), a alocação e realocação de pessoas e *otimização e simplificação de rotinas*.



No plano estratégico, a fim de lograr êxito na simplificação e agilização do trâmite processual e, assim, atender à cláusula constitucional da *duração razoável do processo*, foram sugeridas as seguintes ações:

- a) Implantar o processo eletrônico, inclusive nas execuções penais e fiscais;
- b) Investir na estrutura dos juizados especiais;
- c) Incentivar a conciliação, inclusive mediante sensibilização do Poder Público nas ações em que é parte;
- d) Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para priorizar a sua solução;
- e) Estabelecer controle eletrônico das tramitações processuais, para identificar os entraves (gargalos), evitar a paralisação de processos, a perpetuação de decisões provisórias e o perecimento de direitos;
- f) Modernizar e uniformizar o fluxo de trabalho das secretarias e gabinetes visando à organização e à racionalização;
- g) Implementar o peticionamento eletrônico e outras ferramentas de TI que promovam a automatização dos trâmites processuais;
- h) Realizar a gestão por competência, promovendo a reengenharia da estrutura de pessoal com alocação adequada e proporcional à demanda das unidades judiciárias, de acordo com a sua competência;
- i) Aperfeiçoar os relatórios estatísticos como meio de identificação de ações repetitivas, projeção de demandas e percepção de fatores externos, para planejamento de ações;
- j) Estimular a solução coletiva das demandas de massa;
- k) Otimizar os procedimentos de execução de mandados, inclusive com compartilhamento das informações entre os oficiais de justiça;
- l) Implementar Carta Precatória Eletrônica.

Inegavelmente, o Conselho Nacional de Justiça, em consequência de suas mais *diversas e estratégicas iniciativas*, vem cumprindo a sua missão constitucional da melhor forma possível. Em verdade, tem ido muito além das expectativas dos maiores entusiastas pela sua criação. O Judiciário brasileiro hoje é mais conhecido, não apenas pela sociedade em geral, mas pelos próprios magistrados, ademais de possuir uma *política-compromisso* com preocupação focada quanto ao seu aperfeiçoamento para melhor atendimento das necessidades do grupo social, com o estabelecimento de mecanismo para a devida prestação de contas de sua atuação.

### **3. *Justiça em Números*. Relatório Anual do Conselho Nacional de Justiça. Análise qualitativa do Judiciário. Avaliação com base do banco de dados.**

Para obter o diagnóstico preciso sobre a realidade do Judiciário, a fim de, a partir daí, elaborar a política judicial e estabelecer as suas diretrizes nacionais, foi criado no âmbito do Conselho Nacional o chamado *Justiça em Números*.

O *Justiça em Números* é a ferramenta que possibilita, a despeito de outras importantes finalidades, o *autoconhecimento* do Poder Judiciário, mediante a reunião de dados sobre o funcionamento de todos os órgãos jurisdicionais, que não se contentam, apenas, em retratar a *quantidade ou o volume de serviço*, mas, ainda, por meio de indicadores inteligentes, permitir a *avaliação qualitativa* do desempenho dos órgãos que integram o sistema judicial.

Com efeito, além de os indicadores utilizados no *Justiça em Números* permitirem a contagem do número de processos distribuídos e julgados, de juizes, de cargos vagos e mesmo o de habitantes por juiz, traça um efetivo perfil da justiça brasileira, o que viabiliza a construção de *métricas de avaliação* do sistema judicial quanto a questões de ordem financeira e de acesso à justiça, de acordo com as singularidades de cada região quanto à sua população e à economia, medida com base no Produto Interno Bruto – Pib.

Em verdade, esses indicadores, delineados na Resolução nº 15, de 2006, do Conselho Nacional de Justiça, observam e se orientam para atingir os três objetivos definidos no Plano Ibero-Americano de Estatística Judicial (Pliej), quais sejam, servir de instrumento para:

- a) a gestão estratégica do Poder Judicial;
- b) o desenho e o monitoramento de políticas públicas judiciais; e
- c) a prestação de contas à sociedade.

A análise efetiva desses indicadores permite, até que enfim, pensar e planejar o Judiciário a curto, médio e longo prazo, servindo para o desenvolvendo, em nosso meio, da cultura do planejamento e da gestão estratégica, indispensável para a utilização *racional e eficiente* dos recursos financeiros que, a par de serem limitados, são escassos e devem ser destinados para atender as despesas prioritárias.

O banco de dados do *Justiça em Números* serve e deve ser utilizado para orientar o Conselho Nacional de Justiça no desempenho de sua missão constitucional de elaborar as políticas judiciais e se pronunciar sobre questões afetas ao seu planejamento,

como é o caso de sua expansão, assim como se presta para guiar os passos do Comitê Técnico de Apoio na emissão de pareceres técnicos, especialmente sobre anteprojetos de lei de criação de cargos e funções, sujeitos à decisão do CNJ, como é a hipótese dos autos.

Até porque esse banco de dados do *Justiça em Números* é alimentado a partir de informações prestadas pelos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunais Superiores, as quais, nos termos do art. 1º da Resolução n. 4, de 2005, sem embargo de serem obrigatórias, são da responsabilidade exclusiva desses órgãos jurisdicionais. Para reforçar a fidelidade dos dados e a respectiva responsabilidade da fonte, o Conselho utiliza o mecanismo de validação das informações pelos próprios órgãos que as prestam.

Ademais, em consonância com a Resolução nº 15, de 2006, do Conselho Nacional de Justiça, as informações a serem prestadas, obrigatoriamente, pelos tribunais mencionados devem ser enviadas semestralmente a esta Casa, ao tempo em que o *Relatório Justiça em Números*, contendo todos os indicadores do sistema judicial brasileiro que engloba a elaboração de tabelas e gráficos, para fins de transparência e ampla prestação de contas à sociedade em geral quanto ao serviço jurisdicional – com a prévia apresentação ao Congresso Nacional –, é publicado anualmente.

Por isso mesmo, é indevida a dúvida suscitada, por alguns tribunais, em relação aos dados numéricos utilizados pelo Comitê Técnico, colhidos do *Justiça em Números*, para fins da emissão de seu parecer, sob o argumento de que pecam pela imprecisão. Ora, os próprios tribunais são os responsáveis pelas informações e, ademais, quando consolidados os números, são instados a convalidá-los, ou não. A ausência de impugnação pelos tribunais reflete, inegavelmente, a aceitação dos dados armazenados no *Justiça em Números*, máxime quando, mesmo no presente momento, outros números diferentes não são trazidos a conhecimento.

O que se pode, em verdade, é questionar a *leitura qualitativa* dos números referentes ao universo de processos, juizes, cargos, varas, taxa de congestionamento, carga de trabalho, população, Produto Interno Bruto e perspectiva de crescimento da demanda, não os números em si, notadamente – repita-se – na hipótese em que eles,

embora disponibilizados para convalidação, ou não, e divulgados ao público em geral, não foram, anteriormente, questionados pelo respectivo tribunal que se apresenta como o responsável pelas informações que alimentam o banco de dados onde estão consolidados.

**4. Anteprojeto de lei. Aumento de Gastos com pessoal e encargos sociais. Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 18, IV, da Lei nº 12.017, de 2009). Parecer Prévio do Conselho Nacional de Justiça. Portaria Conjunta CNJ/TST/CSJT nº 1, de 2008. Prazo insuficiente. Critérios. Fixação. Necessidade.**

Diante das atribuições constitucionais conferidas ao Conselho Nacional de Justiça na qualidade de órgão central e estratégico do sistema judicial brasileiro, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 12.017, de 2009 –, no inciso IV do art. 81, preceitua a obrigação legal de sua manifestação nos projetos de lei ou medidas provisórias referentes a qualquer um dos órgãos jurisdicionais integrantes do Judiciário da União, que importem em aumento de gastos com pessoal e encargos sociais ou mesmo a mera transformação de cargos.

Para ser mais preciso, conforme o art. 81, IV, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os projetos de lei e medidas provisórias albergando a matéria plasmada em seu *caput*, para a aprovação, prescindem de parecer do Conselho Nacional de Justiça, no qual conste, expressamente, referência ao preenchimento, ou não, dos requisitos elencados na norma em foco.

No *caput* desse dispositivo legal está dito que, nesse caso, os projetos de lei e medidas provisórias deverão ser acompanhados de:

- I – declaração do proponente e do ordenador de despesas, com as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que demonstre a existência de autorização e a observância dos limites de que trata o Anexo previsto no *caput* do art. 82 desta Lei;
- II – simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta, destacando ativos, inativos e pensionistas;
- III – manifestação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no caso do Poder Executivo, e dos órgãos próprios dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, sobre o mérito e o impacto orçamentário e financeiro...

No escopo de estabelecer metodologia a respeito, o Conselho Nacional de Justiça, conjuntamente com o Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, editou a Portaria nº. 1, de 2008, com a qual define que, em se

tratando de aumento de despesa de pessoal ou encargo social no âmbito da Justiça do Trabalho, o anteprojeto de lei deve ser enviado, até 15 de abril de cada ano, ao CNJ, para fins de emissão do parecer técnico, cuja deliberação, em plenário, a respeito da matéria, deverá ocorrer até o dia 15 de junho do mesmo ano, isto é, 60 dias após.

O primeiro aspecto que merece destaque é, exatamente, quanto aos prazos estabelecidos. É inegável que eles são sobremaneira curtos e inviabilizam análise com a densidade *técnica e política* que se espera do Conselho Nacional de Justiça em tema de vital importância não apenas para o planejamento do Judiciário como para viabilizar a execução do próprio plano estratégico pelos órgãos judicantes, tendo em vista a finalidade de aperfeiçoar o funcionamento desse segmento de Poder para atender o jurisdicionado com mais qualidade e em variável de tempo mais razoável.

Até porque, nesse prazo de 60 (sessenta) dias, necessariamente, tem de haver a manifestação do Comitê Técnico de Apoio, de modo que o processo somente está devidamente instruído para fins de análise pelo Conselheiro relator em espaço de tempo, quando muito, de pouco mais de trinta dias. Isso quanto à análise tópica de uma única proposta de projeto de lei, o que nem sempre é o caso.

Este Conselheiro, por exemplo, tem sob a sua relatoria dois processos de anteprojeto de lei referente à expansão da Justiça do Trabalho, um referente à criação de mais 2 (dois) cargos de juiz de segundo grau em nada mais, nada menos do que 08 (oito) Tribunais Regionais do Trabalho, além de diversos cargos para servidores, enquanto outro, que é este, do interesse específico da Justiça do Trabalho da Sexta Região (Pernambuco), no qual se pede a criação de 5 (cinco) cargos de magistrado de segunda instância, e, ainda, de mais doze (12) varas, 12 (doze) cargos de juízes titulares, 5 (cinco) de juizes substitutos e mais vários cargos para servidores, com a previsão, também, da criação de cargos e funções comissionadas.

Igualmente premido com o curto prazo para a análise de tão delicada e complexa matéria, aliado ao número de propostas de projeto de lei, o Comitê Técnico de Apoio somente encaminhou o seu parecer para os presentes autos na tarde do dia 27 de maio de 2010. Ou seja, quando, pelo Regimento Interno desta Casa, o processo não poderia, ainda que fosse possível elaborar o parecer, ser colocado a julgamento na última sessão ocorrida no dia 1º de junho do corrente ano.

Como se isso não bastasse, na pauta da sessão de julgamento de hoje, que é dia 14 de junho, ou seja, véspera da data limite para a manifestação do Conselho sobre a matéria, temos 09 (nove) processos, com diferentes relatores, referentes à criação de novos cargos. Talvez nenhum relator aqui presente saiba, sequer, caso aprovadas todas as propostas, quantos cargos de desembargador, de juiz titular, juiz substituto, analistas judiciários, técnicos judiciários, cargos e funções comissionadas seriam criadas. Talvez nenhum Conselheiro saiba, até mesmo, quantos projetos de lei, hoje, estão em tramitação no Congresso Nacional, criando cargos em primeiro e segundo graus, de juizes e servidores, no âmbito da Justiça do Trabalho. Para se ter uma idéia, só o anteprojeto de lei objeto do processo 0002627-55-210,2.00.0000 – ampliação da Justiça do Trabalho da Sexta Região (PE), a proposta total, no que pertine à criação, é de 395 cargos.

Além de o próprio Conselheiro relator não ter tempo razoável para analisar com a profundidade que se requer e deseja os processos sob a sua responsabilidade direta, ele não possui a menor condição de contextualizá-los com as variantes decorrentes do conjunto de todos os projetos propostos, distribuídos a outros membros da Casa. Resta claro, ademais, que os assuntos não poderão ser examinados e debatidos por este Conselho na forma adequada, na medida em que, em rigor, não se pode, nem mesmo, pedir vista dos autos, caso alguma dúvida – e certamente elas existem – persista sobre o tema.

A quantidade de eventos com manifestações dos Tribunais Regionais do Trabalho após a apresentação do parecer pelo Comitê Técnico de Apoio, muitas delas no desiderato de acrescentar informações a serem levadas em consideração no presente julgamento, bem demonstra que o prazo estabelecido é insuficiente para permitir um julgamento com maior qualidade. Chame-se a atenção que, só neste processo, no dia 10 de junho, ou seja, quatro dias antes da data deste julgamento, quando o voto já estava praticamente concluído, vieram mais três manifestações do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, agregando informações sobre questões sócio-econômicas de determinados Municípios, como forma de explicar e justificar a necessidade de ampliação da estrutura administrativa e funcional do órgão julgante.

E mais. A despeito de tudo o que aqui já foi salientado, a manifestação do Conselho Nacional de Justiça, quanto à proposta de ampliação da Justiça do Trabalho, necessita ser feita sem desconsiderar o Judiciário como um todo, máxime o microssistema judicial composto pelos órgãos do Poder Judiciário da União, que são a Justiça Federal, do Trabalho, Militar e Eleitoral, diante da necessidade de compatibilizar as necessidades de cada um desses órgãos com os recursos orçamentários disponíveis que, como se sabe, além de escassos, diante da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2005), possuem limites que precisam ser observados.

Com efeito, em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite de gasto com pessoal de todo o Judiciário da União é de 6%, enquanto para a União é de 50%. Assim, embora cada um desses segmentos – Justiça Federal, do Trabalho e Militar – possua autonomia administrativa e financeira, em decorrência dos limites previstos para o Judiciário da União, mister se faz que a proposta de aumento da estrutura de um desses ramos do Judiciário, com conseqüente incremento da despesa, seja sopesada no contexto do sistema de justiça da União.

Note-se, a esse respeito, algo que merece consideração. Enquanto a Justiça do Trabalho possuía, em dezembro de 2008, 3.126 juizes, a Justiça Federal tinha, apenas, 1.478 magistrados na primeira instância.

Ainda tendo em conta essas circunstâncias, enquanto a média de processo por magistrado de primeiro grau da Justiça do Trabalho era de 1.930 processos por juiz, a da Justiça Federal era de 8.660 feitos por juiz. A disparidade, como se percebe, é muito grande, dentro do microssistema do Judiciário da União.

Com isso se quer deixar registrado que a expansão desnecessária da estrutura do Judiciário trabalhista, a despeito de representar despesa indevida, em razão do controle dos gastos estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê como limite da despesa da total da União com pessoal em 50% da receita corrente líquida, ainda trará como efeito nefasto a limitação de crescimento de outros segmentos do Judiciário da União, a exemplo da Justiça Federal até porque, em sua inteireza, esse microssistema judicial está restrito aos 6% do limite estabelecido para o Executivo federal.



Com essas considerações, fica aqui a proposta de revisão da Portaria Conjunta CNJ/TST/CSJT nº 01, de 2008, a fim de estabelecer que os anteprojeto de lei de aumento de despesas com pessoal e encargos sociais ou mesmo transformação de cargos sejam encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça até 30 de janeiro, a fim de que haja lapso temporal mais alargado para o amplo exame, reflexão e debate de todas essas intrincadas questões.

Merece destaque, ainda, quanto a essa manifestação prévia do Conselho Nacional de Justiça a respeito de anteprojetos de lei pertinentes ao Poder Judiciário da União, a ausência de discussão prévia mais acurada entre os Conselheiros na construção de parâmetros seguros e abrangentes que devem ser considerados na análise de matéria desse jaez. De fato, após a distribuição desses processos, em conversas informais entre alguns Conselheiros-relatores, chegou-se a esboçar alguns fatores que precisam ser sopesados nesses casos.

Embora ainda não se tenha estabelecido um consenso sequer entre os Conselheiros que tiveram a iniciativa de estabelecer diálogo com a intenção de definir aspectos ou fatores que devem ser levados em consideração na elaboração do parecer sobre os anteprojetos, o pronunciamento aqui feito, sem embargo da análise qualitativa dos indicadores do *Justiça em Números*, terá em conta, ainda, os impactos decorrentes, especialmente, da efetiva informatização do processo, com a consequente eliminação de diversas etapas manuais da tramitação do processo.

De toda maneira, esses aspectos devem ser analisados/criticados com suporte na necessidade de desconstrução do pensamento de que *carga de trabalho* se confunde com número de processos recebidos e julgados. O juiz não trabalha apenas quando está fazendo audiência ou proferindo decisões. Conquanto se deva ter presente que receber e atender as partes faz parte do trabalho do juiz, aliás, atribuição colocada como dever do magistrado no Código de Ética elaborado por este Conselho, o tipo de função desempenhada pelo juiz requer que o ambiente de trabalho lhe permita, durante o expediente, seja para auxiliar na solução de um caso específico, seja para atualização ou ampliação de seus conhecimentos, abrir um livro ou acessar a internet para pesquisar a doutrina e a jurisprudência sobre os mais diversos assuntos.



Ademais, a partir do momento que se tem como consenso que o problema crucial do Judiciário se concentra exatamente na falta de cultura e de técnica de administração, não se pode negar que o trabalho a ser exercido pelo magistrado exige e compreende o *planejamento, orientação e fiscalização* do serviço forense, de modo que o juiz há de ter tempo para essas atividades de gestão do pessoal afeto a seu gabinete e/ou secretaria, como, aliás, recomenda o Conselho Nacional de Justiça. Como colocar em prática os planos, programas, ações e recomendações alvitados pelo próprio CNJ, sem a reserva de tempo de trabalho para coordenar e adequar as ações às peculiaridades locais e do serviço e, ainda, avaliar os resultados?

A par disso, a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que trouxe a lume a chamada primeira etapa da Reforma do Judiciário, qualificou as atribuições ordinárias dos órgãos diretivos, notadamente em razão das exigências e recomendações passadas pelo Conselho para subsidiar a elaboração, coordenar, fiscalizar e executar o Plano Estratégico do Poder Judiciário em cada unidade judicial. Cabe exemplificar, aqui, as atribuições das Corregedorias-Gerais que, além de melhor desempenho na atividade censória, teve agregada a sua função acompanhar, fiscalizar e equacionar os empecilhos para o cumprimento de algumas metas, como a denominada *Meta 2*.

Isso tudo sem se descurar, naturalmente, das circunstâncias *socioeconômicas e políticas* que devem auxiliar a leitura das informações armazenadas em banco de dados para permitir a construção de cenários futuros de crescimento da demanda, para fins de implantar gestão proativa – com isso evitar que se experimente, primeiro, o esgotamento do serviço judicial, para, só então, ser encaminhada proposta de crescimento da estrutura dos órgãos judiciários –, e observar as circunstâncias ditadas pela geopolítica de modo a justificar a criação de estrutura judicial em determinados locais, independentemente de os números referentes à população, ao Produto Interno Bruto da localidade e mesmo à expectativa de demanda forem inferiores aos definidos como próprios para orientar o pronunciamento em termos favoráveis.

## **5. Relatório Anual de 2009. Análise da Justiça do Trabalho. Segundo grau. Considerações.**

Conforme aqui já foi salientado, além do *Justiça em Números*, o Conselho Nacional de Justiça elabora um Relatório Anual para fins de prestar contas ao Parlamento quanto ao funcionamento do Judiciário brasileiro, cientificando das iniciativas levadas a efeito, as perspectivas e ações futuras, assim como os problemas e as recomendações e ações que serão desenvolvidas por esta Casa no desiderato de solucioná-los.

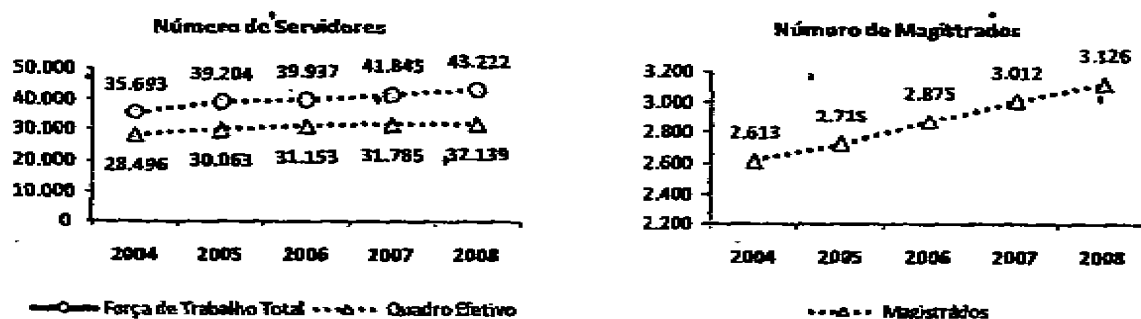
Para manter a coerência institucional, o pronunciamento do Conselho Nacional de Justiça, na análise de proposta de projeto de lei referente à expansão dos quadros do Judiciário, há de guardar conformidade com as conclusões embutidas no Relatório Anual.

Pois bem. No Relatório Anual de 2009, quanto à Justiça do Trabalho, foram feitas considerações que precisam, aqui, ser lembradas. Lá está dito que a despesa da Justiça do Trabalho, durante o exercício financeiro de 2008, foi de aproximadamente R\$ 9,2 bilhões de reais, o que correspondente a 0,32% do PIB nacional ou, em outras palavras, um custo anual de R\$ 48,38 reais por habitante, sendo que quase R\$ 8,5 bilhões (92%) só com despesa de pessoal.

Dado importante quanto aos gastos da Justiça do Trabalho é que, conforme o Relatório em foco, entre 2004 e 2008, eles cresceram a uma média de 10,4%. Esse crescimento dos gastos decorreu, fundamentalmente, da aprovação de leis que aumentaram, entre 2004 e 2008, o número de magistrados e servidores no percentual médio de 5,3% ao ano. Eram 2.613 magistrados em 2004, enquanto em 2008, 3.126, ou seja, durante esse curto intervalo de tempo, foram criados mais 513 cargos de juiz. Em números absolutos, a ampliação dos cargos referentes a servidores foi mais impactante: eram 36.693 servidores em 2004 e passou, em 2008, para 43.222, ou seja, foram mais 7.529 cargos novos criados.

Para melhor visualização, veja-se o quadro abaixo, que consta do Relatório Anual de 2009 do CNJ:

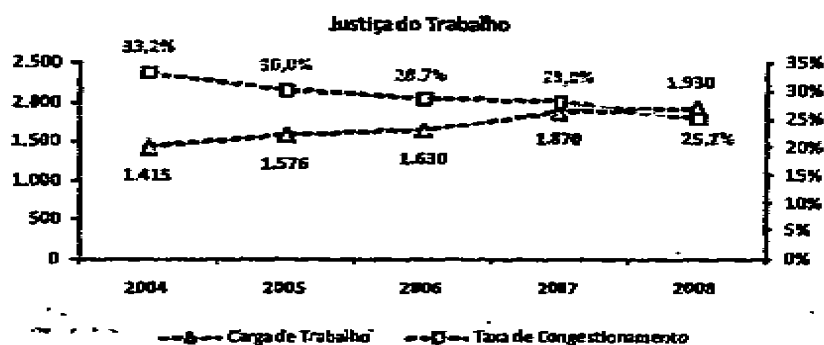
**Figura 8 - Força de trabalho e Número de Magistrados na Justiça do Trabalho**



Especificamente em relação aos Tribunais Regionais do Trabalho, o Relatório Anual de 2009 apontou que estavam em tramitação, no ano de 2008, aproximadamente 882 mil processos, com a explicação de que 658 mil, ou seja, 78% deles, tinham ingressado naquele mesmo ano. Conquanto esses dados, por si sós, sejam animadores, a análise histórica do segundo grau da justiça trabalhista demonstra que houve um crescimento na média de processos julgados por magistrados de 13%.

A exposição gráfica dessa realidade dá a exata demonstração da importante queda da taxa de congestionamento no segundo grau da Justiça do Trabalho, conforme consta do Relatório Anual de 2009, que vai a seguir:

**Figura 1 – Carga de Trabalho e Taxa de Congestionamento no 2º Grau da Justiça do Trabalho**



Verificou-se ainda, com fulcro nos dados coletados, um expressivo aumento da média de processos julgados por magistrados de segundo grau da Justiça do Trabalho, que passou de 945, em 2004, para 1.444, em 2008, nos termos do gráfico abaixo encartado no Relatório Anual de 2009<sup>1</sup>:

Tabela 5 – Série histórica 2004 a 2008 dos dados consolidados informados pelos TRT's no 2º grau.

Variações Justiça em Números	2004	2005	2006	2007	2008
Magistrados de 2º Grau	463	459	463	457	457
Casos Novos de 2º grau	486.983	501.507	537.850	641.656	659.264
Casos Pendentes de Julgamento no 2º grau	167.992	221.883	216.877	213.101	222.575
Decisões que põem fim ao Processo no 2º Grau	437.624	506.164	537.866	615.235	659.898
Taxa de Congestionamento no 2º Grau	33%	30%	29%	28%	25%
Decisões por Magistrado no 2º Grau	945	1.103	1.162	1.346	1.444

Fonte: *Justiça em Números*.

Com suporte nesses dados, no Relatório Anual de 2009, supondo que fosse mantida, nos próximos anos, a mesma taxa de crescimento da produtividade, projetou-se um cenário da Justiça do Trabalho de segunda instância para 2015 extremamente otimista, assim representado graficamente:

Tabela 6 – Simulação da série histórica dos dados consolidados informados pelos TRT's no 2º grau se fossem feitos esforços para o aumento da produtividade dos magistrados.

Variações Justiça em Números	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Magistrados de 2º Grau com base em 2008	457	457	457	457	457	457	457
Casos Novos de 2º grau previstos (1)	659.429	676.793	691.835	705.103	716.971	727.707	737.509
Casos Pendentes de Julgamento no 2º grau Calculados (2)	221.941	218.273	210.775	199.957	186.213	169.850	151.119
Decisões no 2º Grau com base na produtividade dos magistrados	663.096	684.292	702.652	718.847	733.334	746.439	758.402
F2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau Calculada	25%	24%	22%	21%	19%	17%	15%
Decisões por Magistrado (3)	1.451	1.497	1.538	1.573	1.605	1.633	1.660

Fonte: *Justiça em Números*.

Obs.: (1) Casos novos estimados supondo crescimento logarítmico, acompanhando o comportamento dos anos anteriores.

(2) Casos Pendentes calculados de acordo com o conceito de que os casos pendentes do próximo ano são a soma dos casos pendentes e casos novos do ano anterior, subtraído das decisões proferidas.

(3) Número de decisões estimadas com base em um crescimento logarítmico, acompanhando o comportamento dos anos anteriores.

<sup>1</sup> O que chama a atenção é que, durante os anos de 2007 e 2008, o número de magistrados no segundo grau está menor do que em 2004, o que revela a existência de 6 (seis) cargos vagos, sem o devido provimento. Embora não conste dos autos, é comentário geral de que em alguns tribunais, especialmente do Norte do país, há certa dificuldade no provimento de vaga pertinente ao quinto constitucional do Ministério Público.

Caso concretizada essa projeção, a Justiça do Trabalho de segunda grau, sem a necessidade de ampliação, reduziria, até 2015, a sua taxa de congestionamento para apenas 15%, o que seria um índice altamente alvissareiro.

É verdade que o estudo do Conselho deixou de considerar que esses números expressivos que registram o aumento da produtividade dos membros dos Tribunais Regionais do Trabalho têm relação direta com o mecanismo indesejável de convocação de magistrados de primeiro grau para auxiliar naquela instância, que se tornou defeso a partir da edição da Resolução nº 72, de 31 de março de 2009. Tanto isso é verdade que, nada obstante durante o período em análise ter havido substancial aumento do número de juizes de primeiro grau na Justiça do Trabalho, a produtividade da magistratura de base desse segmento judicial apresentou decréscimo.

Mas não se pode deixar de considerar que se tomou como parâmetro, para a projeção do cenário futuro, os 457 cargos de segundo grau providos em 2008, não sendo incluídos os seis cargos vagos, o que acentuaria, ainda mais, a diminuição da taxa de congestionamento. Ademais, como se verá abaixo, nada obstante ainda não divulgado o *Justiça em Números* de 2009, o parecer do Comitê Técnico de Apoio foi elaborado com supedâneo nos dados referentes ao triênio 2007, 2008 e 2009, sem que se tenha verificado o efetivo impacto na produtiva devido à proibição da convocação de juiz de primeiro grau para auxiliar na segunda instância.

Impende observar que, conforme os números apresentados pelo Comitê Técnico de Apoio em seu parecer, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, no ano de 2009, embora tenha aumentado o resíduo, julgou mais (19.929) do que em 2008 (19.183).

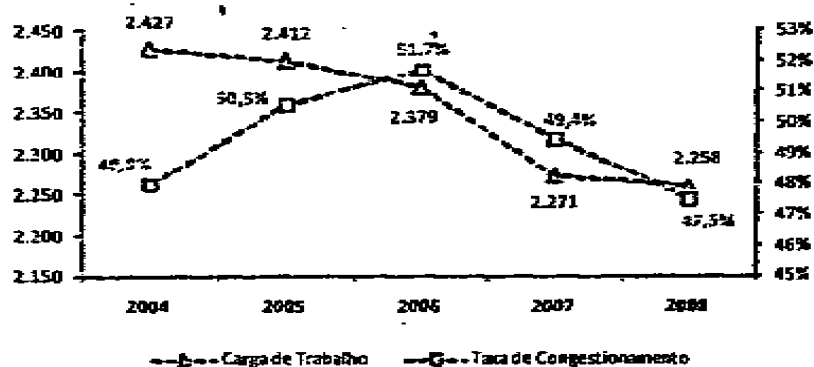
#### **6. Relatório Anual de 2009. Análise da Justiça do Trabalho. Primeiro grau. Considerações.**

Quanto ao primeiro grau da Justiça do Trabalho, em compasso com o Relatório Anual de 2009, em 2008 tramitaram seis milhões de processos, enquanto foram julgados 3,2 milhões, número igual ao de ações distribuídas no mesmo exercício.

.. Embora tenha sido registrada a queda da taxa de congestionamento, decorrente, por, óbvio, do aumento do número de sentenças, isso não foi ocasionado pelo aumento da produtividade média dos juízes, mas sim, conforme já salientado, da criação de novos cargos de magistrados na judicatura de base, que se deu à razão de 5% a 6% ao ano, o que representou, nos quatro últimos anos, a sua expansão em 24%.

O quadro demonstrativo elaborado no Relatório Anual de 2009 dá a idéia precisa dessa análise da Justiça do Trabalho de primeiro grau no período em destaque, conforme se vê abaixo:

**Figura 11 – Carga de Trabalho e Taxa de Congestionamento do 1º Grau da Justiça do Trabalho**

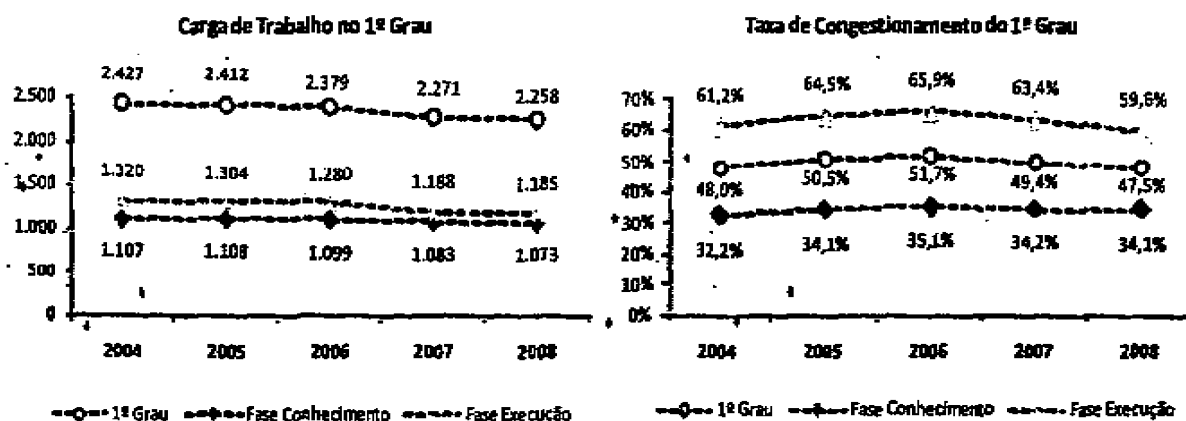


Como o *Justiça em Números* possui, em relação à Justiça do Trabalho de primeiro grau, indicadores referentes aos processos de conhecimento e de execução, nota-se que a redução da taxa de congestionamento decorreu da maior eficiência na solução dos processos executórios, a partir do ano de 2006. A análise histórica dos dados referentes a esse segmento do Poder Judiciário trabalhista revela que o grande gargalo era, exatamente, no processo de execução, no qual estava concentrada a maior taxa de trabalho e de congestionamento.

Essa otimização da fase executória, é de sabença geral, deu-se com a implementação de ferramentas como o BACENJUD e a penhora *on line* e não propriamente devido ao aumento do número de juízes, o que demonstra que, nas mais das vezes, a solução para vencer a demanda está na utilização dos recursos adequados, que nem sempre está relacionado com a criação de mais cargos.

Os quadros demonstrativos abaixo, igualmente produzidos pelo Relatório Anual de 2009 retratam, fielmente, a análise acima:

**Figura 2 – Carga de Trabalho e Taxa de Congestionamento ao 1º Grau da Justiça do Trabalho Fase de conhecimento x Fase de execução**



O que chama a atenção – e aqui já foi ressaltado –, é que, ao contrário do segundo grau, na primeira instância, a despeito do aumento do número de juízes em 24%, a quantidade de sentenças só aumentou 17%, de modo que a produtividade por magistrado, ou seja, o número de processos julgados por juiz, diminuiu: em 2004 foi de 1.263, mas diminuiu, em 2008, para 1.186. Nesse período, portanto, o decréscimo da produtividade média por juiz correspondeu a 6%.

Observe-se o quadro abaixo:

**Tabela 7 – Série histórica 2004 a 2008 dos dados consolidados informados pelos TRI's no 1º Grau**

Variáveis Justiça em Números	2004	2005	2006	2007	2008
Magistrados de 1º Grau	2.150	2.266	2.412	2.555	2.669
Casos Novos de 1º grau	2.609.650	2.985.969	2.957.320	2.971.124	3.196.058
Casos Pendentes de Julgamento no 1º grau	2.608.484	2.479.296	2.779.937	2.830.069	2.829.429
Sentenças no 1º Grau	2.715.268	2.702.947	2.772.372	2.933.125	3.164.202
Taxa de Congestionamento no 1º Grau	48%	51%	52%	49%	47%
Sentenças por Magistrado no 1º Grau	1.263	1.193	1.149	1.148	1.186
Fonte: Justiça em Números					

Como já foi dito, esse aparente paradoxo (aumento do número de juízes X diminuição da média de sentenças por juiz), a indicar, em leitura apressada e descuidada, que os juízes de primeiro grau passaram a trabalhar menos, encontra explicação no mau vício das recorrentes convocações de juízes para auxiliar na jurisdição de segundo grau, com evidente prejuízo à judicatura de base. É que, quando da consolidação dos números não se faz o desconto do tempo em que, devido às convocações que eram feitas, às escâncaras, no período da pesquisa, os magistrados de primeiro grau ficaram fora da jurisdição de primeiro grau.

A vedação da convocação de juiz da base da magistratura para prestar auxílio na segunda instância, veiculada pela Resolução nº 72, de 31 de março de 2009, com certeza, terá impacto direto e significativo no aumento do número de sentença por juiz, o que será constatado quando da divulgação do *Justiça em Números* relativo a 2009.

**7. Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Criação de cargos de Juiz do Trabalho de 2ª instância. Análise comparativa. Região geopolítica. Litigiosidade. Gestão dos Serviços Judiciais. Necessidade de dedicação da cúpula diretiva.**

O Comitê Técnico de Apoio do Conselho Nacional de Justiça manifestou-se desfavoravelmente à criação dos 5 (cinco) cargos de Juiz de 2ª Instância, referendada pelo Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, ao argumento de que a média de casos novos por julgador nos últimos três anos foi de 1.080 (mil e oitenta), não se aproximando do índice de 1.500 (mil e quinhentos) processos por magistrado, previsto no artigo 11 da Resolução nº 53, repetido no artigo 5º da Resolução nº 63 do próprio Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Ressaltou, ainda, que a taxa de congestionamento do Tribunal está abaixo da média nacional de 24,46%, sendo de apenas 18,30%.

O índice adotado pelas Resoluções nº 53 e 63, do CSJT, no sentido de orientar o reconhecimento da necessidade de criação de novos cargos de magistrados, seja na primeira ou na segunda instância, não resiste à crítica mais densa. Se esse fosse um parâmetro adequado, a despeito das singularidades da Justiça do Trabalho, haveria de ser levado em consideração, igualmente, para justificar a expansão dos demais ramos do Judiciário. Ademais, além de ser um parâmetro que, caso adotado acriticamente,



conduziria a um expansionismo inconseqüente da magistratura em seu todo, padece de vício por não levar em consideração algumas peculiaridades que merecem nota. Até porque o número de processos de ontem não serve como critério definitivo para ensejar manifestação favorável à ampliação dos quadros da magistratura nem, tampouco, para a emissão de parecer contrário.

Nem se diga que a singularidade da jurisdição trabalhista permite que, em relação a ela seja feito *discriminem* quanto à carga de trabalho a ser suportado pelos magistrados. Se essa assertiva é válida em relação ao primeiro grau, devido ao excessivo número de audiências que precisam ser realizadas pelo magistrado, o mesmo não ocorre quanto aos magistrados de segunda instância. Aqui, mesmo que a visão do direito, para a efetiva compreensão, demande a interação, nos mais diversos níveis de complexidade, entre as várias áreas do saber, não se há de negar que a especialização e concentração da jurisdição em um determinado ramo do direito fazem com que, no mínimo, as questões se apresentem mais repetidas ou ensejem a utilização de premissas e teses argumentativas já difundidas e debatidas.

Faquanto as matérias submetidas à apreciação dos juizes de segundo grau da Justiça do Trabalho têm como ramo central o direito trabalhista, mesmo que para a solução dos casos concretos se exija o exame multidisciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar em sentido estrito e/ou transdisciplinar, os assuntos que frequentam os gabinetes dos integrantes dos tribunais das Justiças Federal e Estadual, a par dessa dimensão do direito, reclamam a resolução de questões que são afetas, diretamente, a diversos ramos do saber jurídico, como os direitos constitucional, administrativo, financeiro, tributário, criminal, civil, previdenciário, sem falar, é claro, a microssistemas que compreendem o direito do consumidor, de família, ambiental etc.

Essa comparação serve para reforçar o discurso, aqui já feito, de que esse número cabalístico de 1.500 processos por magistrado de segundo grau não serve para orientar a criação, ou não, de cargos de juiz. Se ele fosse pertinente para o segundo grau da justiça trabalhista, com muito mais razão seria para os demais segmentos do Judiciário, o que levaria as Justiças Federal e Estadual a uma ampliação incomensurável. No caso do Poder Judiciário da União e, estreme de dúvidas, se não em toda, em boa parte da Justiça Estadual, os limites impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não permitiria tal crescimento. Teríamos de trabalhar, primeiramente, para aumentar os percentuais de tolerância de gastos.

Feitas essas considerações, note-se que a leitura dos números do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região sugere conclusão pela desnecessidade de criação de novos cargos de magistrado perante aquele órgão. Todavia, análise comparativa entre dois Estados da Federação, situados na mesma região geopolítica, com características populacionais e evolução econômica semelhantes nos últimos anos, permite-nos concluir que, pelo menos no que diz respeito à litigiosidade no âmbito trabalhista, a situação da 6ª Região se destaca.

Segundo dados constantes do *Justiça em Números*, o Produto Interno Bruto do Estado de Pernambuco cresceu, entre os anos de 2004 e 2008, 27,5 % (vinte e sete e meio por cento). No mesmo período, o Produto Interno Bruto do Estado do Ceará cresceu 27% (vinte e sete por cento). A população do Estado de Pernambuco, em 2008, era de 8.734.194 (oito milhões, setecentos e trinta e quatro mil, cento e noventa e quatro) habitantes, ao passo que a do Estado do Ceará era de 8.450.527 (oito milhões, quatrocentos e cinquenta mil, quinhentos e vinte e sete) pessoas.

Percebe-se que ambos os Estados do Nordeste têm população em torno de 8 (oito) milhões de habitantes e tiveram crescimento econômico praticamente idêntico nos últimos anos. Todavia, em que pese essas similitudes, não se pode deixar de verificar que a litigiosidade no 2º Grau de Jurisdição da Justiça do Trabalho, relativa aos Estados, não acompanha esse padrão de simetria. Enquanto no Ceará, em 2008, foram recebidos 7.648 (sete mil seiscentos e quarenta e oito) casos novos na 2ª instância, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (Pernambuco) recebeu 19.706 (dezenove mil, setecentos e seis) processos, ou seja, bem mais do que o dobro.

Além disso, segundo dados do próprio Comitê Técnico de Apoio do Conselho Nacional de Justiça, em 2009, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, no último triênio, apresentou uma acentuada curva de crescimento da demanda. Com efeito, em 2007 foram distribuídos 16.879 feitos, em 2008, 19.701 e, por fim, em 2009, 21.764. Isto é, em dois anos, a distribuição anual aumentou em quase cinco mil processos. Dá uma taxa de crescimento anual de mais de dois mil processos na distribuição.

Há ainda um outro aspecto extremamente relevante a ser considerado com relação ao pedido *sub examine*. Conforme se verifica no texto da Resolução Administrativa n.º 15/2000 do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, que veicula o Regimento Interno daquela Corte, são inúmeras as atribuições administrativas cometidas aos juizes que ocupam os seus cargos diretivos.

São atribuições do Presidente, listadas nos incisos do item 1 do artigo 24 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região:

**Art. 24. Compete ao Desembargador Presidente:**

- I - representar o Tribunal perante o Supremo Tribunal Federal e os outros Tribunais, bem assim perante os demais poderes e autoridades;
- II - dirigir os trabalhos do Tribunal, observando e fazendo cumprir a Constituição Federal, as leis da República e o regimento interno;
- III - convocar as sessões ordinárias do Tribunal Pleno, bem assim as extraordinárias e as de caráter administrativo, quando entender necessárias ou a requerimento do desembargador federal do trabalho, presidi-las, colher os votos, proferir voto de desempate e de qualidade, nos casos previstos em lei e neste regimento, e proclamar os resultados dos julgamentos;
- IV - manter a ordem nas sessões e audiências, mandando retirar ou cassar a palavra dos presentes que perturbarem ou faltarem com o devido respeito, dando ordem de prisão aos desobedientes, podendo requisitar força pública, quando necessário;
- V - designar e presidir as audiências de conciliação e instrução dos dissídios coletivos, podendo delegar estas atribuições ao Desembargador Vice-Presidente, ou no impedimento eventual deste, ao Desembargador Corregedor, ou ainda a outro desembargador federal do trabalho, ou a juiz titular de Vara do Trabalho, quando ocorrerem fora da sede da Região, na forma do art. 866 da CLT;
- VI - supervisionar a distribuição dos feitos, por sorteio, mediante sistema informatizado, realizada de forma pública;
- VII - despachar os recursos interpostos das decisões do Tribunal e das suas Turmas, inclusive o de revista, negando-lhes ou admitindo-lhes seguimento, com a devida fundamentação, e, neste último caso, declarando o efeito em que os recebe;
- VIII - despachar os agravos de instrumento das suas decisões denegatórias de seguimento a recursos, acolhendo-os ou determinando o processamento;
- IX - julgar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir do seu recebimento com a devida conclusão, os pedidos de revisão de valor de alçada, previstos no § 1º, do art. 2º, da Lei 5.584/70;
- X - homologar nos dissídios individuais em tramitação no Tribunal, desistências e acordos celebrados após o julgamento do feito e publicação dos acordãos, inclusive dos embargos declaratórios, e ainda as conciliações dos dissídios individuais ainda não distribuídos;
- XI - homologar as desistências nos dissídios coletivos, apresentadas antes da distribuição;
- XII - (suprimido pela Res. Adm. TRT - 09/2002, DOE 20.07.2002)
- XIII - executar e fazer cumprir as suas próprias decisões, as do Tribunal e as dos Tribunais

Superiores, determinando aos juizes de primeiro grau a realização das diligências que se fizerem necessárias, exceto na hipótese prevista no artigo 112-A deste Regimento;

XIV - expedir ordens e promover diligências relativas a processos, desde que não dependam de acórdãos e não sejam da competência privativa dos desembargadores relatores;

XV - representar o Tribunal nos atos e solenidades oficiais, podendo delegar esta função, preferencialmente, ao Desembargador Vice-Presidente e, na impossibilidade deste, ao Desembargador Corregedor ou a outro desembargador federal do trabalho;

XVI - velar pelo bom funcionamento do Tribunal e dos Órgãos que lhe são subordinados, expedir atos, portarias, ordens de serviço e recomendações, além de adotar outras providências que entender necessárias, ressalvada a competência do Desembargador Corregedor Regional;

XVII - determinar o processamento e a expedição de precatórios relativos a débitos contra a Fazenda Pública e tomar as providências cabíveis no caso de descumprimento ou no de inobservância da ordem dos pagamentos;

XVIII - designar o juiz diretor do fórum nas localidades onde houver mais de uma Vara do Trabalho, fixando-lhe o mandato, que não excederá de 02 (dois) anos;

XIX - prover, na forma da lei, os cargos e as funções comissionadas do quadro de pessoal do Tribunal, observando, quanto aos cargos e funções diretamente ligados aos Desembargadores Federais do Trabalho, aos Desembargadores Presidentes de Turma e aos Juizes Titulares das Varas, a indicação respectiva, nomeando, contratando, reintegrando, designando, dispensando, demitindo, exonerando, removendo e promovendo os servidores;

XX - aplicar penas disciplinares aos servidores da Justiça do Trabalho da Sexta Região, observadas as limitações legais;

XXI - antecipar, prorrogar e suspender o expediente dos órgãos da Justiça do Trabalho da Sexta Região;

XXII - conceder e autorizar o pagamento de diárias e ajudas de custo, na conformidade da tabela aprovada pelo Tribunal;

XXIII - conceder férias e licenças a servidores vinculados ao Tribunal;

XXIV - submeter a escala de férias dos juizes de primeiro grau à aprovação do Tribunal de acordo com a proposta do Desembargador Corregedor Regional;

XXV - expedir os atos de concessão e alteração de juizes de primeira instância e de servidores do Tribunal, bem como deliberar sobre revisão de proventos de aposentadoria que não importe modificação do fundamento legal do ato concessório, ou que decorra de decisão judicial;

XXVI - encaminhar ao Poder Executivo da União os processos de aposentadoria dos desembargadores federais do trabalho;

XXVII - organizar o seu gabinete e demais serviços auxiliares, respeitados os atos de competência privativa do plenário do Tribunal e dos Presidentes de Turma;

XXVIII - propor ao Tribunal a realização de concursos públicos, submetendo à sua aprovação as respectivas instruções, bem assim as matérias administrativas de sua competência privativa;

XXIX - designar desembargadores federais do trabalho, juizes e servidores para compor comissões, incluídas as de concurso, licitação, inquérito e sindicância;

XXX - determinar descontos e averbações aos vencimentos dos servidores, desembargadores federais do trabalho e juizes, decorrentes de lei, sentença judiciária, decisão do Tribunal ou a pedido do próprio interessado;

XXXI - dar posse aos juizes do Trabalho substitutos, e servidores do Tribunal, decidindo sobre a prorrogação de prazo para posse e entrada em exercício;

XXXII - nomear e promover juizes do Trabalho substitutos, atendido o disposto no art. 11 deste regimento;

XXXIII - propor ao Tribunal a aplicação de penas disciplinares aos juizes;

XXXIV - propor ao Tribunal a instauração de processo de aposentadoria de desembargadores federais do trabalho e juizes, nas hipóteses do art. 76 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, e determinar, ex officio, que se instaure o

processo de aposentadoria compulsória do desembargador federal do trabalho e do juiz que não a requerer até 40 (quarenta) dias antes da data em que completar 70 (setenta) anos;

XXXV - organizar a lista de antiguidade dos desembargadores federais do trabalho e dos juizes da Sexta Região, a ser aprovada pelo Tribunal;

XXXVI - elaborar, para apreciação do Tribunal, projeto do regulamento geral da secretaria do TRT, bem assim as alterações que se fizerem necessárias;

XXXVII - velar pela exatidão e regularidade das publicações previstas pelo art. 37 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional;

XXXVIII - decidir os requerimentos dos servidores e dos magistrados sobre assunto de natureza administrativa, desde que não constituam competência privativa do Tribunal;

XXXIX - processar as representações contra as autoridades sujeitas à jurisdição do Tribunal;

XL - aprovar a proposta orçamentária do Tribunal e supervisionar a execução orçamentária da despesa;

XLI - exercer as funções de ordenador da despesa, praticando todos os atos a elas inerentes;

XLII - autorizar e aprovar a abertura dos processos de conta do Tribunal e autorizar o pagamento;

XLIII - apresentar ao Tribunal para exame e aprovação, após a competente auditoria, a tomada de contas do ordenador da despesa;

XLIV - encaminhar ao órgão competente anteprojeto de lei de interesse do Regional, após sua aprovação pelo Tribunal Pleno;

XLV - apresentar ao Tribunal, até o primeiro dia útil de fevereiro de cada ano, relatório das atividades do Órgão no exercício anterior, enviando cópia ao Tribunal Superior do Trabalho;

XLVI - decidir outras questões não previstas neste regimento, desde que não sejam da competência exclusiva do Tribunal;

XLVII - representar o Tribunal nas reuniões do Colégio de Presidentes e Corregedores Regionais;

Como se vê, as atribuições são tantas e variadas que muitas delas são delegadas ao vice-presidente, notadamente quanto ao juízo de admissibilidade, ou não, de recursos interpostos que são da alçada da presidência. Ademais, como salientado linhas atrás, é sabido que dentro do contexto do planejamento estratégico das atividades de um órgão jurisdicional, o *bom funcionamento do Tribunal* envolve o cumprimento das Metas Estratégicas do Conselho Nacional de Justiça e constante atuação no sentido de acompanhar a prestação jurisdicional em toda a área de competência do Tribunal.

Essa nova ordem de coisas exige presidentes que sejam, antes de qualquer coisa, gestores dedicados ao cumprimento da missão e da visão estratégicas do órgão sob sua direção, assim como, nos tribunais que apresentam maior volume de processos e mesmo que possuem grande número de varas, como é o caso do Tribunal Regional da 6ª Região, o afastamento da jurisdição do próprio vice-presidente.

O mesmo se pode dizer dos Corregedores-Gerais. Muito além de exercerem somente a atividade correicional de caráter disciplinar, são eles os responsáveis pela implantação de políticas judiciais de aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade, sendo o principal órgão de cobrança quanto ao cumprimento das metas estabelecidas para a execução do planejamento estratégico.

*In casu*, o artigo 27 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região prevê as seguintes competências do Corregedor Regional do Trabalho:

Art. 27. Incumbe ao Desembargador Corregedor Regional:

I - exercer correição nas Varas do Trabalho da Região, bem assim nas Distribuições dos Feitos, no Serviço de Distribuição, de Mandados Judiciais e Setor de Depósito Judicial;

II - realizar, ex officio ou mediante provocação, sempre que entender necessário, correições parciais ou inspeções nos órgãos referidos no item anterior;

III - decidir, quando inexistir recurso específico, reclamações contra atos atentatórios da boa ordem processual, a serem apresentadas dentro do prazo de 08 (oito) dias, a partir da data da ciência do ato impugnado. O Desembargador Corregedor fixará o prazo mínimo de 05 (cinco) dias e máximo de 10 (dez) dias, para que a autoridade reclamada preste as informações que entender cabíveis, e julgará a reclamação no prazo de 05 (cinco) dias. Da decisão do Desembargador Corregedor caberá agravo regimental para o Tribunal;

IV - velar pelo funcionamento regular da Justiça do Trabalho da Sexta Região, expedindo os provimentos e recomendações que entender convenientes em matéria de sua competência jurisdicional e administrativa, organizando, quando não previstos em lei ou provimento da Corregedoria Geral, os modelos dos livros e impressos, obrigatórios ou facultativos, a serem usados pelos órgãos da Justiça do Trabalho da Sexta Região, especificados no item I;

V - levar ao conhecimento do Tribunal Regional as faltas em que incidirem os Exmos. Srs. juizes de primeira instância, ou as que lhes forem atribuídas, e representar ao Presidente do Tribunal contra os servidores sob sua jurisdição que descumprirem provimento, ato, decisão, recomendação ou despacho correicional, para instauração do processo disciplinar;

VI - solicitar aos Órgãos Corregedores ou ao Tribunal de Justiça, no Estado, quando julgar conveniente, correição sobre os juizes e servidores da Justiça Comum encarregados da administração da Justiça do Trabalho nas respectivas Comarcas e Termos;

VII - deliberar sobre os requerimentos de férias, licenças médicas e abonos de faltas formulados por juizes do trabalho de 1ª grau e opinar sobre os demais requerimentos de afastamento voluntário dos juizes de 1ª grau;

VIII - deliberar quanto às designações dos Exmos. Srs. juizes substitutos para funcionarem nas diversas Varas do Trabalho da Região, observando o zoneamento fixado pelo Tribunal Regional do Trabalho e normas que presidem a movimentação dos magistrados e deferindo diárias, mediante delegação do Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Tribunal, caso haja afastamento do local em que estiver sediado o juiz, no que exceder o raio de 30 km;

IX - submeter ao Tribunal Pleno parecer final sobre o exercício dos juizes substitutos não vitalícios, propondo ou não a confirmação destes;

X - representar ao Exmo. Sr. Desembargador Presidente quando tiver conhecimento de irregularidades funcionais ou administrativas no âmbito do Tribunal, bem assim inadequado funcionamento dos serviços judiciários dos Órgãos de primeira instância;

- XI - estabelecer normas de serviço quanto aos servidores lotados na Corregedoria Regional, determinando, inclusive, seus deslocamentos, acompanhando ou não o Desembargador Corregedor;
- XII - (suprimido pela Res. Adm. 15/2009, pub. DOE 16/07/09);
- XIV - comparecer, quando convocado, às reuniões do Colégio de Presidentes e Corregedores Regionais.

Assim, é de se entender que os 3 (três) magistrados incumbidos do exercício dos cargos de direção do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, a saber, o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor Regional devem estar, na medida do possível, livres para dedicarem-se com todo zelo e atenção à gestão administrativa do Tribunal e dos órgãos de primeiro grau, composto por 63 (sessenta e três) varas, espalhadas em mais de 180 (cento e oitenta) municípios. Por conseguinte, a média de processos por membro integrante do TRT/6ªR deve ser feita com a exclusão do Presidente, Vice-Presidente e do Corregedor Regional. Com isso, a média, ao invés de ser na proporção de 1.080 processos por magistrado, corresponde, em verdade, a aproximadamente 1.297 casos novos por juiz.

Mesmo com todas essas considerações, ademais de feita a proporção de processo com base em 15 magistrados, verifica-se que o Comitê Técnico de Apoio possui razões de razão, quando se manifesta contrariamente à criação de mais cinco cargos de magistrado na segunda instância trabalhista da 6ª Região.

O que parece razoável, no caso dos autos, não apenas devido ao volume de serviço, é a criação de apenas mais um único cargo na segunda instância. Com isso, o Tribunal Regional em foco iria para 19 membros, com 16 participando da distribuição de processos, o que permitiria, de outra banda, o funcionamento de quatro turmas de quatro magistrados, o que é o ideal, tendo em consideração o tamanho desse órgão jurisdicional.

Registre-se, de passagem, que a intenção de elevar a composição das turmas de três para quatro magistrados, a fim de evitar a convocação de magistrados da primeira instância para substituir nas eventuais férias e afastamentos os membros das turmas, por si só, não é suficiente para justificar proposta de ampliação da segunda instância.



A criação de turmas, com quatro membros serve, essencialmente, para evitar que a eventual impossibilidade de comparecimento de um dos pares impeça a realização da sessão. Para todos os efeitos, essa iniciativa não vai evitar a necessidade de convocação de juiz de primeiro grau para substituir o magistrado de segundo grau licenciado ou no gozo de férias. Na praxe dos tribunais, os processos de um juiz licenciado ou no gozo de férias não são, em substituição, relatados e julgados por outro membro da própria turma. Não é razoável supor que as sessões das turmas não sofreriam solução de continuidade, apenas os processos afetos ao magistrado afastado da jurisdição ficariam paralisados, aguardando o seu retorno.

Por isso mesmo, se o que se pretende é evitar que os magistrados de segundo grau, nos seus afastamentos da jurisdição, não sejam substituídos por juizes da magistratura de base, estreme de dúvidas, a solução não está em ampliar as turmas, mas sim em criar os cargos de substituto nessa instância, o que demandaria outra análise, até mesmo para se avaliar a conveniência e oportunidade de algo dessa natureza.

Mas, no caso dos autos, diante do número de processos por juiz e a clara tendência de crescimento da demanda, o parecer há de ser favorável quanto à criação de mais um cargo de juiz de tribunal, desde que seja firmado o compromisso do órgão gestor em criar 4 (quatro) órgãos fracionários com 4 (quatro) julgadores cada, o que parece suficiente para que o Tribunal possa manter índices favoráveis, como a taxa de congestionamento melhor do que a média nacional, mesmo com o contínuo crescimento da litigiosidade indicado pelos números acima discutidos.

De qualquer sorte, a criação de mais um cargo de magistrado no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região só se tem como adequada no aspecto financeiro se conjugada com a proibição de o referido órgão, a partir de então, convocação de magistrados de primeira instância para substituir em segundo grau, mesmo quando o afastamento se der por médio ou longo prazo.



**8. Criação de Varas, Gestão dos Serviços, Extinção e realocação de unidades jurisdicionais. Circunstâncias Sócio-Econômicas. Relevância.**

Das 18 (dezoito) Varas do Trabalho inicialmente pleiteadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho foi favorável à criação apenas de 12 (doze), ao passo que o Comitê Técnico de Apoio do Conselho Nacional de Justiça opina pela criação de 7 (sete), tendo preponderado, em sua manifestação, o malsinado índice de 1.500 (mil e quinhentos) processos novos por vara.

Um primeiro aspecto há de ser observado. No caso versado nestes autos, todas as varas solicitadas e aprovadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelo Tribunal Superior do Trabalho seriam instaladas em localidades nas quais já há vara trabalhista. Assim, não cabe aqui justificar a criação de vara com base na intenção de estabelecer a presença da Justiça do Trabalho em localidades afastadas que não possuem serviço jurisdicional dessa natureza.

Feita essa consideração, vamos analisar caso a caso, fazendo as considerações pertinentes a cada uma das varas solicitadas.

**8.1. Varas de Goiânia e Vitória de Santo Antão.**

Nos dois casos, a média de processos dos últimos 3 (três) exercícios suplanta os tais 1.500 processos por vara. No entanto, tem-se aqui um típico caso em que o índice do artigo 1º da Lei n.º 6.947, de 1981 gera uma impressão enganosa. E olhe que, conforme informação do próprio Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, o número de juizes substitutos é superior ao de titulares. Isso leva a crer que, em praticamente todas as varas, há mais de um juiz. Sendo assim, esse critério de criação de nova vara quando o número de processos distribuídos atinge 1.500, adotado como parâmetro legal no início dos anos 80 (oitenta), quando as varas do trabalho possuíam apenas um único magistrado, a despeito das críticas aqui já feitas, não pode mais ser aplicado acriticamente.

De qualquer sorte, em Vitória de Santo Antão, por exemplo, a média só fica neste patamar pelo alto índice de litigiosidade dos anos mais remotos. Com efeito, de acordo com os números que constam da manifestação do Comitê Técnico de Apoio,

embora a média anual da distribuição de processos seja de 1.573, verifica-se que, se nos anos de 2007 e 2008 o número de novos casos foi superior a 1.600 processos, no ano de 2009 houve queda de mais de 200 processos, uma vez que só foram ajuizadas 1.420 ações. Como se não bastasse a diminuição de processos, caso criada nova vara, a média anual de processos recebidos ficaria inferior a 800 feitos. Nem se diga que isso seria de vital importância devido a circunstâncias ditadas pela geopolítica. Cabe lembrar, na referida localidade já existe vara do trabalho.

Neste caso, é de se questionar se a criação de uma nova vara e de toda a estrutura logística (recursos materiais e humanos) necessários à efetiva implantação de uma unidade jurisdicional que tem a pretensão de ser perene, numa localidade que apresenta viés de queda dos índices de litigiosidade, atende aos princípios da eficiência e economicidade, norteadores das boas estratégias de gestão administrativa.

A resposta é negativa. A criação de mais uma vara nessa localidade é, no mínimo, precipitada. Para demonstrar o que aqui se pretende evitar, cabe comentar a situação de uma vara do trabalho existente no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Trata-se da vara de Belo Jardim.

Belo Jardim fica próximo à cidade de Caruaru - uma das maiores do agreste pernambucano, onde existem 3 (três) varas do trabalho -, no caminho que leva a Pesqueira, cidade ainda mais encrustada no sertão nordestino, onde também há uma unidade da Justiça do Trabalho.

Na vara do trabalho de Belo Jardim foram recebidos, em 2008, 749 (setecentos e quarenta e nove) novos processos, ou seja, metade do número cabalístico em torno do qual toda a discussão está travada. Já em 2009, esse número, que já indicava uma ociosidade preocupante, caiu para apenas 615 (seiscentos e quinze) casos novos.

Na vizinha Pesqueira, a situação é pouco distinta: foram 726 (setecentos e vinte e seis) novos casos em 2008, enquanto 706 (setecentos e seis), em 2009. Tem-se, portanto, duas unidades jurisdicionais aparelhadas, com seus respectivos juizes e servidores, atuando geograficamente lado a lado em locais nos quais a litigiosidade só faz cair. As duas varas podem e devem se tornar uma.

É esse quadro que deve ser evitado para Vitória do Santo Antão e que, de outro passo, fornece a solução estratégica para atender a necessidade de ampliação do número de varas em Goiana. Nesta última localidade, a situação é um pouco diversa da encontrada em Vitória do Santo Antão: além da média de casos novos ser superior a 1.500 (mil e quinhentos), o comparativo entre 2009 e 2008 indica um leve incremento da litigiosidade de 1,8 % (um inteiro e oito décimos por cento).

Assim, entendo improcedente o pedido relativo à criação de uma vara em Vitória do Santo Antão, com o equacionamento da situação de Goiana mediante a extinção da vara de Belo Jardim com realocação de processos e recursos para a vara do trabalho de Pesqueira, facultado, naturalmente, ao Tribunal a demonstração de que o mais adequado é o contrário.

## **8.2. Varas de Ipojuca e Petrolina.**

A criação das Varas de Ipojuca e Petrolina foi considerada indevida pelo Comitê Técnico de Apoio, porquanto não atendido o requisito dos 1.500 (mil e quinhentos) processos por vara, oriundo do artigo 1º da Lei n.º 6.947, de 1981.

Ora, são dois casos absolutamente singulares e que, por isso mesmo, merecem ser tratados com singularidade. É que, conforme sabido e aqui já ressaltado, a criação de varas envolve, em grande medida, a capacidade de prognóstico de situações ainda não configuradas, mas que, em razão de indicadores consistentes, podem ser previstas.

No caso da Justiça do Trabalho, fatores de origem socioeconômica, como o crescimento de uma região, o potencial de investimentos, o aumento da empregabilidade, a natureza dos empreendimentos instalados e a consolidação de mão-de-obra sindicalizada, trazem embutido inegável potencial de aumento da litigiosidade.

Invoca-se, aqui, a necessidade de planejamento de médio e longo prazos, que não se coadunam com uma postura leniente diante de eventos futuros, mas plenamente previsíveis.

Somente em Petrolina, há investimentos em infraestrutura de grande porte que induzem crescimento econômico e alta empregabilidade como, por exemplo, a transposição das águas do Rio São Francisco, que já movimentou significativamente a economia da região, em razão dos serviços executados pelas frentes de trabalho, com destaque para a Adutora do Agreste, obra orçada em 1,5 (um e meio) bilhão de reais e a construção da Ferrovia Transnordestina, fatores que alavancam outros ramos econômicos já tradicionais na região, que se apresenta como o maior conglomerado urbano do semi-árido nordestino.

Não sem razão, em Petrolina, o crescimento da litigiosidade do ano de 2008 (mais de 800 casos novos nas duas varas) para 2009 (mais de 1.700 processos em ambas as varas) foi de 89% (oitenta e nove por cento). A tendência de manutenção da espiral de crescimento é patente.

Por seu turno, Ipojuca tem prevista a instalação de 4 (quatro) estaleiros no porto de Suape, para construção de plataformas *off-shore*, petroleiros, graneleiros, gazifeiros e navios de perfuração, envolvendo investimentos que também passam da marca de 1 (um) bilhão de reais.

Mencionem-se ainda diversos outros empreendimentos ligados à indústria petroquímica que também estão em processo de instalação na região, com a presença de refinarias de petróleo e processamento de outros derivados da produção petrolífera.

A cidade ainda é, reconhecidamente, um dos pólos turísticos mais atrativos do litoral brasileiro, com a instalação de grandes cadeias de hotéis.

O crescimento econômico acelerado da região já se reflete nos números da Justiça do Trabalho, tanto assim que, mesmo de forma mais moderada, Ipojuca experimentou acréscimo de cerca de 52% (cinquenta e dois por cento) no número de casos novos. Lá existem duas varas, ambas ostentando números muito próximos. Se em 2008 a distribuição de processos nas duas varas ficou por volta de 900 processos, em 2009, foi superior a 1.500 casos novos.

Neste sentido, não se deve ignorar os elementos que a realidade socioeconômica da Região nos fornece, de maneira que o parecer é pela criação de 1 (uma) Vara do Trabalho em Petrolina e outra em Ipojuca.

### **8.3. Varas de Jaboatão dos Guararapes, Carpina, Igarassu, Nazaré da Mata, Palmares, Ribeirão e São Lourenço da Mata**

No que diz respeito às unidades jurisdicionais solicitadas para as localidades acima indicadas, merece acolhimento, em sua inteireza, a manifestação do Comitê Técnico de Apoio que, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei n.º 6.947, de 1981, opinou pela criação de uma vara do trabalho em cada cidade.

Isso porque, a despeito de outros fatores que devem ser levados em consideração, a análise dos números, conforme exame do Comitê Técnico de Apoio, mostra que a média de processos distribuídos no último triênio em Nazaré da Mata, Palmares e São Lourenço da Mata supera 2.000 processos. Por outro lado, a média de processos distribuídos, no mesmo período, nas varas de Carpina (1.882), Igarassu (1.980) e Ribeirão (1.768) é próxima e superior a 1.700 processos, todas em curva de crescimento, ademais de a perspectiva ser de aumento da demanda.

### **9. Criação de cargos de juiz titular e Substituto. Estruturação das varas. Necessidade.**

A criação de 9 (nove) novas varas do trabalho torna necessária a criação de 9 (nove) cargos de Juiz do Trabalho titular. Já no que diz respeito aos juízes substitutos, conforme ressaltado pelo Comitê Técnico de Apoio, há, hoje, um excedente de 7 (sete) em relação ao número de titulares.

Trata-se de reserva técnica injustificável na medida em que nem todas as varas existentes apresentam taxa de litigiosidade a justificar a presença constante de dois juízes do trabalho para a prestação jurisdicional.

Assim, para fins de manter a simetria prevista no artigo 10 da Resolução n.º 63, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, admite-se a criação de somente 2 (dois) cargos de juiz do trabalho substituto, sendo preenchidos os cargos criados, atendidos os critérios normativos, com a remoção de juízes titulares e a promoção dos juízes substitutos que integram os quadros da magistratura de base da Justiça do Trabalho da 6ª. Região.

**10. Criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas. Criação de varas. Estrutura de pessoal. Necessidade.**

O Comitê Técnico de Apoio do Conselho Nacional de Justiça concluiu que há a necessidade de 149 (cento e quarenta e nove) servidores na 1ª instância, mas que, em compensação, haveria um excedente de 133 (cento e trinta e três) servidores na 2ª instância, o que resultaria numa necessidade real de apenas 16 (dezesseis) servidores efetivos.

Ocorre que o cálculo do Comitê Técnico incluiu os servidores cedidos e requisitados junto a outros órgãos do Poder Judiciário ou oriundos de outros Poderes, que integram o quadro funcional do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, fator que compromete a análise estatística contida em sua manifestação.

É que o Conselho Nacional de Justiça, em reiteradas decisões, que culminaram com a edição da Resolução n.º 88, de 08 de setembro de 2009, vem sedimentando a política judicial de devolução dos servidores cedidos e requisitados junto a outros órgãos, como medida necessária à garantia de sua independência.

Assim, se por um lado exige-se do Tribunal que ele se desfaça da mão-de obra alheia aos seus próprios quadros, é preciso dotá-los de meios para que possa fazê-lo sem prejuízo da prestação jurisdicional.

Além disso, especificamente com relação à segunda instância da Justiça do Trabalho da 6ª Região, o Comitê Técnico considerou que todos os servidores em atuação no Tribunal, sejam eles do próprio quadro, cedidos ou requisitados, atuam no apoio à atividade dos magistrados de segundo grau, quando é sabido que a realidade não é essa, ou seja, há estruturas burocráticas como as secretarias das turmas, apoio ao plenário, às seções de legislação, e jurisprudência, que reclamam mão-de-obra para a execução das tarefas.

Não obstante tais considerações, como o índice de funções comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho é altíssimo, o que evitou que pedido no sentido da criação de novas FCs fosse sequer encaminhado pelo Tribunal Superior do Trabalho a este Conselho Nacional de Justiça, é de se entender pelo indeferimento de todas as funções solicitadas.

O certo é que se faz necessário dotar o gabinete do novo membro do tribunal e as 9 (nove) novas Varas do Trabalho a serem criadas da estrutura mínima para funcionamento prevista na Resolução n.º 63, de 28 de maio de 2010, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Com efeito, a Resolução n.º 63, de 2010, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Em seus anexos, consta o número de servidores a serem lotados por cada unidade jurisdicional (gabinete de Juiz do Trabalho de 2ª instância ou vara do trabalho), de acordo com o respectivo índice de litigiosidade.

Assim, tendo em conta essa orientação, para fins de estabelecer a estrutura de pessoal indispensável para dar suporte ao gabinete referente ao novo cargo de juiz de segunda instância a ser criado, cabe fazer as seguintes ponderações.

Entre os anos de 2008 e 2009, houve um crescimento na demanda da Justiça do Trabalho de Pernambuco de segunda instância de aproximadamente 10% (dez por cento). Considerando-se o crescimento linear no próximo ano e a inclusão de um novo julgador no Tribunal, a relação de casos novos por julgador ficará entre 1.001 e 1.501 processos por magistrado, o que indica a necessidade de criação de 11 (onze) cargos efetivos e de dois cargos de provimento em comissão, Nível CJ-3, para assessoria, nos termos dos anexos I e II da Resolução n.º 63, de 2010, acima citada. A esse respeito, cabe verificar os índices em destaque:

**ANEXO I - RESOLUÇÃO N.º 63, DE 28 DE MAIO DE 2010**

<b>GABINETES DE JUIZES DE TRT</b>	
<b>PROCESSOS RECEBIDOS/ANO</b>	<b>Lotação</b>
ATÉ 500	5 a 6
501 - 750	7 a 8
751 - 1.000	9 a 10
1.001 - 1.500	11 a 12
1.501 - 2.000	13 a 14
MAIS DE 2.000	15 a 16

**ANEXO II - RESOLUÇÃO N.º 63, DE 28 DE MAIO DE 2010**

<b>TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO</b>		
<b>MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL - PROCESSOS/ANO</b>		
<b>PADRAO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS</b>		
<b>De 1.001 a 1.500 PROCESSOS</b>		
Assessor	CJ3	2
Chefe de Gabinete	FC5	1
Assistente de Gabinete	FC5	5
Assistente Administrativo	FC3	2

Repita-se: apesar de indicada pela Resolução a necessidade de funções comissionadas para os gabinetes dos juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho, no caso específico do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, o número de funções comissionadas já existentes foi considerado suficiente tanto pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho como pelo Comitê Técnico de Apoio do Conselho Nacional de Justiça.

O mesmo raciocínio pode ser utilizado para definição da estrutura das novas varas a serem criadas. Abaixo, os padrões adotados nos anexos III e IV da mesma Resolução n.º 63, de 2010, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho:

**ANEXO III - RESOLUÇÃO N.º 63, DE 28 DE MAIO DE 2010**

<b>VARAS DO TRABALHO</b>	
<b>FAIXA - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL</b>	<b>Lotação</b>
ATÉ 500	5 a 6
501 - 750	7 a 8
751 - 1.000	9 a 10
1.001 - 1.500	11 a 12
1.501 - 2.000	13 a 14
2.001 - 2.500	15 a 16
2.501 OU MAIS	17 a 18



**ANEXO IV – RESOLUÇÃO N.º 63, DE 28 DE MAIO DE 2010**

<b>TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO</b>		
<b>MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL – PROCESSOS/ANO</b>		
<b>PADRÃO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS</b>		
<b>ATÉ 500 PROCESSOS</b>		
<b>DENOMINAÇÃO PADRONIZADA</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>LOTAÇÃO</b>
Diretor de Secretaria	CJ3	1
Assistente de Diretor de Secretaria	FC5	1
Assistente de Juiz	FC5	1
Secretário de Audiência	FC3	1
Calculista	FC4	1
<b>De 501 a 750 PROCESSOS</b>		
Diretor de Secretaria	CJ3	1
Assistente de Diretor de Secretaria	FC5	1
Assistente de Juiz	FC5	1
Secretário de Audiência	FC3	1
Calculista	FC4	1
<b>De 751 a 1000 PROCESSOS</b>		
Diretor de Secretaria	CJ3	1
Assistente de Diretor de Secretaria	FC5	1
Assistente de Juiz	FC5	1
Secretário de Audiência	FC3	1
Calculista	FC4	1
Assistente	FC2	1
<b>De 1001 a 1500 PROCESSOS</b>		
Diretor de Secretaria	CJ3	1
Assistente de Diretor de Secretaria	FC5	1
Assistente de Juiz	FC5	2
Secretário de Audiência	FC3	2
Calculista	FC4	2
Assistente	FC2	1
<b>De 1501 a 2000 PROCESSOS</b>		
Diretor de Secretaria	CJ3	1
Assistente de Diretor de Secretaria	FC5	1
Assistente de Juiz	FC5	2
Secretário de Audiência	FC3	2
Calculista	FC4	2
Assistente	FC2	2
<b>De 2001 a 2500 PROCESSOS</b>		
Diretor de Secretaria	CJ3	1

Assistente de Diretor de Secretaria	FC5	1
Assistente de Juiz	FC5	2
Secretário de Audiência	FC3	2
Calculista	FC4	2
Assistente	FC2	3
<b>Acima de 2500 PROCESSOS</b>		
Diretor de Secretaria	CJ3	1
Assistente de Diretor de Secretaria	FC5	1
Assistente de Juiz	FC5	2
Secretário de Audiência	FC3	2
Calculista	FC4	2
Assistente	FC2	4

Há de considerar-se, no que diz respeito às funções comissionadas, o mesmo que já se ressaltou acima, ou seja, há espaço para a adoção da estrutura mínima acima prevista, mediante o remanejamento de funções comissionadas para a primeira instância.

Com relação aos cargos de provimento em comissão, vê-se que é inevitável a criação de mais 9 (nove) cargos comissionados, Nível CJ-3, para a função de Diretor de Secretaria das Varas, o que independe da taxa de litigiosidade verificada.

O mesmo não se pode afirmar com relação ao número de servidores efetivos, uma vez que estes devem ser calculados de acordo com a seguinte metodologia. Após a apuração da taxa média de crescimento da litigiosidade por localidade, esse resultado é dividido pelo novo número de varas, contadas aquelas cuja criação está sendo admitida neste parecer, encontrando-se o número de processos/ano e a correspondente lotação, de acordo com o Anexo III da já referida Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Vide quadro abaixo:

Localidade	Projeção de Casos Novos para 2010/Novo número de Varas por localidade	Número de servidores (Res.63/CSJT)
Carpina	1875,33	13
Igarassu	1221,90	11
Nazare da Mata	1973,60	13

Palmares	1548,30	13
Petrolina	1652,78	13
Ribeirão	1348,03	11
São Lourenço da Mata	1306,24	11
Jaboatão dos Guararapes	1748,24	13
Ipojuca	1373,38	11
Total de servidores		109
Analistas - 80%		87
Técnicos - 20%		22

Assim é que o parecer é no sentido da criação de 11 (onze) cargos de provimento em comissão, Nível CJ-3, para fins de preenchimento das funções de assessoria do novo desembargador e chefia de gabinete das novas varas, bem como de 120 (cento e vinte) novos cargos de provimento efetivo para fins de lotação no gabinete do juiz de segunda instância e nas varas cuja criação é aconselhada neste parecer, bem como para aparelhamento de áreas técnicas especializadas, notadamente a de Tecnologia da Informação.

Dos 120 (cento e vinte) cargos de provimento efetivo acima citados, entende-se que 96 (noventa e seis) devem ser de Analistas Judiciários e 24 (vinte e quatro) de Técnicos.

A diferença acima apontada visa dar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região a feição do Poder Judiciário da nova década que se avizinha. É que, em breve, estará implantado, pelo Conselho Nacional de Justiça, em escala nacional, o PJ-e ou o chamado processo judicial eletrônico.

A experiência verificada nos Tribunais que já adotam o sistema de processo eletrônico (CNJ, Juizados Especiais Federais etc.) demonstra que a automatização de procedimentos anuncia um Judiciário com outro perfil. Atividades meramente burocráticas como a autuação de processos, juntada de documentos, perfuração e numeração de folhas, carregamento e abertura física de vista de processos, expedição de certidões de decurso de prazo, conclusão e outros eventos processuais serão realizadas sem qualquer intervenção humana, de forma automatizada. Ademais, o tempo do processo em *secretaria*, estimado em 70% por cento de sua tramitação, para a realização de diversos atos manuais, será significativamente mais restrito.

Neste novo contexto, o Poder Judiciário dos novos tempos será composto, primordialmente, por julgadores e por servidores que garantam o bom funcionamento do sistema (mão-de-obra especializada e do quadro próprio na área de Tecnologia da Informação), em especial na assessoria, até porque os processos chegarão, com mais velocidade, às mãos do magistrado, exigindo o exame e a prática do ato correspondente.

A Resolução n.º 90, de 29 de setembro de 2009, deste Conselho Nacional de Justiça já aponta neste sentido, ao indicar a necessidade da criação de quadro próprio permanente de profissionais da área de Tecnologia da Informação pelos Tribunais, objetivo que deve pautar as ações estratégicas voltadas à criação de cargos, como o que ocorre no caso presente.

Além disso, deve-se ressaltar que a figura do *juntador*, do *carregador de processos* e do *atendente (entregador e recebedor de processos físicos) de balcão* não serão mais necessárias na medida em que são atualmente. Assim, privilegia-se claramente o cargo de Analista (80% dos deferidos neste parecer), capaz de executar funções de maior complexidade, como a análise de processos e auxílio na produção de decisões, em detrimento daquele que, à falta de qualificação maior, não tem esse perfil.

### 3. Conclusão

Em razão do exposto, dou parecer parcialmente favorável ao anteprojeto encaminhado pelo Tribunal Superior do Trabalho, no sentido de opinar favoravelmente a:

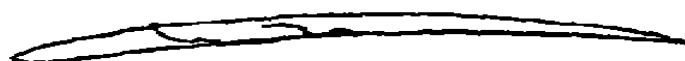
- a) criação de um cargo de desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região;

b) criação de 9 (nove) novas Varas do Trabalho, sendo 1 (uma) Vara para cada uma das seguintes localidades: Petrolina, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Carpina, Igarassu, Nazaré da Mata, Palmares, Ribeirão e São Lourenço da Mata, e recomendação para que o tribunal promova a extinção da vara do trabalho de Belo Jardim, com o remanejamento para o Município de Goiana e a realocação dos processos para a vara do trabalho de Pesqueira, facultado ao Tribunal a demonstração de que o mais adequado é o contrário;

c) criação de 9 (nove) cargos de Juiz do Trabalho Titular e 2 (dois) cargos de Juiz do Trabalho Substituto; e

d) criação de 11 (onze) cargos de provimento em comissão, Nível CJ-3, sendo 2 (dois) para o gabinete do novo desembargador, e 9 (nove) para a chefia de gabinete de cada uma das 9 (nove) novas Varas, e 120 (cento e vinte) cargos de provimento efetivo, dos quais 11 (onze) deverão ser lotados no gabinete do Juiz do trabalho de 2ª instância e 109 (cento e nove) nas 9 (nove) novas Varas do Trabalho, sendo 96 (noventa e seis) Analistas Judiciários e 24 (vinte e quatro) Técnicos.

**Els o Voto.**



**Walter Nunes da Silva Júnior**  
Conselheiro Relator

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)*

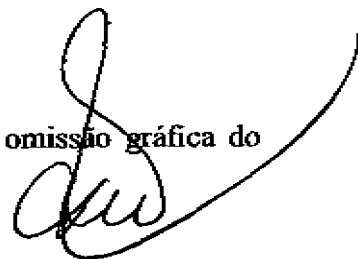
# SENADO FEDERAL

## ATA DA 98ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE JUNHO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 96**, de 14 de junho de 2011)

### RETIFICAÇÃO

Às páginas nºs 23269 a 23276, republique-se, por omissão gráfica do inteiro teor da legislação citada, o Projeto de Lei nº 7, de 2011-CN:



### PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2011-CN MENSAGEM Nº 46, DE 2011-CN (nº 196/2011, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$ 19.285.346,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

#### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



Órgão: 3690 - Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Unidade: 2223 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Crédito Suplementar									
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZAÇÃO/PRODUTO	E S F	G M D	R P D	M O D	J O U	F T E	VALOR
8393 Desenvolvimento de Sistemas de Propriedade Intelectual									
PROJETOS									
21.444	0393.3P44	Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico							5.685.346
21.664	0393.3P44.0001	Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico - Nacional	F	4	2	90	0	200	5.685.346
TOTAL - FISCAL									5.685.346
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.685.346

Órgão: 3498 - Ministério do Turismo Unidade: 3498 - Secretaria do Turismo									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Crédito Suplementar									
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZAÇÃO/PRODUTO	E S F	G M D	R P D	M O D	J O U	F T E	VALOR
1166 Turismo Social no Brasil: Uma Visão de Futuro									
ATIVIDADES									
23.129	1166.4398	Qualificação de Profissionais Associados ao Segmento de Turismo							5.000.000
23.129	1166.4398.0001	Qualificação de Profissionais Associados ao Segmento de Turismo - Nacional	F	3	1	20	0	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.000.000

EM Nº 00074/2011/MP

Brasília, 20 de maio de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para propor Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011) crédito suplementar no valor global de R\$ 19.285.346,00 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais), em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, conforme discriminado a seguir:

R\$ 1,00		
Discriminação	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério da Fazenda	5.685.346	5.685.346
Comissão de Valores Mobiliários – CVM	5.685.346	5.685.346
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	8.600.000	8.600.000
Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI	8.600.000	8.600.000
Ministério do Turismo	5.000.000	5.000.000
Ministério do Turismo (Administração direta)	5.000.000	5.000.000
<b>Total</b>	<b>19.285.346</b>	<b>19.285.346</b>



2. No âmbito do Ministério da Fazenda, o crédito viabilizará a modernização da Comissão de Valores Mobiliários – CVM com o intuito de receber os novos servidores aprovados em concurso, cujo edital de homologação do resultado final foi publicado no Diário Oficial da União de 6 de maio de 2011. A modernização da Autarquia abrange a compra de mobiliário, a climatização de ambientes, a aquisição de equipamentos para manter e desenvolver a área de tecnologia da informação, bem como o desenvolvimento do sistema integrado de compras, que otimizará o processo licitatório da unidade.
3. No que tange ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, os recursos adicionais permitirão ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI o pagamento de despesas referentes a valores atrasados de contratos para a digitalização de todo o acervo da Autarquia, a aquisição de mobiliário para a transferência de algumas áreas do INPI para o novo imóvel alugado e de cerca de 550 monitores para a Diretoria de Patentes, a realocação de recursos para diárias e passagens e a realização de reforma emergencial do Prédio do Escritório de Difusão Regional de São Paulo.
4. Quanto ao Ministério do Turismo, o crédito possibilitará o fomento ao turismo de base local por meio da implementação de projetos para o desenvolvimento integrado e sustentável dessa atividade, preparando as localidades com potencial para se consolidarem como destinos turísticos, visando a oportunidade de se beneficiarem de mega eventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.
5. O presente crédito viabilizar-se-á por meio de Projeto de Lei, à conta de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.
6. Cabe destacar, por oportuno, que o crédito em questão decorre de solicitação formalizada pelos órgãos envolvidos, segundo os quais as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.
7. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 56, § 12, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011 - LDO-2011, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização das programações suplementadas, cuja execução fica condicionada aos limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do citado Decreto.
8. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

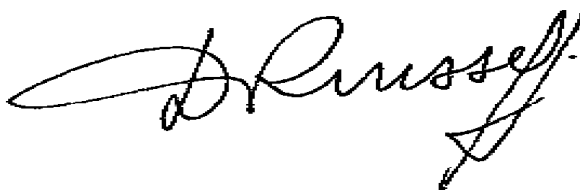
*Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior*

Mensagem nº 196

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$ 19.285.346,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 9 de junho de 2011.



**LEGISLAÇÃO CITADA****LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.**

.....

**Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

.....

**Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)**

**§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:**

**III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;**

.....

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

**Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

**§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:**

**I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;**

**II - disponham sobre:**

**a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;**

**b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;**

**c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)**

**d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;**

**e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)**

**f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)**

**§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.**

.....

**Art. 167. São vedados:**

**V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;**

**LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.**

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências.**

**Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.**

**§ 5º Acompanharão os projetos de lei concernentes a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.**

**§ 12. As exposições de motivos a que se refere o § 5º deste artigo, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei.**

**LEI Nº 12.381, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011.**

**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.**

**DECRETO Nº 7.445, DE 1º DE MARÇO DE 2011.**

**Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011 e dá outras providências.**

**Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto.**

**§ 1º Não se aplica o disposto no caput às dotações orçamentárias relativas:**

**I - aos grupos de natureza de despesa:**

- a) "1 - Pessoal e Encargos Sociais";**
- b) "2 - Juros e Encargos da Dívida"; e**
- c) "6 - Amortização da Dívida";**

**II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo V deste Decreto;**

**III - aos recursos de doações e de convênios; e**

**IV - às despesas relacionadas na Seção I do Anexo IV da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, e não constantes do Anexo VI deste Decreto.**

**§ 2º Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Investimentos Financeiros", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites constantes do Anexo I deste Decreto.**

## ANEXO I

## LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

R\$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		Despesa (*)		Obrigações		Total	
		Lei	Disponível	Lei	Disponível	Lei	Disponível
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(a+c)	(f)=(b+d)
28000	Presidência da República	3.226.030	2.544.314	63.671	63.671	3.289.702	2.607.985
28102	Vice-Presidência da República	3.590	3.223	133	133	3.633	3.356
30114	Advocacia-Geral da União	269.083	228.000	36.037	36.037	305.120	264.037
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.668.865	1.198.713	202.703	202.703	2.868.568	1.401.416
24000	Ministério da Ciência e Tecnologia	5.675.484	4.721.885	85.320	85.320	5.760.804	4.807.205
25000	Ministério da Fazenda	3.443.252	2.840.000	303.152	303.152	3.746.404	2.943.152
26000	Ministério da Educação	21.289.484	18.197.580	6.727.416	6.727.416	28.036.900	24.925.007
28000	Ministério do Desenv., Indústria e Comércio Exterior	827.891	622.493	20.528	20.528	848.419	643.021
30000	Ministério da Justiça	4.500.667	2.974.300	259.467	259.467	4.760.134	3.233.767
32000	Ministério de Minas e Energia	938.702	701.831	40.105	40.105	978.807	741.936
33000	Ministério da Previdência Social	1.855.286	1.500.000	310.667	310.667	2.165.953	1.810.667
35000	Ministério das Relações Exteriores	1.151.332	878.008	62.220	62.220	1.213.553	938.220
36000	Ministério da Saúde	12.782.795	12.204.092	50.327.800	50.327.800	63.110.595	62.531.892
38000	Ministério do Trabalho e Emprego	1.385.860	900.000	60.414	60.414	1.455.274	960.414
39000	Ministério dos Transportes	18.209.860	15.016.414	201.776	201.776	18.411.636	15.016.190
41000	Ministério das Comunicações	1.028.203	425.000	26.915	26.915	1.055.119	451.915
42000	Ministério da Cultura	1.307.376	778.986	28.663	28.663	1.336.039	808.649
44000	Ministério do Meio Ambiente	1.031.582	633.727	46.607	46.607	1.078.189	680.335
47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	962.924	775.550	305.642	305.642	1.268.566	1.081.192
49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.087.777	2.158.402	180.606	180.606	3.268.383	2.339.008
51000	Ministério do Esporte	2.371.508	850.000	3.222	3.222	2.374.731	853.222
52000	Ministério da Defesa	13.113.315	8.738.963	2.161.764	2.161.764	15.275.079	10.891.927
53000	Ministério da Integração Nacional	4.610.180	2.793.271	38.338	38.338	4.648.518	2.831.609
54000	Ministério do Turismo	3.652.438	570.000	3.415	3.415	3.655.853	573.415
55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	4.051.907	4.029.056	13.713.154	13.713.154	17.765.060	17.742.209
56000	Ministério das Cidades	21.076.261	12.498.812	43.751	43.751	21.120.012	12.542.562
58000	Ministério da Pesca e Aquicultura	524.837	214.000	1.991	1.991	526.828	215.991
71000	Escolas Financeiras da União	1.360.426	672.511	0	0	1.360.426	672.511
73000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	41.350	8.000	87.343	87.343	128.693	95.343
74902	Rec. Suprv. Fundo Finance. Est. Ensino Superior/FIES-MEC	141.423	141.423	0	0	141.423	141.423
74903	Rec. Suprv. Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-MDRC	60	60	0	0	60	60
74912	Rec. Suprv. Fundo Nacional de Cultura	800	800	0	0	800	800
TOTAL		136.606.759	100.407.636	75.342.822	75.342.822	211.951.582	175.750.460

(A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

**SENADO FEDERAL****ATA DA 102ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA,  
EM 17 DE JUNHO DE 2011**

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 100, de 18 de junho de 2011)

**RETIFICAÇÕES**

À página 24088, segunda coluna, *onde se lê*:

**ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 12, DE 2011**

*Leia-se:*

**SENADO FEDERAL  
ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 12, DE 2011**




---

À página 24090, segunda coluna, *onde se lê*:

Sala da Reuniões, 16 de julho de 2011.

*Leia-se:*

Sala de Reuniões, 16 de junho de 2011.



---

À página 24096, republique-se, por erro gráfico, na íntegra, o  
Requerimento nº 758, de 2011:



**REQUERIMENTO Nº 758, DE 2011**

Requeiro, em virtude do falecimento do Deputado Luciano Moreira (PMDB-MA) nos termos do art. 218, combinado com o art. 220 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Maranhão; e
- c) levantamento da sessão.

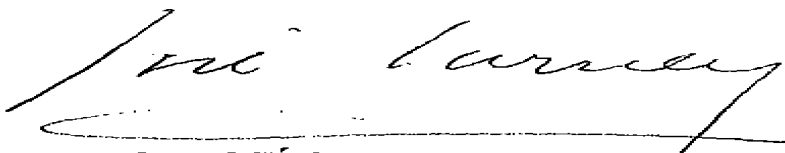
O deputado Luciano Fernandes Moreira, representante do Estado do Maranhão pelo PMDB, nascido em 29/7/1952, filho de Oliver Moreira de Carvalho e Eleonora Fernandes Moreira, elegeu-se Deputado Federal em 2010.

Era membro dos seguintes colegiados na Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação; Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; Comissão Especial do PL 8035/10 que trata do Plano Nacional de Educação; e do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica.

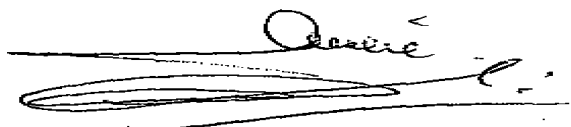
Teve atuação no início de sua carreira de administrador no Governo do Ceará e por volta de 1990 foi para o Maranhão, onde foi Secretário de Estado do Governo. Recebeu a Medalha Mérito Maçônico Guimarães de Souza, Grande Oriente do Brasil em São Luís, MA. Formado em Economia, possuía Mestrado em Gestão Pública pela Universidade Estadual do Maranhão e escreveu o livro "Reforma do Estado e Cidadania: Contexto Maranhão".

Foi um homem que dedicou sua vida ao serviço público, sendo por sua capacidade, conhecimento e experiência recrutado para organização administrativa em vários estados, como Ceará, Maranhão e Roraima, onde promoveu reformas no serviço público, notadamente na educação. Mas foi no Maranhão, onde fixou residência, como terra de sua adoção e amor, que se destacou como político respeitado, pela sua seriedade e dedicação. Sua morte causou uma comoção geral no Estado, que sofre uma grande perda.

Sala das Sessões, 17 de junho de 2011.



SENADOR JOSÉ SARNEY



À página 24241, primeira coluna, por erro gráfico, *onde se lê:*

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA AO PROCESSADO PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 6 DE OUTUBRO DE 2009

*Leia-se:*

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA AO PROCESSADO PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

RESOLUÇÃO Nº 115, DE 6 DE OUTUBRO DE 2009

## **SENADO FEDERAL**

### **ATA DA 105ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 21 DE JUNHO DE 2011**

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 102**, de 22 de junho de 2011)

### **RETIFICAÇÕES**

À página 24880, *onde se lê:*

#### **REQUERIMENTO Nº 761, DE 2011**

Nos termos do artigo 160 do Regimento Interno, requeremos que o Período do Expediente da Sessão do dia 23 de agosto de 2011, terça-feira, seja destinado a reverenciar a memória do Cineasta, Ator e Escritor Glauber Rocha, pela passagem dos 30 anos de seu falecimento, ocorrido em 2 de agosto de 1981.

*Leia-se:*

#### **REQUERIMENTO Nº 761, DE 2011**

Nos termos do artigo 160 do Regimento Interno, requeremos que o Período do Expediente da Sessão do dia 23 de agosto de 2011, terça-feira, seja destinado a reverenciar a memória do Cineasta, Ator e Escritor Glauber Rocha, pela passagem dos 30 anos de seu falecimento, ocorrido em 22 de agosto de 1981.

---



Às páginas 24883 e 24884, *onde se lê*:

Ofício nº 863/11/SGM-P

Brasília, 16 de junho de 2011

Assunto: Encaminha Mensagem para juntar ao processado

Senhor Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser juntada ao processado, a Mensagem nº 153, de 2011, do Poder Executivo, que solicita a retirada da Mensagem nº 1.418, de 1999, apreciada nesta Casa na forma do PDC 384, de 1999, que “Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Consular entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países, celebrado em Lisboa, em 17 de abril de 1999”.

Informo, por oportuno, que a referida proposição foi aprovada por esta Casa e encaminhada ao Senado Federal por meio do Ofício n. 376/10/PS-GSE, de 28/04/10.

Atenciosamente,

Deputado Marcio Maia, Presidente

*Leia-se:*

Ofício nº 863/11/SGM-P

Brasília, 16 de junho de 2011

Assunto: Encaminha Mensagem para juntar ao processado

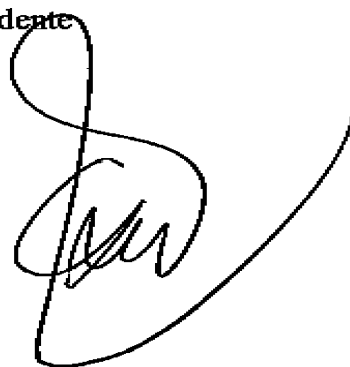
Senhor Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser juntada ao processado, a Mensagem nº 153, de 2011, do Poder Executivo, que solicita a retirada da Mensagem nº 1.418, de 1999, apreciada nesta Casa na forma do PDC 384, de 1999, que “Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Consular entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países, celebrado em Lisboa, em 17 de abril de 1999”.

Informo, por oportuno, que a referida proposição foi aprovada por esta Casa e encaminhada ao Senado Federal por meio do Ofício n. 376/10/PS-GSE, de 28/04/10.

Atenciosamente,

Deputado Marco Maia, Presidente



# SENADO FEDERAL

## ATA DA 109ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 28 DE JUNHO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 106, de 29 de junho de 2011)

### RETIFICAÇÕES

À página 25602, no sumário, 1ª coluna,

onde se lê:

**1.3.3 – Escolha de membro a ser indicado pelo Senado Federal para compor o Conselho Nacional de Justiça**

Esclarecimento ao Plenário de que os Pareceres nºs 367 e 368, de 2011, sobre os Ofícios “S” nºs 21 e 22, de 2011, correspondem às indicações de Lideranças do Senado Federal para o Conselho Nacional de Justiça, respectivamente, dos Senhores Marcelo da Costa Pinto e Bruno Dantas Nascimento. **Aprovado o Parecer nº 368, de 2011, e rejeitado o Parecer nº 367, de 2011.** (Votação por cédula)

Leia-se:

**1.3.3 – Escolha de membro a ser indicado pelo Senado Federal para compor o Conselho Nacional de Justiça**

Esclarecimento ao Plenário de que os Pareceres nºs 367 e 368, de 2011, sobre os Ofícios “S” nºs 21 e 22, de 2011, correspondem às indicações de Lideranças do Senado Federal para o Conselho Nacional de Justiça, respectivamente, dos Senhores Marcelo da Costa Pinto e Bruno Dantas Nascimento. **Aprovado o Parecer nº 368, de 2011, e prejudicado o Parecer nº 367, de 2011.** (Votação por cédula)

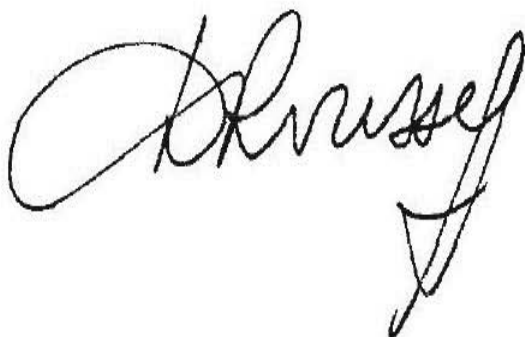
À página 25707, primeira coluna, publique-se, por omissão,  
a **Mensagem nº 97, de 2011:**

**MENSAGEM**  
**Nº 97, DE 2011**  
**(nº 228/2011, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, proponho a Vossas Excelências seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de USD 16,649,600.00 (dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Paranaguá, Estado do Paraná, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial do “Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Paranaguá – Paranaguá Rumo Certo”, no âmbito do Programa “Procidades”, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Brasília, 24 de junho de 2011.



EM Nº 83/2011 - MF

Brasília, 13 de junho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

O Município de Paranaguá, do Estado do Paraná (PR), requereu a este Ministério a garantia da República Federativa do Brasil para a contratação de operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de USD 16,649,600.00 (dezesesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, visando ao financiamento parcial do “Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Paranaguá – Paranaguá Rumo Certo”, no âmbito do Programa “Procidades”.

2. A Constituição da República de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, consoante o art. 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante a Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e a Resolução nº 43, de 2001, e respectivas alterações posteriores.

3. O Programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), de que trata o Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000.

4. A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao Mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito, sob a condição do cumprimento do que foi estipulado como condição especial prévia ao primeiro desembolso, nos termos da minuta de contrato de empréstimo, à celebração do contrato de contragarantia e à verificação da adimplência do Município perante a União e suas entidades controladas.

5. O Banco Central do Brasil efetuou o credenciamento da operação sob o Registro de Operações Financeiras (ROF) TA571630, de 4 de fevereiro de 2011.

6. A seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais, concluindo não haver óbice legal à contratação da operação de crédito e à concessão da garantia por parte da República Federativa do Brasil, desde que observadas as condições elencadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

7. Em razão do acima exposto, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar à Presidência da República que envie Mensagem ao Senado Federal, a fim de submeter à apreciação daquela Casa o pedido de autorização para contratação da operação de crédito externo, bem como para concessão da garantia da República Federativa do Brasil nos termos descritos na presente Exposição de Motivos.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Guido Mantega*



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS**

**PARECER**

**PGFN/COF/Nº 981/2011**

Proposta de operação de crédito externo a ser celebrada entre o Município de Paranaguá, Estado do Paraná (PR), e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 16,649,600.00 ~~(dezoito milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares dos Estados Unidos da América)~~, de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Paranaguá – Paranaguá Rumo Certo", no âmbito do Programa "PROCIDADES"

Contratação sujeita à autorização do Senado Federal. Aplicação do art. 52, inciso V, da Constituição da República; Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974; Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967; Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e das Resoluções nº 43, consolidada e republicada em 10 de abril de 2002, e nº 48, de 21 de dezembro de 2007, ambas do Senado Federal, em suas versões atualizadas

**- I -**

Vem à análise da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a anexa proposta de celebração de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil<sup>1</sup>, para exame e parecer que antecede à análise autorizativa do Senado Federal de que trata o art. 52, inciso V, da Constituição da República<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Processo Administrativo nº 17944.001322/2010-07

<sup>2</sup> "Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;"

2. A operação possui as seguintes características:

(i) **PEDIDO:** formulado pelo Senhor Prefeito do Município de Paranaguá, Estado do Paraná (PR), juntado às fls. 2/7, dos autos sob análise;

(ii) **MUTUÁRIO:** Município de Paranaguá;

(iii) **MUTUANTE:** o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da República Federativa do Brasil, Organismo Internacional do qual a República Federativa do Brasil faz parte;

(iv) **VALOR:** de até USD 16,649,600.00 (dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal;

(v) **FINALIDADE:** financiamento parcial, no âmbito do Programa “PROCIDADES”<sup>3</sup>, para o “PROGRAMA INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E URBANO DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ – PARANAGUÁ RUMO CERTO”, que tem como objetivo “contribuir para a melhoria de vida dos residentes do Município de Paranaguá, por meio da implantação de projetos de desenvolvimento urbano e social, de macrodrenagem e de mobilidade urbana, além de ações para o fortalecimento da gestão municipal” (PARECER nº 499/2011-COPEM/STN, de 9 de maio de 2011, juntado às fls. 534/541; cf. item 3).

---

<sup>3</sup> O Programa “PROCIDADES”, que é mecanismo aprovado pelo BID em 11 de outubro de 2006, cujos desembolsos podem ser realizados em reais, destinado a municípios brasileiros, com o objetivo de financiar projetos municipais de desenvolvimento urbano integrado.

**- II -****ANÁLISE PELA COFIEIX**

3. A preparação do Programa foi objeto de análise prévia da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX), de que trata o Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000, em cuja RECOMENDAÇÃO nº 993, de 13 de dezembro de 2007, aprovada pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 13 de dezembro de 2007 (cf. fls. 9), estabeleceu-se limite para a operação de crédito no valor de até USD 15,136,000.00 (quinze milhões e cento e trinta e seis mil dólares dos Estados Unidos da América) e, para a contrapartida municipal, de até USD 21,864,000.00 (vinte e um milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil dólares dos Estados Unidos da América).

4. A RESOLUÇÃO COFIEIX nº 505, de 10 de março de 2010, autorizou o incremento de até 10% (dez por cento) no limite de valor para o empréstimo e prorrogou, até o dia 8 de janeiro de 2011, o prazo estipulado na referida RECOMENDAÇÃO nº 993, de 2007 (fls. 10).

**- III -****DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO**

5. O empréstimo será concedido pelo BID, Organismo Internacional do qual a República Federativa do Brasil faz parte.

6. O Mutuário é o Município de Paranaguá, do Estado do Paraná (PR), pessoa jurídica de Direito Público Interno, a quem incumbe praticar os atos de natureza financeira previstos contratualmente, e também compete fazer constar, em momento oportuno, em suas



propostas orçamentárias, os recursos necessários para o pagamento dos compromissos assumidos.

7. As formalidades prévias à contratação são aquelas prescritas na Constituição da República Federativa do Brasil; no Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974; na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; na versão atualizada das Resoluções do Senado Federal nº 43, consolidada e republicada em 10 de abril de 2002, e nº 48, de 21 de dezembro de 2007; na Portaria nº 497, de 27 de agosto de 1990, alterada pela Portaria nº 650, de 1º de outubro de 1992, ambas do então Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, como se acham em vigor; e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes.

#### **AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA DO MUTUÁRIO**

8. A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 3.027, de 8 de dezembro de 2009 (fls. 123/124), autorizou o Poder Executivo do Mutuário a contratar a operação de crédito no valor de até USD 16,700,000.00 (dezesesseis milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), com o BID, para financiar parcialmente o aludido Programa.

9. O mesmo diploma legal autorizou o oferecimento das cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 158 e 159, incisos I e II, complementadas pelas receitas tributárias próprias previstas no art. 156, consoante o § 4º do art. 167, todos da Constituição da República, como contragarantia à garantia da União.

#### **PLANO PLURIANUAL E ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS**

10. Verificou a STN, nos termos do item 10, do referido PARECER nº 499/2011-COPEM/STN, que a LEI MUNICIPAL Nº 3.053, de 22 de dezembro de 2009, e os respectivos



anexos (fls. 184/203), que dispõem sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2010/2013, “contemplam ações para o Programa em análise”, e que a Declaração do Senhor Prefeito de Paranaguá (fls. 420/423), indica que “a ação e os valores previstos para o Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano –Paranaguá – Rumo Certo”.

11. Também apontou a STN, após análise da LEI MUNICIPAL nº 3.128, de 9 de dezembro de 2010 (fls. 371/391), e da Declaração conjunta do Senhor Secretário Municipal de Finanças e do Senhor Prefeito (fls. 420/423), que “o mutuário dispõe das dotações necessárias para dar início à execução do Programa” (cf. itens 11/12, do citado Parecer).

#### ASPECTOS FISCAIS DO MUTUÁRIO

12. Os itens 14/22 e 24/25 do PARECER nº 499/2011-COPEM/STN contêm apreciação, sem ressalvas, quanto aos limites para concessão de garantia pela União, bem como em relação aos limites de endividamento do Município de Paranaguá, respectiva capacidade de pagamento, situação em relação aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União, margens disponíveis e qualidade das contragarantias oferecidas à União.

13. O Município está adimplente perante as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SISBACEN/CADIP), de acordo com o item 23, do mesmo Parecer.

14. Relativamente à adimplência do Mutuário junto à União e suas entidades controladas, com vistas à concessão da garantia, esta é verificada mediante consulta aos números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), relativamente aos

órgãos da Administração Direta, notadamente para efeitos do art. 40, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, sendo que, a tal propósito, não há registro de pendência em relação ao ente, conforme consulta feita, nesta data, ao Subsistema “CAUC – REGULARIDADE SIAFI” (fls. 567).

15. O Senhor Prefeito de Paranaguá atestou, em 18 de março de 2011, que a lista de CNPJs constante da lista do Subsistema CAUC está atualizada com relação aos órgãos da Administração Direta do ente (cf. fls. 363/369).

16. Em relação ao último exercício analisado e julgado — *ano de 2009* —, e aos exercícios ainda não analisados — *anos de 2010 e 2011 (em curso)* —, foi apresentada certidão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), datada de 1º de abril 2011 (fls. 453/454), que revelou cumprimento, pelo ente interessado, das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal a que se refere o art. 21, inciso IV, alíneas “a” e “b”, da Resolução nº 43, de 2001<sup>5</sup>, do Senado Federal, e dos limites constitucionais de gastos mínimos com educação e saúde (art.

<sup>4</sup> Art. 40. Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto neste artigo, as normas do art. 32 e, no caso da União, também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal.

§ 1º A garantia estará condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e à adimplência da entidade que a pleitear relativamente a suas obrigações junto ao garantidor e às entidades por este controladas, ( ) (destacou-se)

<sup>5</sup> Art. 21. Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios encaminharão ao Ministério da Fazenda os pedidos de autorização para a realização das operações de crédito de que trata esta Resolução, acompanhados de proposta da instituição financeira, instruídos com:

( );

IV - certidão expedida pelo Tribunal de Contas competente atestando:

a) em relação às contas do último exercício analisado, o cumprimento do disposto no § 2º do art. 12; no art. 23; no art. 33; no art. 37; no art. 52; no § 2º do art. 55; e no art. 70, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000;

b) em relação às contas dos exercícios ainda não analisados, e, quando pertinente, do exercício em curso, o cumprimento das exigências estabelecidas no § 2º do art. 12; no art. 23; no art. 52; no § 2º do art. 55; e no art. 70, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000, de acordo com as informações constantes nos relatórios resumidos da execução orçamentária e nos de gestão fiscal;<sup>6</sup>



198<sup>6</sup> e 212, §§ 2º e 3º<sup>7</sup>, da Constituição, c.c. arts. 25, § 1º, inciso IV, alínea “b”<sup>8</sup>, e 40, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal).

<sup>6</sup> \*Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- III - participação da comunidade.

§ 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único renumerado para § 1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:

- I - no caso da União, na forma definida nos termos da lei complementar prevista no § 3º;
- II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;
- III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º

§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá:

- I - os percentuais de que trata o § 2º;
- II - os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;
- III - as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;
- IV - as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União.”

<sup>7</sup> Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no “caput” deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.”

17. Ainda quanto aos exercícios não analisados — *anos de 2010 e 2011 (em curso)* —, foi juntada Declaração do Chefe do Poder Executivo do Mutuário, de 16 de maio de 2011, atestando o cumprimento pelo ente dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal mencionadas no art. 21, inciso IV, alínea “c”<sup>10</sup>, da Resolução nº 43, de 2001 (fls. 566).

**PARECER FAVORÁVEL DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

18. Considerando os documentos constantes dos autos, a STN emitiu o aludido PARECER nº 499/2011-COPEM/STN, em que descreve as condições financeiras da operação de crédito, atesta o cumprimento das condições necessárias à contratação e à concessão da garantia, e presta as demais informações pertinentes, manifestando-se favoravelmente à contratação do contrato de empréstimo externo, sob as seguintes condições: (i) verificação do

---

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.”

8 “Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;”

9 “Art. 40 “omissis”

§ 2º No caso de operação de crédito junto a organismo financeiro internacional, ou a instituição federal de crédito e fomento para o repasse de recursos externos, a União só prestará garantia a ente que atenda, além do disposto no § 1º, as exigências legais para o recebimento de transferências voluntárias.” (*grifos não originais*)

10 “c) a certidão deverá ser acompanhada de declaração do chefe do Poder Executivo de que as contas ainda não analisadas estão em conformidade com o disposto na alínea a;”



atendimento das condições especiais prévias ao primeiro desembolso e o grau de atendimento às demais condições de primeiro desembolso; (ii) certificação de adimplência com a União e suas entidades controladas; e (iii) celebração de contrato de contragarantia.

19. Transcreve-se, por oportuno, o teor dos itens 26 e 27, do supramencionado PARECER nº 499/2011-COPEM/STN, cuja redação classificou as seguintes condições de primeiro desembolso como condições de celebração contratual:

“26. Encontram-se às fls. 285/337 as minutas contratuais do Acordo de Empréstimo para o Programa em tela. O primeiro desembolso dos cursos do Financiamento está condicionado a que se cumpram, de forma que o BID considere satisfatória, além das condições prévias estipuladas no Artigo 4.01 das Normas Gerais, a constituição oficial da Unidade de Gestão do Programa (UGP) e a designação oficial dos funcionários de sua equipe básica; bem como a seleção do sistema de gestão e controle financeiro-contábil do Programa.

27 De modo a evitar o pagamento desnecessário de comissão de compromisso, bem como a permitir uma boa execução do Programa, entendemos que, preliminarmente à formalização dos instrumentos contratuais, deva ser verificado, pelo Ministério da Fazenda, o grau de cumprimento das mencionadas condicionalidades mediante, inclusive, manifestação prévia do respectivo credor ”

#### DA MINUTA DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO EXTERNO

20. O empréstimo será concedido pelo BID, sendo certo que na respectiva minuta contratual foram estipuladas as cláusulas usuais de tais operações (cf. fls. 285/329).

21. Cumpre ressaltar que o preceito contido no art. 42, § 5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993<sup>11</sup>, faculta, em realização de obras com recursos provenientes de organismo

<sup>11</sup> “§ 5º Para a realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte,

financeiro internacional, a aplicação de regras e ritos específicos licitatórios exigidos pelo organismo internacional, no caso, o BID.

22. Na minuta, foi observado, ainda, o disposto no art. 8º da Resolução nº 48 de 2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

#### **MANIFESTAÇÃO JURÍDICA DO MUTUÁRIO**

23. Para fins do disposto no art. 32, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e da Portaria MEFP nº 497, de 1990, alterada pela Portaria MEFP nº 650, de 1992, o Município apresentou Parecer Jurídico colacionado às fls. 544/549, de 14 de abril de 2011, em que se manifestou pela legalidade das cláusulas constantes da minuta de contrato de empréstimo em questão.

#### **CREDENCIAMENTO DA OPERAÇÃO PERANTE O BACEN**

24. O Banco Central do Brasil (BACEN) credenciou o Mutuário a negociar a operação, com base nas informações do Ofício nº 28/2011/DEPEC/DICIN-SUREC, de 16 de maio de 2011, sob o Registro de Operações Financeira (ROF) TA571630, de 4 de fevereiro de 2011 (fls. 564).

---

poderão ser admitidas, na respectiva licitação, as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimentos daquelas entidades, inclusive quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas exigidos para a obtenção do financiamento ou da doação, e que também não conflitem com o princípio do julgamento objetivo e sejam objeto de despacho motivado do órgão executor do contrato, despacho esse ratificado pela autoridade imediatamente superior.”

- IV -

25. Diante do exposto, poderá o assunto ser submetido à consideração do Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que, em entendendo cabível, encaminhe a matéria para exame e final pronunciamento do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição da República, ressalvando-se que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser formalizado o contrato de contragarantia e cumprido o que foi estipulado como condição especial prévia para o primeiro desembolso, tal como previsto na minuta do contrato de empréstimo, bem como comprovada a adimplência do Município perante a União e suas entidades controladas.

É o parecer que se submete à superior consideração.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO,  
em 19 de maio de 2011.

  
**CARLOS ANTÔNIO CORRÊA DE VIANA BANDEIRA**  
Procurador da Fazenda Nacional

De acordo. À consideração superior.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO,  
em 19 de maio de 2011.

  
**SÔNIA PORTELA**  
Coordenadora-Geral

Aprovo o Parecer. Encaminhe-se o assunto à Secretaria-Executiva (SE-MF) e, em seguimento, à análise do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 19 de maio de 2011.

  
**LIANA DO REGO MOTTA VELOSO**  
Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal e Financeira





Nota nº 3 68 /2011/COREM/STN

Em 02 de maio de 2011.

**ASSUNTO: Capacidade de pagamento  
do Município de Paranaguá/PR referente  
à operação de crédito com o BID.**

---

1. A Coordenação-Geral de Operação de Crédito de Estados e Municípios - COPEM solicitou, por intermédio do Memorando nº 203/2011/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 31/03/2011, a avaliação da capacidade pagamento do Município de Paranaguá/PR, para a realização de operação de crédito com ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor correspondente a US\$ 16.649.600,00, destinados ao "Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano – Paranaguá Rumo Certo".

2. Os critérios utilizados para os cálculos são os estabelecidos na Portaria MF nº 89, de 25/04/1997. Foi apurado o resultado primário médio ponderado de catorze exercícios e a necessidade de financiamento, utilizando-se dados efetivamente realizados no período de 2007 a 2010 e projeções para os anos de 2011 a 2020, conforme anexos.

3. Da análise retrospectiva, constatou-se que o município apresentou resultados primários positivos nos quatro exercícios da série, sem a geração de necessidades de financiamento líquida. Entretanto, foi observada a necessidade de financiamento bruta em todos os anos.

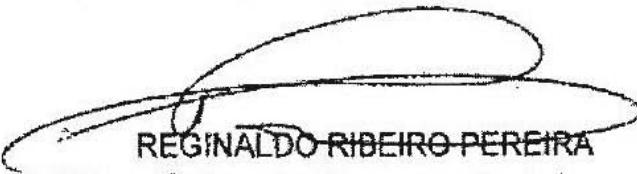


4. Nas projeções feitas para o período de 2011 a 2020 foram apurados resultados primários negativos nos exercícios 2011 a 2014, período em que se concentram as liberações do financiamento pretendido. As necessidades de financiamento líquida e bruta foram observadas para o período 2011/2014.


5. Assim, a classificação da situação financeira do Município se manteve na categoria "B", conforme a Portaria MF nº 89/1997, ou seja, a média ponderada do resultado primário para o período de 14 exercícios foi positivo e não apresenta necessidade de financiamento líquida, apresentando, porém, considerada a média, necessidade de financiamento bruta

6. Acrescenta-se que o Município de Paranaguá/PR não possui contrato de renegociação de dívidas com a União.

À consideração superior.



REGINALDO RIBEIRO PEREIRA  
Analista de Finanças e Controle



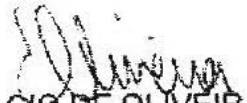
RUY TAKEO TAKAHASHI  
Gerente da GEREM/COREM

À consideração do Sr. Coordenador-Geral da COREM/STN.



RICARDO BOTELHO  
Coordenador da COREM/STN

De acordo. Encaminhe-se ao Coordenador-Geral da COPEM/STN.



EDÉCIO DE OLIVEIRA  
Coordenador-Geral da COREM



Processo nº 17944.001322/2010-07  
Município de Paranaguá - PR

**PARECER Nº 499 /2011 - COPEM/STN**

Brasília, 09 de maio de 2011.

**ASSUNTO:** Operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e a Prefeitura Municipal de Paranaguá, no valor de US\$ 16.649.600,00 (dezesesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares). Recursos destinados ao financiamento parcial do Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Paranaguá - Paranaguá Rumo Certo.

**PEDIDO DE CONCESSÃO DE GARANTIA**

**RELATÓRIO**

1. Trata o presente parecer de pedido de concessão de garantia da União à operação de crédito externo, de interesse da Prefeitura Municipal de Paranaguá – PR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 16.649.600,00 (dezesesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares) destinados ao financiamento parcial do Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano - Paranaguá no Rumo Certo.

**RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS - COFIEIX**

2. A Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX, por meio da Recomendação nº 993, de 13/12/2007 (fls. 08/09), homologada pelo Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em 13/12/2007, recomendou a preparação do Programa no valor de até US\$ 15.136.000,00 (quinze milhões, cento e trinta e seis mil dólares), com contrapartida de US\$ 21.864.000,00 (vinte e um milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil dólares). A referida recomendação foi alterada pela Resolução COFIEIX nº 505, de 10/03/2010, que autorizou o incremento de até 10% (dez por cento) no valor do empréstimo e prorrogou, até 08/01/2011, o seu prazo de validade, sem prejuízo dos demais termos da referida Recomendação.

**OBJETIVOS DO PROGRAMA, ARRANJO INSTITUCIONAL E ANÁLISE DE CUSTO-BENEFÍCIO**

3. O objetivo do Programa é contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos residentes do Município de Paranaguá, por meio da implantação de projetos de desenvolvimento urbano e social, de macrodrenagem e de mobilidade urbana, além de ações para o fortalecimento da gestão municipal.

4. O programa está estruturado em três componentes: Infraestrutura Urbana, que inclui obras de mobilidade e transporte, bem como de macrodrenagem; Desenvolvimento Social, que prevê



investimentos na infraestrutura social necessária para melhorar as condições físicas e ampliar a cobertura da rede municipal de educação e saúde; e Fortalecimento Institucional, que financiará ações de atualização de registros, cadastros, bem como implantação de rede de telecomunicações e aquisição de equipamentos.

## FLUXO FINANCEIRO

5. De acordo com informações do interessado (fls. 48), o Programa contará com investimentos totais de US\$ 37.000.000,00, sendo US\$ 16.649.600,00 (dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares) financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e o restante proveniente da contrapartida municipal, conforme quadro abaixo:

Ano	Liberações	Contrapartida
2011	1.631.710,00	6.106.290,00
2012	3.700.400,00	3.682.260,00
2013	4.043.050,00	3.808.760,00
2014	5.048.040,00	4.684.390,00
2015	2.226.400,00	2.068.700,00
<b>TOTAL</b>	<b>16.649.600,00</b>	<b>20.350.400,00</b>

## CONDIÇÕES FINANCEIRAS

6. Conforme minuta do contrato de empréstimo (fls. 285/337), as condições financeiras da operação de crédito em foco, inseridas no Sistema de Registro de Operações Financeiras – ROF, do Banco Central do Brasil, sob o registro TA571630 (fls. 520/527), objeto de manifestação favorável desta Secretaria, serão as seguintes:

<b>Credor</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
<b>Valor da Operação</b>	US\$ 16.649.600,00 (dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares)
<b>Modalidade</b>	Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR
<b>Desembolso</b>	5 (cinco) anos, contados a partir da vigência do contrato
<b>Opções de conversão</b>	O mutuário poderá exercer a “Opção de Conversão dos Desembolsos de Moeda” e/ou a “Opção de Conversão de Moeda dos Saldos Devedores”
<b>Amortização do saldo devedor em Dólares</b>	Parcelas semestrais e consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira 5 anos após a data de vigência do contrato e a última até 25 anos após essa data. Os pagamentos deverão ocorrer no dia 15 dos meses de abril ou outubro de cada ano.
<b>Amortização do saldo devedor em Reais</b>	Será fixada para cada desembolso convertido para reais. As condições oferecidas pelo BID ao mutuário constarão da “Carta de Cotação Indicativa da Conversão de Desembolso ao Mutuário” e da “Carta de Notificação da Conversão de Desembolso”.

<b>Juros aplicáveis para saldo devedor em dólares</b>	Exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do Empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID, e composta pela (a) taxa de juros LIBOR trimestral para dólar norte-americano; b) mais ou menos uma margem de custo relacionada aos empréstimos do BID que financiam os empréstimos do Mecanismo Unimonetário com taxa de juros baseada na LIBOR; e c) mais a margem (spread) para empréstimos do capital ordinário.
<b>Juros aplicáveis para saldo devedor em reais</b>	No caso de conversão de moeda, o BID indicará por meio das Cartas de Notificação, a Taxa de Juros Base, que significa a taxa de juros equivalente no mercado de BRL à soma de: (i) a taxa USD LIBOR para 3 meses, mais (ii) dez (10) pbs. A Taxa de Juros Base será determinada para cada Conversão em função de: (i) Taxa Fixa de Juros Aplicada a um Montante Nominal Corrigido pela Inflação; (ii) o Cronograma de Pagamentos; (iii) a Data da Conversão, e (iv) o montante nominal de cada Conversão.
<b>Comissão de Compromisso</b>	A ser estabelecida periodicamente pelo Banco e calculada sobre o saldo não desembolsado do Financiamento, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato. Em caso algum poderá exceder ao percentual de 0,75% a.a.
<b>Despesas de Inspeção e Supervisão Geral</b>	Por decisão da política atual, o Banco não cobrará montante para atender despesas com inspeção e supervisão geral. Conforme revisão periódica de suas políticas, este notificará ao mutuário um valor devido em um semestre determinado, que não poderá ser superior a 1% do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.
<b>Outras Informações</b>	O mutuário poderá, com o consentimento por escrito do Fiador, e desde que sejam respeitados os termos e condições estabelecidos na cláusula 3.04 do contrato de empréstimo (normas gerais), solicitar ao Banco: (i) conversão para uma Taxa de Juros Fixa, de parte ou totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na Libor, e (ii) uma nova conversão de parte ou da totalidade dos saldos devedores do Empréstimo calculados a uma Taxa de Juros Fixa para a Taxa de Juros Baseada na Libor. Os prazos e montantes mínimos requeridos para as conversões estão estabelecidos na Cláusula 3.04 do contrato de empréstimo (normas gerais). Os custos decorrentes da realização das opções de conversão serão repassados pelo Banco ao Mutuário.

Obs: Datas para a solicitação da conversão dos desembolsos para reais:

O Programa "PROCIDADES" possibilita a realização de até quatro conversões por ano. As solicitações deverão ser efetuadas pelo Município até o dia 15 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Caso o Banco efetue tais Conversões, os correspondentes desembolsos serão efetuados entre os dias 8 e 20 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano.

Montante mínimo para a solicitação de conversão

O Banco efetuará Conversões referentes a este Empréstimo e/ou a outros empréstimos do Mecanismo "PROCIDADES", por um montante agregado mínimo equivalente a US\$ 3.000.000,00



(três milhões de dólares dos Estados Unidos da América) de desembolsos convertidos e US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) para conversões de Saldo Devedor.

7. Foi anexado ao presente parecer e ao processo (fls. 505), o cálculo estimativo do serviço da dívida, bem como do custo efetivo médio da operação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, situado em 5,85 % a.a., flutuante conforme a variação da LIBOR. Considerando o custo atual da curva média de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional, a operação encontra-se em patamares aceitáveis para esta Secretaria.

## **REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS**

8. Relativamente ao disposto na Lei Complementar n.º 101/00, nas Resoluções do Senado Federal n.º 40/2001, n.º 43/2001 e n.º 48/2007 e na Portaria MEFP n.º 497/90, e alterações, com vistas à concessão da garantia da União, vale ressaltar o seguinte:

### **I – VERIFICAÇÃO DOS LIMITES PREVISTOS NO ART. 32 DA LRF**

9. Mediante Parecer n.º 386/2011 - COPEM/STN - COPEM/STN, de 15/04/2011 (fls. 496/501), esta Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM pronunciou-se quanto aos limites e condições para a contratação de operação de crédito externo pela Prefeitura Municipal de Paranaguá - PR, tendo sido cumpridas as exigências dispostas nas Resoluções do Senado Federal n.º 40/2001 e 43/2001 e suas alterações, e atendidos os requisitos mínimos previstos no art. 32 da LRF. Entretanto, por tratar-se de operação com a garantia da União, a análise acerca dos aspectos orçamentários foi realizada no âmbito deste Parecer.

### **II - INCLUSÃO NO PLANO PLURIANUAL**

10. A Lei Municipal n.º 3.053, de 22/12/2009 (fls. 184), dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2010/2013, com os respectivos anexos (fls. 185/203) que contemplam ações para o Programa em análise. Complementarmente, cabe destacar que a Declaração do Chefe do Poder Executivo (fls. 420/423) da Prefeitura Municipal de Paranaguá - PR indica a ação e os valores previstos para o Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano - Paranaguá Rumo Certo.

### **III - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**

11. A Lei Municipal n.º 3.128, de 09/12/2010, (fls. 371/391), que estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2011, contempla dotações para o Programa no referido ano. O quadro de detalhamento da despesa encontra-se às fls. 392/416. Complementarmente, às fls. 420/423, consta Declaração do Chefe do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Paranaguá - PR, informando que o ingresso dos recursos externos, no valor de R\$ 3.266.870,00, a contrapartida municipal, no valor de R\$ 22.109.590,00, e o pagamento do dispêndio da operação, no montante de R\$ 1.092.000,00, estão consignados na Lei Orçamentária de 2011. Declara, ainda, que os recursos necessários ao serviço da dívida no primeiro ano da operação de financiamento externo estão contemplados no Orçamento de 2011. Ficando garantida ainda a suplementação dos recursos em caso de ocorrência de acréscimos eventuais.

12. Assim, considerando as informações prestadas pelo Município, entende-se que o mutuário dispõe das dotações necessárias para dar início à execução do Programa.

#### **IV - AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA – Contratação e Contragarantias à Garantia da União**

13. A Lei Municipal nº 3.027, de 08/12/2009 (fls. 123/124) autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no montante de até US\$ 16.700.000,00 (dezesseis milhões e setecentos mil dólares), destinado ao financiamento do Programa em questão. Dispõe que o Poder Executivo do Município está autorizado a vincular como contragarantias à garantia da União, as parcelas necessárias e suficientes das receitas a que se referem os artigos 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

#### **V - LIMITES PARA CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO**

14. De acordo com as informações contidas no Relatório de Gestão Fiscal da União para o 3º quadrimestre de 2010 (fls. 510), há margem, na presente data, para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no artigo 9º da Resolução do Senado Federal nº 48/2007.

#### **VI - CAPACIDADE DE PAGAMENTO E ASPECTOS FISCAIS DO ESTADO**

15. Segundo a análise da capacidade de pagamento consignada na Nota nº 368/2011 - COREM/STN, de 02/05/2011 (fls. 506/509), a Prefeitura Municipal de Paranaguá - PR foi classificado na categoria "B", suficiente, portanto, para o recebimento da garantia da União, nos termos da Portaria MF nº 89, de 25/04/1997.

16. Ressaltamos que a citada Nota informa que o Município não possui contrato de renegociação de dívidas com a União.

#### **VII- CONTRAGARANTIAS À GARANTIA DA UNIÃO E MARGEM DISPONÍVEL**

17. Conforme mencionado, o Poder Executivo do Município está autorizado a vincular como contragarantias à garantia da União, as parcelas necessárias e suficientes das receitas a que se referem os artigos 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

18. De acordo com estudo elaborado por esta Secretaria acerca do comprometimento das transferências federais e receitas próprias da Prefeitura Municipal de Paranaguá - PR (fls. 531/532), as garantias oferecidas pelo Município são consideradas suficientes para ressarcir a União caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação em epígrafe.

19. O referido estudo abrange os anos de 2010 (realizado) e as projeções para 2011 até 2020. A margem disponível apurada é sempre positiva para os exercícios projetados, partindo de R\$ 101,43 milhões em 2011 e chegando a R\$ 229,39 milhões em 2020. Quanto aos pagamentos a serem efetuados pelo Município, em consequência da operação de crédito ora pleiteada, os maiores valores devidos estão projetados para 2017, quando entre amortização e juros, deverão ser pagos aproximadamente R\$ 0,89 milhões por semestre. Note-se que em 2017 a margem disponível é de



R\$ 179,07 milhões, suficientes, portanto, para cobrir eventual dívida com a União, se esta tiver que honrar a garantia. O Município terá compromissos de pagamento decorrentes desta operação até 2036 e a projeção das receitas foi feita até 2020. Contudo, nada indica que a tendência de crescimento normal das receitas estaduais se reverterá, a não ser na hipótese de algum evento absolutamente imprevisto.

20. Assim, entendemos que o oferecimento das citadas contragarantias é suficiente, devendo ser formalizado mediante contrato a ser celebrado junto à União, podendo o Governo Federal reter as importâncias necessárias para satisfação dos compromissos assumidos diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Estado.

## **VIII - SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA E ANTECEDENTES JUNTO À SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL**

21. Mediante Parecer Jurídico, de 18/03/2011 (fls. 363/369), o Chefe do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Paranaguá - PR informa que os números de registros no CNPJ dos órgãos da Administração Direta do Município estão em conformidade com o Cadastro Único de Convênios - CAUC.

22. A verificação de adimplência com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, em atendimento ao art. 16 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, deverá ser feita mediante consulta ao Sistema do Banco Central (SISBACEN/CADIP), tendo por base a lista de CNPJ constante do CAUC.

23. Dessa forma, face ao mandamento legal mencionado acima, verificou-se que a Prefeitura Municipal de Paranaguá - PR encontra-se adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme resultado de consulta ao Sistema do Banco Central do Brasil (SISBACEN/CADIP), realizada em 04/05/2011 (fl. 519).

24. A verificação da adimplência financeira em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas e de recursos dela recebidos poderá ser feita mediante consulta ao Cadastro Único de Convênio (CAUC), por ocasião da assinatura do contrato de garantia, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 41/2009, que alterou a RSF nº 48/2007.

25. Segundo procedimento de consulta estabelecido pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI), mediante Memorando nº 5/2011/COAFI/SUBSEC4/STN/MF-DF, de 10/01/2011 (fls. 467/471 e 528/530) cumpre informar que não constam, na presente data, em relação ao Ente, pendências referentes aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas.

## **IX - ALCANCE DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

26. Encontram-se às fls. 285/337 as minutas contratuais do Acordo de Empréstimo para o Programa em tela. O primeiro desembolso dos recursos do Financiamento está condicionado a que se cumpram, de forma que o BID considere satisfatória, além das condições prévias estipuladas no Artigo 4.01 das Normas Gerais, a constituição oficial da Unidade de Gestão do Programa (UGP) e a designação oficial dos funcionários de sua equipe básica; bem como a seleção do sistema de gestão e controle financeiro-contábil do Programa.



27. De modo a se evitar o pagamento desnecessário de comissão de compromisso, bem como a permitir uma boa execução do Programa, entendemos que, preliminarmente à formalização dos instrumentos contratuais, deva ser verificado, pelo Ministério da Fazenda, o grau de cumprimento das mencionadas condicionalidades mediante, inclusive, manifestação prévia do respectivo credor.

28. Entendemos que as demais obrigações contratuais constantes das minutas do Acordo de Empréstimo, bem como do Contrato de Garantia (fls. 325/329), são passíveis de cumprimento pelas partes envolvidas, não atribuindo ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com organismos multilaterais de crédito.

**X - DEMAIS EXIGÊNCIAS LEGAIS - Resolução SF nº 48/07, Lei Complementar nº 101/2000 e Lei nº 11.079/2004**

29. Cumpre esclarecer que estão apensas ao processo (fls. 511/518), as informações elaboradas pela STN relativas às finanças da União, as quais encontram-se atualizadas no endereço: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>.

30. O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante Certidão (fls. 452/454), de 01/04/2011, informou que no exercício de 2009 (último analisado), a despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não extrapolou os limites estabelecidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF. Relativamente ao exercício de 2010 (ainda não analisado), o Tribunal de Contas informou, com base nos Relatórios de Gestão Fiscal, que a despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo situou-se dentro dos limites estabelecidos pela LRF.

31. No que concerne ao pleno exercício da competência tributária do Município, bem como o cumprimento dos artigos 198 e 212, ambos da Constituição Federal, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na Certidão mencionada no parágrafo anterior, atestou o cumprimento destes dispositivos legais em 2009 (último exercício analisado) e no exercício de 2010 (ainda não analisado).

32. Consta ainda, declaração do Chefe do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Paranaguá - PR de 18/03/2011 (fls. 420/423) informando que, para o exercício de 2010 (não analisado) e para o exercício em curso, o Município instituiu e vem arrecadando as receitas de impostos previstas no artigo 155 da Constituição Federal. Foi também declarado que a despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo no exercício de 2010 situou-se dentro dos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000.

33. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, conforme disposto no art. 40, §2º, combinado com o art. 25, inciso IV, alínea c, ambos da LRF e no art. 10, inciso II, alínea c, da Resolução do Senado Federal nº 48/2007, é entendimento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme exarado no Parecer PGFN/COF/nº 468/2008, que tais limites referem-se, exclusivamente, ao art. 42 da LRF, único limite legal existente para tal efeito. O referido artigo 42 dispõe o seguinte:

"Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

**Parágrafo único.** Na determinação da disponibilidade de caixa, serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício."

34. Segundo Declaração do Chefe do Poder Executivo (fls. 420/423), o Município não ~~contrairá~~, nos dois últimos quadrimestres de seu mandato, obrigação de despesa que não possa ser ~~cumprida~~ integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, conforme disposto no art. 42 da LRF.

35. A Lei nº 11.079/2004, alterada pela Lei nº 12.024/2009, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelece, em seu art. 28, que a União não poderá conceder garantia aos demais entes caso a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias por eles contratadas tiver excedido, no ano anterior, a 3% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 3% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

36. A esse respeito, cumpre esclarecer que, conforme Declaração do Chefe do Poder Executivo, de 18/03/2011 (fls. 420/423), o Município não firmou contrato na modalidade Parceria Público-Privada - PPP.

## CONCLUSÃO

37. Diante do exposto, nada temos a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado pelo Ministério da Fazenda:

- i. o cumprimento substancial das condicionalidades mencionadas no parágrafo 27 deste Parecer;
- ii. a adimplência do Ente com a União; e
- iii. a formalização do respectivo contrato de contragarantia.

38. Sugerimos o encaminhamento do processo nº 17944.001322/2010-07 à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN/COF para as providências de sua alçada.

À consideração superior,

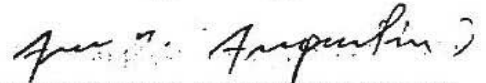
  
**TATIANA MOTA**  
Analista de Finanças e Controle

  
**EDUARDO LUIZ GAUDARD**  
Gerente

De acordo. À consideração do Sr. Subsecretário do Tesouro Nacional.

  
**EDUARDO COUTINHO GUERRA**  
Subsecretário do Tesouro Nacional

De acordo.

  
**ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO**  
Secretário do Tesouro Nacional



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Ofício nº 26/2011/Depec/Dicin/Surec  
Pt. 1101515876

Brasília, 16 de maio de 2011.

A Sua Excelência o Senhor  
JOSÉ BAKA FILHO  
Prefeito  
Município de Paranaguá  
Rua Júlia da Costa, 322 - Centro  
83203-360 Paranaguá – PR Fax: 41 3420 6108

**Assunto: Credenciamento – ROF TA571630 – Município de Paranaguá (PR) – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – Processo MF nº 17944.001322/2010-07**

Senhor Prefeito,

1. Referimo-nos ao Registro de Operação Financeira (ROF) TA571630, de 4.2.2011 e à mensagem de 12.5.2011, por meio dos quais V.Exa. solicita credenciamento para negociar a operação de crédito externo com o BID, com garantia da República Federativa do Brasil (RFB), no valor de até US\$16.649.600,000, destinados ao financiamento do Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Paranaguá.
2. A propósito, de acordo com o disposto no artigo 98 do Decreto 93.872, de 23.12.86 e na Portaria 497, de 27.08.90, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, comunicamos que o Banco Central do Brasil credenciou Município de Paranaguá (PR) a negociar referida operação no exterior, nas condições negociadas com o BID, constantes do citado ROF.
3. A operação estará definitivamente registrada no ROF com a condição de “concluído” após a inclusão dos eventos 9006 (manifestação da STN/COPEM), 9001 (Resolução do Senado Federal) e 9007 (manifestação da PGFN e aprovação do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda).

Atenciosamente,

Fernando A. de M. R. Caldas  
Chefe Adjunto de Departamento

Ofício nº 28 /2011/Depec/Dicin-Surec  
Pt. 1101515876

Brasília, 16 de maio de 2011.

A Sua Senhoria a Senhora  
SÔNIA DE ALMENDRA FREITAS PORTELLA NUNES  
Coordenadora-Geral  
Coordenadoria de Operações Financeiras da União – COF  
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN  
Esplanada dos Ministérios – Bloco "P" – 8º Andar – Sala 803  
70048-900 Brasília – DF Fax: 61 3412 1740

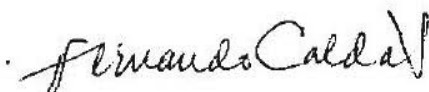
**Assunto: Credenciamento – ROF TA571630 – Município de Paranaguá (PR) – Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - Processo MF nº 17944.001322/2010-07**

Senhora Coordenadora-Geral,

1. Referimo-nos ao Registro de Operação Financeira (ROF) TA571630, de 4.2.2011, por meio do qual o Município de Paranaguá solicita credenciamento para negociar a operação de crédito externo com o BID, com garantia da República Federativa do Brasil (RFB), no valor de até US\$16.649.600,000, destinados ao financiamento do Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Paranaguá.

2. A propósito, informamos que, por meio do Ofício nº 26 /2011/Depec/Dicin-Surec (anexo), o Banco Central do Brasil, com base no Art. 98 do Decreto 93.872, de 23.12.1986 e na Portaria 497, de 27.8.1990, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, credenciou o Município de Paranaguá a negociar referida operação no exterior, nas condições negociadas com o BID, constantes do citado ROF (anexo).

Atenciosamente,



Fernando A. de M. R. Caldas  
Chefe Adjunto de Departamento

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ****UGP - UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROGRAMAS****ASSESSORIA JURÍDICA****PARECER AJUGP Nº 003/2011**

**ASSUNTO: MINUTA DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO E NORMAS GERAIS DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID. OPERAÇÃO DE CRÉDITO DE ATÉ US\$ 16.649.600,00.**

**1. INTRODUÇÃO**

O presente Parecer é elaborado com o objetivo de atender à legislação aplicável e aos procedimentos estabelecidos no Manual de Financiamentos Externos da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEAIN/MP, em face de operação de crédito a ser celebrada entre o Município de Paranaguá e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor total de até US\$ 16.649.600,00 (dezesesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares norte-americanos), para financiamento parcial do Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Paranaguá (BR-L1226), sendo, inclusive, requisito para o envio da matéria à aprovação do Senado Federal.

**2. RELATÓRIO****2.1. DAS FORMALIDADES PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO**

As formalidades prévias à contratação, estabelecidas pela Constituição Federal (com destaque ao art. 167, III), pelas Resoluções do Senado Federal (em especial as de nº 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007), pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) e demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis foram atendidas pelo Município de Paranaguá, sendo autorizadas as reuniões de pré-negociação e negociação dos documentos contratuais, as quais foram realizadas no período de 24 a 26 de janeiro de 2011.



## 2.2. DA NEGOCIAÇÃO DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS

### 2.2.1. Objetivo da Negociação dos Documentos Contratuais

O objetivo da negociação dos documentos contratuais do Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Paranaguá foi acordar os termos e condições das Minutas do Contrato de Empréstimo e do Contrato de Garantia previamente enviados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID às autoridades do Governo Brasileiro e do Município de Paranaguá.

### 2.2.2. Local e Participantes das Reuniões de Negociação

Realizadas nas dependências da Representação do BID no Brasil, em Brasília, as reuniões de negociação tiveram os seguintes participantes:

a) Pelo Município de Paranaguá (Mutuário): José Baka Filho, Prefeito Municipal; Alaor Ribeiro dos Reis, Procurador Geral do Município; Zenilda Souza Costa, Secretária Municipal de Fazenda; João Carlos de Oliveira e Silva, Coordenador Geral da Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP; Adriano Valim, Contador da UGP; Ruy José Ribeiro, Engenheiro da Secretaria Municipal de Planejamento; Sebastião Renato Furtado, Assessor Jurídico da UGP; e Luciane Chiarelli Magalhães, Assessora de Imprensa.

b) Pelo Governo Federal (Fiador): Lília Maya Cavalcante, Coordenadora de Projetos Sociais da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Neuseli Ayres do Couto Castanheira, Assistente da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Carlos Antônio Corrêa de Viana Bandeira, Procurador da Fazenda nacional, Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; e Paula Vieira C. Sabino, Analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda.

c) Pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID: Huáscar Eguino, Especialista Sênior em Desenvolvimento Municipal, Chefe da Equipe de Projeto (FMM/CBR); Andrés Consuegra, Advogado (LEG/SGO); Leíse Estevanato, Consultora (VPC/PDP); e Catalina Gómez, Consultora (FMM/CBR).

### 2.2.3. Pontos Acordados

a) Contrato de Empréstimo e Contrato de Garantia → Na negociação as minutas dos documentos contratuais foram revisadas e todas as modificações pertinentes ajustadas pelas partes foram efetuadas.

b) Necessidade de Aprovação da COFLEX → As representantes da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEAIN/MP reiteraram a necessidade da aprovação prévia do Grupo Técnico da Comissão de Financiamentos Externos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - GTEC/COFLEX para quaisquer modificações contratuais que houver, inclusive no que tange aos prazos de desembolso.

c) Prazo de Amortização → Os representantes do Governo Federal (Fiador) solicitaram que constasse da Ata de Negociação e também da Cláusula 2.01 das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo, que o prazo total de amortização, incluída a carência, será de até 25 (vinte e cinco) anos, contados a partir da data de assinatura do Contrato de Empréstimo.

d) Assinatura do Contrato de Empréstimo → Para os efeitos da Cláusula 3.02 das Disposições Especiais, os representantes do Governo Federal (Fiador) informaram aos representantes do Município de Paranaguá (Mutuário) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso constitui exigência do Governo Federal para a assinatura do Contrato de Empréstimo. Nesse sentido, antes da assinatura do Contrato de Empréstimo, o BID, por meio de sua Representação no Brasil, comunicará, previamente, à SEAIN/MP, com cópia à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, quanto ao cumprimento pelo Município de Paranaguá das condições prévias ao primeiro desembolso.

e) Esclarecimento sobre o Artigo 3.06 (b) (i) das Normas Gerais e Cláusula 3.15 das Disposições Especiais → Atendendo pedido formulado pela Delegação Brasileira, os representantes do Banco esclareceram aos representantes do Município de Paranaguá (Mutuário) que a taxa de câmbio a ser utilizada para a conversão dos gastos pagos com recursos do financiamento será a taxa de câmbio utilizada para a internalização dos recursos desembolsados e que a taxa de câmbio para o reconhecimento de gastos de contrapartida será a taxa de câmbio vigente na data de apresentação da solicitação ao Banco, a qual entender-se-á como a taxa de câmbio referente ao fechamento do dia anterior.



f) Disponibilidade de Informação → Considerando a política do BID sobre disponibilidade de informação e considerando, ainda, que nem a Proposta de Empréstimo e seus Anexos, nem o Contrato de Empréstimo e o Contrato de Garantia contém informação confidencial ou delicada que possa afetar negativamente as relações entre o Banco e seus países membros, o BID informou aos representantes do Município de Paranaguá (Mutuário) que disponibilizará ao público, através do sítio eletrônico do Banco, as informações referentes a tais instrumentos, quando da aprovação definitiva da operação pela sua Diretoria.

g) Aprovação e Modificações nos Termos e Condições da Operação de Crédito → Os representantes do BID informaram à Delegação Brasileira que os termos e condições da operação proposta ficam sujeitos à aprovação das instâncias superiores do Banco, que poderá propor eventuais modificações, se julgar necessárias. Caso essas modificações nos documentos revisados afetem os textos acordados na negociação, o BID as informará previamente ao Município de Paranaguá (Mutuário) e ao Governo Federal (Fiador), por intermédio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, a fim de que estes procedam à análise e aprovação das modificações propostas. Por outro lado, da mesma forma, os representantes do Governo Federal informaram aos representantes do BID que os termos e condições da operação proposta também ficam sujeitos à aprovação das instâncias superiores do Governo Federal Brasileiro.

#### 2.2.4. Ata de Negociação

Revisados, ajustados e acordados os termos e condições das Minutas do Contrato de Empréstimo e do Contrato de Garantia, as partes, Município de Paranaguá representado pelo seu Prefeito Municipal, pelo seu Procurador Geral e pelo Coordenador Geral da Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP, o Governo Federal representado pela Coordenadora de Projetos Sociais da SEAIN/MP e pela Analista de Finanças e Controle da STN e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID representado pelo seu Chefe da Equipe de Projeto, firmaram, em 26 de janeiro de 2011, a Ata de Negociação (cópia em anexo).

### 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

Considerando que o empréstimo será concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, instituição internacional da qual o Brasil é um de seus países-membro e que as condições e as Normas Gerais constantes da minuta de contrato de empréstimo, que estipulam cláusulas usualmente utilizadas nas operações de crédito celebradas com referida instituição, estão de acordo com a legislação nacional.

Considerando que foi observado o disposto no artigo 8º da Resolução Nº 48, de 2007, do Senado Federal, que estabelece que os contratos relativos a operações de crédito externo não podem conter qualquer cláusula de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição Federal e às leis brasileiras e que implique compensação automática de débitos e créditos.

Considerando, ainda, a análise pormenorizada das Minutas Contratuais, as reuniões de negociação realizadas que culminaram na lavratura da Ata de Negociação e tudo quanto foi exposto anteriormente, é nosso entendimento não existir qualquer óbice legal ao encaminhamento do processo relativo à contratação da operação de crédito pleiteada pelo Município de Paranaguá à aprovação do Senado Federal, na forma do artigo 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, observados os Pontos Acordados (item II) da Ata de Negociação firmada pelas partes.

Este é o Parecer, que submetemos à consideração superior.

Sala da Assessoria Jurídica da UGP, Paranaguá, 11 de abril de 2011.



Sebastião Renato Furtado  
Procurador do Município

Assessor Jurídico da Unidade de Gerenciamento de Programas – UGP

OAB-PR nº 56.249



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

À  
UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROGRAMAS – UGP  
Sr. Assessor Jurídico

I – Aprovo o Parecer AJUGP N. 003/2011

II – Encaminhe-se à Procuradoria –Geral da Fazenda

Nacional.

PROGEM, 14 de abril de 2011.

**ALAOR RIBEIRO DOS REIS**  
**Procurador Geral do Município**



**PARECER DO ÓRGÃO JURÍDICO E DECLARAÇÃO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO****OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO**

*Paranaguá (PR), 18 de março de 2011.*

1. *Trata-se da análise das condições legais para a contratação, pelo Município de Paranaguá, Estado do Paraná, de operação de crédito externo no valor de **US\$ 16.649.600,00 (dezesseis milhões, seiscientos e quarenta e nove mil e seiscientos dólares)** junto ao BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID, destinada ao atendimento de parte (45,00%) do total dos projetos para a implantação do **Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano de Paranaguá**, estruturado em três componentes: I – Infraestrutura Urbana, II – Desenvolvimento Social e III – Fortalecimento Institucional.*

**I - INFRAESTRUTURA URBANA**

*O componente “infraestrutura Urbana” divide-se em dois subcomponentes: (a) Mobilidade e Transporte e (b) Macrodrenagem.*

*O subcomponente Mobilidade e Transporte compreende projetos de pavimentação e recuperação de vias estruturantes da cidade, a ampliação e melhoria de várias vias arteriais e coletoras, inclusive com a implantação de ciclovias em algumas delas, e a pavimentação e implantação de drenagem em becos de bairros de baixa renda. O seu custo total estimado é de **US\$ 25.641.500,00 (vinte e cinco milhões, seiscientos e quarenta e um mil e quinhentos dólares)**, dos quais **US\$ 12.741.790,00 (doze milhões, setecentos e quarenta e um mil, setecentos e noventa dólares)** financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.*

## **II – DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

*Este componente, no valor estimado de US\$ 4.650.830,00 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta mil, oitocentos e trinta dólares), totalmente financiado com recursos próprios da Prefeitura Municipal de Paranaguá (contrapartida), compreende projetos de infraestrutura social, nas áreas de educação e saúde, com a construção de duas escolas de educação infantil e fundamental e seus respectivos centros de excelência (Parque Awaji e Vale do Sol), a reforma e ampliação das Escolas Municipais de Educação Fundamental Presidente Castelo Branco, Prof. João Rocha dos Santos e Leônicio Correa e a construção de dois Postos de Saúde da Família (PSF), um no bairro Alexandra e outro no bairro Nilson Neves.*

## **III - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL**

*O componente “fortalecimento institucional” compreende: (i) a atualização da lei de cadastro técnico municipal e o quadro geral de valores cadastrais, além da aquisição de um sistema de georreferenciamento para a gestão das informações fiscais e administrativas do Município; (ii) a implantação de uma rede de telecomunicações de alta velocidade, que permita a gestão eficiente das secretarias municipais e dos centros administrativos, além da instalação de um sistema de câmeras de vigilância e monitoramento para a proteção do patrimônio municipal; (iii) a construção e adequação de um edifício público anexo à sede atual da Prefeitura; e (iv) a aquisição de equipamentos e softwares de informática e capacitações relacionadas com os investimentos do componente e que apóiem a execução adequada do Programa. O custo total do componente é estimado em US\$ 2.359.510,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e dez dólares), dos quais **US\$ 1.443.910,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta e três mil, novecentos e dez dólares)** financiados com recursos do BID.*



*Além dos componentes acima descritos, o Programa financiará também, com recursos do BID, sob o título "ENGENHARIA e ADMINISTRAÇÃO", o valor de US\$ 2.463.900,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e três mil e novecentos dólares), relativos a: (i) a contratação dos estudos e projetos necessários para a execução do Programa; (ii) a contratação de empresa de consultoria para realizar a supervisão técnica das obras; (iii) a contratação de empresa de consultoria para realizar a fiscalização ambiental; (iv) a contratação de consultores para apoiar a administração do Programa; (v) os gastos com pessoal, móveis e equipamentos da Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP; (vi) os gastos associados ao monitoramento e à avaliação do Programa; e (vii) a aquisição e implantação do sistema de informática para a gestão do Programa.*

2. *Constatamos que:*

*a) A operação de crédito foi autorizada por intermédio da Lei nº 3.027, de 8 de dezembro de 2009, publicada em 11 de dezembro de 2009 no Diário Oficial do Município de Paranaguá (PR), edição nº 200.*

*b) Os recursos provenientes da operação de crédito pleiteada estão inclusos no orçamento vigente, nos termos do inciso II do § 1º do art. 32 da LRF.*

*c) Os recursos provenientes da operação de crédito pleiteada não serão aplicados em despesas correntes e nem utilizados para repasse ao setor privado, pessoa física ou jurídica, na forma do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.*

*d) O Ente, em relação ao art. 33 da Lei Complementar nº 101/2000, não realizou operação de crédito com infração ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, e também não realizou parcelamentos de débitos junto às cooperativas de crédito e às instituições não-financeiras.*

*e) O Ente não contratou operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24/7/2000.*



*f) O Ente, em relação ao art. 35 da Lei Complementar nº 101/2000, não realizou operação de crédito junto a outro Ente da Federação.*

*g) O Ente não praticou nenhuma das ações vedadas pelo art. 5º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.*

*h) Declaro que o Ente está ciente da responsabilidade de estar adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, para fins de comprovação da vedação a que se refere o art. 16 da Resolução nº 43, de 2001, bem como das demais adimplências exigidas por aquela Resolução (INSS, FGTS, CRP, RFB/PGFN e Dívida Ativa da União) no ato da assinatura do contrato.*

*i) O Ente, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto: no art. 23 – limites de pessoal (exceção feita ao 3º quadrimestre de 2009, quando as despesas totais com pessoal atingiram a 56,09% da RCL); no art. 33 – não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000; no art. 37 – não realização de operações vedadas; no art. 52 – publicação do relatório resumido da execução orçamentária e no § 2º do art. 55 – publicação do relatório de gestão fiscal, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000; bem como cumpre o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição – limite das operações de crédito em relação às despesas de capital.*

*j) Relativamente aos exercícios corrente e anterior, que não há despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal.*

*k) Estão atendidas as disposições do inciso III do artigo 167 da Constituição Federal, conforme os critérios definidos no art. 6º da Resolução nº 43/2001-SF.*

*l) O Ente cumpre os demais limites e condições fixados pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 – LRF.*

m) o Ente, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta no quadro abaixo os seguintes valores das despesas com pessoal no período de janeiro a dezembro/2010:

R\$ 1,00		
DESPESAS COM PESSOAL (Despesa Liquidada no período de Janeiro a Dezembro/2010 – último RGF publicado).	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO <sup>(2)</sup>
Despesa Bruta com Pessoal (a + b + c + d) = (I)	88.462.868,35	5.870.629,58
Pessoal Ativo (a)	81.056.017,78	4.534.949,84
Pessoal Inativo (b)	3.154.521,01	1.267.770,32
Pensionistas (c)	1.280.801,40	67.909,42
Outras despesas com pessoal decorrente de contratos de terceirização (art. 18 §1º, LRF) (d)	2.971.528,16	0,00
Despesas não Computadas (art. 19, §1º, LRF)(e + f + g + h) = (II) <sup>(1)</sup>	1.163.018,34	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (e)	929.067,79	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial (f)	91.107,87	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores (g)	142.842,68	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (h)	0,00	0,00
Repasses Previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social (III) Contribuições Patronais	6.185.078,06	132.086,34
Total de Despesas com Pessoal para fins de Apuração do Limite - TDP (IV = I - II + III)	93.484.928,07	6.002.715,92
Receita Corrente Líquida - RCL (V)	190.192.959,35	190.192.959,35
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (Ativo, Inativo e Pensionista) (Se estiver computado na despesa bruta com pessoal, informar R\$ 0,00)	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas	0,00	0,00
Percentual (%) do Total da Despesa com Pessoal para fins da Apuração do Limite - TDP sobre a RCL (IV / V) * 100	49,15%	3,16%

(1) Compõem as despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF): indenizações por demissões e incentivos à demissão voluntária; decorrentes de decisão judicial; despesas de exercícios anteriores; inativos e pensionistas com recursos vinculados.

(2) Incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver. Nesse caso, inserir coluna correspondente especificamente para Tribunal. Aplica-se para o Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF.

n) Em observância ao § 4º do art. 18 da Resolução SF nº 43/2001, este Ente não teve dívida honrada pela União e pelo Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, relativamente a dívidas ainda não liquidadas.



*o) Este Ente não foi chamado a honrar, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, a contar do mês de análise, quaisquer garantias anteriormente prestadas.*

*p) Declaro para os devidos fins de direito e para que produza os efeitos necessários, que*

*- a Sr<sup>a</sup>. ZENILDA SOUZA COSTA, CI. RG. nº 4.683.400-3/SSP-PR, CPF nº 738.515.669-04, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Fazenda, é a responsável pela administração financeira do Município;*

*- o Sr. ANTONIO RAMOS DA SILVA, CI. RG. nº 344.847/SSP-PR, CPF nº 006.950.849-68, ocupante do cargo de Controlador Geral do Município, é o responsável pelo controle interno da Prefeitura Municipal de Paranaguá.*

*q) O Ente declara que a relação abaixo corresponde a todos os números de CNPJ da sua Administração Direta, atualizada com o Cadastro Único de Convênio (CAUC):*

<b>C.N.P.J.</b>	<b>Órgão</b>	<b>Natureza Jurídica</b>	<b>Vínculo</b>
76.017.458/0001-15	Prefeitura Municipal de Paranaguá	Pessoa Jurídica de Direito Público Interno	Órgão do Poder Executivo Municipal
78.179.264/0001-41	Câmara Municipal de Paranaguá	Pessoa Jurídica de Direito Público Interno	Órgão do Poder Legislativo Municipal

*Paranaguá (PR), 18 de março de 2011.*



**ALAOR RIBEIRO DOS REIS**  
Procurador Geral do Município  
OAB-PR Nº 9416

*Aprovo o parecer e declaro serem verdadeiras as informações que deram base à opinião jurídica. Encaminhe-se ao Tribunal de Contas para acompanhamento, tendo em vista o disposto no art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 2000.*

  
\_\_\_\_\_  
**JOSÉ BAKA FILHO**  
Prefeito Municipal

  
\_\_\_\_\_  
**ZENILDA SOUZA COSTA**  
Secretaria Municipal de Fazenda

  
\_\_\_\_\_  
**ANTONIO RAMOS DA SILVA**  
Controlador Geral do Município

PROTOCOLO DO TRIBUNAL DE CONTAS

(RECEBIMENTO):

Protocolo TC-PR: **13118-3/11**

Entidade: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Dt/Hr: 21/03/2011 - 10:52

CEP 83.203-210 – tel.(0xx41) 3420-2760

Nota nº 130 /2011/COREM/STN

Em 11 de fevereiro de 2011.

**ASSUNTO: Capacidade de pagamento  
do Município de Paranaguá/PR referente  
à operação de crédito com o BID.**

---

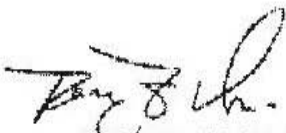
1. A Coordenação-Geral de Operação de Crédito de Estados e Municípios - COPEM solicitou, por intermédio do Memorando nº 69/2011/COPEM/SUBSEC4/STN/MF-DF, de 09/02/2011, a avaliação da capacidade pagamento do Município de Paranaguá/PR, para a realização de operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 16.649.600,00, destinados ao "Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano – Paranaguá Rumo Certo".
2. Cabe esclarecer que no mês de dezembro de 2010 foi efetuada a análise da capacidade de pagamento para o Município de Paranaguá/PR, conforme Nota nº 1225/2010/COREM/STN, de 09/12/2010, para a referida operação de crédito, com vistas à manifestação desta Coordenação-Geral ao pleito de prorrogação do prazo de validade da recomendação COFLEX nº 993, de 2008.
3. Dessa forma, procedemos apenas à atualização daquela análise. Para tanto, foram atualizados o índice de preços (IGP-DI) e o dólar para o mês de dezembro de 2010, e substituído o cronograma financeiro da operação pelo encaminhado no citado Memorando da COPEM. Os ajustes realizados para as projeções, mencionados na referida Nota nº 1225/2010/COREM/STN, foram mantidos.

4. Assim, a classificação da situação financeira do Município se manteve na categoria "B", conforme a Portaria MF nº 89/1997, ou seja, a média ponderada do resultado primário para o período de 14 exercícios foi positivo e não apresenta necessidade de financiamento líquida, porém apresenta necessidade de financiamento bruta

À consideração superior.



WEIBNER DA COSTA BARBOSA  
Analista de Finanças e Controle



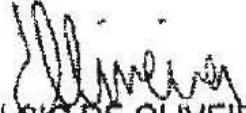
RUY TAKEO TAKAHASHI  
Gerente da GEREM/COREM

À consideração do Sr. Coordenador-Geral da COREM/STN.



RICARDO BOTELHO  
Coordenador da COREM/STN

De acordo. Encaminhe-se ao Coordenador-Geral da COREM/STN.



EDÉCIO DE OLIVEIRA  
Coordenador-Geral da COREM



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TENDIMENTO FISCAL  
COORDENADORIA GERAL DAS CONTAS E BALANÇO FINANCEIRO DE ESTADOS E UNIDADES - CGEF

CAPACIDADE DE PAGAMENTO - RESULTADO PRIMÁRIO E NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO

PROJEÇÃO: Programa Operações de Despesa - Sistema Especial - Litigioso - Previdência Risco Certo														R\$ MIL, DE 01/01/2011
DISCRIMINAÇÃO	2008	2007	2006	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
1 RECEITAS NÃO FINANCEIRAS	119.410	137.441	171.439	179.391	192.447	192.447	192.447	192.447	192.447	192.447	192.447	192.447	192.447	192.447
RECEITAS DE RECEBIMENTOS PRIMÁRIOS	119.410	137.441	171.439	179.391	192.447	192.447	192.447	192.447	192.447	192.447	192.447	192.447	192.447	192.447
PTU	119.410	137.441	171.439	179.391	192.447	192.447	192.447	192.447	192.447	192.447	192.447	192.447	192.447	192.447
OUTRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LC/PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ICMS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ITR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LC/PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ICMS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ITR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LC/PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ICMS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ITR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LC/PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ICMS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ITR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LC/PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ICMS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ITR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LC/PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ICMS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ITR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LC/PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ICMS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ITR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LC/PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ICMS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ITR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LC/PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ICMS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ITR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LC/PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ICMS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ITR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LC/PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ICMS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ITR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LC/PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ICMS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ITR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LC/PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ICMS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ITR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LC/PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ICMS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ITR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LC/PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ICMS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ITR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IMP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LC/PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ICMS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
COORDENAÇÃO GERAL DAS RELAÇÕES E ANÁLISE FINANCEIRA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS - CORFEM

## CAPACIDADE DE PAGAMENTO - RESULTADO PRIMÁRIO E NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO PONDERADOS

CATEGORIA: B

MUNICÍPIO: Paranaíba/PR	DISCRIMINAÇÃO	BALANÇO										PROJEÇÃO										TOTAL	
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	MÉDIO						MÉDIO	
		5%	10%	15%	20%	15%	10%	7%	5%	4%	3%	2%	2%	1%	1%	100,00%						100,00%	
	RESULTADO PRIMÁRIO	82	39	561	67	232	147	37	100	115	304	311	390	227	260	2.931						2.931	
	(+) Receita Financeira	102	125	208	214	120	80	56	40	32	24	18	16	8	8	1.049						1.049	
	(-) Encargos de Dívidas	93	122	170	187	407	249	158	89	58	34	19	15	0	0	1.609						1.609	
	(*) Encargos da Op. em Análise						7	10	14	18	19	13	13	6	6	105						105	
	NECESSIDADE DE FINANC. LÍQUIDA	(91)	(43)	(599)	(85)	5	29	75	(46)	(71)	(275)	(316)	(379)	(223)	(259)	(2.266)						(2.266)	
	(*) Alienação de bens	15	42	246	56											359						359	
	(+) Amortizações de Dívidas (excl. Rec. Anual)	402	814	1.180	1.232	855	601	267	181	108	33	44	44	22	22	5.812						5.812	
	(*) Amortizações da Op. em Análise											28	28	14	14	83						83	
	NECESSIDADE DE FINANC. BRUTA	287	729	345	1.591	859	630	372	175	37	(242)	(244)	(307)	(187)	(229)	3.271						3.271	

Obs: Valores extraídos do quadro de Resultados Primários e Operacionais ponderados segundo o peso atribuído a cada ano.

28 JUL 2011  
WYK



Processo nº 17944.001322/2010-07  
Município de Paranaguá - PR

**NOTA Nº 1.238/2010 - COPEM/STN**

Brasília, 13 de dezembro de 2010.

Operação de Crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

TIPO DA OPERAÇÃO - Recursos destinados ao financiamento do Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano - Paranaguá no Rumo Certo.

**Relatório**

1. Solicitação feita pela Prefeitura Municipal de Paranaguá - PR para a verificação do cumprimento dos limites e condições para contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para o financiamento do Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano - Paranaguá no Rumo Certo com as seguintes características (fls. 121/122):

a) **Valor da operação:** US\$ 16.649.600,00(dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares), equivalentes a R\$ 28.499.120,32 (vinte e oito milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, cento e vinte reais e trinta e dois centavos), pela Taxa de Câmbio de R\$ 1,71 (fl. 265);

b) **Fonte/origem de recursos:** BID;

c) **Juros:** Libor trimestral + spread de 0,30%;

d) **Amortização:** 240 (duzentos e quarenta) meses;

e) **Carência:** 60 (sessenta) meses;

f) **Prazo total:** 300 (trezentos) meses;

g) **Indexador:** atualização cambial da moeda de financiamento;

h) **Liberação:** US\$ 6.106.290,00 em 2011, US\$ 6.382.260,00 em 2012, US\$ 3.808.760,00 em 2013, US\$ 4.684.390,00 em 2014, US\$ 2.068.700,00 em 2015 (fl. 48);

i) **Lei autorizadora:** nº 3027, de 08/12/2009 (fls. 123/124).

2. Conforme análise realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional quanto ao atendimento dos limites e condições estabelecidos nas Resoluções do Senado Federal nº 40 e 43, de 2001, e nº 48 de 2007, observa-se que todas as informações necessárias à efetiva análise estão presentes nos autos, conforme se observa em Check List presentada à folha (fl. 275).

3. Ademais, ressalta-se quanto aos limites constantes das Resoluções do Senado Federal nºs 40/2001 e 43/2001, esta Coordenação efetuou os cálculos pertinentes e o Município apresentou os seguintes limites quantitativos, considerando-se o valor e os dispêndios da operação sob exame:

a) art. 6º § 1º Inciso I da Resolução nº 43, de 2001-SF - **despesas de capital relativas ao exercício anterior:**

a.1) despesas de capital ajustadas no exercício anterior: (fl. 264)	R\$ 19.250.906,48
a.2) receitas de operações de crédito realizadas no exercício anterior: (fl. 263)	R\$ 0,00
<b>Saldo:</b>	<b>R\$ 19.250.906,48</b>

b) art. 6º § 1º Inciso II da Resolução nº 43, de 2001-SF - **despesas de capital relativas ao exercício atual:**

b.1) Despesas de capital do exercício ajustadas: (fl. 259)	R\$ 55.060.209,87
b.2) Liberações de crédito já programadas: (fl. 157)	R\$ 0,00
b.3) Liberação da operação sob exame: (fl. 48)	R\$ 0,00
<b>Saldo:</b>	<b>R\$ 55.060.209,87</b>

c) art. 7º Inciso I da Resolução nº 43, de 2001-SF: **Montante Global de todas as operações realizadas em um exercício financeiro (MGA) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL).**

**Tabela I - Montante Global das operações realizadas em um exercício financeiro (fls. 48 e 157)**

Ano	Desembolso Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	MGA/RCL (%)
	Operação em Exame	Liberações Programadas		
2010	0,00	0,00	186.212.846,84	0,00
2011	2.792.998,00	0,00	192.618.568,77	1,45
2012	6.333.974,00	0,00	199.244.647,53	3,18
2013	6.920.488,00	0,00	206.098.663,41	3,36
2014	8.640.730,00	0,00	213.188.457,43	4,05
2015	3.810.928,00	0,00	220.522.140,36	1,73

Projeção da RCL pela taxa média de 3,44% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos. O ano de 2015 é o último para o qual há liberações informadas.

d) art. 7º Inciso II da Resolução nº 43, de 2001-SF: **Comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL.**

**Tabela II - Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos (fls. 48 e 254/257)**

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	Operação em Exame	Demais Operações		
2010	0,00	8.408.137,18	186.212.846,84	4,52
2011	72.661,00	8.499.464,09	192.618.568,77	4,45
2012	153.919,00	6.498.017,62	199.244.647,53	3,34
2013	297.087,00	4.985.489,10	206.098.663,41	2,56
2014	459.473,00	4.154.029,26	213.188.457,43	2,16
2015	623.686,00	3.347.916,41	220.522.140,36	1,80
2016	2.103.200,00	3.130.587,42	228.108.101,99	2,29
2017	2.068.858,00	2.935.668,42	235.955.020,70	2,12
2018	2.034.516,00	2.746.806,42	244.071.873,41	1,96
2019	2.000.174,00	2.557.945,42	252.467.945,86	1,81
2020	1.965.832,00	2.369.083,42	261.152.843,20	1,66
2021	1.931.490,00	2.221.190,42	270.136.501,00	1,54
2022	1.897.147,00	0,00	279.429.196,64	0,68
2023	1.862.805,00	0,00	289.041.561,00	0,64
2024	1.828.463,00	0,00	298.984.590,70	0,61
2025	1.794.121,00	0,00	309.269.660,62	0,58
2026	1.759.778,00	0,00	319.908.536,95	0,55
2027	1.725.436,00	0,00	330.913.390,62	0,52
			<b>Média:</b>	<b>1,88</b>

Projeção da RCL pela taxa média de 3,44% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

e) art. 7º Inciso II-B da Resolução nº 43, de 2001-SF: **Comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL até o exercício financeiro de 2035, como determinado pela Resolução nº 36/2009, do Senado Federal.**



**Tabela II-B - Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos (fls. 48 e 254/257)**

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	Operação em Exame	Demais Operações		
2010	0,00	8.408.137,18	186.212.846,84	4,52
2011	72.661,00	8.499.464,09	192.618.568,77	4,45
2012	153.919,00	6.498.017,62	199.244.647,53	3,34
2013	297.087,00	4.985.489,10	206.098.663,41	2,56
2014	459.473,00	4.154.029,26	213.188.457,43	2,16
2015	623.686,00	3.347.916,41	220.522.140,36	1,80
2016	2.103.200,00	3.130.587,42	228.108.101,99	2,29
2017	2.068.858,00	2.935.668,42	235.955.020,70	2,12
2018	2.034.516,00	2.746.806,42	244.071.873,41	1,96
2019	2.000.174,00	2.557.945,42	252.467.945,86	1,81
2020	1.965.832,00	2.369.083,42	261.152.843,20	1,66
2021	1.931.490,00	2.221.190,42	270.136.501,00	1,54
2022	1.897.147,00	0,00	279.429.196,64	0,68
2023	1.862.805,00	0,00	289.041.561,00	0,64
2024	1.828.463,00	0,00	298.984.590,70	0,61
2025	1.794.121,00	0,00	309.269.660,62	0,58
2026	1.759.778,00	0,00	319.908.536,95	0,55
2027	1.725.436,00	0,00	330.913.390,62	0,52
2028	1.691.094,00	0,00	342.296.811,25	0,49
2029	1.656.752,00	0,00	354.071.821,56	0,47
2030	1.622.409,00	0,00	366.251.892,22	0,44
2031	1.588.067,00	0,00	378.850.957,32	0,42
2032	1.553.725,00	0,00	391.883.430,25	0,40
2033	1.519.383,00	0,00	405.364.220,25	0,37
2034	1.485.040,00	0,00	419.308.749,42	0,35
2035	1.450.818,00	0,00	433.732.970,40	0,33
			<b>Média:</b>	<b>1,43</b>

Projeção da RCL pela taxa média de 3,44% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

f) art. 7º Inciso III da Resolução nº 43, de 2001-SF: **número de vezes o valor da receita corrente líquida relativamente ao montante da dívida consolidada líquida.**

f.1) Limite ao final do exercício de 2016:	1,20
f.2) Limite atual para relação DCL/RCL:	1,20
f.3) Receita Corrente Líquida:	R\$ 174.981.075,84
f.4) Dívida Consolidada Líquida:	R\$ 40.742.995,99
f.5) Operações de crédito contratadas, autorizadas e em tramitação:	R\$ 0,00
f.6) Valor da operação em exame:	R\$ 28.499.120,32
f.7) Saldo Total da Dívida Líquida:	R\$ 69.242.116,31
f.8) Relação Saldo Total da Dívida Líquida/RCL:	0,40

4. Salientamos que os dados relativos à Receita Corrente Líquida (data-base out/2010), base para a projeção da RCL constante nas alíneas "c" e "e" do item anterior têm como fonte o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (fl. 261/262) coletado junto ao SISTN. Adicionalmente, assinalamos que os dados referentes à relação DCL/RCL do exercício de ago/2010 (alínea "f" do item anterior) tem como fonte o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida coletado junto ao SISTN, conforme fl. 260.

5. Considerando as alterações introduzidas pela Resolução nº 36, de 11/11/2009, que alterou a Resolução nº 43, 2001, ambas do Senado Federal, o cálculo do limite a que se refere o item "d" passa a ser calculado da seguinte forma:



"Art. 7º.....

§ 4º Para efeitos de atendimento ao disposto no inciso II do caput, o cálculo do comprometimento anual com amortizações e encargos será feito pela média anual da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada ano a ano, considerando-se, alternativamente, o que for mais benéfico:

I – todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida; ou


II – os exercícios financeiros em que houver pagamentos até 31 de dezembro de 2027."

6. Assim, para atender o disposto, o cálculo foi realizado para o período de 2010 a 2027, com comprometimento anual de 1,88 e para o período de 2010 a 2035, com comprometimento anual de 1,43, sendo considerado o segundo período, já que o mesmo é mais benéfico para o Ente.

7. No que concerne ao art. 21, inciso IV, da Resolução nº 43/2001-SF, a Certidão do Tribunal de Contas do Estado (fls. 245/246) atestou o cumprimento pelo Município do disposto na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, relativamente ao último exercício analisado (2009) e ao exercício em curso (2010).


8. Salientamos que, tendo em vista a primeira liberação de recursos ocorrer no exercício de 2011, a verificação de inclusão dos recursos no orçamento será feita após a negociação e quando da publicação da Lei Orçamentária de 2011.

9. A presente análise tem como propósito verificar o cumprimento dos requisitos mínimos necessários para pré-negociar e negociar as minutas contratuais relativas ao pleito de que se trata do Município, em cumprimento ao inciso VIII do art. 3º da Portaria MF nº 497, de 27 de agosto de 1990. Dessa forma, sugere-se o encaminhamento de ofício à SEAIN/MP, recomendando que seja providenciado o agendamento das reuniões de pré-negociação e negociação. Ressalte-se que os cálculos efetuados não se constituem resultado final da análise, cabendo às partes contratantes a manutenção dos documentos atualizados até a conclusão da análise.


  
**LUCIANA DE ALMEIDA TOLDO**  
Analista de Finanças e Controle

  
**CINTHIA DE FATIMA ROCHA**  
Gerente


De acordo. À consideração do Coordenador-Geral.

  
**SUZANA TEIXEIRA BRAGA**  
Coordenadora de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Sr. Subsecretário do Tesouro Nacional.

  
**RONALDO CAMILLO**  
Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo.

  
**EDUARDO COUTINHO GUERRA**  
Subsecretário do Tesouro Nacional



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**PARECER JURÍDICO E DECLARAÇÃO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO**

**OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNO**

*Paranaguá (PR), 03 de setembro de 2010.*

1. *Trata-se de análise das condições legais para a contratação pelo Município de Paranaguá, Estado do Paraná, de operação de crédito no valor de até US\$ 16.649.600,00 (dezesesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares norte americanos), equivalentes a R\$ 30.968.256,00 (trinta milhões, novecentos e sessenta e oito mil, duzentos e cinquenta e seis reais), à taxa de câmbio ajustada de R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos), junto ao BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID, destinada ao atendimento de parte (45,00%) do total dos projetos para a implantação do Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano – Paranaguá Rumo Certo, englobando os seguintes componentes com valores a financiar:*

**INFRAESTRUTURA**

*O componente “infraestrutura” compreende projetos de pavimentação de vias e de drenagens, com um valor total de US\$ 25.641.500,00 (vinte e cinco milhões, seiscentos e quarenta e um mil e quinhentos dólares norte americanos), dos quais US\$ 13.607.680,00 (treze milhões, seiscentos e sete mil, seiscentos e oitenta dólares norte americanos), equivalentes a R\$ 25.310.284,80 (vinte e cinco milhões, trezentos e dez mil, duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos), financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.*



*No item pavimentação estão relacionadas as obras de recuperação de vias estruturantes, vias de transporte coletivo, vias arteriais, coletoras e locais e caminhos de casa e no item drenagem foram elencadas obras de recuperação de cabeceiras, canalização de canais e recuperação do sistema de drenagem.*

### **ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

O componente "atendimento à criança e ao adolescente" compreende projetos de ampliação de unidades escolares (para prestarem atendimento em tempo integral) e construção de centros de excelência educacional, com um valor total de US\$ 4.180.830,00 (quatro milhões, cento e oitenta mil, oitocentos e trinta dólares norte americanos), dos quais **US\$ 631.070,00 (seiscentos e trinta e um mil e setenta dólares norte americanos)**, equivalentes a R\$ 1.173.790,20 (um milhão, cento e setenta e três mil, setecentos e noventa reais e vinte centavos), financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

### **FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL**

O componente "fortalecimento institucional" compreende a construção de um edifício com três pavimentos, a interligação das estruturas públicas com monitoramento, a aquisição de softwares e capacitação e, ainda, a aquisição de um sistema de informações gerenciais (SIG), com um valor total de US\$ 2.359.510,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e dez dólares norte americanos), dos quais **US\$ 1.255.850,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta dólares norte americanos)**, equivalentes a R\$ 2.335.881,00 (dois milhões, trezentos e trinta e cinco mil, oitocentos e oitenta e um reais), financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

*O edifício, a ser construído com área prevista de 1.065,00m<sup>2</sup> (um mil e sessenta e cinco metros quadrados), abrigará órgãos das Secretarias de Fazenda, Planejamento e Urbanismo, além da Central de Atendimento aos Cidadãos e de Monitoramento. A interligação das estruturas públicas com monitoramento visa melhorar a produtividade dos serviços públicos, além de coibir ações de vândalos e a depredação do patrimônio público municipal, além de melhorar, também, o sistema de comunicação da Prefeitura Municipal. A aquisição de softwares como AutoCAD, ArcView e SQL Server 2008 Enterprise, com a devida capacitação de pessoal para sua operação, tem por objetivo apoiar as atividades previstas no componente institucional e também nos demais componentes do Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano – Paranaguá Rumo Certo. Finalmente, mediante a aquisição e instalação do Sistema de Informações Geográficas – SIG, o Município pretende organizar um sistema de informações e atualizar sua base cadastral para, inicialmente, aumentar a sua arrecadação de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano e, posteriormente, evoluir para um cadastro técnico multifinalitário.*

### **ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO**

*O componente “engenharia e administração” contempla estudos e projetos de engenharia, supervisão de obras, administração do Programa, consultoria e aquisição dos sistemas de gerenciamento, com um valor total de US\$ 2.730.000,00 (dois milhões, setecentos e trinta mil dólares norte americanos), dos quais US\$ 1.155.000,00 (um milhão, cento e cinquenta e cinco mil dólares norte americanos), equivalentes a R\$ 2.148.300,00 (dois milhões, cento e quarenta e oito mil e trezentos reais), financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.*



2. Constatamos que:

a) A operação de crédito foi autorizada por intermédio da Lei nº 3.027, de 8 de dezembro de 2009, publicada em 11 de dezembro de 2009 no Diário Oficial do Município de Paranaguá (PR), edição nº 200.

b) Os recursos provenientes da operação de crédito pleiteada estão inclusos no orçamento vigente, nos termos do inciso II do § 1º do art. 32 da LRF.

c) O Ente, em relação ao art. 33 da Lei Complementar 101/2000, não realizou operação de crédito com infração ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, e também não realizou parcelamentos de débitos junto às cooperativas de crédito e às instituições não-financeiras.

d) O Ente não contratou operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24/7/2000.

e) O Ente, em relação ao art. 35 da Lei Complementar 101/2000, não realizou operação de crédito junto a outro Ente da Federação.

f) O Ente não praticou nenhuma das ações vedadas pelo art. 5º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

g) Declaro que o Ente está ciente da responsabilidade de estar adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, para fins de comprovação da vedação a que se refere o art. 16 da Resolução nº 43, de 2001, bem como das demais adimplências exigidas por aquela Resolução (INSS, FGTS, CRP, RFB/PGFN e Dívida Ativa da União) no ato da assinatura do contrato.

*h) O Ente, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso:*

*1. não cumpre, em parte, o disposto no art. 23 – limites de pessoal, da LRF, mas está tomando as medidas necessárias, previstas na própria LRF e na CF/1988, para que o percentual excedente seja eliminado no prazo legal estabelecido (artigos 23 e 66 da LRF);*

*2. cumpre o disposto no art. 33 da LRF – não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000;*

*3. cumpre o disposto no art. 37 da LRF – não realização de operações vedadas;*

*4. cumpre o disposto no art. 52 – publicação do relatório resumido da execução orçamentária e no § 2º do art. 55 – publicação do relatório de gestão fiscal, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000;*

*5. cumpre o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição – limite das operações de crédito em relação às despesas de capital.*

*i) Relativamente aos exercícios corrente e anterior, que não há despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal.*

*j) Estão atendidas as disposições do inciso III do artigo 167 da Constituição Federal, conforme os critérios definidos no art. 6º da Resolução nº 43/2001-SF.*

*k) O Ente cumpre os demais limites e condições fixados pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 – LRF.<sup>1</sup>*



i) o Ente, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar 101/2000, apresenta no quadro abaixo os seguintes valores das despesas com pessoal no período de maio/2009 a abril/2010:

Valores em R\$		
DESPESAS COM PESSOAL (Despesa Liquidada no período maio/2009 a abril/2010 – último RGF publicado).	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO <sup>(2)</sup>
Despesa Bruta com Pessoal (a + b + c + d) = (I)	92.767.231,86	6.061.264,20
Pessoal Ativo (a)	85.803.018,11	6.061.264,20
Pessoal Inativo (b)	0,00	0,00
Pensionistas (c)	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrente de contratos de terceirização (art. 18 § 1º LRF) (d)	6.964.213,75	0,00
Despesas não Computadas (art. 19, §1º LRF)(e + f + g + h + i) = (II) <sup>(1)</sup>	4.197.225,79	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (e)	834.655,68	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	29.949,79	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	126.674,98	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas com Recursos Vinculados	3.205.945,34	0,00
Repasse Previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social (III)	0,00	0,00
Contribuições Patronais		
Total de Despesas com Pessoal para fins de Apuração DO LIMITE - TDP (IV = I - II + III)	88.570.006,07	6.061.264,20
Receita Corrente Líquida - RCL (V)	156.772.971,03	156.772.971,03
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (Ativo, Inativo e Pensionista) (Se estiver computado na despesa bruta com pessoal, informar R\$ 0,00)	1.312.394,10	0,00
Inativos e Pensionistas	0,00	0,00
Percentual (%) do Total da Despesa com Pessoal para fins da Apuração do Limite - TDP sobre a RCL (IV / V) * 100	56,50%	3,87%
(1) Compõem as despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF): indenizações por demissões e incentivos à demissão voluntária; decorrentes de decisão judicial; despesas de exercícios anteriores; inativos e pensionistas com recursos vinculados.		
(2) Incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.		

m) Em observância ao § 4º do art. 18 da Resolução SF nº 43/2001, este Ente não teve dívida honrada pela União e pelo Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, relativamente a dívidas ainda não liquidadas.

n) Este Ente não foi chamado a honrar, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, a contar do mês de análise, quaisquer garantias anteriormente prestadas.

o) este Ente possui os seguintes números de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ:

C.N.P.J.	Órgão	Tipo de Administração
76.017.458/0001-15	Prefeitura Municipal de Paranaguá	Direta
78.179.264/0001-41	Câmara Municipal de Paranaguá	Direta

Declaro para os devidos fins de direito e para que produza os efeitos necessários, que

- a Sr<sup>a</sup>. ZENILDA SOUZA COSTA, CI. RG. nº 4.683.400-3/SSP-PR, CPF nº 738.515.669-04, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Fazenda, é a responsável pela administração financeira da Prefeitura Municipal de Paranaguá;

- o Sr. ANTONIO RAMOS DA SILVA, CI. RG. nº 344.847/SSP-PR, CPF nº 006.950.849-68, ocupante do cargo de Controlador Geral do Município, é o responsável pelo controle interno da Prefeitura Municipal de Paranaguá.



ALÁOR RIBEIRO DOS REIS  
Procurador Geral do Município  
OAB-PR Nº 9416



*Aprovo o parecer e declaro serem verdadeiras as informações que deram base à opinião jurídica. Encaminhe-se ao Tribunal de Contas para acompanhamento, tendo em vista o disposto no art. 59 da Lei Complementar n. 101, de 2000.*

  
JOSE BAKA FILHO  
Prefeito Municipal

  
ZENILDA SOUZA COSTA  
Secretária Municipal de Fazenda

  
ANTONIO RAMOS DA SILVA  
Controlador Geral do Município

PROTOCOLO DO TRIBUNAL DE CONTAS (DECRETAMENTO)

Protocolo TC-PR: **49112-7/10**  
Entidade: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ  
Data/Hr: 09/09/2010 - 10:51      Ofic.: 766/10

REC / 77 / 993 / 07

## COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS

## COFLEX

RECOMENDAÇÃO Nº 993, 13 de dezembro de 2007

A Comissão de Financiamentos Externos - COFLEX, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 2º, Inciso 1, do Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000,


## RECOMENDA

Ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizar, com a(s) ressalva(s) estipulada(s), a preparação do Programa/Projeto abaixo mencionado, nos seguintes termos:

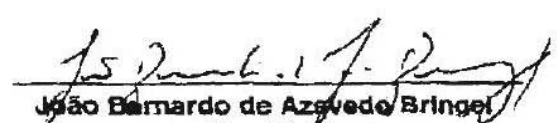
1. Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano - Paranaguá Rumo Certo
2. Mutuário: Município de Paranaguá - PR
3. Garantidor: República Federativa do Brasil
4. Entidade Financiadora: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
5. Valor do Empréstimo: até US\$ 15.136.000,00
6. Contrapartida: até US\$ 21.864.000,00 - Município de Paranaguá - PR

## Ressalva(s):

- a) A operação de crédito externo poderá ser contratada em dólar norte-americano ou em moeda nacional, em função da conveniência do mutuário e da anuência do garantidor;
- b) a contrapartida para a operação de crédito externo deverá ser de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do custo total do Programa/Projeto; e
- c) o Município, previamente à negociação da operação de crédito externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional.

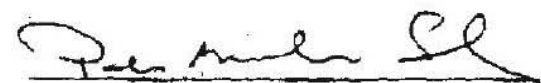


Alexandre Meira da Rosa  
Secretário-Executivo



João Bernardo de Azevedo Bringer  
Presidente

De acordo, Em 13 de dezembro de 2007.



Paulo Bernardo Silva  
Ministro de Estado do Planejamento,  
Orçamento e Gestão

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO****COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS****SECRETARIA EXECUTIVA****197ª Reunião****RESOLUÇÃO Nº 505, de 10 de março de 2010**

O Secretário-Executivo da Comissão de Financiamentos Externos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do art. 11 e pelo inciso XII do art. 17 da Resolução COFIEX nº 290 referente ao Regimento Interno da COFIEX, e ouvido o GTEC na sua 197ª Reunião, realizada dia 10 de março de 2010,

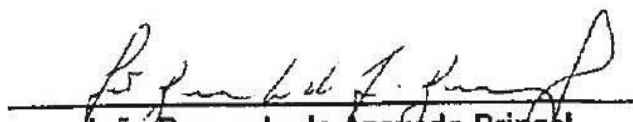
Resolve,

Com relação à Recomendação COFIEX nº 993, datada de 13 de dezembro de 2007, referente ao "Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano - Paranaguá Rumo Certo", de interesse do Município de Paranaguá – PR:

- i) autorizar o incremento de até 10% (dez por cento) no valor do empréstimo; e
- ii) prorrogar, até 8 de janeiro de 2011, o seu prazo de validade, sem prejuízo dos demais termos da referida Recomendação.



Alexandre Meira da Rosa  
Secretário-Executivo



João Bernardo de Azevedo Bringel  
Presidente





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

Gabinete do Prefeito

## **Análise das Fontes Alternativas de Financiamento**

(Complementação ao PARECER TÉCNICO)

Complementando o Parecer Técnico encaminhado anteriormente à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, para fins de obtenção de garantia da União à operação de crédito externa que está sendo ajustada entre o Município de Paranaguá - Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 16.649.600,00 (dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares), destinada ao atendimento de parte (45,00%) do total dos projetos para a implantação do *Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Paranaguá*, informamos que:

1. A infraestrutura urbana municipal, de maneira geral, necessita de contínuos melhoramentos, sejam eles de expansão, sejam de recuperação, e via de regra, as maiores necessidades concentram-se justamente onde se encontra a população de mais baixa renda. Isto se verifica também no Município de Paranaguá, com a agravante da insuficiência de recursos próprios para solucionar os problemas e atender a crescente demanda por serviços e obras públicas, como ocorre com a maior parte dos Municípios brasileiros.

2. A Administração Pública Municipal, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população como um todo, elaborou o *Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Paranaguá*, que contempla a implantação de diversos projetos de desenvolvimento urbano e social, de macrodrenagem e de mobilidade urbana, além, de ações para o fortalecimento da gestão municipal.

3. Em decorrência, passou a buscar fontes de financiamento complementares, a fim de viabilizar a execução do referido Programa. As principais fontes de financiamento identificadas foram:

- a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;
- b) Caixa Econômica Federal;



c) Organismos internacionais: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Banco Mundial (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD) e Fundo Financeiro de Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA.

4. Consideradas as opções de financiamento interno (BNDES e Caixa Econômica Federal), ficou evidenciado que os custos financeiros dessas operações seriam por demais onerosas ao Município, ficando muito acima dos custos praticados pelos organismos internacionais (BID, Banco Mundial e FONPLATA), ainda mais com a redução das taxas e comissões destes últimos. Além do menor custo, as condições de carência e de pagamento do financiamento (prazo) dos organismos internacionais mostraram-se muito mais vantajosos.

5. Dentre os organismos internacionais, de pronto foi descartada a FONPLATA, que adotava uma taxa de juros Libor + 2,25 contra Libor + 0,50 praticados pelo BID e pelo Banco Mundial.

6. Considerando que, em abril de 2006, o Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, lançaram em conjunto o Programa Pró-Cidades, com uma linha de crédito inicial prevista na ordem de US\$ 1 bilhão, destinado a promover a melhoria da qualidade de vida da população de municípios brasileiros de pequeno e médio porte, preferencialmente, mediante o financiamento de ações de investimentos municipais em desenvolvimento urbano integrado, incluindo infraestrutura básica e social, sistema viário, desenvolvimento social, fortalecimento institucional, entre outras ações. Ou seja, justamente o que o Município de Paranaguá pretendia e pretende realizar, através de seu Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano.


7. Diante disso, surgiu a possibilidade do Município pleitear empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, dentro do Programa Pró-Cidades que tem, dentre tantas características e vantagens principais, também a opção de conversão dos desembolsos do financiamento em moeda nacional (Real) e o seu conseqüente reembolso também nessa moeda. E, mais ainda, o Município poderá contar com a ampla experiência do BID em programas da espécie lançados no Brasil e em outros países, podendo inclusive utilizar-se de uma ajuda técnica extremamente significativa.

8. Por todas essas razões, ainda que o Programa Pró-Cidades exija uma contrapartida do Município de pelo menos 50% do valor total dos projetos (e o Município de Paranaguá está pleiteando apenas 45% de financiamento do seu Programa Integrado, tendo, portanto, 55% de contrapartida), indubitavelmente, por todas as condições que foram analisadas e que se apresentam, o financiamento pelo Programa Pró-Cidades, através do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, se configura como a melhor alternativa para o Município, na captação dos recursos que lhe faltarão para a implantação e execução do Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano de Paranaguá.

Paranaguá (PR), 05 de abril de 2011.



**JOSÉ BAKA FILHO**  
Prefeito Municipal



**JOÃO CARLOS DE O. E SILVA**  
Coordenador-Geral da UGP



**RUY JOSÉ RIBEIRO**  
Engenheiro da UGP



Ofício nº 769/2010-GAB.-

Paranaguá, 06 de setembro de 2010.

A Sua Excelência o Senhor  
**GUIDO MANTEGA**  
Ministro de Estado da Fazenda  
Esplanada dos Ministérios - Bloco P  
CEP 70.048-900 - Brasília - DF.-

**Assunto: Contratação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID**

Senhor Ministro,

O Município de Paranaguá (PR) está em fase avançada de negociação junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para fins de contratação de empréstimo no montante de US\$ 16.649.600,00 (Dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares norte americanos) para financiar parte do Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano - Paranaguá Rumo Certo.

Importa ressaltar que o nosso Município reúne as condições financeiras favoráveis para obter empréstimo da espécie, quais sejam, o equilíbrio das nossas contas públicas, a existência de margem em todos os limites previstos nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e a dinamização e modernização da nossa administração tributária e financeira, o que nos credencia a solicitar a autorização para a realização da operação.

O Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano - Paranaguá Rumo Certo foi proposto com o objetivo geral de promover ações e intervenções integradas e articuladas, que promovam a melhoria da qualidade de vida da população de Paranaguá, mediante ações que melhorem as condições de vida da população e impulsionem o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável.

As ações do Programa estão agrupadas nos seguintes eixos de ação:

- Engenharia e Administração;
- Investimentos em Infraestrutura;
- Atendimento ao Cidadão;
- Atendimento à Criança e ao Adolescente;
- Fortalecimento Institucional e
- Custos Eventuais.

O referido Programa teve sua preparação aprovada pela Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX, por meio da Recomendação nº 993, de 13 de dezembro de 2007, para um empréstimo no valor de até US\$ 15.136.000,00 (Quinze milhões, cento e trinta e seis mil dólares norte americanos) e contrapartida de até US\$ 21.864.000,00 (vinte e um milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil dólares norte americanos). Através da Resolução COFIEIX nº 505, de 10 de março de 2010, foi prorrogado até 8 de janeiro de 2011 o prazo de validade da referida Recomendação nº 993, bem como autorizado o incremento de 10% no valor do empréstimo, passando os valores, portanto, para um empréstimo de até US\$ 16.649.600,00 (Dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares norte americanos) e contrapartida de até US\$ 20.350.400,00 (Vinte milhões, trezentos e cinquenta mil e quatrocentos dólares norte americanos).

A operação tem a seguinte configuração:

Tipo : Operação de crédito externo

Destinação : Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano - Paranaguá Rumo

Certo

Mutuário : Município de Paranaguá (PR)

Financiador : Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Garantidor : República Federativa do Brasil

Contragarantia : as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 156 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas, caso aquelas não sejam suficientes ou estejam comprometidas.

Valor: US\$ 16.649.600,00 (Dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares norte americanos)

Modalidade de Empréstimo : Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros (baseada na libor)

Juros : exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor diário do empréstimo, a uma taxa anual Libor de 3 meses + spread de 0,30%.

Comissão de crédito: taxa anual de 0,25%, aplicada ao saldo não desembolsado do empréstimo, com início 60 dias após a data de assinatura do contrato de empréstimo.

Prazos da Operação:

De Liberação: 5 (cinco) anos;

De Carência: 5 (cinco) anos;

Prazo de Amortização: 20 (vinte) anos;

Prazo Total: 25 (vinte e cinco) anos;

Diante disso, solicitamos os préstimos de Vossa Excelência no sentido de que sejam adotadas as necessárias providências com vistas à concessão do indispensável aval da União para a contratação do referido empréstimo. Em contragarantia, o Município de Paranaguá oferece as suas cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 156 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas, caso aquelas não sejam suficientes ou estejam comprometidas.

Para tanto, encaminhamos em anexo a documentação necessária para a devida análise da operação pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Diante da oportunidade de elevado alcance social que essa operação de crédito pode proporcionar à população de Paranaguá, e certo de sua pronta aquiescência no atendimento desse pleito, aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência nossas melhores manifestações de apreço e consideração.

Respeitosamente,

  
José Baka Filho  
Prefeito Municipal



## PARECER TÉCNICO

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 e as Resoluções do Senado Federal nº 40, de 20/12/2001 e 43, de 21/12/01, emitimos o presente parecer, acerca da contratação de operação de crédito, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 16.649.600,00 (dezesesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares norte-americanos) equivalentes a R\$ 30.968.256,00 (trinta milhões, novecentos e sessenta e oito mil, duzentos e cinquenta e seis reais) ao câmbio de R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos) ajustado com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, sendo esta parcela correspondente a 45,0% do total dos projetos para a implantação do **PROGRAMA INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E URBANO – PARANAGUÁ RUMO CERTO**, que é de US\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de dólares norte-americanos).

### 1.0 COMPONENTES DO PROGRAMA

#### 1.1 INFRAESTRUTURA

Valor total de US\$ 25.641.500,00 (vinte e cinco milhões, seiscentos e quarenta e um mil e quinhentos dólares norte-americanos) sendo US\$ 13.607.680,00 (treze milhões, seiscentos e sete mil, seiscentos e oitenta dólares norte americanos) financiados com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e US\$ 12.033.820,00 (doze milhões, trinta e três mil, oitocentos e vinte dólares norte-americanos) com recursos do município de Paranaguá.

O componente de infraestrutura foi dividido em dois subcomponentes que são pavimentação de vias e drenagem.

No item pavimentação estão relacionadas as obras de recuperação de vias estruturantes, vias de transporte coletivo, vias arteriais, coletoras e locais e caminhos de casa. No item drenagem foram elencadas as obras de recuperação de cabeceiras, canalização de canais e recuperação do sistema de drenagem.

#### 1.2 ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Valor total de US\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil dólares norte-americanos) sendo realizado totalmente com recursos do município de Paranaguá.

Prevê-se a construção de duas unidades de saúde que são a Alexandra e CAIC.

#### 1.3 ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Valor total de US\$ 4.180.830,00 (quatro milhões, cento e oitenta mil, oitocentos e trinta dólares norte-americanos) sendo US\$ 631.070,00 (seiscentos e trinta e um mil e setenta dólares norte-americanos) financiados com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e US\$ 3.549.760,00 (três milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, setecentos e sessenta dólares norte-americanos) com recursos do município de Paranaguá.

O componente está subdividido em dois subcomponentes que são ampliação de unidades escolares e construção de centros de excelência educacional. Passando estas unidades a prestarem atendimento em tempo integral.

#### 1.4 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Valor total de US\$ 2.359.510,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e dez dólares norte-americanos) sendo US\$ 1.255.850,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta dólares norte-americanos) financiados com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e US\$ 1.103.660,00 (um milhão, cento e três mil, seiscentos e sessenta dólares norte-americanos) com recursos do município de Paranaguá.

**Edificação** - Este projeto contempla a implantação de um edifício para abrigar órgãos da Secretaria da Fazenda, do Planejamento, do Urbanismo e a Central de Monitoramento, com uma área prevista de 1.065 metros quadrados.

**Interligação das estruturas públicas com monitoramento** - Com a implantação do projeto Interligação de Informação das Estruturas Públicas com Monitoramento pretende-se melhorar a produtividade dos serviços públicos, além de coibir ações de vândalos e a depredação do patrimônio. Outro aspecto deste projeto é a melhoria do sistema de comunicação da PMP.

**Aquisição de Softwares e Capacitação** - Este componente refere-se à aquisição de softwares para apoiar as atividades previstas neste componente, além de atender outras demandas de setores da prefeitura, inclui também a capacitação de pessoal para operar estes programas.

**SIG – Sistema de Informações Gerenciais** - Com o objetivo de montar um sistema de informações e atualizar sua base cadastral, o Município está incluindo no componente de Fortalecimento Institucional a aquisição e instalação do Sistema de Informações Geográficas – SIG, inicialmente para aumentar a sua arrecadação de tributos (IPTU) e, posteriormente, evoluir para um cadastro técnico multifinalitário.

#### 1.5 ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO

Valor total de US\$ 2.730.000,00 (dois milhões, setecentos e trinta mil dólares norte-americanos) sendo US\$ 1.155.000,00 (um milhão, cento e cinquenta e cinco mil dólares norte americanos) financiados com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e US\$ 1.575.000,00 (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil dólares norte-americanos) com recursos do município de Paranaguá.

Estão previstos neste item estudos e projetos de engenharia, supervisão de obras, administração do programa, consultoria e a aquisição dos sistemas de gerenciamento.

#### 1.6 CUSTOS EVENTUAIS

Valor total de US\$ 318.160,00 (trezentos e dezoito mil , cento e sessenta dólares norte-americanos) sendo realizado totalmente com recursos do município de Paranaguá.



Os recursos acima alocados estarão disponíveis para as desapropriações que se fizerem necessárias para a implantação do Programa.

## 1.7 CUSTOS FINANCEIROS

Valor total de US\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil dólares norte americanos) sendo realizado totalmente com recursos do município de Paranaguá.

Estes recursos foram alocados para fazer frente ao pagamento da comissão de crédito e juros do financiamento.

## 2.0 AVALIAÇÃO BENEFÍCIO-CUSTO DO PROJETO

### 2.1 Resumo do Componente de Transporte e Mobilidade

#### 2.1.1 Adequação de Vias Estruturantes

##### *Recuperação da Avenida Ayrton Senna da Silva;*

Informações gerais do projeto:

- ✓ Via: Avenida Ayrton Senna da Silva;
- ✓ Trecho: Avenida Curitiba e Avenida Coronel Santa Rita;
- ✓ Extensão: 5.300,00 m;
- ✓ Classificação da Via: Estrutural;
- ✓ Pista: 2 x 7,20 m;
- ✓ Linhas de Transporte Coletivo:
  - No trecho entre a Avenida Curitiba e a Rua Coronel Santa Rita, numa extensão de 5.300 metros: Alexandra;
  - No trecho entre a Avenida Curitiba e a Rua Prefeito Roque Vernalha, numa extensão de 4.050 metros: Madrugueiro;
  - No trecho entre a Rua Prefeito Roque Vernalha e Avenida Coronel Santa Rita, numa extensão de 1.250 metros: Vila Guarani/BR 277 e Inter-bairros horário.
- ✓ Bairros Beneficiados: Parque São João, Jardim América, Pátio Ferroviário, Jardim Guaraituba, Aeroporto, Emboguaçu, Vila Horizonte, Correia Velho, Jardim Araça, Eldorado, Vila Paranaguá, Alvorada, Bochmann e Serraria do Rocha.
- ✓ População Diretamente Beneficiada: 8.690 habitantes;

Resumo da Avaliação Econômica:

Indicadores	
TIRE	15%
VPL (x100)	6.266
RBC	1,34

Análise de Sensibilidade	
Cenário	TIRE
+20 % no custo	14%
-20% no benefício	13%
+10% no custo -10% no Benefício	14%

**Estrada Velha de Alexandra;****Informações gerais do projeto:**

- ✓ Via: Estrada Velha de Alexandra;
- ✓ Trecho: Alameda Ancelmo R. Fontana / Estrada dos Marrecos;
- ✓ Extensão: 3.325,00 m;
- ✓ Classificação da Via: Estrutural;
- ✓ Pista: 12 m;
- ✓ Linhas de Transporte Coletivo: Alexandra/Estrada Velha; Vizinhança; Santa Helena.
- ✓ Bairros Beneficiados: Parque São João; Parque Industrial I, II e III;
- ✓ População Beneficiada: 516 habitantes;

**Resumo da Avaliação Econômica:**

Não considerando tráfego gerado pelo adensamento:

Indicadores	
TIRE	29%
VPL (x100)	2.293
RBC	2,04
Análise de Sensibilidade	
Cenário	TIRE
+20 % no custo	25%
-20% no benefício	24%
+10% no custo -10% no Benefício	25%

Considerando o tráfego gerado pelo adensamento:

Indicadores	
TIRE	36%
VPL (x100)	2.908
RBC	2,44
Análise de Sensibilidade	
Cenário	TIRE
+20 % no custo	31%
-20% no benefício	29%
+10% no custo -10% no Benefício	30%

**Rua Júlio Groth Elias;****Informações gerais do projeto:**

- ✓ Via: Rua Julio Groth Elias;
- ✓ Trecho: Rodovia BR 277/Avenida Sebastião Marques da Silva;
- ✓ Extensão: 1.045,00 m;
- ✓ Classificação da Via: Coletora;
- ✓ Pista: 6,75 m;
- ✓ Linha de Transporte Coletivo: Labra
- ✓ População Beneficiada: 1.203 habitantes;



**Resumo da Avaliação Econômica:**

Indicadores	
TIRE	82%
VPL (x100)	372
RBC	4,42

Análise de Sensibilidade	
Cenário	TIRE
+20 % no custo	66%
-20% no benefício	63%
+10% no custo -10% no Benefício	65%

**Alameda Coronel Elysio Pereira/Rua Bento Munhoz da Rocha Neto;****Informações gerais do projeto:**

- ✓ Via: Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto;
- ✓ Trecho: Rodovia PR 412 / Rua dos Expedicionários;
- ✓ Extensão: 8.125,00 m;
- ✓ Classificação da Via: Arterial;
- ✓ Pista: 11,8 m;
- ✓ Linhas de Transporte Coletivo:
  - No trecho entre a PR 412 e a Avenida Curitiba, numa extensão de 8.128 metros: Samambaia e Vila Garcia;
  - No trecho entra a Avenida Curitiba e a Rua Prefeito Roque Vernalha, numa extensão de 4.730 metros: Jacarandá, Labra, Vila Divinéia e Posto Fiscal/Sadia;
  - No trecho entre a Rua Prefeito Roque Vernalha e Rua dos Expedicionários, numa extensão de 880 metros: Circular Colégio e São Vicente.
- ✓ Bairros Beneficiados: Jardim Paranaguá, Conjunto Cominese, Parque Agari, Nilson Neves, Parque Yamaguchi, Divinéia, Jardim Samambaia, Parque São João, Jardim América, Jardim Guaraituba, Aeroporto, Jardim Itiberê, Eldorado, Palmital e Estradinha..
- ✓ População Beneficiada: 3.175 habitantes;

**Resumo da Avaliação Econômica:**

Indicadores	
TIRE	40%
VPL (x100)	3.042
RBC	2,21

Análise de Sensibilidade	
Cenário	TIRE
+20 % no custo	32%
-20% no benefício	30%
+10% no custo -10% no Benefício	31%

**Avenida Belmiro Sebastião Marques I;****Informações gerais do projeto:**

- ✓ Via: Avenida Belmiro Sebastião Marques;
- ✓ Trecho: Rua Mahamed Hamud / Avenida Curitiba;

- ✓ Extensão: 2.430,00 m;
- ✓ Classificação da Via: Arterial;
- ✓ Pista: 10,90 m;
- ✓ Linhas de Transporte Coletivo:
  - No trecho entre a Rua Mohamed Hamud e a Avenida Curitiba, numa extensão de 2.430,00 metros: Jacarandá e Labra;
  - No trecho entre a Rua Aldo Santana e a Avenida Curitiba, numa extensão de 250 metros: Jacarandá, Labra e Vila Divinéia;
- ✓ Bairros Beneficiados: Parque São João, Divinéia, Parque Yamaguchi, Nilson Neves e Comerciais;
- ✓ População Beneficiada: 1.625 habitantes;

#### Resumo da Avaliação Econômica:

Indicadores	
TIRE	19%
VPL (x100)	2.688
RBC	1,59

Análise de Sensibilidade	
Cenário	TIRE
+20 % no custo	18%
-20% no benefício	17%
+10% no custo -10% no Benefício	18%

#### Passagem inferior da Avenida Atílio Fontana;

##### Informações gerais do projeto:

- ✓ Obra: Passagem inferior da Avenida Atilio Fontana;
- ✓ Local: Avenida Atilio Fontana X Avneida Ayrton Senna da Silva;
- ✓ Pista: 11,0 m;
- ✓ Linhas de Transporte Coletivo: As linhas de transporte coletivo que demandaram a passagem em desnível são Santa Helena, Madrugueiro, Vila Nova Primavera e Posto Fiscal Sadia.

#### Resumo da Avaliação Econômica:

Considerando a interação deste projeto com o projeto da Avenida Senador Atílio Fontana e da Avenida Curitiba

#### Passagem inferior da Rua Roque Vernalha;

Indicadores	
TIRE	117%
VPL (x100)	1.582
RBC	6,49

Análise de Sensibilidade	
Cenário	TIRE
+20 % no custo	96%
-20% no benefício	92%
+10% no custo -10% no Benefício	94%

##### Informações gerais do projeto:

- ✓ Obra: Passagem inferior da Rua Samuel Pires de Melo ;
- ✓ Local: Rua Samuel Pires de Melo X Avenida Ayrton Senna da Silva;
- ✓ Pista: 10,50 m;
- ✓ Linhas de Transporte Coletivo
  - No trecho entre a Rua Tufi Maron e a Rua Conselheiro Correia, numa extensão de 240 metros: Alexandra via Estrada Velha, Vila Guarani-BR 277 e Inter Bairros Horário;
  - No trecho entra a Avenida Ayrton Senna da Silva e a Rua Manoel Pereira, numa extensão de 420 metros: Santa Helena e Vila Nova Primavera;
  - No trecho entre a Rua Bento Rocha e a Rua Manoel Pereira, numa extensão de 1.850 metros: Circular Colégio, Madrugueiro e Casas Populares.
- ✓ Bairros Beneficiados: Vila Paranaguá e Edorado

#### Resumo da Avaliação Econômica:

Considerando a interação com a obra da Rua Samuel Pires de Mello

Indicadores	
TIRE	68%
VPL (x100)	5.912
RBC	4,32

Análise de Sensibilidade	
Cenário	TIRE
+20 % no custo	57%
-20% no benefício	55%
+10% no custo -10% no Benefício .	56%

#### Vias de Transporte Coletivo

##### Informações gerais do projeto:

O projeto de recuperação das vias de transporte coletivo visa melhorar as condições de circulação para os ônibus, proporcionando maior conforto e agilidade na operação do sistema.

- ✓ Obra: Recuperação das vias de transporte coletivo;
- ✓ Local: Diversas vias do município;
- ✓ Pista: largura variável;
- ✓ Linhas de Transporte Coletivo Beneficiadas:

Linha	Demanda Seg a Sexta
Santa Helena	2.345
Vila Garcia	2.815
São Vicente	2.521
Vila Divinéia	3.007
Jacarandá	1.414
Samambaia	4.665
Casa Populares	884
Interbairros – horário	616
Alexandra - Via BR 277	1.533



Alexandra - Via Estrada Velha	432
Circular Via Cais	1.881
Circular Via Colégio	2.049
Vila Nova Primavera	1.748
Labra	1.375
Alimentador Centro Porto	1.757
Interbairros - anti-horário	620
<b>Total</b>	<b>29.662</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Paranaguá

✓ Bairros Beneficiados: Diversos bairros.

Resumo da Avaliação Econômica:

Indicadores	
TIRE	26%
VPL (x100)	2.426
RBC	1,51
Análise de Sensibilidade	
Cenário	TIRE
+20 % no custo	20%
-20% no benefício	18%
+10% no custo -10% no Benefício	19%

### Vias Arteriais, Coletoras e Locais

Informações gerais do projeto:

O objetivo é recuperar a pavimentação existente que se encontra em situação precária, criando condições para uma maior conservação, diminuindo assim a manutenção com a operação "tapaburacos", que atualmente é muito frequente e que onera os cofres municipais.

- ✓ Extensão total: 23.352 m;
- ✓ Extensão das vias em micro-asfalto: 10.202 m;
- ✓ Extensão das vias em PMF: 13.150 m;
- ✓ Bairros Beneficiados: Leblon, 29 de julho, Alto São Sebastião, Tuiuti, João Gualberto, Centro Histórico, Palmital, Alvorada, Raia, Bockmann, Costeira, Vila Rute, Serraria do Rocha, Vila Guarani, Porto dos Padres e Vila Cruzeiro.
- ✓ População Beneficiada: 6.300 habitantes;

O quadro abaixo apresenta um resumo dos dados referentes ao projeto em relação a extensão, à área e aos custos.

Tipo de pavimento	Extensão (m)	Área (m <sup>2</sup> )	Custo (x1000)	
			US\$	R\$
Micro asfalto	10.202,00	83.943,30	567,80	1.078,82
PMF	13.150,30	91.142,35	2.037,30	3.870,87
<b>Total</b>	<b>23.352,30</b>	<b>175.085,65</b>	<b>2.605,10</b>	<b>4.949,69</b>

Resumo da Avaliação Econômica:



Para as vias componentes deste projeto foi feita avaliação de custo mínimo e os valores encontram-se dentro dos parâmetros definidos.

### ***Caminhos de Casa***

Compreende a melhoria de becos com largura inferior a 2 m, onde não circulam veículos e tem como objetivo principal a pavimentação e a drenagem de caminhos e becos sem saídas, servidões e vias onde não é possível o trânsito de veículos leves e de serviços básicos e de atendimento à população.

Caminhos de Casa
Jardim Iguassu
Vila dos Comerciantes
Vila Itiberê
Vila São Vicente
Baixada Santos Dumont
Estradinha ao lado do Literário
Costeira Ilha Perdida
Ilha dos Valadares

Resumo da Avaliação Econômica:

Para as vias componentes deste projeto foi feita avaliação de custo mínimo e os valores encontram-se dentro dos parâmetros definidos.

## **2.2 Resumo do Componente de Macro-drenagem**

### **2.2.1 Recuperação de Cabeceiras**

#### ***Canal das Marés;***

Informações gerais do projeto:

- ✓ Nome: Canal das Marés;
- ✓ Local: Região central e noroeste do município;
- ✓ Tipo de obra: Recuperação de cabeceiras;
- ✓ Área da microbacia: 113 hectares;
- ✓ População Residente na Microbacia: 4.500 pessoas.

Resumo da Avaliação Econômica:

Para este projeto foi realizado um estudo de alternativas e adotada a alternativa de mínimo custo que atendeu a qualificação técnica necessária.

#### ***Córrego do Chumbo***

Informações gerais do projeto:

- ✓ Nome: Córrego do Chumbo;
- ✓ Local: Região Central da Cidade;
- ✓ Tipo de obra: Recuperação de Cabeceiras;

- ✓ Área da microbacia: 219 hectares
- ✓ População residente na microbacia: 13.500 pessoas.

#### Resumo da Avaliação Econômica:

Para este projeto foi realizado um estudo de alternativas e adotada a alternativa de mínimo custo que atendeu a qualificação técnica necessária.

#### 2.2.2 Canalização de Canais

##### *Canal da Bertioga*

#### Informações gerais do projeto:

- ✓ Nome: Canal da Bertioga;
- ✓ Local: Jardim Esperança;
- ✓ Tipo de obra: Canalização;
- ✓ Habitantes na área da microbacia: 7.950;
- ✓ População Diretamente Beneficiada: 5.212.

#### Resumo da Avaliação Econômica:

Indicadores	
TIRE	53%
VPL (x1000)	329
RBC	1,82

Análise de Sensibilidade	
Cenário	TIRE
+20 % no custo	40%
-20% no benefício	37%
+10% no custo -10% no Benefício	39%

##### *Canal da Labra*

#### Informações gerais do projeto:

- ✓ Nome: Canal da Labra;
- ✓ Local: Região sudoeste da cidade;
- ✓ Tipo de obra: Canalização
- ✓ Habitantes na área da microbacia: 2.854;
- ✓ População Diretamente Beneficiada: 2.207.

#### Resumo da Avaliação Econômica:

Indicadores	
TIRE	21%
VPL (x1000)	146
RBC	1,24

Análise de Sensibilidade	
Cenário	TIRE
+20 % no custo	14%
-20% no benefício	12%
+10% no custo -10% no Benefício	13%

### **2.2.3 Recuperação de Sistema de Drenagem**

#### ***Praça do Mercado***

##### ***Informações gerais do projeto:***

- ✓ Nome: Recuperação do sistema de drenagem;
- ✓ Local: Praça do mercado;
- ✓ Tipo de obra: Recuperação de drenagem;
- ✓ Área da microbacia: 37 hectares;
- ✓ População residente na bacia: 6.300 pessoas.

##### **Resumo da Avaliação Econômica:**

Para este projeto foi realizado um estudo de alternativas e adotada a alternativa de mínimo custo que atendeu a qualificação técnica necessária.

### **2.3 Resumo do Componente de Desenvolvimento Social**

#### **2.3.1 Atendimento ao Cidadão**

##### ***Construção da Unidade de Saúde da Vila Marinho***

##### ***Informações gerais do projeto:***

- ✓ Nome: Unidade de Saúde Vila Marinho
- ✓ Local: Jardim Iguaçu
- ✓ Tipo de obra: Construção
- ✓ Dimensão: 322,64 m2;
- ✓ Bairros cortados pela área de abrangência: Padre Jackson, Porto dos Padres, Jardim Araça, Parque Industrial III, Emboguaçu, Vila do Povo, Jardim N. Primavera e Jardim Santa Helena.
- ✓ População Diretamente Beneficiada: 6.873 pessoas.

##### ***Construção da Unidade de Saúde Vale do Sol***

##### ***Informações gerais do projeto:***

- ✓ Nome: Unidade de Saúde Vale do Sol
- ✓ Local: Vila Garcia
- ✓ Tipo de obra: Construção
- ✓ Dimensão: 322,64 m2;
- ✓ Bairros cortados pela área de abrangência: Jardim Ouro Fino, Comercíários, Rio da Vila, PA-04, Jardim Esperança, PA-01/B e PA-01/A.
- ✓ População Diretamente Beneficiada: 1.720 pessoas

#### **2.3.2 Atendimento à Criança e ao Adolescente**

##### **Ampliação de Unidades Escolares Municipais**

***Ampliação da Escola Municipal João Rocha***

## Informações gerais do projeto:

- ✓ Nome: Escola Municipal João Rocha
- ✓ Local: PA-01/B
- ✓ Tipo de obra: Reforma e Ampliação
- ✓ Dimensão: 957,24 m2;
- ✓ Bairros cortados pela área de abrangência: PA-04 e Rio da Vila.
- ✓ População Diretamente Beneficiada: 653 pessoas.

***Ampliação da Escola Municipal Arminda S. Pereira***

## Informações gerais do projeto:

- ✓ Nome: Escola Municipal Arminda S. Pereira
- ✓ Local: Jardim Iguaçu
- ✓ Tipo de obra: Reforma e Ampliação
- ✓ Dimensão: 871,07 m2;
- ✓ Bairros cortados pela área de abrangência: Parque Industrial III, Parque Industrial II, Pátio Ferroviário, Vila do Povo, Jardim Nova Esperança e Santa Helena.
- ✓ População Diretamente Beneficiada: 3.914 pessoas.

***Ampliação da Escola Municipal Leôncio Correa***

## Informações gerais do projeto:

- ✓ Nome: Escola Municipal Leôncio Correa
- ✓ Local: Jardim Araça
- ✓ Tipo de obra: Reforma e Ampliação
- ✓ Dimensão: 1.406,59 m2;
- ✓ Bairros cortados pela área de abrangência: Correa Velho, Eldorado, Palmital, Alvorada, Serraria Rocha, Vila Cruzeiro, Vila Paranaguá, Vila Paranaguá, Vila Horizonte, Emboguaçu e Jardim Iguaçu.
- ✓ População Diretamente Beneficiada: 3.194 pessoas.

***Ampliação da Escola Municipal Presidente Castelo Branco***

## Informações gerais do projeto:

- ✓ Nome: Escola Municipal Presidente Castelo Branco
- ✓ Local: Vila Horizonte
- ✓ Tipo de obra: Reforma e Ampliação
- ✓ Dimensão: 1.451,34 m2;
- ✓ Bairros cortados pela área de abrangência: Itiberê, Correia Velho, Eldorado, Palmital, Alvorada, Vila Paranaguá, Jardim Araça, Aeroporto, Vila São Vicente, Pátio Ferroviário e Emboguaçu.
- ✓ População Diretamente Beneficiada:

***Construção de Centro de Excelência Educacional  
Parque Awaji***



**Informações gerais do projeto:**

- ✓ Nome: Parque Awaji
- ✓ Local: Parque São João
- ✓ Tipo de obra: Construção
- ✓ Dimensão: 3.346,24 m2;
- ✓ População Diretamente Beneficiada: 6.447 pessoas

**Parque Vale do Sol****Informações gerais do projeto:**

- ✓ Nome: Parque Vale do Sol
- ✓ Local: Vila Garcia
- ✓ Tipo de obra: Construção
- ✓ Dimensão: 2.750,00 m2;
- ✓ População Diretamente Beneficiada: 1.070 pessoas

**Resumo da Avaliação Econômico:**

Todos os projetos estão enquadrados dentro dos critérios de custo-eficiência e de custo mínimo tomados como referência para análise.

**2.4 Resumo do Componente Institucional****Resumo da Avaliação Econômica:**

Os indicadores obtidos na avaliação econômica mostram que o projeto apresenta viabilidade, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

**Indicadores**

TIRE	18%
VPL (x1000)	602
RBC	1,34

**Análise de Sensibilidade**

Cenário	TIRE
+20 % no custo	13%
-20% no benefício	12%
+10% no custo -10% no Benefício	13%

**3.0 BENEFÍCIOS MENSURADOS****3.1 Benefícios Econômicos**

Os benefícios econômicos foram identificados e mensurados em forma separada para o subcomponente Eixo Norte/Sul e para o subcomponente ligação Capão da Imbuia/Cabral, Eixo Leste/Norte, e posteriormente agrupados para efeito da avaliação econômica. Os benefícios calculados foram resultantes de:

- Horas economizadas pelos usuários do transporte coletivo em função do aumento da velocidade operacional dos ônibus, verificadas entre as condições atuais (sem projeto) e proposta (com projeto);
- Redução do custo operacional do transporte coletivo ocasionado pela redução da quilometragem percorrida e melhoria das condições operacionais.

### 3.2 Benefícios Ambientais

Para avaliar a redução de emissões de gases de efeito estufa GHG (Green-House-Gas) foram consideradas as seguintes condicionantes:

- Redução direta da quilometragem percorrida;
- Ganhos operacionais pelo aumento da velocidade média;
- Redução da emissão de gás carbônico (CO<sub>2</sub>) no meio ambiente.

### 3.3 Custos Considerados

#### Investimentos

Foram considerados os investimentos estabelecidos pela Prefeitura de Paranaguá, para o conjunto das intervenções programadas para cada um dos componentes do Programa.

#### Custos de Manutenção das intervenções

Foi adotado, como procedimento conservador, a utilização de uma taxa anual de 2% sobre o investimento inicial.

#### Conversão de custos financeiros em custos econômicos

Das intervenções previstas a maioria está relacionada com obras civis para sua consecução, em razão disto e considerando a experiência do setor de obras da Prefeitura de Paranaguá em orçamentos e execução de obras semelhantes, optou-se pela utilização de um único coeficiente de conversão de 0,85 para o conjunto das intervenções. Pelas mesmas razões, o mesmo coeficiente foi utilizado para conversão dos benefícios mensurados.

### 3.4 Análise Econômica

Na análise econômica foram avaliados os resultados e cotejados com os investimentos totais do componente. As figuras de mérito analisadas foram:

- Taxa interna de retorno;
- A diferença entre os benefícios e custos em valor presente;
- A relação entre os benefícios em valor presente acumulado e os custos em valor presente acumulado.

### 3.5 Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade leva em conta variações sobre os benefícios e sobre os custos, verificando seus impactos sobre os indicadores de sucesso do Programa. Para esse caso foram ensaiadas variações máximas de mais 20% nos custos e de menos 20% nos benefícios.

#### 4.0 CONCLUSÃO

O Programa beneficiará diretamente uma população de aproximadamente 340 mil pessoas e indiretamente a cidade como um todo.

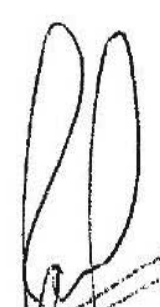

Os indicadores das figuras de mérito selecionadas para avaliação são apresentados abaixo.

- Taxa interna de retorno – TIR > 12%;
- Valor presente líquido – VPL > 0;
- A relação benefício/custo > 1.

A avaliação econômica dos elementos mensuráveis do Programa indica, através das figuras de mérito, que as condições de sucesso do empreendimento estão atendidas e o ponto de equilíbrio se dará no terceiro ano. Na análise de sensibilidade é possível verificar que para a pior situação, com uma redução de benefícios de 20% e um aumento de custos de 20%, a taxa interna de retorno permanece superior a 12%, que foi o limite mínimo estabelecido como indicador de sucesso do empreendimento.

Paranaguá, 06 de setembro de 2010.

De acordo:

  
\_\_\_\_\_  
RUY JOSÉ RIBEIRO  
Engenheiro Técnico Responsável  
pelo Programa  
\_\_\_\_\_  
JOSÉ BAKA FILHO  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

1ª TABELIONATO DE NOTAS  
COMARCA DE PARANAGUÁ - PR  
AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel desta face do documento apresentado nesta Serventia. Dou fé.

Paranaguá 08 SET. 2010

Cláudio Roberto Bley Carneiro - Interventor  
Rosane Teresinha Reichert - Escr. Subst.

Certifico que o "Dispõe sobre as Diretrizes  
AUTENTICIDADE foi anexada  
na última folha deste documento entregue a..."  
Orçamentárias para 2010, e dá  
outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do  
Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono e promulgo  
a presente Lei:

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Em cumprimento ao que dispõe o artigo 165, §2º, da Constituição Federal; o artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000; a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; a Lei Orgânica do Município de Paranaguá, de 05 de abril de 1990; e as NBC T 16 - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, são estabelecidas as Diretrizes que balizarão a elaboração do Orçamento para o exercício de 2010.

§1º A Lei Orçamentária submeter-se-á aos princípios da universalidade, unidade e anualidade, bem como estabelecerá os Programas a serem desenvolvidos pela Administração Pública Municipal.

§2º Os Programas, estabelecidos em consonância com o PPA - Plano Plurianual, serão ordenados em conformidade com a codificação e estrutura estabelecidas pela Portaria nº 42 do Ministério do Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, complementada com a classificação da despesa, segundo a sua natureza, estabelecida pela Portaria Interministerial nº 163 da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 04 de maio de 2001, artigo 3º, e as disposições vigentes da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e as determinações da Lei Complementar nº 101/00.

**CAPÍTULO I**  
**DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL**

Art. 2º A Lei Orçamentária será a expressão financeira do planejamento municipal estabelecida para o exercício financeiro de 2010, com base nestas Diretrizes,



assim com a obediência ao PPA - Plano Plurianual a ser aprovado para o período 2010/2013.

Art. 3º Os Programas de Trabalho de cada Projeto ou Atividade ou Operação Especial deverão:

I. Prever a continuidade e a conclusão dos projetos em andamento;

II. Estar adequado à realidade financeira municipal e aos programas de trabalho das demais unidades orçamentárias, evitando duplicidade de esforços no mesmo sentido;

III. Apresentar, na medida do interesse e necessidade, adequação e complementaridade com os planos e programas Estaduais e Federais, observadas as peculiaridades locais e

IV. Garantir maior economicidade, eficiência e efetividade na execução dos projetos e atividades, e eficácia na utilização dos recursos financeiros que lhes forem atribuídos, conforme NBC T 16.3, Item 2.

§1º Entende-se por Projeto, Atividade ou Operação Especial:

a) Projeto - instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

b) Atividade - instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.

c) Operação Especial - as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resultam num produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§2º Entende-se por Programa o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos nele estabelecidos.

§3º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de Atividades, Projetos ou Operações Especiais, especificando, quando possível, as quantidades físicas e suas respectivas unidades de medida, bem como os órgãos do orçamento programa, responsáveis pela realização da ação.

INÍCIO DE FOLHA DE DOBRAR  
COMARCA DE PARANAGUÁ  
AUTENTICAÇÃO  
+ presente folheto de dobras  
documento autenticado neste documento. Dou fe

Paranaguá, 08 SET. 2010

Claudio Roberto Bley Carneiro - Intervento

Certifico que o selo de  
AUTENTICIDADE foi afixado  
na última folha deste docu-  
mento entregue à parte.



§4º As Atividades e Projetos serão dispostos de modo a especificar a localização física integral ou parcial dos programas de governo.

§5º Cada Atividade, Projeto ou Operação Especial identificará, na proposta orçamentária, a função e a subfunção de governo às quais esteja vinculado, de acordo com as especificações da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

Art. 48. A Lei Orçamentária, sem descuidar de nenhuma das competências constitucionais do Município e do cumprimento de obrigações legais e contratuais, atenderá as prioridades estabelecidas em todos os instrumentos legais do planejamento municipal.

## CAPÍTULO II

### DAS PRIORIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Constituirão prioridades do Governo Municipal:

- I. Execução financeira equilibrada;
- II. Racionalização do gasto público;
- III. Fortalecimento da receita, com ênfase na justiça fiscal;
- IV. Ampliação do atendimento à população na área da saúde;
- V. Ampliação do atendimento à população na área da educação;
- VI. Organização institucional da prefeitura e implementação de sistema integrado de informações municipais;
- VII. Saneamento básico;
- VIII. Ordenamento do sistema viário;
- IX. Regularização fundiária e provisão habitacional;
- X. Expansão portuária;
- XI. Valorização do patrimônio cultural;
- XII. Desenvolvimento das atividades turísticas;
- XIII. Capacitação técnica e/ou profissionalizante da população para atendimento ao mercado de trabalho local;
- XIV. Reorganizar a estrutura administrativa municipal, racionalizando atribuições, funções e inter-relações entre as secretarias municipais e demais órgãos;
- XV. Fortalecer, qualificar e capacitar o quadro técnico municipal, para implementação de um processo contínuo de planejamento e gestão do Plano Diretor;

1º TABELIONATO DE NOTAS  
COMARCA DE PARANAGUÁ - PR

A presente fotocópia é reprodução fiel desta folha do documento apresentado nesta cartesia. Dou fé.

Paranaguá

08/07/2011

Claudio Roberto Bley Carneiro - Interventor  
Rosane Teresinha Reichert - Escriba Substituta

Certifico que o seu  
AUTENTICIDADE foi atestada  
na última folha deste documento entregue à parte

*[Assinatura]*



XVI. Promover a participação, o controle social e a integração entre as políticas públicas municipais, através da criação e/ou manutenção do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, composto pela sociedade civil e Prefeitura Municipal;

XVII. Implantar e atualizar um banco de dados e informações georreferenciadas do município, que auxiliará no planejamento e monitoramento municipal;

XVIII. Regulamentar o processo de consulta, discussão e deliberação de questões ligadas ao planejamento e gestão municipal, promovendo a participação de representantes de órgãos federais e estaduais atuantes em Paranaguá;

XIX. Promover a gestão municipal participativa através da consulta permanente às esferas de representação popular;

XX. Melhorar a comunicação com os órgãos ambientais estaduais e federais, atuantes no município, visando o exercício harmônico de competências comuns, em matéria de controle do uso e da ocupação do solo municipal.

§1º Para a consecução da política de desenvolvimento institucional devem ser observadas as seguintes diretrizes:

I. Promover a gestão municipal participativa;

II. Estabelecer um sistema de informações sobre o município, organizando banco de dados georreferenciado, periodicamente atualizado, que auxiliará no planejamento e monitoramento municipal; e

III. Fortalecer a capacidade municipal de regulação e gestão da cidade, dotando os setores competentes de condições técnicas, institucionais e operacionais necessárias ao exercício de suas funções.

§2º A programação de investimentos integrante do Projeto de LOA - Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no PPA - Plano Plurianual.

Art. 6º A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, cultural, esportivo, de apoio ao desenvolvimento turístico, de cooperação técnica, de fortalecimento do associativismo municipal e outras que venham a ser aprovadas pelos Poderes Executivo e Legislativo, desde que todas dependerão de autorização de lei específica.

1. TABELA DE VERIFICAÇÃO DE  
COMARCA DE PARANAGUÁ  
AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia é verdadeira e fiel do documento apresentado nesta comarca. O que se.

Paranaguá, 08 SET. 2010

☐ Cláudio Roberto Bley Carneiro - Interventor  
☒ Rosane Teresinha Reicher - Escr. Subst

Certifico que o selo  
AUTENTICIDADE foi afixado  
na última folha deste docu-  
mento entregue à parte



**Parágrafo Único.** As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas mensalmente, prazo contado a partir do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade, nos termos do artigo 70 da Constituição Federal.

### CAPÍTULO III DO ORÇAMENTO ANUAL PARA 2010 E SUA EXECUÇÃO

**Art. 7º** Na LOA - Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2010, as receitas serão estimadas e as despesas fixadas com base nos preços de mercado vigentes em julho de 2009.

**Parágrafo Único.** O Poder Executivo será autorizado a atualizar os valores da receita e da despesa, constantes da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, quando da elaboração da LOA - Lei Orçamentária Anual, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro que venha a substituí-lo, no período de março (inclusive) a julho (inclusive), mais a estimativa do respectivo índice de agosto a dezembro de 2009, na forma estabelecida na própria Lei Orçamentária.

**Art. 8º** Na LOA - Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2010 as vinculações de receitas a determinadas finalidades, estabelecidas em leis, serão obrigatoriamente cumpridas, inclusive na execução orçamentária.

**Parágrafo Único.** Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, contratos de repasse, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outros entes da federação ou com a iniciativa privada, deverão ser registrados como receita orçamentária prevista e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo ser realizadas na medida da execução da receita vinculada.

**Art. 9º** O Poder Executivo explorará todas as possibilidades de obtenção de recursos extraordinários para o financiamento das despesas autorizadas na Lei Orçamentária.

1º TABELIONATO DE NOTAS  
COMARCA DE PARANAGUÁ - PR

AUTENTICAÇÃO  
A presente fotocópia é fiel e verdadeira do documento apresentado nesta Cartório. De fé.

Paranaguá, 08 SET. 2010

☐ Cláudio Roberto Bley Carneiro - Interventor  
☒ Rosane Terezinha Reichert - Escr. Subst.

**Parágrafo Único.** Entende-se como recurso extraordinário todo aquele que, originariamente não integra a Receita Orçamentária Municipal, tais como Operações de

Certifico que o selo  
AUTENTICIDADE foi afixado  
na última folha deste documento entregue a ...

*[Assinatura]*



Crédito e Transferências, decorrentes de acordos e convênios não incluídas na Lei Orçamentária, entre outros.

**Art. 10.** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a abertura dos Créditos referentes ao inciso I, do artigo 41 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, nos Orçamentos da Administração Direta e Indireta e no Orçamento da Seguridade, por Decreto Executivo, ficando estabelecido o limite de 12% (doze por cento) do total da despesa fixada na LOA - Lei Orçamentária Anual para 2010.

**Parágrafo Único.** As fontes de recursos para cobertura dos créditos de que trata o Caput deste artigo, serão as previstas no §1º, artigo 43 da Lei 4.320/64.

**Art. 11.** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a transposição, o remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI, artigo 167 da Constituição Federal, no Orçamento do Município, por decreto, no montante equivalente a 10% (dez por cento) das despesas fixadas para o período.

**Art. 12.** O Executivo colocará à disposição do Legislativo os estudos e as estimativas das receitas para o exercício de 2010, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, com descritivo da metodologia e premissas utilizadas nos termos do §3º, do artigo 12, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 13.** A reserva de contingência a ser incluída no Projeto da LOA - Lei Orçamentária Anual será de até 2% (dois por cento) do montante total da Receita Corrente Líquida, base julho de 2009, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nos termos do inciso III do artigo 5º, da Lei Complementar nº 101/2000.

**Parágrafo Único.** A Reserva de Contingência não utilizada até o 5º bimestre, conforme determina o caput deste artigo, poderá ser utilizada para outras finalidades no 6º bimestre.

1ª TABELIONATO DE NOTAS  
COMARCA DE PARANAGUA - PR  
AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel desta folha do documento apresentado.

Paranaguá, 08 SET. 2010

Claudio Roberto Bley Carneiro - Interventor  
Rosane Teresinha Reichert - Escri. Subst

**Art. 14.** O Orçamento Geral do Município para o exercício de 2010 será executado através de quotas mensais, por órgão, dentro do comportamento da receita e das

Certifico que o selo  
AUTENTICIDADE foi afixado  
na última folha deste documento entregue a ...

f 9m 6



disponibilidades existentes, mediante programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso.

**Parágrafo Único.** A Administração Direta e Indireta deverá implantar, dentro de suas possibilidades, Sistema de Custos, como instrumento de apoio à gestão fiscal transparente, nos termos do §3º do artigo 50, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, concomitantemente com as NBC T 16 - Normas Brasileiras de Contabilidade.

**Art. 15.** O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

**Art. 16.** As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

#### **CAPÍTULO IV** **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM O PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 17.** No exercício financeiro de 2010, as despesas referentes a Pessoal e Encargos Sociais dos Poderes Municipais limitar-se-ão ao estabelecido na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, artigo 19, inciso III.

§1º Os limites globais estabelecidos no Caput, serão repartidos conforme inciso III, artigo 20, da supracitada Lei Complementar, de forma solidária, tomando as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§2º Os Poderes seguirão às limitações estabelecidas no §1º, controlando as despesas de acordo com os artigos 21, 22 e 23 da mencionada Lei Complementar, assumindo de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

1º TABELA DE VALORES  
COMARCA DE PARANAGUÁ  
AUTENTICAÇÃO  
a presente fotocópia e reprodução fiel desta face do  
documento apresentado neste cartório. Dou fé.

Paranaguá, 08 DE JULHO DE 2010.

☐ Claudio Roberto Bley Carneiro - Interventor  
☒ Rosane Teresinha Reichert - Escr. Subst.

§3º Em conformidade com a Lei Complementar nº 101, artigo 18, §1º, os valores dos contratos de

Certifico que o se  
AUTENTICIDADE foi atesta  
na última folha deste docu-  
mento entregue a

*[Assinatura]*



terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal" e incluídas nos limites estabelecidos no §1º.

Art. 18. No exercício financeiro de 2010, a título de reposição de pessoal, somente poderão ser admitidos servidores desde que:

- I. Existam cargos vagos;
- II. Haja vacância dos cargos ocupados; e
- III. Haja dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

Parágrafo Único. Referente ao atendimento do Caput deste artigo, o chefe do Poder Executivo, solicitará a realização das determinações constante do inciso I, artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, pela Controladoria Geral do Município, e o ordenador da despesa atenderá as determinações constante do inciso II da supracitada Lei Complementar.

Art. 19. Entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do §3º do artigo 16, da Lei nº 101/2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II, artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 20. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2010, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2010 ou em créditos adicionais.

Art. 21. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

1º TABELIONATO DE NOTARIAS  
COMARCA DE PARANAGUÁ - PR  
AUTENTICADO  
e presente fotocópia e reprodução (rel) desta face do  
documento e representada por Dou 16.

Paranaguá, 08 SET. 2010

☐ Cláudio Roberto Bley Carneiro - Interferência  
☒ Rosane Turesinha Reichert - Escr. Subst.

Certifico que o selo  
AUTENTICIDADE foi afixado  
na última folha deste docu-  
mento entregue à...



## CAPÍTULO V DA DÍVIDA E DO ENDIVIDAMENTO

**Art. 22.** Para os efeitos deste Capítulo, são adotadas as definições estabelecidas no artigo 29 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 23.** As Operações de Crédito, conforme definidas no inciso III, do artigo 29 da Lei Complementar nº 101/2000, orçadas para o exercício, ou que venham a ser contratadas, seguirão as determinações dos artigos 32, 33, 35, 36 e 37 da supradita Lei Complementar.

**Parágrafo Único.** As ações programadas para serem custeadas com recursos de Operações de Crédito, não formalizadas, serão identificadas no Orçamento, ficando a sua implementação condicionada à efetiva realização do contrato.

**Art. 24.** Fica o Executivo autorizado a contratar a Operação de Crédito, nos termos do artigo anterior, prevista na Lei Municipal nº 2.868, de 30 de abril de 2008.

**Art. 25.** A Procuradoria Geral do Município encaminhará ao Departamento de Orçamento, em documento único, protocolado até 31 de julho do corrente ano, a relação completa dos débitos decorrentes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta Orçamentária de 2010, determinados pelo artigo 100, §1º, da Constituição Federal e demais dispositivos da legislação vigente.

## CAPÍTULO VI DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

**Art. 26.** Na execução orçamentária, os desembolsos atenderão, prioritariamente, as despesas decorrentes de vinculações legais, de pessoal e encargos sociais, do pagamento da dívida pública e de sentenças judiciais, de contrapartida exigida para a obtenção de financiamento nacional ou internacional, bem como de convênios, os restos a pagar e, dentro da disponibilidade dada pela arrecadação efetiva, aos demais projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária, atendendo as determinações conforme dispõe a Alínea "b", inciso I, artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

1ª TABELAÇÃO DE NOTAS  
COMARCA DE DETERMINAÇÕES  
AUTENTICACAO  
A presente fotocópia e rubrica de autenticacao  
documentos apresentados nesta serventia. Dou fe.

Paranaíba 08 SET. 2010  
Claudio Roberto Bley Carneiro - Interventor  
Rosane Teresinha Reichert - Escr. Subst.

§1º Se verificado ao final de um bimestre, que a execução das receitas não atingirão as metas previstas na  
AUTENTICIDADE foi atestada na última folha deste documento entregue a...

*f. 4m*



programação financeira, o que compromete o resultado fiscal, os Chefes do Executivo e do Legislativo deverão determinar o contingenciamento das despesas no mesmo percentual de queda das receitas, nos trinta dias subsequentes.

§2º Esta limitação será feita de forma proporcional ao montante de recursos alocados para o atendimento de despesas correntes e de capital.

§3º Não será objeto de limitação, as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida pública.

§4º O Prefeito Municipal, em atendimento ao §1º, por ato próprio, limitará a realização dos empenhos, seguindo as determinações dos §§2º e 3º, tendo como respaldo técnico, pareceres do Departamento de Contabilidade e Finanças em conjunto com a Controladoria Geral do Município.

Art. 27. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convenios, acordos ou ajustes, previstos recursos na lei orçamentária anual e autorizadas por lei específica.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 28. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança de dívida ativa, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 29. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

1ª TABELONATO PRECATORIAL  
COMARCA DE PARANAGUA - PR  
AUTENTICAÇÃO  
A presente fotocópia é reprodução fiel desta face do documento arquivado nesta cartilha. Doc. 16.

Paranaguá

08 SET 2010

☐ Claudio Roberto Bley Carneiro - Interventor  
☒ Rosane Teresinha Reichert - Escr. Subs.

Art. 30. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou

Atestado que o selo de  
AUTENTICIDADE foi afixado  
última folha deste docu-  
mento entregue à parte

f. 787 10



financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita, ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

### CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser apresentadas emendas, desde que não:

I. ~~Sejam incompatíveis com a disposição da Lei Orgânica do Município, artigo 102, §3º, observadas ainda, as disposições da Lei Complementar nº 101/2000;~~

II. Transfiram recursos próprios das Fundações e Fundos;

III. Discriminem instituições a serem beneficiadas com auxílios ou subvenções sociais;

IV. ~~Incluam obras sem que existam os respectivos orçamentos estimados e sem clara identificação da dotação orçamentária que será reduzida ou cancelada para criar o recurso necessário à emenda;~~

V. Retirem recursos originados em Operações de Crédito, Convênios, Acordos e outras formas de contrato de financiamento e das dotações orçamentárias previstas como contrapartida a estas mesmas Operações.

Parágrafo Único. As emendas aprovadas deverão constar do texto da Lei, ficando o Poder Executivo encarregado de proceder às alterações nos anexos, quando for o caso, encaminhando-os ao Poder Legislativo até 31 de janeiro de 2010, devidamente alterados e corrigidos monetariamente na forma prevista no Parágrafo Único do artigo 6º desta Lei.

Art. 32. Integram a presente Lei, de acordo com o disposto na Lei nº 101/2000, artigo 4º, §§1º, 2º e 3º o anexo de Metas Fiscais, bem como o Anexo de Riscos Fiscais.

Art. 33. Os Poderes deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias, em conformidade com as NBC 16, de 21 de novembro de 2008.

Art. 34. Os Poderes deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Município, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público nº 19.

1ª LABELIONATO DE NOTAS  
COMARCA DE PARANAGUA  
AUTENTICAÇÃO  
A presente fotocópia é verdadeira e  
documentos apresentados são autênticos. Ou seja

Paranaguá

08 SET 2010

Claudio Roberto Bley Carneiro - Interferência  
Rosane Teresinha Reichert - Escr. Subsidiária

Certifico que o selo  
AUTENTICIDADE foi anexado  
na última folha deste documento  
entreteque a parte

f 707



16.09 - Depreciação, Amortização e Exaustão, e da nº 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor público, ambas de 21 de novembro de 2008.

**Art. 35.** Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for sancionado/promulgado até o dia 1º de janeiro de 2010, a programação constante do Projeto encaminhado pelo Poder Executivo poderá ser executado em cada mês até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, enquanto não se completar a sanção ou promulgação do ato.

**Parágrafo Único.** O disposto no Caput deste artigo não se aplica às despesas correntes nas áreas de educação, saúde e assistência social, bem como às despesas relativas à pessoal e seus respectivos encargos sociais e à dívida pública municipal, podendo, nestes casos, os gastos serem realizados em sua totalidade.

**Art. 36.** Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade ou do concurso público.

**Art. 37.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos para 1º de janeiro de 2010.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 09 de Junho

de 2009

*João Baka Filho*  
JOSE BAKA FILHO  
Prefeito Municipal

MARCIO AURELIO VIEIRA DA COSTA  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoal

*Joelma Batista Mendes Conceição e Silva Baka*  
JOELMA BATISTA MENDES CONCEIÇÃO E SILVA BAKA  
Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

ANTONIO RAMOS DA SILVA  
Secretário Municipal de Fazenda

Paranaguá, 08 SET. 2010

☐ Claudio Roberto Bley Carneiro - Interventor  
☒ Rosane Teresinha Reichert - Escr. Subst

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

**LEI Nº 3.027, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2009.**

"Autoriza o Poder Executivo a contratar Operação de Crédito junto ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento para a Execução do "Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, decretou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar em nome do Município de Paranaguá, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, operação de crédito externo até o limite de US\$ 16.700.000,00 (dezesseis milhões e setecentos mil dólares americanos).

Parágrafo Único. Os recursos resultantes da operação de crédito referida no "caput" deste artigo destinam-se ao financiamento do Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano - Paranaguá no Rumo Certo.

Art. 2º Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 3º As contragarantias a serem oferecidas à garantia da União para o cumprimento do disposto nesta Lei são constituídas, durante o prazo de vigência do contrato, de parcelas necessárias e suficientes, das receitas a que se referem os artigos 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156 da Constituição Federal, nos termos do parágrafo 4º do artigo 167 da Lei Magna, bem como outras garantias em direito admitas.

Art. 4º O Poder Executivo fará incluir, nos Planos Plurianuais, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nas propostas Orçamentárias Anuais, dotações suficientes à cobertura das responsabilidades financeiras do Município, decorrente da execução desta Lei.

1º TABELIONATO DE NOTAS  
COMARCA DE PARANAGUÁ - PR  
AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel desta face do documento apresentado neste cartório. Dou fé.

Paranaguá, 08 SET. 2010

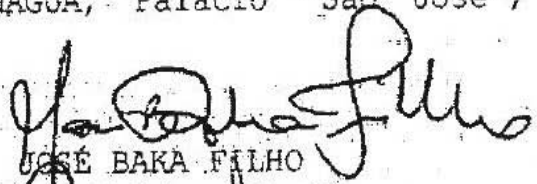
☐ Claudio Roberto Bley Carneiro - Interventor  
☒ Rosane Teresinha Reichert - Escri. Subst




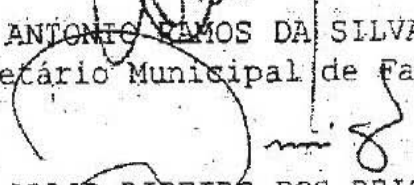
Art. 5º Ficam revogadas as Leis Municipais, nºs 2.868, de 30 de abril de 2008, e 2.928, de 17 de novembro de 2008.


Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 08 de dezembro de 2009.

  
JOSÉ BAKA FILHO  
Prefeito Municipal

  
MARCIO AURÉLIO VIEIRA DA COSTA  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoal

  
ANTONIO RAMOS DA SILVA  
Secretário Municipal de Fazenda

  
ALAIR RIBEIRO DOS REIS  
Procurador Geral do Município



1º TABELIONATO DE NOTAS  
COMARCA DE PARANAGUÁ - PR  
AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel desta face do documento apresentado nesta serventia. Dou fé.

Paranaguá

08 SET. 2010  


☐ Cláudio Roberto Bley Carneiro - Interventor  
☒ Rosane Teresinha Reichert - Escr. Subst

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

**LEI Nº 3.053, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.**

"Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Paranaguá para o período 2010/2013".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

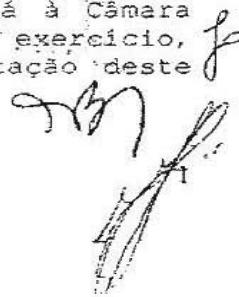
**Art. 1º** Em cumprimento ao disposto no artigo 101 da Lei Orgânica do Município, no artigo 133 da Constituição do Estado do Paraná e artigo 165 da Constituição Federal e, ainda, em conformidade com o requerido pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, fica instituído o Plano Plurianual do Município de Paranaguá para o período 2010/2013, na forma dos anexos desta Lei.

**Art. 2º** A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas, poderão ser propostos pelo Poder Executivo através de projeto de lei específico, que explicitará as alterações orçamentárias decorrentes.

**Parágrafo Único.** Fica o Poder Executivo autorizado a introduzir modificações nos programas constantes dos anexos integrantes desta Lei, no que respeitar aos objetivos, às ações e às metas estabelecidas para o período abrangido, nos casos de:

- I - alterações de indicadores de programas;
- II - inclusão, exclusão, ou alteração de ações e respectivas metas, exclusivamente nos casos em que tais modificações não envolvam aumento nos recursos orçamentários;
- III - inclusão de valores, quando decorrentes de comprovada melhoria na arrecadação.

**Art. 3º** O Poder Executivo enviará à Câmara de Vereadores, até o dia 15 de abril de cada exercício, relatório de avaliação dos resultados da implantação deste Plano.



Art. 4º VETADO.

Art. 5º VETADO.

Art. 6º VETADO.

Art. 7º VETADO.

Art. 8º VETADO.

Art. 9º VETADO.

Art. 10. VETADO.

Art. 11. VETADO.

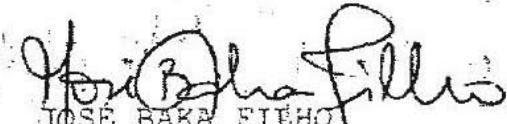
Art. 12. VETADO.

Art. 13. VETADO.

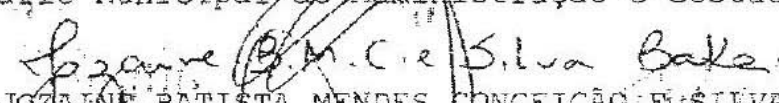
Art. 14. VETADO.

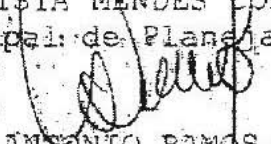
Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", 22 de dezembro de 2009.

  
JOSE BAKA FIEHO  
Prefeito Municipal

MARCIO AURÉLIO VIEIRA DA COSTA  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoal

  
JOZAINÉ BATISTA MENDES CONCEIÇÃO E SILVA BAKA  
Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

  
ANTONIO RAMOS DA SILVA  
Secretário Municipal de Fazenda



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

LEI Nº 3.054, DE 22, DE DEZEMBRO DE 2009.

"Estima a Receita e fixa Despesa do Município de Paranaguá para o Exercício Financeiro de 2010 - ORÇAMENTO GERAL."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUA, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O Orçamento do Município de Paranaguá para o Exercício Financeiro de 2010, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, num total de R\$ 208.881.520,00 (Duzentos e oito milhões, oitocentos e oitenta e um mil, quinhentos e vinte reais), e fixa a Despesa em igual valor, com base em Agosto de 2009.

**Art. 2º** - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos próprios, de transferências constitucionais e voluntárias, contribuições e demais Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação vigente, de acordo com cada orçamento:

I. A receita do Orçamento Fiscal será de R\$ 194.849.520,00 (Cento e noventa e quatro milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, quinhentos e vinte reais), conforme o desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM R\$ 1,00
<b>Receitas Correntes</b>	<b>207.284.630</b>
Receita Tributária	58.434.400
Receita de Contribuições	4.970.200
Receita Patrimonial	3.370.840
Receita de Serviços	534.700
Transferências Correntes	127.848.490
Outras Receitas Correntes	12.076.000
<b>Receitas de Capital</b>	<b>3.816.310</b>
Operações de Crédito	3.285.310
Alienação de Bens	531.000
<b>Deduções da Receita</b>	<b>(16.251.420)</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>194.849.520</b>

Paranaguá, 08 SET. 2010

*Reichert*

☐ Cláudio Roberto Bley Carneiro - Intermediário

☒ Rosane Teresinha Reichert - Escr. Subst.

5-251, 420)  
 .849.520  
 237  
 1



II. A receita do Orçamento da Seguridade Social - Paranaguá Previdência será de R\$ 14.032.000,00 (Quatorze milhões e trinta e dois mil reais), conforme o desdobramento;

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM R\$ 1,00
<b>Receitas Correntes</b>	<b>7.931.000</b>
Receita de Contribuições	4.680.000
Receita Patrimonial	3.229.000
Outras Receitas Correntes	22.000
<b>Receitas Correntes Intraorçamentárias</b>	<b>6.101.000</b>
Receitas de Contribuições	6.041.000
Outras Receitas Intraorçamentárias	60.000
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>14.032.000</b>

Art. 3º A Despesa Total fixada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social será de R\$ 208.881.520,00 (Duzentos e oito milhões, oitocentos e oitenta e um mil, quinhentos e vinte reais), segundo as descrições constantes dos quadros anexos a esta lei, os quais apresentam o detalhamento por órgãos, Unidades Orçamentárias, Funções, Sub-funções, Programas, Projeto Atividades, Categorias Econômicas e Fontes, em conformidade com a seguinte distribuição:

I. Orçamento Fiscal no valor de R\$ 187.749.520,00 (Cento e oitenta e sete milhões, setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e vinte reais), conforme o desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM R\$ 1,00
<b>Poder Legislativo</b>	<b>7.704.800</b>
01 - Câmara Municipal de Paranaguá	7.704.800
<b>Poder Executivo - Administração Direta</b>	<b>166.292.370</b>
02 - Governo Municipal	3.114.000
03 - Gabinete do Vice-Prefeito	340.800
04 - Controladoria Geral do Município	245.200
05 - Procuradoria Geral do Município	3.920.800
06 - Secretaria do Governo Municipal	1.624.700

1º LABELION  
COMARCA DE PARANAGUÁ  
AUTENTICAÇÃO  
A presente fotocópia produzida pelo  
documento apresentando neste sistema.

Paranaguá, 08 SET. 2010

☐ Cláudio Roberto Bley Carneiro - Interventor  
☒ Rosane Teresinha Reichen - Escr. Subst

*[Handwritten signature]*



ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM R\$ 1,00
07 - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	2.465.750
08 - Secretaria Municipal de Administração	7.414.270
09 - Secretaria Municipal de Fazenda	17.757.350
10 - Secretaria Municipal de Saúde	28.884.345
11 - Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral	49.172.945
12 - Secretaria Municipal de Obras Públicas	17.427.770
13 - Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.581.050
14 - Secretaria Municipal de Urbanismo e Gestão Fundiária	1.052.470
15 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente	5.670.210
16 - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos	8.457.140
18 - Secretaria Municipal de Ação Social	5.153.170
20 - Secretaria Municipal de Defesa Social	8.009.300
33 - Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego	11.749.100
35 - Secretaria Regional da Ilha dos Valadares	906.400
36 - Secretaria Municipal de Recursos Humanos	1.345.600
<b>Poder Executivo - Administração Indireta</b>	<b>13.672.350</b>
23 - Empresa de Desenvolvimento e Habitação de Paranaguá S/A - EMDEHPAR	3.736.950
25 - Fundação Municipal de Esportes - FUNDESPORTES	1.915.100
27 - Fundação Municipal de Cultura - FUMCUL	2.571.300
28 - Fundação Municipal de Turismo - FUMTUR	5.109.000
29 - Fundo de Reequipamento dos Bombeiros	340.000
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>80.000</b>
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>187.749.520</b>

II. O Orçamento da Seguridade Social - Paranaguá Previdência no valor de R\$ 21.132.000,00 (Vinte e um milhões, cento e trinta e dois mil reais); conforme o descobrimento;

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM R\$ 1,00
Paranaguá Previdência	21.132.000

1. TABELA DE PREÇOS  
2. MARCA PARANAGUÁ  
AUTENTICAÇÃO  
a presente fotocópia é reprodução fiel desta  
documento apresentado nesta serventia. Dou fé.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar os valores da receita e da despesa constantes desta Lei, antes do início da execução orçamentária, em

08 SET. 2010  
Cláudio Roberto Bley Carneiro - Intervento  
Rosane Teresinha Reichen - Escr. Suos

Jan 3



conformidade com a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro índice que vier substituí-lo, no período de Agosto (inclusive) e a previsão do respectivo índice para Dezembro de 2009.

Art. 5º Até 15 (Quinze) dias após as correções efetuadas, com base no artigo anterior, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo, cópia do Orçamento corrigido.

Art. 6º Fica o Poder Executivo, autorizado a estabelecer Plano de Contenção de Despesas, se a Execução Orçamentária evidenciar a sua necessidade, fixando, inclusive, limitações para efetivação de empenhos e pagamentos.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a, no transcorrer do exercício financeiro, abrir créditos suplementares, conforme a seguinte especificação:

I. Observado o limite estabelecido na Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2.000, no artigo 20, Inciso III, para atender despesas com "Pessoal e Encargos Sociais", inclusive as denominadas "Outras Despesas com Pessoal";

II. Até o limite do "Excesso de Arrecadação", comprovado para cada caso, para atender as despesas vinculadas às receitas, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 8º da supracitada Lei Complementar;

III. Até o limite dos seus respectivos contratos para as despesas com pagamento da Dívida Pública;

IV. Até o limite de 12% (doze por cento) do total da despesa fixada na forma dos incisos I e II, do artigo 3º desta Lei, para as demais despesas com projetos e atividades definidos neste Orçamento, e não abrangidos nos demais incisos deste artigo; e

V. Até o limite dos saldos não utilizados em exercícios anteriores, com as despesas vinculadas à finalidade específica, em cumprimento ao que determina o Parágrafo Único do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/00, cominado com o artigo 73 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de

LABORATÓRIO DE NOTAS  
OMARCA DE PARANAGUA  
APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO  
presente for o documento  
documento apresentado  
Paranaguá, 08 SET. 2010

☐ Cláudio Roberto Bley Carneiro - Interventor  
☒ Rosane Teresinha Reichert - Escr. Subst

Handwritten signature and initials.



**Art. 8º** Fica autorizado à abertura de novas Fontes de Receita, em Natureza de Despesa consignada na previsão inicial, através de Decreto do Poder Executivo, originárias do Excesso de Arrecadação na fonte, de receitas resultantes de convênios firmados com a União, Estados e outros Municípios, tendo como limite o valor de repasse do ente conveniado ao Município, de Superávit Financeiro, com vistas ao atendimento das exigências impostas pela legislação e pelos regulamentos vigentes, assim como de Fontes de recursos livres, desde que haja outra fonte vinculada.

**Art. 9º** Ficam compatibilizados os Programas e Projetos/Atividades, constantes dos anexos a esta Lei, com os constantes do PPA, assim como a compatibilização da Lei Municipal nº 2.971, de 09 de julho de 2009 com estes instrumentos orçamentários.

**Art. 10. VETADO.**

**Art. 11. VETADO.**

**Art. 12. VETADO.**

**Art. 13. VETADO.**

**Art. 14. VETADO.**

**Art. 15. EMENDA AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Anulação parcial das seguintes dotações:

Órgão: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Unidade: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

01.031.0001.2001 PROCESSO LEGISLATIVO

3190460000 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL 01.001 Recursos do Tesouro (Descentralizados) R\$ 40.415,00.

Anulação de R\$ 20.415,00, restando saldo de R\$ 20.000,00.

3190340000 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECOR. 01.001 Recursos do Tesouro (Descentralizados) R\$ 8.083,00.

Anulação de R\$ 3.083,00, restando saldo de R\$ 5.000,00.

PARANAGUÁ, 08 SET 2010  
MARCA DE AUTENTICAÇÃO  
- presente fotocópia e reprodução fiel do documento apresentado

Paraná 08 SET 2010  
TERCEIRIZADA  
Cláudio Roberto Bley Carneiro  
Rosane Teresinha Reichert - Escr. Sub

Handwritten signature and initials.



3190910000 SENTENÇAS JUDICIAIS 01001  
 Recursos do Tesouro (Descentralizados) R\$ 40.415,00  
 Anulação de R\$ 35.415,00, restando saldo de R\$ 5.000,00.

3191130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 01001  
 Recursos do Tesouro (Descentralizados) R\$ 282.905,00  
 Anulação de R\$ 132.905,00, restando saldo de R\$ 150.000,00.

3390140000 DIÁRIAS PESSOAL CIVIL 01001  
 Recursos do Tesouro (Descentralizados) R\$ 40.415,00  
 Anulação de R\$ 15.415,00, restando saldo de R\$ 25.000,00.

3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 01001  
 Recursos do Tesouro (Descentralizados) R\$ 404.150,00  
 Anulação de R\$ 104.150,00, restando saldo de R\$ 300.000,00.

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 01001 Recursos do Tesouro (Descentralizados) R\$ 56.581,00  
 Anulação de R\$ 26.581,00, restando saldo de R\$ 30.000,00.

3390350000 SERVIÇOS DE CONSULTORIA 01001  
 Recursos do Tesouro (Descentralizados) R\$ 24.249,00  
 Anulação de R\$ 249,00, restando saldo de R\$ 24.000,00.

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 01001 Recursos do Tesouro (Descentralizados) R\$ 24.249,00  
 Anulação de R\$ 13.249,00, restando saldo de R\$ 11.000,00.

3390370000 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 01001  
 Recursos do Tesouro (Descentralizados) R\$ 80.830,00  
 Anulação de R\$ 60.830,00, restando saldo de R\$ 20.000,00.

3390480000 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS 01001 Recursos do Tesouro (Descentralizados) R\$ 8.083,00  
 Anulação de R\$ 6.083,00, restando saldo de R\$ 2.000,00.

3390910000 SENTENÇAS JUDICIAIS 01001  
 Recursos do Tesouro (Descentralizados) R\$ 8.083,00  
 Anulação de R\$ 6.083,00, restando saldo de R\$ 2.000,00.

3390920000 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 01001 Recursos do Tesouro (Descentralizados) R\$ 8.083,00  
 Anulação de R\$ 6.083,00, restando saldo de R\$ 2.000,00.

PARANAGUA  
 MARCA DE PARANAGUA  
 AUTENTICAÇÃO  
 O presente documento é reprodução fiel desta face do documento original, emitido em 19/07/2011.

Paranaguá

☐ Cláudio Roberto Bley Carneiro - Intervento  
☒ Rosane Teresinha Reichert - Escr. Subs.

7/07/11  
 [Assinatura]



4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES 01001  
Recursos do Tesouro (Descentralizados) R\$ 323.322,00  
Anulação de R\$ 298.322,00, restando saldo de R\$ 25.000,00.

4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL  
PERMANENTE 01001 Recursos do Tesouro (Descentralizados) R\$  
323.322,00  
Anulação de R\$ 243.322,00, restando saldo de R\$ 80.000,00.

**TOTAL DE ANULAÇÕES: R\$ 972.185,00**

Suplementação nas seguintes dotações:

Órgão: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Unidade: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

01.031.0001.2001 PROCESSO LEGISLATIVO

3190090000 SALÁRIO-FAMÍLIA 01001 Recursos do  
Tesouro (Descentralizados) R\$ 8.083,00  
Suplementação de R\$ 1.917,00 ficando saldo de R\$ 10.000,00.

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -  
PESSOAL CIVIL 01001 Recursos do Tesouro (Descentralizados) R\$  
4.407.231,00  
Suplementação de R\$ 492.769,00, ficando saldo de R\$  
4.900.000,00.

3190130000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 01001  
Recursos do Tesouro (Descentralizados) R\$ 565.810,00  
Suplementação de R\$ 34.190,00 ficando saldo de R\$ 600.000,00

3190920000 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES  
01001 Recursos do Tesouro (Descentralizados) R\$ 40.415,00  
Suplementação de R\$ 309.585,00 ficando saldo de R\$ 350.000,00

3290390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -  
PESSOA JURÍDICA 01001 Recursos do Tesouro  
(Descentralizados) R\$ 1.001.993,00  
Suplementação de R\$ 131.807,00 ficando saldo de R\$  
1.133.800,00.

LABELONATO DE NOTAS  
COMARCA DE PARANAGUÁ - PR  
AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia é reprodução fiel desta face do  
documento apresentado nesta serventia. Dou fe.

Paranaguá, 08 SET. 2010

☐ Claudio Roberto Bley Carneiro - Interventor  
☒ Rosane Teresinha Reichert - Escr. Subst



3390470000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E  
CONTRIBUTIVAS 01001 Recursos do Tesouro (Descentralizados) R\$  
8.083,00

Suplementação de R\$ 1.917,00 ficando saldo de R\$ 10.000,00.

**TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 972.185,00**

Art. 16. VETADO.

Art. 17. VETADO.

Art. 18. VETADO.

Art. 19. VETADO.

Art. 20. VETADO.

Art. 21. Esta Lei entrará em vigor em 1º de  
Janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUA, Palácio "São José", 22 de  
dezembro de 2009.

JOSE BAKA FILHO  
Prefeito Municipal

MARCIO AURELIO VIEIRA DA COSTA  
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoal

JOZAINA BATISTA MENDES CONCEIÇÃO E SIEVA BAKA  
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

ANTONIO RAMOS DA SILVA  
Secretário Municipal de Fazenda

TABELIONATO DE NOTAS  
COMARCA DE PARANAGUA - PR

Atentificação  
O presente documento é reprodução fiel desta face do  
documento original, assinado nesta serventia. Dou fé.

Paranaguá, 08 SET 2010

☐ Claudio Roberto Bley Carneiro - Interventor

☒ Rosane Teresinha Reichen - Escr. Subst





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL**  
**DEPARTAMENTO DE ATOS LEGISLATIVOS E REDAÇÃO OFICIAL**

LEI Nº 3.140, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

"Altera dispositivo da Lei nº 3.128, de 09 de dezembro de 2010, que Estima a Receita e Fixa Despesas do Município para o exercício de 2011."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Municipal nº 3.128, de 09 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte modificação:

"Art. 2º .....


I. ....

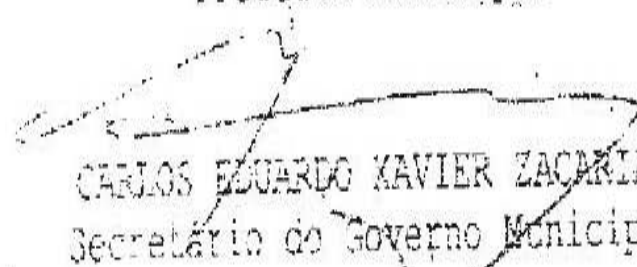
ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM R\$ 1,00	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>219.733.190</b>
Receita Tributária	59.202.000	
Receita de Contribuições	5.867.000	
Receita Patrimonial	819.000	
Receita de Serviços	453.000	
Transferências Correntes	136.085.190	
Totais Receitas Correntes	15.287.000	
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>18.392.890</b>
Operação de Crédito	18.266.890	
Alienação de Bens	126.000	
<b>DEDUÇÕES RECEITA CORRENTE</b>		<b>(15.592.600)</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>		<b>222.533.480</b>


II. .... (NR)


Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUA, Palácio "São José", 22 de  
de Junho de 2011.

  
JOSE BAKA FILHO  
Prefeito Municipal

  
CARLOS EDUARDO XAVIER ZACARIAS  
Secretário do Governo Municipal

  
JOZAINÉ BATISTA MENDES CONCEIÇÃO E SILVA BAKA  
Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

  
ZENILDA SOUZA COSTA  
Secretária Municipal de Fazenda

Março 2011  
Vol. 17, Nº 3

MINISTÉRIO DA FAZENDA

# RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, abril/2011

**MINISTRO DA FAZENDA**  
Gido Mantega  
**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**  
Nelson Barbosa  
**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**  
Auro Hugo Augustin Filho

**CHEFE DE GABINETE**  
Lindemberg de Lima Bezerra

**SUBSECRETÁRIOS**  
Cleber Ubiratan de Oliveira  
Eduardo Caulinho Guerra  
Gilvan da Silva Dantas  
Lilacio Fábio de Brasil Camargo  
Marcus Pereira Aucelio  
Paulo Fontoura Vella

**COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**  
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos  
**COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**  
Felipe Palmeira Bardella

**EQUIPE**  
Alexandre Bueno Camacho  
Andressa Costa Blason  
Bruno Fabrício Ferreira da Rocha  
Heliane Bertulucci Fernandes  
Hedra Teixeira Sello  
Janet Maria Pereira  
Jesena Vidal da Araujo  
Renato Negreiro Stang

**O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL** é uma publicação mensal da  
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela  
Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.  
É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que  
mencionada a fonte.

**Distribuição:**  
(61) 3412-3870/3971

**Informações:**  
Tel.: (61) 3412-2203  
Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesaf@fazenda.gov.br](mailto:cesaf@fazenda.gov.br)  
**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

**Ministério da Fazenda**  
70048-902 - Brasília-DF  
Espionada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, sala B, sala 134

*Para assegurar a temporalidade e a atualidade de seus, a revista desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual  
podem ocorrer eventuais erros.*

**Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 17, n. 3 (mar. 2011). – Brasília :  
STN, 1995.**

Marsal,  
Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.  
ISSN 1519-2870

1. Finanças públicas – Periódicos. 2. Recolha pública – Periódicos. 3. Despesa pública – Periódicos.  
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 636.005



Mar/2011

TESOURO NACIONAL

### Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

Em termos percentuais do PIB, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 19,14% nos três primeiros meses de 2011, dos quais 9,23% correspondem à arrecadação de impostos, 7,53% à de contribuições e 2,39% às demais receitas.

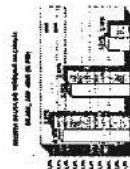
Na comparação com os três primeiros meses de 2010, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 29,7 bilhões (19,9%), passando de R\$ 149,3 bilhões para R\$ 179,0 bilhões. Esse crescimento deve-se, em grande medida, ao crescimento dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial, além de alteração na legislação com o encerramento das despesas relativas ao IPT incidente sobre automóveis a partir de abril/10.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, das seguintes faixas:

- crescimento de R\$ 6,8 bilhões (28,9%) no IRPJ e de R\$ 3,0 bilhões (23,9%) na CSLL, explicado pelos seguintes fatores: i) desempenho decorrente da apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e do ajuste anual de 2010, com recolhimento no período de janeiro a março de 2011;
- crescimento de R\$ 5,7 bilhões (23,7%) no IRRF, devido, especialmente: i) à elevação de R\$ 3,1 bilhões (19,9%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento nominal de 15,8% da massa salarial nos meses de dezembro de 2010 e fevereiro de 2011, em relação ao mesmo período de 2009/2010; ii) no aumento de R\$ 1,4 bilhão (20,1%) do IRRF – Rendimentos do Capital, decorrente, principalmente, do ganho obtido no resgate de aplicações financeiras de renda fixa nos meses de janeiro e março de 2011, cuja arrecadação apresentou crescimento em relação ao mesmo período de 2010, e do crescimento no imposto de renda incidente sobre juros remuneratórios sobre o capital próprio; e iii) ao crescimento de R\$ 924,6 milhões (39,7%) de IRRF – Rendimentos de Residentes no Exterior, influenciado pelos aumentos nominais observados nos itens "rendimentos do trabalho" e "juros sobre capital próprio" de residentes no exterior;
- incremento de R\$ 2,6 bilhões (17,4%) no Cofins e de R\$ 1,7 bilhão (19,8%) no PIS-Pasep, devido, sobretudo, aos determinantes a seguir: i) crescimento de 16,1% no volume geral de vendas de dezembro de 2010 a fevereiro de 2011 em relação ao mesmo período de 2009/2010; ii) acréscimo significativo da ConfinsPIS incidente sobre as importações; e iii) recolhimentos extraordinários de depósitos judiciais e acréscimos legais no Cofins, em março de 2011, no valor de aproximadamente R\$ 530 milhões;
- incremento de R\$ 2,8 bilhões (33,7%) na arrecadação do IPT, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPT – Automóveis, devido ao término da redução temporária das alíquotas (base imposta a partir de 31 de março de 2010 e ao crescimento de 16,0% no volume de vendas ao mercado interno, realizadas de

No primeiro trimestre de 2011, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional refletiu o dinamismo geral da economia e as alterações na legislação tributária.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL	2011	2010	%
Impostos e Contribuições	179.000	149.300	19,14
Demais Receitas	29.700	149.300	19,90
<b>Total</b>	<b>208.700</b>	<b>149.300</b>	<b>19,90</b>



Resultado Fiscal do Governo Central

5

TESOURO NACIONAL

Mar/2011

dezembro/2010 a fevereiro/2011 em relação ao mesmo período do ano anterior; ii) IPT – Vinculado às importações, decorrente principalmente da conjugação da elevação de 26,4% no valor em dólar (volume) das importações com a elevação de 8,2% na alíquota idêntica efetiva do IPT – Vinculado e a redução de 7,4% na taxa média de câmbio; e iii) IPT – Outros, devido ao crescimento de 3,9% na produção industrial no acumulado de dezembro de 2010 a fevereiro de 2011 em relação ao mesmo período de 2009/2010, bem como ao término das desconexões tributárias ocorridas em 2010, relativas a móveis e eletrodomésticos, bem como a reclassificação, por estimativa, de R\$ 149 milhões, no mês de janeiro de 2011.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou aumento de R\$ 529,5 milhões (2,4%), em relação aos três primeiros meses de 2010, decorrente dos seguintes fatores: i) aumento de R\$ 1,7 bilhão (27,8%) nas receitas diretamente arrecadadas; e ii) redução de R\$ 1,3 bilhão (35,6%) em outras receitas, explicado pela reclassificação, em janeiro e março de 2011, de R\$ 1,4 bilhões para o IRPJ e o IPT e pelo término, em novembro de 2010, de pagamentos relativos aos parcelamentos instituídos pela Medida Provisória nº 470/2009.

### Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	2011	2010	%
Transferências a Estados	17.027	8.172	208,1
Transferências a Municípios	1.003	100,5	100,0
<b>Total</b>	<b>18.030</b>	<b>8.272,5</b>	<b>217,9</b>

VALOR DE PAGAMENTO DE TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	2011	2010	%
Pagamento de Estados	17.027	8.172	208,1
Pagamento de Municípios	1.003	100,5	100,0
<b>Total</b>	<b>18.030</b>	<b>8.272,5</b>	<b>217,9</b>

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	2011	2010	%
Transferências a Estados	17.027	8.172	208,1
Transferências a Municípios	1.003	100,5	100,0
<b>Total</b>	<b>18.030</b>	<b>8.272,5</b>	<b>217,9</b>

Em março de 2011, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 10,5 bilhões, contra R\$ 15,9 bilhões no mês anterior, apresentando diminuição de R\$ 5,4 bilhões (33,9%). Esse comportamento resulta de: i) acréscimo de R\$ 493,2 milhões nas transferências de Fudeb, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial MEC/MEF nº 1.459/2010; ii) redução de R\$ 542,0 milhões (47,5%) nas transferências do salário-educação; iii) decréscimo de R\$ 1,1 bilhão nas transferências de royalties de petróleo instituídas pela Lei nº 9.478/1997, em decorrência da secularização do repasse de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural em fevereiro, sem correspondente em março; e iv) diminuição de R\$ 4,3 bilhões (34,5%) nas transferências constitucionais, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPT), especialmente no terceiro decênio de fevereiro, com reflexo nas transferências de março.

No primeiro trimestre de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 9,3 bilhões (28,4%), elevando-se de R\$ 32,6 bilhões nos três primeiros meses de 2010 para R\$ 41,9 bilhões no mesmo período de 2011. Os principais fatores explicativos desta evolução são: i) crescimento de R\$ 8,1 bilhões (33,9%) nas transferências constitucionais (PI, IR e outros), reflexo da maior arrecadação dos recursos compartilhados (IR e IPT), e ii) incremento de R\$ 1,2 bilhão (89,8%) nas transferências do Fudeb (complemento da União), devido, principalmente, ao valor transferido em janeiro de 2011,

Resultado Fiscal do Governo Central

6



Mar/2011



Mar/2011

em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 377/2010.

Em março, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 12,5 bilhões, apresentando aumento de R\$ 5,2 bilhões (19,2%) relativamente a fevereiro, explicando pelo aumento de R\$ 5,0 bilhões (36,7%) nas despesas de Custeio e Capital e pela variação de R\$ 250,9 milhões (1,9%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

O aumento observado nas despesas de Custeio e Capital deve-se, sobretudo, ao acréscimo de R\$ 3,5 bilhões (35,5%) nas Outras Despesas de Custeio e Capital, ao aumento de R\$ 752,2 milhões (48,1%) nas Despesas do FAT, e à ampliação de R\$ 69,6 milhões (130,5%) nas despesas de Subsídios e Subvenções Econômicas.

Relativamente às Outras Despesas de Custeio e Capital, o acréscimo observado concentrou-se principalmente nas despesas discriminadas: R\$ 2,0 bilhões (23,8%) e no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, R\$ 1,5 bilhão (28,8%). Dentre as despesas discriminadas, houve aumento no desempenho dos Ministérios da Saúde (R\$ 1,0 bilhão), da Defesa (R\$ 437,9 milhões), da Educação (R\$ 296,7 milhões), e da Justiça (R\$ 71,5 milhões).

No caso dos Subsídios e Subvenções Econômicas, o acréscimo das despesas ocorreu, principalmente, no âmbito dos Programas: i) Custeio Agropecuario, com exceção de R\$ 178,4 milhões em março sem correspondência em fevereiro; ii) Programa Especial de Saneamento de Alvos – Pesa com aumento de R\$ 133,6 milhões (147,3%); e iii) Sustentação de Preços, com execução de R\$ 130,0 milhões no mês sem correspondência no mês anterior. Destaca-se também a redução de R\$ 256,2 milhões (73,7%) dos Retornos Líquidos na Aquisição do Governo Federal – AGE.

## Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

Despesa	2010	2011
Agropecuária	1.286,3	1.584,7
Indústria e Comércio	14,9	284,8
Transportes	1,1	21,2
Outras Despesas de Custeio e Capital	1.048,9	1.399,7
Despesas do FAT	752,2	1.504,4
Subsídios e Subvenções Econômicas	130,5	296,7
Despesas de Pessoal e Encargos Sociais	1.199,1	1.450,0
Total	12.500,0	15.750,0

Resultado Fiscal do Governo Central

PIB, houve redução de 0,37 p.p. nas despesas com pessoal e encargos sociais, passando de 4,97% em 2010, para 4,60% em 2011.

Os gastos com Custeio e Capital, por sua vez, passaram de 6,11% para 6,10% do PIB (decréscimo de 0,1 p.p.), explicados por: i) redução em 0,08% p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas; ii) aumento 0,07% em Outras Despesas de Custeio e Capital, enquanto que as despesas do FAT e LO-AS/RMV permaneceram constantes.

As despesas do FAT atingiram R\$ 5,9 bilhões nos três primeiros meses de 2011, contra R\$ 5,3 bilhões em igual período do ano anterior. O acréscimo é decorrente não somente do aumento do salário mínimo, mas também da elevação no número de beneficiários identificados.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 2,4 bilhões em 2011, contra R\$ 2,8 bilhões em 2010, redução de R\$ 382,0 milhões (13,6%). Contribuíram para este resultado: i) Aquisição do Governo Federal – AGE, com retorno líquido de R\$ 512,9 milhões em 2011 contra despesa líquida de R\$ 637,4 milhões em 2010; ii) Fundo da Terraflora, com redução de R\$ 313,6 milhões (82,8%); iii) Programa de Sustentação de Preços, com redução de R\$ 154,4 milhões (35,7%); e iv) Reordenamento de Passivos, com execução de R\$ 411,9 milhões em 2010 sem correspondência este ano. Por outro lado, houve aumento nos dispêndios do Pronaf (R\$ 798,1 milhões), do Pesa (R\$ 257,3 milhões), e do Proex (R\$ 249,6 milhões). As despesas com os fundos regionais, por sua vez, passaram de R\$ 680,8 milhões em 2010 para R\$ 867,7 milhões em 2011 (elevação de 27,3%).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 637,9 milhões (12,2%) em relação ao mesmo período de 2010. Essa variação é explicada pelos reajustes de 9,7% e 5,9% do salário mínimo nos anos de 2010 e 2011, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de beneficiários pagos, que foi de 7,0% no primeiro trimestre de 2011 relativamente a igual período de 2010. Do total de benefícios pagos, 1,6 milhão foi destinado aos idosos e 1,8 milhão aos portadores de necessidades especiais.

Despesa	2010	2011
Agropecuária	1.286,3	1.584,7
Indústria e Comércio	14,9	284,8
Transportes	1,1	21,2
Outras Despesas de Custeio e Capital	1.048,9	1.399,7
Despesas do FAT	752,2	1.504,4
Subsídios e Subvenções Econômicas	130,5	296,7
Despesas de Pessoal e Encargos Sociais	1.199,1	1.450,0
Total	12.500,0	15.750,0

Despesa	2010	2011
Agropecuária	1.286,3	1.584,7
Indústria e Comércio	14,9	284,8
Transportes	1,1	21,2
Outras Despesas de Custeio e Capital	1.048,9	1.399,7
Despesas do FAT	752,2	1.504,4
Subsídios e Subvenções Econômicas	130,5	296,7
Despesas de Pessoal e Encargos Sociais	1.199,1	1.450,0
Total	12.500,0	15.750,0

Despesa	2010	2011
Agropecuária	1.286,3	1.584,7
Indústria e Comércio	14,9	284,8
Transportes	1,1	21,2
Outras Despesas de Custeio e Capital	1.048,9	1.399,7
Despesas do FAT	752,2	1.504,4
Subsídios e Subvenções Econômicas	130,5	296,7
Despesas de Pessoal e Encargos Sociais	1.199,1	1.450,0
Total	12.500,0	15.750,0

Resultado Fiscal do Governo Central



**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

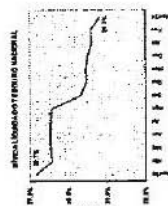
Em março, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 915,9 bilhões. O equivalente a 24,3% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve diminuição de R\$ 4,5 bilhões, em termos nominais, consequência do decréscimo de R\$ 2,2 bilhões no estoque da dívida interna líquida, e de R\$ 2,3 bilhões na dívida externa líquida. Relativamente ao PIB, houve redução de 0,4 p.p. no mês.

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 915,9 bilhões em março, o equivalente a 24,3% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve diminuição de R\$ 4,5 bilhões, em termos nominais, consequência do decréscimo de R\$ 2,2 bilhões no estoque da dívida interna líquida, e de R\$ 2,3 bilhões na dívida externa líquida. Relativamente ao PIB, houve redução de 0,4 p.p. no mês.

**TABELA 4**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1)**  
**BRASIL, 2010/2011**

DISCRIMINAÇÃO	2010		2011	
	MAZ	FEV	MAZ	FEV
<b>I. Dívida Interna Líquida</b>	<b>787,81</b>	<b>834,824</b>	<b>832,718</b>	
I.1. Dívida Interna	2.057,893	2.274,147	2.301,559	
I.2. Haveres Internos	1.270,342	1.439,222	1.468,848	
<b>II. Dívida Externa Líquida</b>	<b>94,479</b>	<b>85,491</b>	<b>83,232</b>	
II.1. Dívida Externa	94,140	85,700	83,536	
II.2. Haveres Externos	201	708	303	
<b>III. Dívida Líquida do Tesouro Nacional</b>	<b>832,336</b>	<b>839,415</b>	<b>915,949</b>	
<b>IV. Dívida Líquida do Tesouro Nacional/PIB<sup>(2)</sup></b>	<b>26,7%</b>	<b>26,7%</b>	<b>24,3%</b>	

(1) Dados sujeitos a alteração.  
(2) PIB valor corrigido - acumulado em 12 meses.



Em relação ao ano anterior, a DLTN em proporção do PIB reduziu 2,5 p.p., passando de 26,7% em março de 2010 para 24,3% em março de 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 33,9 bilhões, no mesmo período, consequência do crescimento de R\$ 45,2 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensado em parte pelo decréscimo de R\$ 11,2 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

No mês de março, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 832,7 bilhões, o equivalente a 22,1% do PIB. A redução de R\$ 2,2 bilhões, em relação ao mês anterior, explica-se pelo crescimento de R\$ 27,4 bilhões no estoque da dívida interna bruta, compensada pelo aumento de R\$ 29,6 bilhões nos haveres internos.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, diminuiu 1,8 p.p., passando de 23,9% para 22,1%. Em termos nominais, a dívida interna líquida passou de R\$ 787,8 bilhões em março de 2010 para R\$ 832,7 bilhões em março de 2011. Esse comportamento decorreu do aumento de R\$ 243,7 bilhões no estoque da dívida interna, compensado em parte pelo crescimento de R\$ 198,5 bilhões nos haveres internos.

**Dívida Interna Líquida**

A Dívida Interna Líquida diminuiu 1,8 p.p. do PIB em comparação a março de 2010.

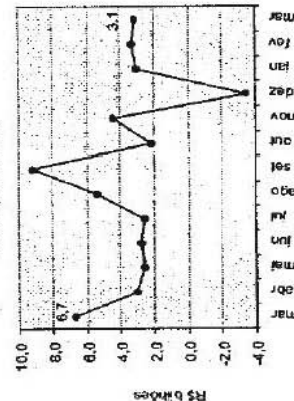
Dívida Líquida do Tesouro Nacional

No estoque de benefícios de 2011, comparado ao de 2010, destacam-se os aumentos de \$46,7 mil aposentadorias (3,6%), 174,9 mil pensões por morte (2,6%) e 225,1 mil benefícios de auxílio-doença (19,4%).

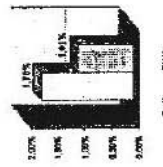
**TABELA 3**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2010-2011**

Benefícios do RGPS	Entrada Benefícios		
	FEV	MAZ	2011
Benefícios do RGPS	24.511	24.524	24.490
Previdenciárias	22.864	23.702	23.668
Aposentadorias	15.676	15.705	15.674
Idosas	8.201	8.216	8.199
Invalidas	2.903	2.907	2.903
Tempo de contribuição	4.514	4.525	4.512
Pensão por morte	6.658	6.666	6.654
Auxílio-Doença	1.220	1.109	1.238
Saúde - matematica	70	69	65
Outros	61	61	61
Acidentários	827	822	824
Aposentadorias	167	166	167
Pensão por morte	125	125	125
Auxílio-Doença	161	175	170
Auxílio - doença	282	282	282
Auxílio - suplementar	72	71	74

Como proporção do PIB, em relação ao primeiro trimestre de 2010, houve aumento da receita previdenciária em 0,25 p.p. e redução dos gastos com benefícios previdenciários em 0,44 p.p. Como resultado, o déficit primário do RGPS diminuiu de 1,70% para 1,01% do PIB, ou seja, 0,69 p.p. menor que o registrado no ano anterior.

**DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2010/2011**

**DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, JAN - MAR (em R\$ bil.)**



Resultado Fiscal do Governo Central







TABELA A2 - RECEITAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL\*

	Mar/2010	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2011
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>52.962,4</b>	<b>75.873,7</b>	<b>55.989,6</b>	<b>51.488,1</b>	<b>58.584,1</b>	<b>68.819,3</b>	<b>136.226,7</b>	<b>74.832,9</b>	<b>71.897,4</b>	<b>57.919,7</b>	<b>64.574,1</b>	<b>64.961,4</b>	<b>73.236,7</b>
<b>I.1. Receitas de Tesouro</b>	<b>46.494,7</b>	<b>62.917,1</b>	<b>46.271,6</b>	<b>46.896,1</b>	<b>51.628,8</b>	<b>52.386,7</b>	<b>127.891,7</b>	<b>56.348,6</b>	<b>52.949,9</b>	<b>46.911,3</b>	<b>53.699,7</b>	<b>46.949,8</b>	<b>56.254,1</b>
<b>I.1.1. Receita Bruta</b>	<b>47.288,1</b>	<b>62.282,4</b>	<b>46.847,6</b>	<b>48.784,9</b>	<b>54.018,6</b>	<b>54.217,8</b>	<b>122.878,1</b>	<b>58.888,4</b>	<b>54.150,0</b>	<b>47.984,1</b>	<b>54.022,2</b>	<b>46.958,5</b>	<b>56.412,2</b>
<b>I.1.1.1. Impostos</b>	<b>21.624,8</b>	<b>28.069,3</b>	<b>21.753,4</b>	<b>22.872,3</b>	<b>24.851,9</b>	<b>23.426,2</b>	<b>23.788,6</b>	<b>26.363,7</b>	<b>24.538,9</b>	<b>22.055,3</b>	<b>27.966,6</b>	<b>25.196,7</b>	<b>26.178,4</b>
<b>IR</b>	<b>15.204,8</b>	<b>21.297,7</b>	<b>14.772,9</b>	<b>15.591,0</b>	<b>17.727,4</b>	<b>15.243,3</b>	<b>14.848,7</b>	<b>18.132,7</b>	<b>16.133,7</b>	<b>23.229,1</b>	<b>25.746,4</b>	<b>14.844,6</b>	<b>16.462,1</b>
<b>IR - Pessoa Física</b>	<b>895,9</b>	<b>4.140,9</b>	<b>1.570,3</b>	<b>1.272,2</b>	<b>1.473,1</b>	<b>1.346,1</b>	<b>1.581,9</b>	<b>1.877,2</b>	<b>1.347,4</b>	<b>1.176,5</b>	<b>1.066,9</b>	<b>774,0</b>	<b>836,2</b>
<b>IR - Pessoa Jurídica</b>	<b>8.816,9</b>	<b>8.447,4</b>	<b>5.259,8</b>	<b>4.771,6</b>	<b>6.129,3</b>	<b>4.913,7</b>	<b>4.925,9</b>	<b>10.277,8</b>	<b>8.625,1</b>	<b>8.811,8</b>	<b>15.826,8</b>	<b>5.879,9</b>	<b>9.836,8</b>
<b>IR - Retido na Fonte</b>	<b>7.724,4</b>	<b>3.779,4</b>	<b>2.152,8</b>	<b>2.128,5</b>	<b>2.127,3</b>	<b>2.271,3</b>	<b>2.271,3</b>	<b>7.038,7</b>	<b>6.177,7</b>	<b>10.534,7</b>	<b>12.803,6</b>	<b>7.941,9</b>	<b>9.346,9</b>
<b>IR/F - Rendimentos do Trabalho</b>	<b>4.212,3</b>	<b>4.468,4</b>	<b>4.522,4</b>	<b>4.296,1</b>	<b>4.488,9</b>	<b>4.748,6</b>	<b>4.855,8</b>	<b>4.198,4</b>	<b>4.198,4</b>	<b>5.514,4</b>	<b>7.110,3</b>	<b>5.105,2</b>	<b>6.407,2</b>
<b>IR/F - Rendimentos do Capital</b>	<b>1.222,4</b>	<b>1.573,8</b>	<b>1.499,4</b>	<b>1.749,3</b>	<b>1.358,7</b>	<b>1.338,9</b>	<b>1.270,9</b>	<b>1.893,3</b>	<b>1.893,3</b>	<b>2.372,8</b>	<b>2.120,4</b>	<b>1.368,9</b>	<b>1.368,9</b>
<b>IR/F - Rendimentos do Exterior</b>	<b>846,7</b>	<b>730,4</b>	<b>1.346,8</b>	<b>872,8</b>	<b>770,7</b>	<b>761,3</b>	<b>811,8</b>	<b>1.022,8</b>	<b>820,2</b>	<b>1.732,5</b>	<b>1.136,3</b>	<b>803,9</b>	<b>811,8</b>
<b>IR/F - Outros Rendimentos</b>	<b>492,0</b>	<b>576,8</b>	<b>1.545,3</b>	<b>1.080,0</b>	<b>518,1</b>	<b>522,3</b>	<b>591,3</b>	<b>591,3</b>	<b>591,3</b>	<b>849,3</b>	<b>742,8</b>	<b>548,0</b>	<b>517,8</b>
<b>IR/F - Outros Rendimentos</b>	<b>2.731,6</b>	<b>3.195,2</b>	<b>3.170,4</b>	<b>3.277,3</b>	<b>3.165,2</b>	<b>3.304,3</b>	<b>3.632,2</b>	<b>3.948,9</b>	<b>3.632,2</b>	<b>4.162,3</b>	<b>3.891,2</b>	<b>2.862,9</b>	<b>3.862,9</b>
<b>PI</b>	<b>296,3</b>	<b>319,8</b>	<b>312,4</b>	<b>363,0</b>	<b>286,3</b>	<b>299,8</b>	<b>302,4</b>	<b>323,8</b>	<b>302,4</b>	<b>347,6</b>	<b>317,2</b>	<b>360,2</b>	<b>360,2</b>
<b>PI - Subsidios</b>	<b>188,7</b>	<b>180,1</b>	<b>182,9</b>	<b>178,7</b>	<b>180,2</b>	<b>179,7</b>	<b>191,8</b>	<b>230,2</b>	<b>216,3</b>	<b>247,1</b>	<b>276,9</b>	<b>186,5</b>	<b>187,4</b>
<b>PI - Automações</b>	<b>782,4</b>	<b>796,3</b>	<b>799,5</b>	<b>523,8</b>	<b>421,8</b>	<b>528,8</b>	<b>588,3</b>	<b>588,1</b>	<b>588,1</b>	<b>606,9</b>	<b>606,9</b>	<b>438,4</b>	<b>438,4</b>
<b>PI - Vinculada a Importação</b>	<b>806,2</b>	<b>802,4</b>	<b>802,4</b>	<b>802,5</b>	<b>808,9</b>	<b>1.459,7</b>	<b>1.099,0</b>	<b>1.008,1</b>	<b>1.008,1</b>	<b>1.008,1</b>	<b>1.008,1</b>	<b>999,0</b>	<b>1.002,1</b>
<b>PI - Outros</b>	<b>1.900,0</b>	<b>1.456,1</b>	<b>1.297,1</b>	<b>1.907,3</b>	<b>1.907,8</b>	<b>1.470,0</b>	<b>1.483,2</b>	<b>1.544,1</b>	<b>1.539,7</b>	<b>1.561,2</b>	<b>1.714,0</b>	<b>1.304,6</b>	<b>1.408,7</b>
<b>RF</b>	<b>1.817,7</b>	<b>2.081,6</b>	<b>2.133,9</b>	<b>2.162,7</b>	<b>2.171,8</b>	<b>2.291,3</b>	<b>2.291,3</b>	<b>2.291,3</b>	<b>2.291,3</b>	<b>2.291,3</b>	<b>2.291,3</b>	<b>2.291,3</b>	<b>2.291,3</b>
<b>RF - Imposto de Renda</b>	<b>1.743,0</b>	<b>1.984,3</b>	<b>1.984,3</b>	<b>1.984,3</b>	<b>1.984,3</b>	<b>1.984,3</b>	<b>1.984,3</b>	<b>1.984,3</b>	<b>1.984,3</b>	<b>1.984,3</b>	<b>1.984,3</b>	<b>1.984,3</b>	<b>1.984,3</b>
<b>RF - Outros</b>	<b>73,7</b>	<b>97,3</b>	<b>49,6</b>	<b>78,4</b>	<b>87,5</b>	<b>107,0</b>	<b>107,0</b>	<b>107,0</b>	<b>107,0</b>	<b>107,0</b>	<b>107,0</b>	<b>107,0</b>	<b>107,0</b>
<b>I.1.2. Contribuições</b>	<b>18.550,6</b>	<b>20.961,3</b>	<b>18.426,9</b>	<b>18.554,9</b>	<b>20.708,8</b>	<b>19.786,5</b>	<b>20.363,1</b>	<b>22.192,8</b>	<b>21.111,0</b>	<b>22.462,8</b>	<b>20.241,2</b>	<b>20.286,9</b>	<b>22.201,9</b>
<b>COFINS</b>	<b>10.485,7</b>	<b>11.294,6</b>	<b>10.834,5</b>	<b>11.446,1</b>	<b>11.262,8</b>	<b>11.306,6</b>	<b>12.371,2</b>	<b>12.801,0</b>	<b>12.839,4</b>	<b>13.973,2</b>	<b>13.943,6</b>	<b>11.518,4</b>	<b>12.818,3</b>
<b>CPMF</b>	<b>5,0</b>	<b>4,8</b>	<b>5,7</b>	<b>5,7</b>	<b>5,7</b>	<b>5,7</b>	<b>5,7</b>	<b>5,7</b>	<b>5,7</b>	<b>5,7</b>	<b>5,7</b>	<b>5,7</b>	<b>5,7</b>
<b>CSLL</b>	<b>3.429,3</b>	<b>4.800,6</b>	<b>2.851,1</b>	<b>2.851,1</b>	<b>4.878,3</b>	<b>3.301,4</b>	<b>2.849,4</b>	<b>5.048,5</b>	<b>2.849,4</b>	<b>4.113,9</b>	<b>6.000,3</b>	<b>3.304,8</b>	<b>4.279,3</b>
<b>CSLL - Contribuintes</b>	<b>586,2</b>	<b>862,4</b>	<b>593,5</b>	<b>593,5</b>	<b>862,4</b>	<b>603,0</b>	<b>586,2</b>	<b>783,7</b>	<b>586,2</b>	<b>783,7</b>	<b>862,4</b>	<b>586,2</b>	<b>586,2</b>
<b>ProFins</b>	<b>3.772,8</b>	<b>2.875,8</b>	<b>2.856,6</b>	<b>2.856,6</b>	<b>2.856,6</b>	<b>2.856,6</b>	<b>2.856,6</b>	<b>2.856,6</b>	<b>2.856,6</b>	<b>2.856,6</b>	<b>2.856,6</b>	<b>2.856,6</b>	<b>2.856,6</b>
<b>Salário Educação</b>	<b>829,9</b>	<b>829,9</b>	<b>829,9</b>	<b>829,9</b>	<b>829,9</b>	<b>829,9</b>	<b>829,9</b>	<b>829,9</b>	<b>829,9</b>	<b>829,9</b>	<b>829,9</b>	<b>829,9</b>	<b>829,9</b>
<b>Outras</b>	<b>447,8</b>	<b>345,0</b>	<b>345,0</b>	<b>345,0</b>	<b>345,0</b>	<b>345,0</b>	<b>345,0</b>	<b>345,0</b>	<b>345,0</b>	<b>345,0</b>	<b>345,0</b>	<b>345,0</b>	<b>345,0</b>
<b>I.1.2.1. Demais</b>	<b>5.886,6</b>	<b>13.621,4</b>	<b>8.777,2</b>	<b>5.077,4</b>	<b>8.777,4</b>	<b>11.421,1</b>	<b>7.887,2</b>	<b>7.418,1</b>	<b>6.586,1</b>	<b>6.586,1</b>	<b>7.464,6</b>	<b>7.187,1</b>	<b>7.260,1</b>
<b>CPMF</b>	<b>779,1</b>	<b>779,1</b>	<b>779,1</b>	<b>779,1</b>	<b>779,1</b>	<b>779,1</b>	<b>779,1</b>	<b>779,1</b>	<b>779,1</b>	<b>779,1</b>	<b>779,1</b>	<b>779,1</b>	<b>779,1</b>
<b>CSLL - Contribuintes</b>	<b>1.271,8</b>	<b>3.963,3</b>	<b>1.260,9</b>	<b>1.260,9</b>	<b>1.260,9</b>	<b>1.260,9</b>	<b>1.260,9</b>	<b>1.260,9</b>	<b>1.260,9</b>	<b>1.260,9</b>	<b>1.260,9</b>	<b>1.260,9</b>	<b>1.260,9</b>
<b>Descontos emendas</b>	<b>1.112,3</b>	<b>4.121,4</b>	<b>2.488,7</b>	<b>1.264,5</b>	<b>1.264,5</b>	<b>1.264,5</b>	<b>1.264,5</b>	<b>1.264,5</b>	<b>1.264,5</b>	<b>1.264,5</b>	<b>1.264,5</b>	<b>1.264,5</b>	<b>1.264,5</b>
<b>Concessões</b>	<b>18,6</b>	<b>13,2</b>	<b>138,2</b>	<b>41,1</b>	<b>84,0</b>	<b>14,2</b>	<b>14,2</b>	<b>14,2</b>	<b>14,2</b>	<b>14,2</b>	<b>14,2</b>	<b>14,2</b>	<b>14,2</b>
<b>Dividendos</b>	<b>1.098,0</b>	<b>4.014,2</b>	<b>1.780,3</b>	<b>38,9</b>	<b>534,2</b>	<b>578,5</b>	<b>42,4</b>	<b>4,6</b>	<b>2.841,9</b>	<b>2,3</b>	<b>1.549,1</b>	<b>1.246,5</b>	<b>1.246,5</b>
<b>Outras</b>	<b>1.388,2</b>	<b>704,5</b>	<b>2.273,8</b>	<b>1.208,5</b>	<b>878,4</b>	<b>736,7</b>	<b>1.134,5</b>	<b>1.134,5</b>	<b>1.134,5</b>	<b>1.134,5</b>	<b>1.134,5</b>	<b>1.134,5</b>	<b>1.134,5</b>
<b>I.1.2.2. (+) Restituições</b>	<b>-274,6</b>	<b>-463,8</b>	<b>-238,8</b>	<b>-2.060,0</b>	<b>-2.060,0</b>	<b>-2.060,0</b>	<b>-1.829,2</b>	<b>-1.829,2</b>	<b>-1.829,2</b>	<b>-1.829,2</b>	<b>-1.829,2</b>	<b>-1.829,2</b>	<b>-1.829,2</b>
<b>I.1.2.3. (-) Investimentos Fiscais</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>51.922,4</b>	<b>16.339,1</b>	<b>16.339,1</b>	<b>16.339,1</b>	<b>16.339,1</b>	<b>16.339,1</b>	<b>17.238,6</b>	<b>17.238,6</b>	<b>17.238,6</b>	<b>17.238,6</b>	<b>17.238,6</b>	<b>17.238,6</b>	<b>17.238,6</b>
<b>Urbanas</b>	<b>51.922,4</b>	<b>16.339,1</b>	<b>16.339,1</b>	<b>16.339,1</b>	<b>16.339,1</b>	<b>16.339,1</b>	<b>17.238,6</b>	<b>17.238,6</b>	<b>17.238,6</b>	<b>17.238,6</b>	<b>17.238,6</b>	<b>17.238,6</b>	<b>17.238,6</b>
<b>Rural</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>9.919,9</b>	<b>11.446,9</b>	<b>13.932,2</b>	<b>16.998,9</b>	<b>8.840,6</b>	<b>12.999,1</b>	<b>9.919,9</b>	<b>11.446,9</b>	<b>13.932,2</b>	<b>16.998,9</b>	<b>10.713,6</b>	<b>10.713,6</b>	<b>10.713,6</b>
<b>I.3.1. Transferências Constitucionais (PI, RI e outros)</b>	<b>9.919,9</b>	<b>11.446,9</b>	<b>13.932,2</b>	<b>16.998,9</b>	<b>8.840,6</b>	<b>12.999,1</b>	<b>9.919,9</b>	<b>11.446,9</b>	<b>13.932,2</b>	<b>16.998,9</b>	<b>10.713,6</b>	<b>10.713,6</b>	<b>10.713,6</b>
<b>I.3.2. Lei Complementar 87/Lei Complementar 111/</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>I.3.3. Transferências da Cota</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>I.4. Demais</b>	<b>1.244,5</b>	<b>2.077,1</b>	<b>1.812,9</b>	<b>1.812,9</b>	<b>1.244,5</b>	<b>2.077,1</b>	<b>1.244,5</b>	<b>2.077,1</b>	<b>1.244,5</b>	<b>2.077,1</b>	<b>1.244,5</b>	<b>1.244,5</b>	<b>1.244,5</b>
<b>I.4.1. Salário Educação</b>	<b>498,7</b>	<b>498,7</b>	<b>498,7</b>	<b>498,7</b>	<b>498,7</b>	<b>498,7</b>	<b>498,7</b>	<b>498,7</b>	<b>498,7</b>	<b>498,7</b>	<b>498,7</b>	<b>498,7</b>	<b>498,7</b>
<b>I.4.2. Royalties (Lei nº 9.472/97)</b>	<b>832,1</b>	<b>872,9</b>	<b>2.234,7</b>	<b>808,1</b>	<b>832,1</b>	<b>2.083,6</b>	<b>818,1</b>	<b>838,6</b>	<b>1.833,9</b>	<b>843,0</b>	<b>843,0</b>	<b>7.140,4</b>	<b>1.071,5</b>
<b>I.4.3. Fundo-Fundo</b>	<b>441,1</b>	<b>441,1</b>	<b>789,4</b>	<b>441,1</b>	<b>441,1</b>	<b>441,1</b>	<b>478,9</b>	<b>478,9</b>	<b>478,9</b>	<b>478,9</b>	<b>478,9</b>	<b>478,9</b>	<b>478,9</b>
<b>I.4.4. Outras</b>	<b>12,7</b>	<b>64,9</b>	<b>12,7</b>	<b>12,7</b>	<b>12,7</b>	<b>12,7</b>	<b>12,7</b>	<b>12,7</b>	<b>12,7</b>	<b>12,7</b>	<b>12,7</b>	<b>12,7</b>	<b>12,7</b>

\* Apuração pelo controle de "pagamento efetivo" que corresponde ao valor de caixa efetivamente em Caixa Única. Dados relativos a impostos e contribuições não são incluídos no resultado primário consolidado.  
 \* Fluxo de recursos da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) e parcela setorial do CPSS do serviço público federal, assim como no resultado primário consolidado.  
 \* Lei Complementar nº 87/1996 (até 2005) e Lei Complementar nº 111/2005 (a partir de 2006).

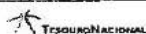


TABELA A3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL\*

ANEXO III - DESPESAS PRECATORIAS DO GOVERNO CENTRAL													
	Mar/2010	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2011
<b>I. DESPESA TOTAL</b>	<b>89.891,4</b>	<b>56.989,6</b>	<b>52.563,4</b>	<b>48.819,3</b>	<b>58.251,2</b>	<b>68.819,3</b>	<b>136.226,7</b>	<b>74.832,9</b>	<b>71.897,4</b>	<b>57.919,7</b>	<b>64.574,1</b>	<b>64.961,4</b>	<b>73.236,7</b>
<b>I.1. Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>15.136,4</b>	<b>13.772,9</b>	<b>12.412,3</b>	<b>12.412,3</b>	<b>12.412,3</b>	<b>12.412,3</b>	<b>12.412,3</b>	<b>12.412,3</b>	<b>12.412,3</b>	<b>12.412,3</b>	<b>12.412,3</b>	<b>12.412,3</b>	<b>12.412,3</b>
<b>I.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>22.499,3</b>	<b>19.414,9</b>	<b>18.172,2</b>	<b>19.338,9</b>	<b>19.414,9</b>	<b>22.746,2</b>	<b>28.319,7</b>	<b>19.736,3</b>	<b>22.446,8</b>	<b>28.319,7</b>	<b>21.893,2</b>	<b>21.893,2</b>	<b>21.893,2</b>
<b>I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbanos</b>	<b>12.503,8</b>	<b>11.051,4</b>	<b>10.161,1</b>	<b>10.819,3</b>	<b>10.819,3</b>	<b>12.777,1</b>	<b>15.819,3</b>	<b>10.819,3</b>	<b>12.777,1</b>	<b>15.819,3</b>	<b>10.819,3</b>	<b>10.819,3</b>	<b>10.819,3</b>
<b>I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rurais</b>	<b>9.995,5</b>	<b>8.363,5</b>	<b>8.011,1</b>	<b>8.519,6</b>	<b>8.595,6</b>	<b>9.969,1</b>	<b>12.502,6</b>	<b>8.917,0</b>	<b>9.669,7</b>	<b>12.540,4</b>	<b>11.073,9</b>	<b>11.073,9</b>	<b>11.073,9</b>
<b>I.3. Custeio e Capital</b>	<b>18.037,4</b>	<b>18.699,7</b>	<b>20.417,9</b>	<b>17.817,2</b>	<b>23.430,8</b>	<b>17.766,7</b>	<b>40.749,7</b>	<b>21.673,8</b>	<b>19.717,1</b>	<b>20.962,4</b>	<b>24.066,8</b>	<b>13.999,7</b>	<b>18.817,1</b>
<b>I.3.1. Despesa do FAT</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>
<b>I.3.1.1. Abate e Seguro Desemprego</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>	<b>2.077,6</b>
<b>I.3.1.2. Demais Despesas do FAT</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>I.3.2. Despesas de Investimentos Especiais</b>	<b>1.909,8</b>	<b>1.909,8</b>	<b>1.909,8</b>	<b>1.909,8</b>	<b>1.909,8</b>	<b>1.909,8</b>	<b>1.909,8</b>	<b>1.909,8</b>	<b>1.909,8</b>	<b>1.909,8</b>	<b>1.909,8</b>	<b>1.909,8</b>	<b>1.909,8</b>
<b>I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Rescaldo de Operações de Fomento</b>	<b>462,2</b>	<b>462,2</b>	<b>462,2</b>	<b>462,2</b>	<b>462,2</b>	<b>462,2</b>	<b>462,2</b>	<b>462,2</b>	<b>462,2</b>	<b>462,2</b>	<b>462,2</b>	<b>462,2</b>	<b>462,2</b>
<b>Equalização de custos agropecuários</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>
<b>Equalização de custos, rural e agropecuária</b>	<b>8,7</b>	<b>8,7</b>	<b>8,7</b>	<b>8,7</b>	<b>8,7</b>	<b>8,7</b>	<b>8,7</b>	<b>8,7</b>	<b>8,7</b>	<b>8,7</b>	<b>8,7</b>	<b>8,7</b>	<b>8,7</b>
<b>Política de preços agrícolas</b>	<b>428,9</b>	<b>428,9</b>	<b>428,9</b>	<b>428,9</b>	<b>428,9</b>	<b>428,9</b>	<b>428,9</b>	<b>428,9</b>	<b>428,9</b>	<b>428,9</b>	<b>428,9</b>	<b>428,9</b>	<b>428,9</b>
<b>Equalização Empresarial do Governo Federal</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>
<b>Equalização Avaliada do Governo Federal</b>	<b>199,4</b>	<b>199,4</b>	<b>199,4</b>	<b>199,4</b>	<b>199,4</b>	<b>199,4</b>	<b>199,4</b>	<b>199,4</b>	<b>199,4</b>	<b>199,4</b>	<b>199,4</b>	<b>199,4</b>	<b>199,4</b>
<b>Equalização Avaliada do Governo Federal</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>
<b>Equalização Empresarial do Governo Federal</b>	<b>149,2</b>	<b>149,2</b>	<b>149,2</b>	<b>149,2</b>	<b>149,2</b>	<b>149,2</b>	<b>149,2</b>	<b>149,2</b>	<b>149,2</b>	<b>149,2</b>	<b>149,2</b>	<b>149,2</b>	<b>149,2</b>
<b>Equalização Avaliada do Governo Federal</b>	<b>128,5</b>	<b>128,5</b>	<b>128,5</b>	<b>128,5</b>	<b>128,5</b>	<b>128,5</b>	<b>128,5</b>	<b>128,5</b>	<b>128,5</b>	<b>128,5</b>	<b>128,5</b>	<b>128,5</b>	<b>128,5</b>
<b>Concessão de Fomento rural</b>	<b>19,7</b>	<b>19,7</b>	<b>19,7</b>	<b>19,7</b>	<b>19,7</b>	<b>19,7</b>	<b>19,7</b>	<b>19,7</b>	<b>19,7</b>	<b>19,7</b>	<b>19,7</b>	<b>19,7</b>	<b>19,7</b>
<b>Projetos</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>
<b>Equalização Empresarial do Governo Federal</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>
<b>Concessão de Fomento rural</b>	<b>1,8</b>	<b>1,8</b>	<b>1,8</b>	<b>1,8</b>	<b>1,8</b>	<b>1,8</b>	<b>1,8</b>	<b>1,8</b>	<b>1,8</b>	<b>1,8</b>	<b>1,8</b>	<b>1,8</b>	<b>1,8</b>
<b>Projetos</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,2</b>
<b>Programa especial de saneamento de áreas (PESAs)</b>	<b>31,5</b>	<b>31,5</b>	<b>31,5</b>	<b>31,5</b>	<b>31,5</b>	<b>31,5</b>	<b>31,5</b>	<b>31,5</b>	<b>31,5</b>	<b>31,5</b>	<b>31,5</b>	<b>31,5</b>	<b>31,5</b>
<b>Projetos</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Beneficiários em serviço agrícola (Lei 6.180/1955)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Fundo de terra INCRA</b>	<b>46,8</b>	<b>46,8</b>	<b>46,8</b>	<b>46,8</b>	<b>46,8</b>	<b>46,8</b>	<b>46,8</b>	<b>46,8</b>	<b>46,8</b>	<b>46,8</b>	<b>46,8</b>	<b>46,8</b>	<b>46,8</b>
<b>Fundado</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Fundo nacional de desenvolvimento (FND)</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>
<b>Cooperativas e Empresas</b>	<b>120,8</b>	<b>120,8</b>	<b>120,8</b>	<b>120,8</b>	<b>120,8</b>	<b>120,8</b>	<b>120,8</b>	<b>120,8</b>	<b>120,8</b>	<b>120,8</b>	<b>120,8</b>	<b>120,8</b>	<b>120,8</b>
<b>I.3.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais</b>	<b>33,3</b>	<b>33,3</b>	<b>33,3</b>	<b>33,3</b>	<b>33,3</b>	<b>33,3</b>	<b>33,3</b>	<b>33,3</b>	<b>33,3</b>	<b>33,3</b>	<b>33,3</b>	<b>33,3</b>	<b>33,3</b>
<b>I.3.3. Benefícios Previdenciários (CACS e INAP)</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>
<b>I.3.4. Despesas de Fomento</b>	<b>14.024,7</b>	<b>14.024,7</b>	<b>14.024,7</b>	<b>14.024,7</b>	<b>14.024,7</b>	<b>14.024,7</b>	<b>14.024,7</b>	<b>14.024,7</b>	<b>14.024,7</b>	<b>14.024,7</b>	<b>14.024,7</b>	<b>14.024,7</b>	<b>14.024,7</b>
<b>I.3.5. Outros Despesas de Custeio e Capital</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>	<b>1.830,3</b>
<b>I.3.5.1. Benefícios Previdenciários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>I.3.5.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>
<b>Beneficiários</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43,8</b>	<b>43</b>						





TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREIRO NACIONAL

	Mar/10	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/11
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	787.551,2	781.781,6	792.895,9	803.962,7	817.532,1	827.805,7	798.841,5	801.637,8	814.042,8	826.335,5	825.139,4	834.924,3	832.710,1
<b>I.1. DÍVIDA INTERNA</b>	2.057.993,3	2.145.919,6	2.183.792,1	2.186.322,4	2.176.221,2	2.184.157,1	2.219.321,8	2.234.257,4	2.260.351,2	2.297.826,4	2.226.341,1	2.274.147,8	2.301.558,1
DPFMI em Poder do Público*	1.400.391,9	1.492.913,0	1.519.582,8	1.516.501,2	1.506.118,2	1.524.805,6	1.534.404,6	1.532.721,6	1.574.522,4	1.603.940,0	1.542.502,8	1.585.996,0	1.611.512,8
DPFMI em Poder do Banco Central	665.276,3	661.210,1	673.434,7	679.634,6	677.226,9	668.364,3	684.888,5	691.074,0	694.817,2	703.203,0	698.962,5	704.500,4	708.965,1
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-24.045,8	-24.257,8	-25.117,4	-25.359,6	-25.489,7	-24.510,4	-23.620,3	-24.136,5	-23.749,5	-23.208,3	-28.838,3	-29.660,1	-29.456,7
Demais Obrigações Internas	16.282,0	16.045,2	15.922,3	15.548,0	15.343,9	15.097,8	14.837,2	14.598,4	14.361,2	14.049,7	13.715,1	13.310,7	13.136,9
<b>I.2. HAVERES INTERNOS</b>	1.270.342,1	1.364.129,8	1.390.915,2	1.382.459,7	1.358.599,0	1.357.151,4	1.411.378,3	1.432.419,8	1.446.308,8	1.477.886,5	1.481.281,7	1.435.232,7	1.468.848,0
Disponibilidades Internas	351.257,7	386.467,0	383.678,0	365.919,2	341.517,6	337.652,0	360.935,7	374.088,7	380.568,8	405.214,1	323.187,3	356.749,4	378.909,3
Haveres junto aos Governos Regionais	443.830,7	445.301,5	447.018,1	453.129,7	464.157,0	453.071,2	457.075,3	461.812,1	465.282,6	471.705,5	472.794,4	475.834,8	479.273,0
Haveres da Administração Indireta	221.178,7	221.765,6	223.910,4	225.674,4	225.710,9	228.566,1	231.334,6	235.609,3	237.126,3	235.226,7	238.170,5	240.284,7	241.921,5
Haveres Administrados pela STN	254.275,0	327.593,8	336.307,7	337.706,4	339.813,5	337.862,0	362.033,1	362.909,6	363.340,8	365.444,8	368.048,8	368.653,8	368.744,3
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	84.479,8	81.901,3	84.473,2	85.542,7	81.915,1	82.148,9	81.501,9	81.954,7	81.184,1	81.798,1	86.213,9	88.499,6	83.232,8
<b>II.1. DÍVIDA EXTERNA</b>	84.748,1	82.158,2	84.852,1	85.884,1	82.257,3	82.582,7	81.783,7	82.289,1	81.429,4	80.026,7	86.491,8	88.788,8	83.534,8
Dívida Mobiliária	74.635,5	72.913,1	75.010,9	74.827,6	71.885,2	71.009,0	72.059,9	72.009,5	72.023,8	69.363,7	68.668,5	65.689,0	63.961,6
Dívida Contratual	20.104,6	19.245,1	19.841,2	21.075,0	20.582,0	20.439,7	19.672,8	19.999,5	19.405,6	20.703,0	20.433,4	20.099,8	19.583,3
<b>II.2. HAVERES EXTERNOS</b>	281,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	353,7	262,8	254,4	245,3	304,8	277,9	302,8
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	281,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	353,7	262,8	254,4	245,3	304,8	277,9	302,8
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREIRO NACIONAL (III)</b>	882.030,2	873.682,9	887.369,1	889.495,4	899.537,2	910.174,8	880.442,7	883.782,5	905.228,9	910.125,4	911.353,4	928.414,9	916.942,1
<b>DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREIRO NACIONAL/PIS*</b>	26,7%	26,2%	26,2%	26,2%	26,2%	26,2%	25,9%	26,8%	26,8%	26,8%	26,8%	26,8%	26,3%

Orc. - Dados sujeitos a alterações

II - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

III - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

IV - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

V - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

VI - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

VII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

VIII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

IX - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

X - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XI - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XIII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XIV - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XV - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XVI - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XVII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XVIII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XIX - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XX - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XXI - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XXII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XXIII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XXIV - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XXV - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XXVI - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XXVII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XXVIII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XXIX - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XXX - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XXXI - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XXXII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XXXIII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XXXIV - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XXXV - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XXXVI - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XXXVII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XXXVIII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XXXIX - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XL - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XLI - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XLII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XLIII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XLIV - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XLV - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XLVI - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XLVII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XLVIII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

XLIX - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

L - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LI - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LIII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LIV - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LV - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LVI - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LVII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LVIII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LIX - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LX - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXI - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXIII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXIV - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXV - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXVI - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXVII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXVIII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXIX - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXX - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXI - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXIII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXIV - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXV - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXVI - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXVII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXVIII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXIX - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXX - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXXI - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXXII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXXIII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXXIV - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXXV - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXXVI - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXXVII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXXVIII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXXIX - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXXX - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXXXI - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXXXII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXXXIII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXXXIV - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXXXV - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXXXVI - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXXXVII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXXXVIII - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXXXIX - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual

LXXXXX - Dívida Mobiliária e Dívida Contratual



## Demonstração de Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo, foram originários da parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/02/2011 a 20/03/2011, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida		Data do Crédito	Transferências		
	IR	PI + IR		FPE	FPM	IPM-EXP
FEV/03 DEC	1.826.170	8.243.557	10/02/2011	1.732.509	1.813.091	146.334
MAR/01 DEC	582.902	786.728	MAR/01 DEC	238.692	247.071	48.432
MAR/01 DEC	334.024	6.062.659	MAR/01 DEC	1.100.552	1.152.159	26.772
TOTAL	2.744.096	15.100.144	TOTAL	3.069.753	3.212.323	219.538

Observações:

- \* Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Retenções Fiscais;
- \* Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes das sociedades legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- \* Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB.

## Distribuição dos Fundos

Estados	R\$ Mil			IPM-EXP
	UF	FPM	PPE	
ACRE	AC	15.070,4	105.009,4	27,0
ALAGOAS	AL	76.536,0	127.696,5	343,8
AMAZONAS	AM	47.566,3	85.652,8	2.253,9
AMPA	AP	11.450,5	104.773,2	247,4
BAHIA	BA	284.699,0	286.271,4	13.317,2
CEARÁ	CE	18.777,3	225.471,0	1.577,1
DISTrito FEDERAL	DF	5.416,4	21.185,1	277,7
ESPIRITO SANTO	ES	55.269,7	46.043,3	10.747,9
GOIÁS	GO	117.265,9	87.270,5	3.821,9
MARANHÃO	MA	130.725,8	221.568,5	2.236,0
MINAS GERAIS	MG	420.570,4	136.733,3	20.790,5
MATO GROSSO DO SUL	MS	48.933,6	40.880,5	2.772,2
MATO GROSSO	MT	58.850,8	70.842,2	3.177,2
PARANÁ	PR	116.911,4	145.917,1	9.512,2
PARAÍBA	PB	10.917,4	9.335,5	330,5
PERNAMBUCO	PE	181.244,5	211.805,3	1.370,5
PIAUÍ	PI	81.841,6	133.647,7	71,4
PARANÁ	PR	216.891,1	88.501,4	18.109,5
RIO DE JANEIRO	RJ	84.316,8	46.893,6	33.862,4
RIO GRANDE DO NORTE	RN	86.974,0	123.242,9	283,7
RONDÔNIA	RO	28.203,0	86.429,3	378,4
RORAIMA	RR	21.449,0	17.403,4	15.159,0
SANTA CATARINA	SC	27.449,3	72.228,1	24.039,7
SERGIPE	SE	125.098,4	35.294,1	12.567,9
SÃO PAULO	SP	46.751,1	127.549,2	74,0
TOCANTINS	TO	428.634,0	30.695,5	43.837,5
TOTAL	TO	3.212.323,4	3.069.553,4	219.537,7

Observação: valores já deduzidos de retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 9 de dezembro de 2010, foi publicada a Portaria STN nº 680, de 8 de dezembro de 2010, contendo o cronograma das obras dos repasses do FPM/PE para o exercício de 2011, disponível no site [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Fiscais Inter-governamentais

Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026

E-mail: [transferencias@fazenda.gov.br](mailto:transferencias@fazenda.gov.br)



TESOURO NACIONAL

## Boletim FPE / FPM / IPI Exportação Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XXI - nº 3 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

MARÇO / 2011

## Comentários

Em Março de 2011 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de 34,7 %, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior, já

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 6.291.871,8 (mil), ante R\$ 9.822.873,6 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os dados referentes às distribuições decorrentes das cotas dos Fundos de Participação com todos os encargos e o crédito e o débito. Para efetuar a consulta, acessar: > Governo (Estados ou Município) -> Receitas de recursos -> Cotas 2011 para acesso e demonstrativo.

## Distribuição do FPM/PE

Origem	2011				Variação	
	2010	2011	2011	2011	2011	2011
	Fevereiro	Março	Março	Março	Março	Março
FPM	3.288.034	2.747.398,8	4.200.885,4	3.211.323,4	12.700.331,7	-34,7%
FPE	3.534.051,8	2.225.242,0	4.701.865,1	3.069.553,4	12.135.827,4	-34,7%
IPM-EXP	220.805,8	201.867,1	258.060,5	219.867,7	836.721,5	-8,5%

Obs.: Valores já deduzidos de retenção para o FUNDEB (-20%).

## Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPM-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
MARÇO	-37 %	-34,7 %	-37 %	-34,7 %	-24 %	-26,5 %

## Estimativa Trimestral

FUNDOS		ABRIL	MARÇO	JUNHO
FPM / FPE / FNO / FCO		+20 %	+24 %	-13 %
IPM-EXP		+24 %	-11 %	+9 %

Resolução DB nº

**MINUTA**

**CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº. \_\_\_\_/OC-BR**

entre o

**MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**

e o

**BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO**

**Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano  
do Município de Paranaguá**

**PROCIDÁDES**

\_\_\_\_\_  
(Data)

---

LEG/SGO/CSC/IDBDOCS#2258715

**NOTA: ESTA MINUTA É PRELIMINAR E INFORMAL NÃO CONSTITUINDO UMA PROPOSTA DE CONTRATO. A MINUTA FINAL SOMENTE SERÁ ENVIADA DEPOIS DA APROVAÇÃO DO EMPRÉSTIMO PELO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO.**



## CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

### DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

#### INTRODUÇÃO

#### Partes, Objeto, Elementos Integrantes, Órgão Executor, Garantia e Definições Específicas

##### 1. PARTES E OBJETO DO CONTRATO

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO celebrado no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_ entre o MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, do Estado do Paraná, Brasil, a seguir denominado “Mutuário” e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, a seguir denominado indistintamente “BID” ou “Banco”, para cooperar na execução do *Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Paranaguá* (a seguir denominado “Programa”) destinado a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos residentes da cidade de Paranaguá, através da implantação de projetos de desenvolvimento urbano e social, de macrodrenagem e de mobilidade urbana, além de ações para o fortalecimento da gestão municipal. O Anexo A descreve os aspectos mais relevantes do Programa.

##### 2. ELEMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO E REFERÊNCIA ÀS NORMAS GERAIS

- (a) Integram este Contrato as Disposições Especiais, as Normas Gerais e os Anexos A, B1, B2, B3, B4, C1 e C2. Se alguma estipulação das Disposições Especiais, dos Anexos ou do Contrato de Garantia não concordar ou estiver em contradição com as Normas Gerais, prevalecerá o disposto nas Disposições Especiais, nos Anexos ou no Contrato de Garantia, conforme o caso. Quando existir discrepância ou contradição entre estipulações das Disposições Especiais, dos Anexos ou do Contrato de Garantia, será aplicado o princípio de que a disposição específica prevalece sobre a geral.
- (b) As Normas Gerais estabelecem pormenorizadamente as disposições de procedimento relativas à aplicação das cláusulas sobre amortização, juros, comissão de crédito, inspeção e supervisão, desembolso, bem como outras disposições relacionadas com a execução do Programa. As Normas Gerais incluem também definições de caráter geral.

##### 3. ÓRGÃO EXECUTOR

A execução do Programa e a utilização dos recursos do financiamento do Banco serão efetuadas pelo Mutuário que, para os fins deste Contrato, será denominado indistintamente “Mutuário” ou “Órgão Executor”.



#### 4. GARANTIA

Este Contrato fica sujeito a que a República Federativa do Brasil, a seguir denominada "Fiador", assine o Contrato de Garantia e assuma as obrigações nele estipuladas.

#### 5. DEFINIÇÕES ESPECÍFICAS

Para os fins deste Contrato, adotam-se as seguintes definições, além das contidas no Capítulo II das Normas Gerais:

- (a) **"Agente de Cálculo para Conversão"** – significa, para efeitos das Disposições Especiais deste Contrato, o Banco. Todas as determinações efetuadas pelo Agente de Cálculo para Conversão serão definitivas e obrigatórias para as partes (salvo erro manifesto) e serão efetuadas à sua inteira disposição, de boa-fé, e de uma maneira comercialmente razoável.
- (b) **"Base para Cálculo de Juros"** – significa uma convenção para contagem de dias e para a fórmula de cálculo a ser utilizada no cálculo de juros. A Base para Cálculo de Juros será determinada na Carta de Notificação da Conversão.
- (c) **"Carta de Cotação Indicativa da Conversão"** – é a designação, isoladamente ou em conjunto, das cartas entregues pelo Banco ao Mutuário e ao Fiador, cujos respectivos modelos se juntam como Anexo B1 e Anexo B2, relativos à Conversão de Desembolso, e Anexo B3 e Anexo B4, relativos à Conversão de Saldos Devedores, do presente Contrato. O Mutuário e o Fiador deverão responder às Cartas confirmando ou rejeitando sua solicitação de Conversão na forma indicada nas respectivas Cartas.
- (d) **"Carta de Notificação da Conversão"** – é a designação, isoladamente ou em conjunto, das cartas entregues pelo Banco ao Mutuário e ao Fiador, sobre os termos e condições financeiros da Conversão. Os modelos das referidas cartas se juntam como Anexo C1 (relativo à Conversão de Desembolso) e Anexo C2 (relativo à Conversão de Saldos Devedores) do presente Contrato.
- (e) **"Cronograma de Pagamentos"** – significa o cronograma de pagamentos de amortização da dívida relativo a cada Conversão. Para cada Conversão, o cronograma de pagamentos indica o prazo de carência, o prazo de amortização e a porcentagem do principal a ser paga em cada data de pagamento.
- (f) **"Data de Apuração"** – data correspondente a 5 (cinco) Dias Úteis anteriores a qualquer data de pagamento de principal, juros ou ambos, conforme o caso.
- (g) **"Data da Conversão"** – para os desembolsos convertidos, é a data do desembolso e, para conversões de saldos devedores, é a data na qual se redenomina a dívida. Estas datas serão estabelecidas nas respectivas Cartas de Notificação da Conversão.

- (h) **“Dias Úteis”** – são os dias em que os bancos comerciais estejam abertos para negócios (inclusive transações de câmbio), nas localidades determinadas na Carta de Notificação de Conversão.
- (i) **“Dólares”** ou **“USD”** – significa a moeda de curso legal nos Estados Unidos da América.
- (j) **“Fator de Inflação”** – será a razão entre  $N_t$  e  $N_0$  ( $N_t/N_0$ ), em que  $N_0$  é o IPCA na Data da Conversão e  $N_t$  é o IPCA na correspondente Data de Apuração.
- (k) **“IPCA”** – significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- (l) **“PROCIDADES”** – significa o mecanismo creditício aprovado pela Diretoria Executiva do Banco em 11 de outubro de 2006, destinado a municípios brasileiros, e que consiste em empréstimos do Banco cujos desembolsos e saldos devedores podem ser convertidos para BRL, com o objetivo de financiar projetos municipais de desenvolvimento urbano integrado.
- (m) **“Reais ou BRL”** – A moeda de curso legal na República Federativa do Brasil.
- (n) **“Taxa de Câmbio BRL/USD”** – significa a “Taxa de Câmbio PTAX”, definida para cada Data de Apuração como a taxa ofertada para BRL/USD (a taxa à qual os bancos compram BRL e vendem USD), expressa como o montante de BRL por cada USD, para liquidação em dois Dias Úteis informada pelo Banco Central do Brasil por meio do Sistema de Dados do SISBACEN no código PTAX-800 (“Consulta de Câmbio”), Opção 5 (“Cotações para Contabilidade”), antes das 18 horas de São Paulo, em cada Data de Apuração. No caso de qualquer evento de ruptura de cotações de mercado (conforme Cláusula 3.09 destas Disposições Especiais), o Agente de Cálculo para Conversão determinará uma taxa substituta nos termos e condições estabelecidos neste Contrato.
- (o) **“Taxa de Juros Base”** – significa a taxa de juros equivalente no mercado de BRL à soma de: (i) a taxa USD LIBOR para 3 (três) meses, menos (ii) 20 (vinte) pbs. A Taxa de Juros Base será determinada para cada Conversão em função de: (i) Taxa Fixa de Juros Aplicada a um Montante Nominal Corrigido pela Inflação; (ii) o Cronograma de Pagamentos; (iii) a Data da Conversão, e (iv) o montante nominal de cada Conversão.
- (p) **“Taxa Fixa de Juros Aplicada a um Montante Nominal Corrigido pela Inflação”** – é a taxa a ser estabelecida em cada Carta de Notificação da Conversão, que se aplica durante todo o período de Conversão ao montante em BRL ajustado pelo Fator de Inflação.



## **CAPÍTULO I**

### **Custo, Financiamento e Recursos Adicionais**

**CLÁUSULA 1.01. Custo do Programa.** O custo total do Programa é estimado em quantia equivalente a até US\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de Dólares).

**CLÁUSULA 1.02. Valor do Financiamento.** (a) Nos termos deste Contrato, o Banco compromete-se a conceder ao Mutuário, e este aceita, um financiamento, a seguir denominado "Financiamento", a débito dos recursos do Mecanismo Unimonetário do capital ordinário do Banco, até um montante de US\$ 16.649.600,00 (dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos Dólares), que façam parte dos referidos recursos. As quantias desembolsadas a débito deste Financiamento constituirão o "Empréstimo".

(b) O Empréstimo será um Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR. No caso de Conversão, conforme definido nas Cláusulas 3.05 e 3.06 destas Disposições Especiais, a taxa de juros será determinada de acordo com os termos da Cláusula 3.08 destas Disposições Especiais.

**CLÁUSULA 1.03. Disponibilidade de Moeda.** Não obstante o disposto nas Cláusulas 1.02 e 3.01(a) destas Disposições Especiais, se o Banco não tiver acesso à Moeda Única pactuada, este, em consulta com o Mutuário e com a não objeção do Fiador, desembolsará em outra Moeda Única que julgue apropriada. O Banco poderá continuar efetuando os desembolsos em outra Moeda Única que julgue apropriada enquanto continuar a falta de acesso à Moeda Única pactuada. A amortização do Empréstimo pelo Mutuário será feita na Moeda Única desembolsada, com os encargos financeiros que correspondam a essa moeda.

**CLÁUSULA 1.04. Recursos adicionais.** O valor dos recursos adicionais que, de acordo com o Artigo 6.04 das Normas Gerais, o Mutuário se compromete a fornecer oportunamente para a completa e ininterrupta execução do Programa, é estimado em quantia equivalente a US\$ 20.350.400,00 (vinte milhões, trezentos e cinquenta mil e quatrocentos Dólares), sem que esta estimativa implique limitação ou redução da obrigação do Mutuário de acordo com o referido Artigo. Para calcular a equivalência em Dólares, será adotada a regra selecionada pelo Mutuário na Cláusula 3.15 destas Disposições Especiais.

## **CAPÍTULO II**

### **Amortização, Juros, Inspeção e Supervisão e Comissão de Crédito**

**CLÁUSULA 2.01. Amortização.** O Empréstimo deverá ser amortizado pelo Mutuário mediante o pagamento de prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais. A primeira prestação deverá ser paga no dia 15 de [abril] [outubro] de 20\_\_<sup>1</sup>, de acordo com o disposto no Artigo 3.01 das Normas Gerais, e a última até o dia 15 de [abril] [outubro] de 20\_\_.<sup>2</sup>



**CLÁUSULA 2.02. Juros.** (a) Ressalvada a hipótese prevista na Cláusula 3.08 destas Disposições Especiais, o Mutuário pagará juros sobre os saldos devedores diários do Empréstimo a uma taxa que será determinada de acordo com o estipulado no Artigo 3.04 das Normas Gerais para um Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR. O Banco notificará ao Mutuário, tão logo seja possível, depois de determinar a taxa de juros aplicável durante cada Trimestre.

(b) Os juros serão pagos semestralmente nos dias 15 dos meses de abril e outubro de cada ano, a partir de 15 de [abril] [outubro] de \_\_\_\_\_<sup>3</sup>, de acordo com o disposto no Artigo 3.01 das Normas Gerais.

(c) O Mutuário, com o consentimento por escrito do Fiador, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional, poderá solicitar a conversão de parte ou da totalidade do saldo devedor do Empréstimo sujeito a Taxa de Juros Baseada na LIBOR a uma Taxa Fixa de Juros ou uma nova conversão de parte ou da totalidade do saldo devedor do Empréstimo sujeito a Taxa Fixa de Juros a uma Taxa de Juros Baseada na LIBOR, de acordo com o disposto no Artigo 3.04 das Normas Gerais do presente Contrato.

**CLÁUSULA 2.03. Recursos para inspeção e supervisão Gerais.** Durante o período de desembolsos, o Banco não cobrará montante para atender despesas do Banco de inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante o mencionado período, como consequência da revisão periódica dos encargos financeiros dos empréstimos em conformidade com as disposições aplicáveis da política do Banco sobre metodologia para o cálculo de encargos para empréstimos do capital ordinário que concede e notificar o Mutuário a respeito. O valor devido pelo Mutuário, para atender às referidas despesas, em um semestre determinado, não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor do Financiamento, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

**CLÁUSULA 2.04. Comissão de Crédito.** O Mutuário pagará uma Comissão de Crédito em um percentual que será estabelecido pelo Banco periodicamente, como

<sup>1</sup> A primeira data de pagamento (abril/outubro, conforme seja o caso) após transcorridos cinco anos da data de assinatura do Contrato de Empréstimo. Não obstante, uma prorrogação do prazo de desembolso não implica automaticamente uma prorrogação da data de pagamento da primeira quota de amortização. Se a data da assinatura do Contrato de Empréstimo ocorrer entre os dias 15 e 30 de abril ou entre os dias 15 e 30 de outubro, o pagamento das prestações de amortização, bem como a última prestação de amortização, deverão ser estipulados para o dia 15 de abril e outubro, conforme o caso, reduzindo-se proporcionalmente o número de dias entre a data de assinatura e a primeira data da amortização.

<sup>2</sup> A última data de pagamento (abril/outubro, conforme seja o caso) antes de transcorridos 25 anos, contados da data de assinatura do Contrato de Empréstimo. Se a data da assinatura do Contrato de Empréstimo ocorrer entre os dias 15 e 30 de abril ou entre os dias 15 e 30 de outubro, a data limite para o pagamento da última prestação de amortização deverá ser estipulada para o dia 15 de abril ou 15 de outubro, conforme o caso, reduzindo-se proporcionalmente o número de dias entre a data de assinatura e a última data da amortização.

<sup>3</sup> Data de pagamento (abril ou outubro) anterior a seis meses contados da data de assinatura do Contrato de Empréstimo.

resultado de sua revisão de encargos financeiros, em conformidade com as disposições aplicáveis da política do Banco sobre metodologia para o cálculo de encargos para empréstimos do capital ordinário, sendo certo que, em caso algum, poderá exceder percentual previsto no Artigo 3.02 das Normas Gerais.

### CAPÍTULO III

#### Desembolsos

**CLÁUSULA 3.01. Moedas dos desembolsos e utilização dos recursos.** (a) O Financiamento será desembolsado: (i) em Dólares que façam parte do Mecanismo Unimonetário dos recursos do capital ordinário do Banco ou (ii) por opção do Mutuário, e sujeito às condições de mercado, em Reais, de acordo com o disposto neste Contrato, sendo que esse desembolso em Reais não está sujeito ao disposto no Artigo 4.10 das Normas Gerais, para pagar bens adquiridos e obras e serviços contratados de acordo com as Políticas identificadas nas Cláusulas 4.01 e 4.04 destas Disposições Especiais e para os outros propósitos indicados neste Contrato.

(b) Os recursos do Financiamento serão utilizados somente para o pagamento de bens e serviços originários dos países-membros do Banco.

**CLÁUSULA 3.02. Condições especiais prévias ao primeiro desembolso.** O primeiro desembolso dos recursos do Financiamento está condicionado a que se cumpram, de forma que o Banco considere satisfatória, além das condições prévias estipuladas no Artigo 4.01 das Normas Gerais, os seguintes requisitos:

- (a) a constituição oficial da Unidade de Gestão do Programa (UGP) e a designação oficial dos funcionários de sua equipe básica; e
- (b) a seleção do sistema de gestão e controle financeiro-contábil do Programa.

**CLÁUSULA 3.03. Reembolso de despesas a débito do Financiamento.** Com a concordância do Banco, os recursos do Financiamento poderão ser utilizados para reembolsar despesas efetuadas ou financiar as que se efetuem com o Programa a partir de \_\_\_\_\_ [data de aprovação do Empréstimo pela Diretoria Executiva do Banco] e até a data da entrada em vigor do presente Contrato, desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste instrumento.

**CLÁUSULA 3.04. Prazo para desembolsos.** O prazo para desembolso dos recursos do Financiamento será de 5 (cinco) anos, contados a partir da vigência do presente Contrato.

**CLÁUSULA 3.05. Opção de Conversão de Moeda dos Desembolsos ("Conversão").** (a) Sempre que o Mutuário solicitar desembolsos do Financiamento em BRL, o Banco lhe oferecerá, sujeito às condições do mercado, a Conversão dos referidos desembolsos de USD a BRL e enviará ao Mutuário e ao Fiador uma Carta de Cotação Indicativa da Conversão com as condições financeiras indicativas do desembolso em BRL. Ao receberem a Carta de Cotação Indicativa da Conversão do



Banco, o Mutuário e o Fiador terão de confirmar se estão ou não de acordo com as referidas condições financeiras indicativas no prazo indicado na referida carta. As Cartas de Cotação Indicativa da Conversão enviadas pelo Banco ao Mutuário e ao Fiador e as respostas do Mutuário e do Fiador ao Banco, as quais deverão ser efetuadas nos respectivos instrumentos, poderão ser transmitidas por fax. As cartas transmitidas por fax, uma vez assinadas por cada uma das partes, não poderão ser impugnadas, a não ser em casos de fraude ou erro manifesto.

(b) Caso, sujeito às condições do mercado, o Banco execute tais Conversões, nos termos descritos nesta Cláusula, os montantes convertidos deste Financiamento constituirão o "Saldo Devedor Denominado em BRL". Os pagamentos de principal e juros deverão ser efetuados em USD, no seu equivalente em BRL, aplicando-se a Taxa de Câmbio BRL/USD. O Banco poderá estabelecer, mediante comunicação escrita ao Mutuário, que tais pagamentos sejam efetuados em BRL. A taxa de câmbio aplicada a esta Conversão para determinar o correspondente valor do Empréstimo em USD será aquela observada no mercado no momento em que o Banco realizar sua operação de captação de financiamento. Não será executada a Conversão se o Banco não houver recebido confirmações por escrito do Fiador e do Mutuário pelas quais declarem sua conformidade com as condições financeiras indicadas na Carta de Cotação Indicativa de Conversão.

(c) O Banco deverá receber do Mutuário a solicitação de Conversão até o dia 15 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. As Conversões serão efetuadas sujeitas às condições dispostas nos incisos (a) e (b) desta Cláusula e, caso o Banco efetue tais Conversões, os correspondentes desembolsos serão efetuados entre os dias 8 e 20 dos meses março, junho, setembro e dezembro de cada ano.

(d) Fica entendido que, nos prazos indicados no inciso (c) desta Cláusula, em cada trimestre, o Banco efetuará Conversões referentes a este Empréstimo e/ou a outros empréstimos do Mecanismo PROCIDADES, por um montante agregado mínimo equivalente a US\$ 3.000.000,00 (três milhões de Dólares) de desembolsos convertidos. Se as solicitações de Conversões do Mutuário, ou juntamente com outras solicitações similares de outros municípios, não alcançarem o valor equivalente a US\$ 3.000.000,00 (três milhões de Dólares), não será efetuada essa Conversão. Este montante poderá ser modificado a critério do Banco, nas datas estabelecidas na Cláusula 3.05 (c) destas Disposições Especiais, de acordo com as condições vigentes do mercado.

(e) A solicitação de desembolso, em caso de Conversão, poderá ser indicada em unidades de BRL caso o saldo não desembolsado seja igual ou superior a 10% (dez por cento) do montante do Financiamento.

(f) A Carta de Notificação de Conversão de Desembolso conterá os termos e condições financeiros de cada Conversão.

(g) O Mutuário reconhece que a capacidade do Banco para realizar Conversões dependerá das condições de mercado e da possibilidade de o Banco captar recursos de acordo com suas políticas. Caso o Banco não consiga obter a captação necessária para proceder à Conversão, o Mutuário poderá optar por solicitar o desembolso em USD do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR. Em tal caso, os pagamentos de amortização e juros serão denominados e efetuados em Dólares e sujeitos aos termos e condições aplicáveis ao referido Mecanismo.



(h) Ainda que o Banco efetue uma Conversão, os recursos para inspeção e supervisão gerais e a Comissão de Crédito previstas neste Contrato de Empréstimo continuarão sendo devidas em USD, de acordo com o disposto nas Cláusulas 2.03 e 2.04 destas Disposições Especiais.

**CLÁUSULA 3.06. Opção de Conversão de Moeda dos Saldos Devedores (“Conversão”).** (a) O Mutuário poderá converter o saldo devedor do Empréstimo de USD para BRL, em duas oportunidades: (i) uma durante o período de carência e (ii) uma outra após o período de carência. Em qualquer dos casos, a Conversão só será possível se o saldo devedor totalizar o valor mínimo de US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Dólares).

(b) A solicitação de Conversão total ou em parte dos saldos devedores deverá ser feita somente em USD. O Banco oferecerá ao Mutuário, sujeito às condições do mercado, a Conversão do referido saldo devedor de USD a BRL e enviará ao Mutuário e ao Fiador uma Carta de Cotação Indicativa da Conversão dos Saldos Devedores com as condições financeiras indicativas da Conversão em BRL. Os modelos das referidas cartas se juntam ao presente Contrato como Anexos B3 e B4. Ao receberem do Banco a Carta de Cotação Indicativa da Conversão, o Mutuário e o Fiador terão de confirmar se estão ou não de acordo com as referidas condições financeiras indicativas no prazo indicado na referida carta. As Cartas de Cotação Indicativa da Conversão enviadas pelo Banco ao Mutuário e ao Fiador e as respostas do Mutuário e do Fiador ao Banco, as quais deverão ser efetuadas nos respectivos instrumentos, poderão ser transmitidas por fax<sup>4</sup>. As cartas transmitidas por fax, uma vez assinadas por cada uma das partes, não poderão ser impugnadas, a não ser em casos de fraude ou erro manifesto. Caso, sujeito às condições do mercado, o Banco execute tal Conversão, nos termos descritos nesta Cláusula, os montantes convertidos deste Financiamento constituirão o “Saldo Devedor Denominado em BRL”. Os pagamentos de principal e juros deverão ser efetuados em USD, no seu equivalente em BRL, aplicando-se a Taxa de Câmbio BRL/USD. O Banco poderá estabelecer, mediante comunicação escrita ao Mutuário, que tais pagamentos sejam efetuados em BRL. A taxa de câmbio aplicada a esta Conversão para determinar o correspondente Saldo Devedor Denominado em BRL será aquela observada no mercado no momento em que o Banco realizar sua operação de captação de financiamento. Não será executada a Conversão se o Banco não houver recebido confirmações por escrito do Fiador e do Mutuário pelas quais declarem sua conformidade com as condições financeiras indicadas na Carta de Cotação Indicativa da Conversão.

(c) O saldo devedor do Empréstimo convertido a BRL não poderá, em nenhum momento, exceder o saldo devedor do Empréstimo estabelecido no cronograma de amortização original em Dólares, em conformidade com a Cláusula 2.01 destas Disposições Especiais.

<sup>4</sup>

As partes poderão estabelecer outro meio de comunicação (como por exemplo, correio eletrônico) para o envio da Carta de Cotação Indicativa da Conversão pelo Banco ao Mutuário e ao Fiador e para o envio da resposta do Mutuário e do Fiador a esta Carta, se o considerarem suficientemente eficaz e seguro.



(d) A Carta de Notificação de Conversão conterá os termos e condições financeiros da Conversão do saldo devedor.

(e) O Mutuário reconhece que a capacidade do Banco para realizar a Conversão dependerá das condições de mercado e da possibilidade do Banco de captar recursos de acordo com suas políticas. Caso o Banco não consiga obter a captação necessária para proceder à Conversão, os pagamentos de amortização e juros continuarão denominados e efetuados em Dólares e sujeitos aos termos e condições aplicáveis em conformidade com a Cláusula 2.02 destas Disposições Especiais.

**CLÁUSULA 3.07. Amortização em caso de Conversão.** (a) Caso o Mutuário exercite a opção de Conversão de acordo com o disposto nas Cláusulas 3.05 e 3.06 destas Disposições Especiais, o Cronograma de Pagamentos da correspondente Conversão será estabelecido no momento de cada Conversão a BRL, nas respectivas Cartas de Notificação de Conversão, e não poderá ser objeto de alterações, exceto no caso de pagamentos antecipados. Anteriormente à Conversão, o Banco fornecerá ao Mutuário e ao Fiador uma cotação indicativa da taxa de juros através da correspondente Carta de Cotação Indicativa de Conversão. Cada Conversão terá seu próprio Cronograma de Pagamentos, conforme estabelecido na correspondente Carta de Notificação de Conversão, sendo certo que o prazo final de amortização das Conversões não excederá aqueles estabelecidos originalmente neste Contrato (qual seja, prazo final de amortização: 25 anos).

(b) Todas as Conversões adotarão a Taxa Fixa de Juros Aplicada a um Montante Nominal Corrigido pela Inflação. Quando a amortização for efetuada em USD, o pagamento será um montante em USD equivalente ao valor fixado em BRL no Cronograma de Pagamentos da Carta de Notificação da Conversão multiplicado pelo Fator de Inflação ou por 1 (um), o que for maior, e dividido pela Taxa de Câmbio BRL/USD; ou quando o pagamento for efetuado em BRL, um montante em BRL previamente multiplicado pelo Fator de Inflação ou por 1 (um), o que for maior ("Montante Nominal Corrigido pela Inflação").

**CLÁUSULA 3.08. Juros em caso de Conversão de Moeda.** (a) Em caso de Conversão, o Banco indicará, por meio das Cartas de Notificação de Conversão, a Taxa de Juros Base, a Base para Cálculo de Juros e o Cronograma de Pagamentos.

(b) A taxa de juros aplicável a cada Conversão será a soma de: (i) a Taxa de Juros Base determinada pelas condições de mercado vigentes naquele momento; e (ii) a margem de empréstimo dos Empréstimos do Capital Ordinário.

(c) A margem de empréstimo aplicável a financiamentos a débito dos recursos do Capital Ordinário, expressa em pontos básicos (pbs), será estabelecida pelo Banco periodicamente.

(d) O montante de juros devido em cada data de pagamento será: (i) um montante em BRL calculado conforme estabelecido na Carta de Notificação de Conversão; ou (ii) um montante em USD igual ao Montante de Juros em BRL dividido pela Taxa de Câmbio BRL/USD, em que o Montante de Juros em BRL será calculado conforme estabelecido nas Cartas de Notificação de Conversão.



**CLÁUSULA 3.09. Eventos de Ruptura de Cotações de Mercado.** Na ocorrência de qualquer evento de ruptura de cotações de mercado que afete materialmente as taxas de câmbio, juros e ajuste de inflação usadas neste Contrato, incluindo, mas não limitado à Taxa PTAX e Índice IPCA, os pagamentos do Mutuário continuarão a ser vinculados à captação do Banco. De forma a alcançar e manter esse vínculo sob tais circunstâncias, as partes expressamente acordam que o Banco, no seu papel de Agente de Cálculo para Conversão, neste Contrato, de boa-fé e de forma comercialmente razoável, visando a refletir a correspondente captação do Banco, determinará: (a) a existência de tal(is) eventos(s) de ruptura de cotações de mercado; e (b) a taxa ou índice substituto aplicável para determinar o montante apropriado a pagar pelo Mutuário. Todas as determinações efetuadas pelo Agente de Cálculo para Conversão serão comunicadas por escrito ao Mutuário e ao Fiador, serão definitivas e obrigatórias para as partes (salvo se existir um erro manifesto), e serão efetuadas de boa-fé e de uma forma comercialmente razoável. Congruentemente com as práticas de mercado vigentes, as partes reconhecem que a competência do Agente de Cálculo para Conversão para determinar uma taxa substituta aplicável com relação a certos eventos de ruptura de cotações de mercado pode ser protelada por até 40 (quarenta) dias corridos contados a partir da data prevista de pagamento pelo Mutuário.

**CLÁUSULA 3.10. Vencimento antecipado.** Caso, nos termos do Artigo 5.02(a) das Normas Gerais, o Banco declare vencida e exigível, de imediato, a totalidade do Empréstimo ou parte dele, com os juros e comissões devidos até a data do pagamento, a aceleração do Saldo Devedor do Empréstimo Denominado em BRL será regida pelo disposto na Cláusula 3.13 destas Disposições Especiais.

**CLÁUSULA 3.11. Mora no pagamento em caso de Conversão de Moeda.** (a) Qualquer atraso no pagamento dos montantes vencidos e devidos pelo Mutuário ao Banco por principal, juros e demais encargos financeiros relacionados com uma Conversão (exceto aqueles atrasos por causa de um evento de ruptura de cotações de mercado, conforme determinado pelo Agente de Cálculo para Conversão), facultará ao Banco converter os montantes em mora a seu equivalente em USD, à Taxa de Câmbio BRL/USD determinada pelo Agente de Cálculo para Conversão de acordo com o mercado, os quais estarão sujeitos aos termos e condições do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR. Salvo erro manifesto, a determinação que o Banco efetue, no seu papel de Agente de Cálculo para Conversão, sobre a taxa de câmbio aplicável a tal conversão, será final e conclusiva.

(b) O atraso de mais de 180 (cento e oitenta) dias corridos no pagamento dos montantes vencidos que o Mutuário deva ao Banco por principal, juros e demais encargos financeiros no âmbito deste Contrato ou de qualquer outro Contrato de Empréstimo celebrado entre o Banco e o Mutuário (exceto aqueles atrasos por causa de um evento de ruptura de cotações de mercado, conforme determinado pelo Agente de Cálculo para Conversão) facultará ao Banco converter o Saldo Devedor do Empréstimo Denominado em BRL ao seu equivalente em USD, nos termos do disposto na Cláusula 3.12 destas Disposições Especiais, os quais estarão sujeitos às disposições operativas do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR. Salvo erro manifesto, a determinação que o Banco efetue, no seu papel de Agente de Cálculo para Conversão, sobre a taxa de câmbio aplicável a tal conversão, será final e conclusiva.



**CLÁUSULA 3.12. Ganhos ou Perdas associadas à reconversão a Dólares.** Caso o Banco converta o Saldo Devedor do Empréstimo Denominado em BRL ao seu equivalente em USD, na hipótese facultada nas Cláusulas 3.10 e 3.11 destas Disposições Especiais, quaisquer ganhos ou perdas, até a data da reconversão da denominação a USD associados com variações nas taxas de juros serão repassados ao Mutuário, na forma de adições ou subtrações, conforme o caso, ao saldo convertido a USD. Salvo erro manifesto, a determinação que o Banco efetue a respeito da taxa de câmbio aplicável a tal conversão, e os ganhos e perdas indicados nesta Cláusula, terão um caráter final e conclusivo.

**CLÁUSULA 3.13. Pagamentos antecipados de Montantes Convertidos.** (a) Pagamentos antecipados de saldos devedores do Mutuário com relação a montantes convertidos apenas serão permitidos quando o Banco possa realocar sua correspondente captação:

(b) Previamente à solicitação escrita de caráter irrevogável ao Banco, ao menos 30 (trinta) dias antes da data em que pretenda efetuar o pagamento antecipado, exceto quando o Banco objete, conforme disposto no inciso supra, o Mutuário poderá pagar antecipadamente, em qualquer uma das datas de pagamento estabelecidas na Carta de Notificação de Conversão, parte ou a totalidade do Saldo Devedor do Empréstimo Denominado em BRL. Em tal solicitação, o Mutuário deverá especificar o montante e a Conversão específica que deseja pagar em forma antecipada. Caso o pagamento antecipado não cubra a totalidade de tal Conversão, o referido pagamento será alocado em forma proporcional às quotas pendentes de pagamento de tal Conversão. O Mutuário não poderá solicitar pagamentos antecipados de montantes convertidos por um montante inferior ao equivalente a US\$ 3.000.000,00 (três milhões de Dólares), salvo se o saldo remanescente da Conversão for inferior a esse montante. Esse montante poderá ser modificado, a critério do Banco, de acordo com as condições vigentes do mercado.

(c) Sem prejuízo do disposto no inciso anterior, nos casos de pagamento antecipado, o Mutuário receberá do Banco ou pagará a este (conforme o caso) quaisquer ganhos ou perdas incorridos pelo Banco por realocar sua correspondente captação. Salvo erro manifesto, o cálculo do Banco, na qualidade de Agente de Cálculo para Conversão, do custo do pagamento antecipado de sua correspondente captação, será final e conclusivo. O cálculo de tal custo ou benefício será efetuado pelo Banco de boa-fé e de uma forma comercialmente razoável.

**CLÁUSULA 3.14. Custos, Despesas ou Perdas em caso de Conversão de Moeda.** O Mutuário obriga-se a reembolsar ao Banco os custos, despesas ou perdas ocorridas, não previstos em outras disposições deste Contrato, quando deixar de: (a) pagar parcelas de principal, juros e comissões referentes aos montantes convertidos, na data de vencimento; (b) sacar parcela do Empréstimo, em relação à qual o Mutuário já apresentou ao Banco confirmação na Carta de Cotação Indicativa da Conversão, por decisão sua, do Fiador, ou de autoridade do governo brasileiro; ou (c) efetuar pagamento antecipado de qualquer quantia do Empréstimo Denominado em BRL, de acordo com uma notificação de pagamento antecipado. Os pedidos de reembolso deverão vir acompanhados de uma justificativa documentada, sendo certo que o Banco atuará de boa-fé e de uma forma comercialmente razoável, ressalvado erro manifesto.



**CLÁUSULA 3.15. Taxa de Câmbio.** Para efeito do estabelecido no Artigo 3.06(b) das Normas Gerais deste Contrato, as partes acordam que a taxa de câmbio aplicável será a indicada no inciso (i) do referido Artigo. Para fins do reconhecimento de gastos a débito da contrapartida local, aplicar-se-á a taxa de câmbio vigente na data de apresentação da solicitação ao Banco, a qual entender-se-á como a taxa de câmbio referente ao fechamento do dia anterior.

## **CAPÍTULO IV**

### **Execução do Programa**

**CLÁUSULA 4.01. Aquisição de bens e contratação de obras e serviços.** As contratações de obras e serviços (conforme definido nas Políticas de Aquisições a seguir identificadas) e as aquisições de bens financiadas, total ou parcialmente, pelo Banco deverão ser efetuadas de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2349-7 ("Políticas para a aquisição de bens e obras financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento"), de julho de 2006 (doravante denominado "Políticas de Aquisições"), que o Mutuário declara conhecer, e pelas seguintes disposições desta Cláusula:

- (a) Concorrência Pública Internacional: Salvo disposição em contrário no inciso (b) desta Cláusula, as contratações das obras e serviços e as aquisições dos bens deverão ser efetuadas de acordo com as disposições da Seção II das Políticas de Aquisições. As disposições dos parágrafos 2.55 e 2.56 e do Apêndice 2 de tais Políticas, sobre a margem de preferência doméstica na comparação de ofertas, serão aplicadas aos bens fabricados no território da República federativa do Brasil.
- (b) Outros Procedimentos de Aquisições: Os seguintes métodos de aquisição também poderão ser utilizados para a aquisição dos bens e contratação das obras e serviços financiados pelo Banco, desde que cumpram os requisitos estabelecidos nas disposições da Seção III das Políticas de Aquisições:
  - (i) Concorrência Internacional Limitada; de acordo com o previsto no parágrafo 3.2 de tais Políticas;
  - (ii) Licitação Pública Nacional, para a contratação das obras cujo custo estimado seja inferior ao equivalente a US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de Dólares) por contrato e para aquisição dos bens e contratação dos serviços cujo custo estimado seja inferior ao equivalente a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Dólares) por contrato, de acordo com o disposto nos parágrafos 3.3 e 3.4 de tais Políticas e desde que sua aplicação não se oponha às garantias básicas que devem reunir as licitações nem às Políticas de Aquisições. Em todos os casos, as seguintes disposições deverão ser observadas:

- (1) Os contratos deverão ser formalizados com o licitante cuja proposta for avaliada como a de menor valor, sendo tal avaliação baseada no preço e, conforme apropriado, levando em consideração fatores similares àqueles dispostos nos parágrafos 2.51 e 2.52 das Políticas de Aquisições. A avaliação da proposta deverá basear-se sempre em fatores que possam ser quantificados objetivamente e o procedimento para tal quantificação deverá constar do edital de licitação;
  - (2) Sempre que requerido pelo Banco, os avisos de licitação deverão ser publicados em um jornal de grande circulação no país;
  - (3) Os editais de licitação poderão estabelecer critérios de avaliação da capacidade financeira dos concorrentes, mediante a aplicação de coeficientes de liquidez, endividamento e rentabilidade, e de faturamento médio anual;
  - (4) Os editais de licitação não poderão estabelecer, para o propósito de aceitação de propostas, faixas de preços;
  - (5) Não será permitido ao contratante, sem a prévia não-objeção do Banco, emitir alteração de ordem de compra que aumente ou diminua em mais de 15% (quinze por cento) a quantidade de bens ou serviços sem uma alteração no preço unitário ou outros termos e condições da venda; e
  - (6) Desde que incluídos no Plano de Aquisições e Contratações do Programa, respeitados os demais requisitos desta Cláusula, as restrições estipuladas acima, e as condições estabelecidas nas normas e procedimentos do Banco, o Mutuário poderá adotar, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns financiados pelo Banco, os procedimentos estabelecidos na legislação brasileira para a modalidade de licitação Pregão, nas formas presencial e eletrônico, admitindo-se também o sistema de registro de preços. Ressalvada a possibilidade de autorização por escrito de maiores valores pelo Banco, os limites de contratação para essas modalidades são: (i) para pregão presencial: o limite adotado para Comparação de Preços; e (ii) para pregão eletrônico e sistema de registro de preços: o limite adotado para Licitação Pública Nacional.
- (iii) Comparação de Preços, de acordo com o disposto no parágrafo 3.5 das Políticas de Aquisições, para: (1) a contratação de obras ou serviços cujo custo estimado seja inferior ao equivalente a



US\$ 500.000,00 (quinhentos mil Dólares) por contrato; e (2) a aquisição dos bens cujo custo estimado seja inferior ao equivalente a US\$ 100.000,00 (cem mil Dólares) por contrato; e

- (iv) Contratação Direta, de acordo com o disposto nos parágrafos 3.6 e 3.7 das Políticas de Aquisições.
- (c) Obrigações em matéria de aquisição de bens e contratação de obras e serviços. O Mutuário se compromete a: (i) proceder à contratação das obras e serviços e à aquisição dos bens de acordo com os planos gerais, as especificações técnicas, sociais e ambientais, os orçamentos e os demais documentos requeridos para a aquisição ou a construção e, sendo o caso, as especificações e demais documentos necessários para a convocação; e (ii) no caso de obras, a obter, antes de seu início, com relação aos imóveis onde serão realizadas, a posse legal, as servidões ou outros direitos necessários para iniciar as referidas obras, bem como os direitos sobre as águas que se requeiram.
- (d) Revisão pelo Banco das decisões em matéria de aquisições:
  - (i) Planejamento das aquisições de bens e contratações de obras e serviços: Antes de efetuar qualquer aviso de pré-qualificação ou licitação para a adjudicação de um contrato, o Mutuário, deverá apresentar ao Banco, para sua revisão e aprovação, o Plano de Aquisições proposto do Programa, que deverá incluir o custo estimado dos contratos, o agrupamento destes, os critérios de seleção e os procedimentos aplicáveis a cada um, de acordo com o disposto no parágrafo 1 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições. Este plano deverá ser atualizado a cada 12 (doze) meses ou quando for necessário ou requerido pelo Banco durante a execução do Programa, e cada versão atualizada será submetida à revisão e à aprovação do Banco. A aquisição dos bens e a contratação de obras e serviços deverão ser realizados em conformidade com tal Plano de Aquisições, aprovado pelo Banco e de acordo com o disposto no referido parágrafo 1.
  - (ii) Revisão *ex ante*: Salvo disposição escrita em contrário pelo Banco, todos os contratos de obras e bens serão revisados de forma *ex ante* durante o primeiro ano de execução do Programa, de acordo com os procedimentos estabelecidos nos parágrafos 2 e 3 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições. Para tais propósitos, o Mutuário deverá apresentar ao Banco evidência do cumprimento do disposto no inciso (c) desta Cláusula. No caso de aquisições mediante Comparação de Preços ou Contratação Direta, o Mutuário deverá apresentar ao Banco, antes da seleção do fornecedor ou empreiteiro, um relatório sobre a comparação e a avaliação das cotações recebidas e, antes da assinatura do respectivo contrato, evidência do cumprimento do disposto no inciso (c) desta Cláusula, assim como a minuta do contrato.

- (iii) Revisão *ex post*: Com base nas revisões que o Banco efetue, este poderá, a seu critério, determinar que, a partir do segundo ano de execução do Programa, certos contratos de obras e bens passem a ser revisados de forma *ex post*, de acordo com os procedimentos estabelecidos no parágrafo 4 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições.

**CLÁUSULA 4.02. Manutenção.** (a) O Mutuário se compromete a (i) conservar adequadamente as obras e equipamentos compreendidos no Programa, de acordo com normas técnicas geralmente aceitas; e (ii) apresentar ao Banco, até 3 (três) anos seguintes ao último desembolso do financiamento, e dentro do primeiro trimestre de cada ano, um relatório sobre o estado dessas obras e equipamentos e o plano anual de manutenção, conforme o disposto no Anexo A.

(b) Se ficar comprovado, com base nas inspeções feitas pelo Banco ou nos relatórios recebidos, que a manutenção efetuada encontra-se abaixo dos níveis acordados, o Mutuário deverá adotar as medidas necessárias para que as deficiências sejam corrigidas à satisfação do Banco.

**CLÁUSULA 4.03. Reconhecimento de despesas a débito da contrapartida local.** O Banco poderá reconhecer, como parte dos recursos da contrapartida local, despesas efetuadas no Programa até quantia equivalente a US\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil Dólares), com a realização de estudos técnicos, elaboração de projetos e outros gastos relacionados com a preparação do Programa, obras de pavimentação de vias urbanas e em obras do componente de Desenvolvimento Social e em Fortalecimento Institucional, que tenham sido efetuadas antes de \_\_\_\_\_ [data de aprovação do Empréstimo pelo Diretório do Banco], mas após 27 de março de 2009, desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Contrato. O Banco também poderá reconhecer como parte da contrapartida local as despesas efetuadas ou que venham a ser efetuadas com o Programa a partir de \_\_\_\_\_ [data de aprovação do Empréstimo pelo Diretório do Banco] e até a data da entrada em vigor do presente Contrato, desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste instrumento.

**CLÁUSULA 4.04. Seleção e contratação de consultores.** A seleção e contratação de consultores financiados total ou parcialmente com recursos do Financiamento deverão ser efetuadas de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2350-7 ("Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento"), de julho de 2006 (doravante denominado "Políticas de Consultores"), que o Mutuário declara conhecer, e pelas seguintes disposições desta Cláusula:

- (a) O Mutuário efetuará a seleção e contratação de consultores mediante o método estabelecido na Seção II e nos parágrafos 3.16 a 3.20 das Políticas de Consultores para a seleção baseada na qualidade e no custo; e mediante aplicação de qualquer dos métodos estabelecidos nas Seções III e V de tais Políticas, para a seleção de empresas de consultoria e de consultores individuais, respectivamente. Para o efeito do estipulado no parágrafo 2.7 das Políticas de Consultores, a lista curta de consultores cujo custo estimado seja menor ao equivalente a US\$ 1.000.000,00 (um milhão de Dólares) por contrato poderá ser composta em sua totalidade por consultores nacionais.



- (b) Outros procedimentos de seleção e contratação de consultores: Os seguintes métodos de seleção poderão ser utilizados para a contratação de consultores que, de acordo com o Banco, reúnam os requisitos estabelecidos nas Políticas de Consultores:
- (i) Seleção Baseada na Qualidade, de acordo com o previsto nos parágrafos 3.1 a 3.4 de tais Políticas;
  - (ii) Seleção Baseada em Orçamento Fixo, de acordo com o previsto nos parágrafos 3.1 e 3.5 de tais Políticas;
  - (iii) Seleção Baseada no Menor Custo, de acordo com o previsto nos parágrafos 3.1 e 3.6 de tais Políticas;
  - (iv) Seleção Baseada nas Qualificações dos Consultores, de acordo com o previsto nos parágrafos 3.1, 3.7 e 3.8 de tais Políticas;
  - (v) Contratação Direta, de acordo com o previsto nos parágrafos 3.9 a 3.13 de tais Políticas;
  - (vi) Consultores individuais, para serviços que reúnam os requisitos estabelecidos no parágrafo 5.1 das Políticas de Consultores, de acordo com o disposto nos parágrafos 5.2 e 5.3 de tais Políticas. Nos casos excepcionais indicados no parágrafo 5.4 das Políticas de Consultores, de tais Políticas, os consultores individuais poderão ser contratados diretamente, com a aprovação prévia do Banco.
- (c) Revisão pelo Banco do processo de seleção de consultores:
- (i) Planejamento da seleção e contratação: Antes de efetuar a primeira solicitação de propostas aos consultores, o Mutuário deverá apresentar à revisão e aprovação do Banco um Plano de Aquisições que deverá incluir o custo estimado do contrato, o agrupamento dos contratos e os critérios de seleção e os procedimentos aplicáveis, de acordo com o disposto no parágrafo 1 do Apêndice 1 das Políticas de Consultores. Este plano deverá ser atualizado a cada 12 (doze) meses ou quando for necessário ou requerido pelo Banco durante a execução do Programa e cada versão atualizada será submetida à revisão e aprovação do Banco. A seleção e contratação de consultores serão efetuadas de acordo com o Plano de Aquisições do Programa aprovado pelo Banco e suas atualizações correspondentes.
  - (ii) Revisão *ex ante*: Salvo disposição em contrário pelo Banco, por escrito, todos os contratos de serviços de consultoria serão revisados de forma *ex ante* durante o primeiro ano de execução



do Programa, de acordo com os procedimentos estabelecidos nos parágrafos 2 e 3 do Apêndice 1 das Políticas de Consultores. No caso de contrato de serviços de consultores individuais, o Mutuário deverá apresentar à consideração e à aprovação do Banco, o relatório de comparação das qualificações e a experiência dos candidatos e, em caso de consultores individuais que serão selecionados diretamente, as qualificações e a experiência do consultor, os termos de referência e os termos e condições de contratação dos consultores. O contrato apenas poderá ser adjudicado depois que o Banco tenha outorgado sua aprovação respectiva.

- (iii) Revisão ex post: Com base nas revisões que o Banco efetue, este poderá, a seu critério, determinar que, a partir do segundo ano de execução do Programa, certos contratos de consultoria passem a ser revisados de forma *ex post*, de acordo com os procedimentos estabelecidos no parágrafo 4 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições.

**CLÁUSULA 4.05 Sistema de gestão, acompanhamento e avaliação do Programa.** Salvo acordo entre as partes, durante toda a execução do Programa, o Mutuário deverá contar com um sistema informatizado de gestão, acompanhamento e avaliação do Programa, em conformidade com os termos de referência acordados com o Banco. Os indicadores do sistema estão baseados na Matriz de Resultados do Programa e incluem, entre outros: (i) o acompanhamento do progresso físico e do cumprimento de metas anuais do Programa e dos componentes específicos; (ii) a avaliação dos resultados destas ações e projetos; e (iii) o impacto do Programa. O sistema gerencial deverá apresentar as características e a capacidade acordadas com o Banco, de modo a permitir o intercâmbio de informações com o sistema do PROCIDADES a ser implementado pelo Banco.

**CLÁUSULA 4.06 Relatório de avaliação ex post.** (a) O Mutuário apresentará ao Banco, no final do terceiro ano contado a partir da data do último desembolso do Financiamento, um relatório de avaliação *ex post* sobre os resultados do Programa, com base na metodologia e de acordo com as diretrizes ajustadas com o Banco.

(b) O Mutuário deverá ainda compilar, arquivar e manter atualizados, por 3 (três) anos contados do final da execução do Programa, a documentação e a informação de suporte do Programa que permita ao Banco realizar a avaliação *ex post* do Programa, caso o Banco considere conveniente.

## CAPÍTULO V

### Registros, Inspeções, Supervisão, Acompanhamento, Relatórios, Gestão, Administração e Demonstrações Financeiras

**CLÁUSULA 5.01. Registros, Inspeções, Acompanhamento e Relatórios.** (a) O Mutuário se compromete a manter registros, permitir inspeções e apresentar relatórios e demonstrações financeiras, de acordo com as disposições estabelecidas no Capítulo VII das Normas Gerais.

(b) O acompanhamento do Programa será efetuado por meio dos relatórios semestrais de progresso, os quais deverão ser apresentados dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao término de cada semestre e deverão refletir o cumprimento dos indicadores da Matriz de Resultados do Programa.

(c) A avaliação do Programa será efetuada por meio dos seguintes relatórios:

- (i) Um relatório de avaliação intermediária, o qual deverá ser apresentado dentro dos 90 (noventa) dias depois que tenham sido desembolsados 50% (cinquenta por cento) dos recursos do Financiamento ou transcorridos 30 (trinta) meses de execução do Programa, o que ocorrer primeiro.
- (ii) Um relatório de avaliação final, o qual deverá ser apresentado dentro dos 90 (noventa) dias depois que tenham sido desembolsados 90% (noventa por cento) dos recursos do Financiamento.

(d) Os relatórios de avaliação intermediária e final deverão incluir, ao menos: (i) os resultados da execução financeira por componente; (ii) o cumprimento de metas dos produtos e resultados, e avanços dos impactos esperados, conforme os indicadores estabelecidos na Matriz de Resultados; (iii) o grau de cumprimento dos requisitos e das especificações ambientais de obras, conforme estabelecido na Avaliação Ambiental do Programa; (iv) o grau de cumprimento das atividades de operação e manutenção das obras concluídas; (v) uma síntese dos impactos sócio-ambientais mais relevantes; (vi) o grau de cumprimento dos compromissos contratuais; e (vii) uma síntese dos resultados de todas as auditorias realizadas durante a execução do Programa.

(e) As avaliações intermediária e final deverão ser conduzidas por empresas de consultoria a serem contratadas pelo Mutuário com recursos do Financiamento.

(f) Os relatórios de avaliação intermediária e final, uma vez aprovados pelo Banco, estarão à disposição do público no sítio eletrônico oficial do Mutuário.

(g) O Mutuário deverá compilar, armazenar e manter consigo todas as informações, indicadores e parâmetros necessários a auxiliar o Banco na preparação do Relatório de Desempenho do Empréstimo e do Relatório de Término do Programa.

**CLÁUSULA 5.02. Auditorias.** (a) O Mutuário se compromete a apresentar, durante o prazo de execução do Programa, as demonstrações financeiras do Programa, devidamente auditadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou por uma empresa de auditores independentes aceitável ao Banco. As demonstrações financeiras deverão ser apresentadas dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias do encerramento de cada exercício financeiro do Mutuário mas caso as demonstrações financeiras do Programa sejam auditadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tais demonstrações financeiras acompanhadas do respectivo parecer de auditoria poderão ser apresentadas dentro dos 180 (cento e oitenta) dias seguintes ao encerramento de cada exercício financeiro do Mutuário.



(b) A auditoria de que trata esta Cláusula será efetuada de acordo com os termos de referência previamente acordados com o Banco e com os requerimentos das políticas e os procedimentos do Banco sobre auditorias.

(c) As demonstrações financeiras finais deverão ser apresentadas dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias da data estipulada para o último desembolso do Programa, sendo certo que caso o último desembolso do Programa ocorra no último trimestre do exercício financeiro respectivo, tais demonstrações financeiras, se auditadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, poderão ser apresentadas dentro dos 180 (cento e oitenta) dias seguintes ao último desembolso do Programa.

## **CAPÍTULO VI**

### **Disposições Diversas**

**CLÁUSULA 6.01. Vigência do Contrato.** As partes concordam que este Contrato começa a vigorar na data de sua assinatura.

**CLÁUSULA 6.02. Extinção.** O pagamento total do Empréstimo, juros e comissões dará por extinto este Contrato e todas as obrigações dele derivadas.

**CLÁUSULA 6.03. Validade.** Os direitos e obrigações estabelecidos neste Contrato são válidos e exigíveis, de acordo com os termos nele estabelecidos, sem referência à legislação de qualquer país.

**CLÁUSULA 6.04. Comunicações.** Salvo acordo escrito em que se estabeleça outro procedimento, todo aviso, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra em virtude deste contrato será feito por escrito e considerar-se-á efetuado no momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário no respectivo endereço, abaixo indicado:

Do Mutuário:

Prefeitura Municipal de Paranaguá  
Rua Júlia da Costa, 322 – Centro  
83.203-060 – Paranaguá - PR  
Fone: +55 (41) 3420-6116  
Fax: +55 (41) 3420-2714

Do Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento  
1300 New York Ave., N.W.  
Washington, D.C. 20577  
Estados Unidos da América  
Fax: (202) 623-3096

Para assuntos relacionados à execução do Programa:

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID  
Setor de Embaixadas Norte – Quadra 802 Conjunto F Lote 39  
70.800-400, Brasília, DF, Brasil  
Fax: (55-61) 3321-3136 / 3112



**CLÁUSULA 6.05. Correspondência.** (a) O Banco e o Mutuário comprometem-se a encaminhar à Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no endereço abaixo indicado, cópia das correspondências relativas à execução do Programa.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN  
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 5º andar  
70040-906, Brasília, DF, Brasil  
Fax: (55 61) 2020-5006

(b) O Banco compromete-se a encaminhar à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), no endereço abaixo indicado, as correspondências a serem enviadas ao Fiador, exceto as Cartas de Cotação de Conversão, as quais serão enviadas diretamente à STN, no endereço abaixo indicado:

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN  
Ministério da Fazenda  
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 8º Andar  
70.048-900, Brasília, DF, Brasil  
Fax: (55-61) 3412-1740

Secretaria do Tesouro Nacional – STN  
Ministério da Fazenda  
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM  
Esplanada dos Ministérios, Bloco “P”, Edifício Anexo, Ala B, Térreo.  
70.048-900 Brasília, DF, Brasil  
Fax: (55-61) 3412-1534

## **CAPÍTULO VII**

### **Arbitragem**

**CLÁUSULA 7.01. Cláusula compromissória.** Para a solução de qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato que não seja dirimida por acordo entre as partes, estas se submetem incondicional e irrevogavelmente ao processo e sentença do Tribunal de Arbitragem a que se refere o Capítulo IX das Normas Gerais.

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Mutuário e o Banco, atuando cada qual por intermédio de seu representante autorizado, firmam o presente Contrato em três vias de igual teor em [Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América,] no dia acima indicado.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

BANCO INTERAMERICANO  
DE DESENVOLVIMENTO

---

(Nome e título do Representante)

---

(Nome e título do Representante)

## **ANEXO A**

### **O PROGRAMA**

#### **Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Paranaguá**

#### **I. Objetivo**

- 1.01** O objetivo do Programa é contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos residentes do Município de Paranaguá, por meio da implantação de projetos de desenvolvimento urbano e social, de macrodrenagem e de mobilidade urbana, além de ações para o fortalecimento da gestão municipal.

#### **II. Descrição**

- 2.01** O Programa está estruturado em três componentes, descritos a seguir.

##### **Componente I: Infraestrutura Urbana**

- 2.02** (a) Mobilidade e Transporte. Este subcomponente financiará: (i) a pavimentação e recuperação de vias estruturantes da cidade, tais como a Avenida Ayrton Senna, a Rua Samuel Pires de Mello, a Avenida Senador Atilio Fontana, a Estrada Velha Alexandra, a Rua Júlio Groth Elias, a Avenida Bento Munhoz da Rocha Netto, a Avenida Curitiba e a Avenida Belmiro Sebastião Marques; (ii) a ampliação e melhoria de várias vias arteriais e coletoras, inclusive a implantação de ciclovias em algumas delas; e (iii) a pavimentação e implantação de drenagem em becos de bairros de baixa renda.
- 2.03** (b) Macrodrenagem. Este subcomponente financiará as obras de macrodrenagem em bacias de pequeno porte (menos de 2 km<sup>2</sup>) do Canal Bertioga e do Canal do Labra, que consistirão em novas canalizações e ampliações para drenar a água da chuva das respectivas bacias. Adicionalmente, o Programa financiará três obras pontuais de melhoria em cabeceiras de escoamento de águas pluviais no Canal do Chumbo e no Canal das Marés, além da melhoria do sistema de drenagem da Praça 29 de Julho.

##### **Componente II: Desenvolvimento Social**

- 2.04** Esse componente financiará investimentos na infraestrutura social necessária para melhorar as condições físicas e ampliar a cobertura da rede municipal de educação e saúde. A definição desses investimentos, que complementam os planos dos setores de educação e saúde, levou em conta a capacidade institucional e financeira das Secretarias de Educação e Saúde Pública, para que estas possam arcar com os custos decorrentes dos equipamentos a serem financiados, tais como pessoal, materiais e manutenção.



- 2.05** Especificamente, o componente financiará os seguintes investimentos: (i) a construção de duas escolas de educação infantil e fundamental e seus respectivos centros de excelência (que contemplam bibliotecas, salas com computadores e quadras de esportes) no Parque Awaji e no Vale do Sol; (ii) a reforma e ampliação das escolas de educação fundamental Presidente Castelo Branco, Professor João Rocha dos Santos e Leôncio Correa<sup>1</sup>; e (iii) a construção e o equipamento de dois Postos da Saúde da Família (PSF), sendo um no bairro Alexandra e o outro no bairro Nilson Neves, áreas carentes que atualmente se encontram desatendidas pela rede municipal.

### **Componente III: Fortalecimento Institucional**

- 2.06** O componente financiará: (i) a atualização da lei de cadastro técnico municipal e o quadro geral de valores cadastrais, além da aquisição de um sistema de georreferenciamento para a gestão das informações fiscais e administrativas do Município; (ii) a implantação de uma rede de telecomunicações de alta velocidade, que permita a gestão eficiente das secretarias municipais e dos centros administrativos, além da instalação de um sistema de câmeras de vigilância e monitoramento para a proteção do patrimônio municipal; (iii) a construção e adequação de um edifício público anexo à sede atual da Prefeitura; e (iv) a aquisição de equipamentos e softwares de informática e capacitações relacionadas com os investimentos do componente e que apoiem a execução adequada do Programa.

### **Engenharia e administração**

- 2.07** Além dos componentes acima descritos, o Programa financiará: (i) a contratação dos estudos e projetos necessários para a execução do Programa; (ii) a contratação de empresa de consultoria para realizar a supervisão técnica das obras; (iii) a contratação de empresa de consultoria para realizar a fiscalização ambiental; (iv) a contratação de consultores para apoiar a administração do Programa; (v) os gastos com pessoal, móveis e equipamentos da Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP) (vi) os gastos associados ao monitoramento e à avaliação do Programa; e (vii) a aquisição e implantação do sistema de informática para a gestão do Programa.

## **III. Custo do Programa e Plano de Financiamento**

- 3.01** O custo do Programa foi estimado no equivalente a US\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de dólares), cuja distribuição por fonte de financiamento e categoria de investimento se indicam no quadro seguinte:

<sup>1</sup> Essas escolas foram priorizadas em vista do estado de deterioração de suas condições físicas e de seus altos níveis de excesso de alunos.



**Custo e Financiamento**  
(em milhares de US\$)

<b>Categorias</b>	<b>Banco</b>	<b>Local</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Engenharia e administração	2.463,90	266,10	2.730,00	7,3
Componente I: Infraestrutura Urbana	12.741,79	12.899,71	25.641,50	69,3
Componente II: Desenvolvimento Social	0	4.650,83	4.650,83	12,6
Componente III: Fortalecimento Institucional	1.443,91	915,60	2.359,51	6,4
Desapropriações	-	318,16	318,16	0,9
Gastos Financeiros	-	1.300,00	1.300,00	3,5
<b>Total</b>	<b>16.649,60</b>	<b>20.350,40</b>	<b>37.000,00</b>	<b>100</b>
<b>%</b>	<b>45</b>	<b>55</b>	<b>100</b>	

#### **IV. Execução**

- 4.01** O Órgão Executor do Programa será o Município de Paranaguá por meio da Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP), a ser criada por meio de decreto oficial vinculando-a diretamente ao Gabinete do Prefeito.
- 4.02** A UGP será composta por uma equipe básica, com dedicação exclusiva ao Programa, formada pelos seguintes servidores: (i) um Coordenador Geral; (ii) um assessor técnico administrativo; (iii) um superintendente administrativo-financeiro; (iv) um diretor técnico de contabilidade; (v) um assessor técnico em desenvolvimento institucional; (vi) um diretor técnico de engenharia; (vii) um engenheiro técnico de obras; e (viii) um assessor técnico de projetos. A UGP também contará com o apoio das distintas unidades do Município tais como a Assessoria Jurídica, a Assessoria de Comunicação, a Comissão Especial de Licitação, e a Fiscalização Ambiental.
- 4.03** A UGP atuará como a principal interlocutora da Prefeitura Municipal de Paranaguá (PMP) perante o Banco. À UGP caberá ainda a gestão financeira e contábil da operação.
- 4.04** As principais funções da UGP incluem: (i) o planejamento dos investimentos do Programa e a coordenação orçamentária com as secretarias correspondentes; (ii) a avaliação dos projetos executivos das obras do Programa; (iii) a administração dos sistemas de gestão e contábeis necessários para o acompanhamento físico-financeiro do Programa; (iv) o controle físico-financeiro e a elaboração dos respectivos relatórios de progresso; (v) a preparação e o acompanhamento dos processos de licitação das obras e compras de bens e serviços; (vi) a coordenação e supervisão do plano de desapropriações necessárias; (vii) o acompanhamento da supervisão e fiscalização de obras; (viii) a coordenação e supervisão dos aspectos sociais e ambientais; (ix) o controle da contabilidade e dos arquivos, a apresentação de solicitações de desembolso e a prestação de contas; (x) o atendimento e a coordenação do cumprimento das cláusulas contratuais estabelecidas no Contrato de Empréstimo; (xi) o monitoramento e a avaliação dos resultados e das metas e dos indicadores da Matriz de Resultados; (xii) a elaboração dos Planos Operacionais Anuais (POA); (xiii) a preparação dos termos de referência para as contratações de consultores individuais e firmas de consultoria; (xiv) a elaboração de toda a documentação técnica e administrativa pertinente aos processos de licitação e contratação; e (xv) a produção de outros relatórios solicitados pelo Banco.

- 4.05** As Secretarias que terão participação ativa no âmbito da execução do Programa serão: As Secretarias Municipais de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPLOG), de Obras Públicas (SEMOP), de Urbanismo e Regularização Fundiária (SEMUR), de Fazenda (SEMFA), de Defesa Social (SEMDES), de Serviços Urbanos (SEMSU), de Meio Ambiente (SEMMA), de Saúde (SEMSA), de Educação e Ensino Integral (SEMEDI) e de Assistência Social (SEMAS) ou as que eventualmente venham sucedê-las. Cada uma dessas Secretarias designará, de comum acordo com o coordenador da UGP, um servidor de seu quadro de pessoal para ser o responsável pela execução das ações em sua esfera de competência.
- 4.06** A UGP será responsável pela coordenação e supervisão geral da execução do Programa. O coordenador geral será o servidor de ligação entre a UGP e cada um dos órgãos envolvidos no desenvolvimento do respectivo componente. A PMP deverá contratar uma empresa de consultoria para realizar a supervisão técnica e ambiental das obras, antes do início das mesmas.
- 4.07** A execução do Componente de Infraestrutura Urbana será coordenada pela UGP, com a estreita colaboração da SEMOP, da SEMMA, da SEMUR e da SEMSU. A aprovação dos projetos executivos, bem como o controle e a fiscalização das obras serão de responsabilidade da SEMOP e SEMPLOG.
- 4.08** A execução do Componente de Desenvolvimento Social será coordenada pela UGP, com a estreita colaboração da SEMOP, da SEMEDI, da SEMSA e da SEMAS.
- 4.09** A execução do Componente de Fortalecimento Institucional será coordenada pela UGP, com a estreita colaboração das secretarias beneficiadas pelo componente, a saber: SEMFA, SEMPLOG, SEMOP, SEMDES, SEMUR e SEMMA.

#### **Aspectos Ambientais e Sociais**

- 4.10** A fim de cumprir a Política de Salvaguardas do Banco, um Relatório de Avaliação Ambiental (RAA) foi elaborado durante a preparação da operação, em conjunto com a PMP. O referido documento contém os procedimentos ambientais a serem observados durante a implantação da operação.
- 4.11** Para atender o reassentamento de famílias, a PMP formulou e executará um Plano de Reassentamento que segue as diretrizes das políticas do Banco sobre a matéria.

#### **V. Manutenção**

- 5.01** O propósito da manutenção é o de conservar as obras compreendidas no Programa nas condições de operação em que se encontravam no momento da conclusão das mesmas, dentro de um nível compatível com os serviços que devem prestar.
- 5.02** O primeiro plano anual de manutenção deverá corresponder ao exercício fiscal seguinte ao da entrada em operação da primeira das obras do Programa.
- 5.03** O plano anual de manutenção deverá incluir: (i) os detalhes da organização responsável pela manutenção, o pessoal encarregado e o número, tipo e estado dos equipamentos destinados à manutenção; (ii) a informação relativa aos recursos que serão investidos em manutenção durante o ano corrente e o montante dos que serão incluídos no orçamento do ano seguinte; e (iii) um relatório sobre as condições da manutenção das obras.



LEG/SGO/CSC/IDBDOCS#2261:09

**ANEXO B1****[MODELO DE CARTA DE COTAÇÃO INDICATIVA DA CONVERSÃO DE  
DESEMBOLSO AO MUTUÁRIO]***[Em papel timbrado do Banco]*

[data]

Município de Paranaguá

[ ]

Ref.: Cotação Indicativa da Conversão de Desembolso -  
Contrato de Empréstimo \_\_\_\_/OC-BR entre o Banco  
Interamericano de Desenvolvimento e o Município de  
Paranaguá/PR – PROCIDADES, celebrado em [data].

Prezado(a) Senhor(a):

Em resposta à sua comunicação [Ofício \_\_\_\_] de [data], por meio da qual nos solicita um desembolso de [\_\_\_\_ reais] [ou] [\_\_\_\_ dólares] ([R\$ \_\_\_\_] [ou] [US\$ \_\_\_\_]), de acordo com os termos e condições do Contrato de Empréstimo No. \_\_\_\_/OC-BR, nossas pesquisas no mercado nos permitem indicar a seguinte opção de financiamento:

**Data da Conversão:** [ ]

**Montante do** [\_\_ USD] [ou] [\_\_ BRL]  
**Desembolso**  
**Solicitado para essa**  
**Conversão:**

<b>Cronograma de</b>	<u>Data</u>	<u>Pagamentos de Principal</u>
<b>Pagamentos:</b>	[ ]	[ ]

**Data de Vencimento** [ ]  
**da Amortização:**

**Correção à Inflação:** [Cada amortização será um montante em BRL *multiplicado* pelo Fator de Inflação ou por 1 (um), o que for maior.]

**Taxa de Juros Base** [\_\_\_\_ %, Taxa Fixa anual que incidirá sobre o montante  
**Indicativa:** dessa Conversão]



<b>Base para Cálculo de Juros:</b>	[dias úteis / 252 outro], [ajustado ao número de dias úteis no período][não ajustado ao número de dias úteis no período] calculado como [fórmula de cálculo de juros]].
<b>Periodicidade para o Pagamento de Juros:</b>	[semestral]
<b>Datas de pagamento de juros:</b>	Cada [15] de [abril e outubro]
<b>Dias Úteis:</b>	[São Paulo e Nova Iorque.]
<b>Prazo de Carência:</b>	5 (cinco) anos contados da data desta Conversão

Estas cotações indicativas correspondem à Taxa de Juros Base, a qual será adicionada a margem vigente dos empréstimos do capital ordinário de acordo com a Cláusula 3.08 das Disposições Especiais.

Ressaltamos que a informação supra tem um valor estritamente referencial e não vinculante e representa a situação do mercado quando da realização da correspondente pesquisa. Portanto, solicitamos que, no momento de confirmar a taxa de juros e o cronograma acima, considerem a natureza variável dos mercados. Em função do disposto, em nenhuma circunstância, tal informação pode ser considerada como substituta da averiguação, comprovação ou verificação que em seu momento V.Sas. devem realizar a respeito da vigência ou validade da taxa de juros mencionada nesta comunicação.

Solicitamos manifestação de V.Sas. em até [5 (cinco) dias úteis] a partir desta data, por meio da assinatura e devolução desta Carta ao Banco.

Atenciosamente,

---

BANCO INTERAMERICANO  
DE DESENVOLVIMENTO

O Município de Paranaguá por meio desta [revoga] [confirma] a solicitação de desembolso datada de \_\_\_\_ com base na cotação indicada acima. A taxa de juros aplicável a este desembolso será aquela determinada no momento da Conversão, a ser indicada na Carta de Notificação da Conversão de Desembolso, e não será maior que a cotação indicada nesta carta.

---

Município de Paranaguá  
[Representante]  
[cargo]

LEG/SGO/CSC/IDBDOCS# 2261/18

**ANEXO B2****[MODELO DE CARTA DE COTAÇÃO INDICATIVA DA CONVERSÃO DE DESEMBOLSO AO FIADOR]***[Em papel timbrado do Banco]*

[data]

[Coordenador-Geral da COPEM]  
[STN]

Ref.: Cotação Indicativa da Conversão de Desembolso - Contrato de Empréstimo \_\_\_\_/OC-BR entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Município de Paranaguá/PR – PROCIDADES, celebrado em [data].

Prezado(a) Senhor(a):

Em referência à solicitação de um desembolso no valor global de [\_\_\_\_] reais] [ou] [\_\_\_\_] dólares equivalentes] ([R\$ \_\_\_\_] [ou] [US\$ \_\_\_\_ equivalentes]), nossas pesquisas no mercado nos permitem indicar a seguinte opção de financiamento:

Data da Conversão: ☐

Total de Desembolsos [\_\_\_\_ USD] e [\_\_\_\_ BRL]  
Solicitados para esta  
Conversão:

Cronograma de Pagamentos:	<u>Data</u>	<u>Pagamentos de Principal</u>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Data de Vencimento da Amortização: ☐

Correção à Inflação: [Cada amortização será um montante em BRL multiplicado pelo Fator de Inflação ou por 1 (um), o que for maior.]

Taxa de Juros Base Indicativa: [\_\_\_\_%, Taxa Fixa anual que incidirá sobre o montante dessa Conversão.]

<b>Base para Cálculo de Juros:</b>	[dias úteis / 252] [outro], [ajustado ao número de dias úteis no período][não ajustado ao número de dias úteis no período], calculado como [fórmula de cálculo de juros]].
<b>Periodicidade para o Pagamento de Juros:</b>	[semestral]
<b>Datas de pagamento de juros:</b>	Cada [15] de [abril e outubro]
<b>Dias Úteis:</b>	[São Paulo e Nova Iorque.]
<b>Prazo de Carência:</b>	5 (cinco) anos contados da data desta Conversão

Estas cotações indicativas correspondem à Taxa de Juros Base, a qual será adicionada à margem vigente dos empréstimos do capital ordinário de acordo com a Cláusula 3.08 das Disposições Especiais.

Ressaltamos que a informação supra tem um valor estritamente referencial e não vinculante e representa a situação do mercado quando da realização da correspondente pesquisa. Portanto, solicitamos que, no momento de confirmar a taxa de juros e o cronograma acima, considerem a natureza variável dos mercados. Em função do disposto, em nenhuma circunstância, tal informação pode ser considerada como substituta da averiguação, comprovação ou verificação que em seu momento V.Sas. devem realizar a respeito da vigência ou validade da taxa de juros mencionada nesta comunicação.

Solicitamos manifestação de V.Sas. em até [3 (três) dias úteis] a partir desta data, por meio da assinatura e devolução desta Carta ao Banco.

Atenciosamente,

**BANCO INTERAMERICANO  
DE DESENVOLVIMENTO**

A Secretaria do Tesouro Nacional por meio desta [aceita] [rejeita] a cotação indicada acima. A taxa de juros aplicável a este desembolso será aquela determinada no momento da Conversão, a ser indicada na Carta de Notificação da Conversão de Desembolso, e não será maior que a cotação indicada nesta carta.

\_\_\_\_\_  
[STN]  
[Representante]  
[Cargo]



LEG/SGO/CSC/IDBDOCS#226137

**ANEXO B3****[MODELO DE CARTA DE COTAÇÃO INDICATIVA DA CONVERSÃO DE  
SALDOS DEVEDORES AO MUTUÁRIO]***[Em papel timbrado do Banco]*

[data]

Município de Paranaguá

[ ]

Ref.: Cotação Indicativa da Conversão de Saldos Devedores - Contrato de Empréstimo \_\_\_\_/OC-BR entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Município de Paranaguá/PR – PROCIDADES, celebrado em [data].

Prezado(a) Senhor(a):

Em resposta à sua comunicação [Ofício \_\_\_\_] de [data], por meio da qual nos solicita uma conversão de saldo devedor US\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_ dólares), de acordo com os termos e condições do Contrato de Empréstimo No. \_\_\_\_/OC-BR, nossas pesquisas no mercado nos permitem indicar a seguinte opção de financiamento:

Data da Conversão: [ ]

Montante Solicitado [\_\_ USD]  
para esta Conversão:

Cronograma de Pagamentos:	<u>Data</u>	<u>Pagamentos de Principal</u>
	[ ]	[ ]

Data de Vencimento da Amortização: [ ]

Correção à Inflação: [Cada amortização será um montante em BRL multiplicado pelo Fator de Inflação ou por 1 (um), o que for maior.]

Taxa de Juros Base Indicativa: [\_\_\_\_ %, Taxa Fixa anual que incidirá sobre o montante desta Conversão].

**Base para Cálculo de Juros:** [dias úteis / 252 outro], [ajustado ao número de dias úteis no período][não ajustado ao número de dias úteis no período][calculado como [fórmula de cálculo de juros]].

**Periodicidade para o Pagamento de Juros:** [semestral]

**Datas de pagamento de juros:** Cada [15] de [abril e outubro]

**Dias Úteis:** [São Paulo e Nova Iorque.]

Estas cotações indicativas correspondem à Taxa de Juros Base, a qual será adicionada à margem vigente dos empréstimos do capital ordinário de acordo com a Cláusula 3.08 das Disposições Especiais.

Ressaltamos que a informação supra tem um valor estritamente referencial e não vinculante e representa a situação do mercado quando da realização da correspondente pesquisa. Portanto, solicitamos que, no momento de confirmar a taxa de juros e o cronograma acima, considerem a natureza variável dos mercados. Em função do disposto, em nenhuma circunstância, tal informação pode ser considerada como substituta da averiguação, comprovação ou verificação que em seu momento V.Sas. devem realizar a respeito da vigência ou validade da taxa de juros mencionada nesta comunicação.

Solicitamos manifestação de V.Sas. em até [5 (cinco) dias úteis] a partir desta data, por meio da assinatura e devolução desta Carta ao Banco.

Atenciosamente,

---

BANCO INTERAMERICANO  
DE DESENVOLVIMENTO

O Município de Paranaguá por meio desta [revoga] [confirma] a solicitação de conversão de saldo devedor datada de \_\_\_\_ com base na cotação indicada acima. A taxa de juros aplicável a esta Conversão de Saldo Devedor será aquela determinada no momento da Conversão, a ser indicada na Carta de Notificação da Conversão de Saldos Devedores e não será maior que a cotação indicada nesta carta.

---

Município de Paranaguá  
[Representante]  
[Cargo]

LEG/SGO/CSC/IDBDOCS# 2261122/

**ANEXO B4****[MODELO DE CARTA DE COTAÇÃO INDICATIVA DA CONVERSÃO DE  
SALDOS DEVEDORES AO FIADOR]***[Em papel timbrado do Banco]*

[data]

[Coordenador-Geral da COPEM]  
[STN]

Ref.: Cotação Indicativa da Conversão de Saldos  
Devedores – Contrato de Empréstimo \_\_\_\_/OC-BR  
entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento  
e o Município de Paranaguá/PR – PROCIDADES,  
celebrado em [data].

Prezado(a) Senhor(a):

Em referência à solicitação de uma conversão de saldo devedor no valor global de  
US\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_ dólares), nossas pesquisas no mercado nos permitem indicar a  
seguinte opção de financiamento:

**Data da Conversão:** [ ]**Total Solicitado para  
esta Conversão:** [\_\_ USD]

<b>Cronograma de Pagamentos:</b>	<u>Data</u>	<u>Pagamentos de Principal</u>
	[ ]	[ ]

**Data de Vencimento  
da Amortização:** [ ]**Correção à Inflação:** [Cada amortização será um montante em BRL multiplicado  
pelo Fator de Inflação ou por 1 (um), o que for maior.]**Taxa de Juros Base  
Indicativa:** [\_\_%, Taxa Fixa anual que incidirá sobre o montante desta  
Conversão.]**Base para Cálculo de  
Juros:** [dias úteis / 252] [outro], [ajustado ao número de dias úteis no  
período][não ajustado ao número de dias úteis no período] [,  
calculado como [fórmula de cálculo de juros]].



**Periodicidade para o Pagamento de Juros:** [semestral]

**Datas de Pagamento de Juros:** Cada [15] de [abril e outubro]

**Dias Úteis:** [São Paulo e Nova Iorque.]

Estas cotações indicativas correspondem à Taxa de Juros Base, a qual será adicionada à margem vigente dos empréstimos do capital ordinário de acordo com a Cláusula 3.08 das Disposições Especiais.

Ressaltamos que a informação supra tem um valor estritamente referencial e não vinculante e representa a situação do mercado quando da realização da correspondente pesquisa. Portanto, solicitamos que, no momento de confirmar a taxa de juros e o cronograma acima, considerem a natureza variável dos mercados. Em função do disposto, em nenhuma circunstância, tal informação pode ser considerada como substituta da averiguação, comprovação ou verificação que em seu momento V.Sas. devem realizar a respeito da vigência ou validade da taxa de juros mencionada nesta comunicação.

Solicitamos manifestação de V.Sas. em ate [3 (três) dias úteis] a partir desta data, por meio da assinatura e devolução desta Carta ao Banco.

Atenciosamente,

---

BANCO INTERAMERICANO  
DE DESENVOLVIMENTO

A Secretaria do Tesouro Nacional por meio desta [aceita] [rejeita] a cotação indicada acima. A taxa de juros aplicável a esta Conversão de saldo devedor será aquela determinada no momento da Conversão, a ser indicada na Carta de Notificação da Conversão de Saldos Devedores, e não será maior que a cotação indicada nesta carta.

---

[STN]  
[Representante]  
[Cargo]

## ANEXO C1

## [MODELO DE CARTA DE NOTIFICAÇÃO DA CONVERSÃO DE DESEMBOLSO]

[Em papel timbrado do Banco]

[data]

Município de Paranaguá

[ ]

Ref.: Carta de Notificação da Conversão de Desembolso-  
Contrato de Empréstimo [ ]/OC-BR entre o Banco  
Interamericano de Desenvolvimento e o Município de  
Paranaguá/PR – PROCIDADES, celebrado em [data].

Prezado(a) Senhor(a):

**Desembolso denominado em BRL**

Com referência ao seu pedido de desembolso de [data], informamos que no dia \_\_\_\_ desembolsaremos [ ] Dólares (US\$ \_\_\_\_ ) equivalentes a \_\_\_\_ Reais (R\$ \_\_\_\_ ) [ ] Reais (R\$ \_\_\_\_ ) equivalentes a \_\_\_\_ Dólares (US\$ \_\_\_\_ )], a serem creditados na conta no. \_\_\_\_ do Município de Paranaguá no banco \_\_\_\_\_. O Saldo Devedor Denominado em BRL passará a ser de R\$ \_\_\_\_ (equivalente a US\$ \_\_\_\_).

Com base na Carta de Cotação Indicativa da Conversão de Desembolso, os termos e condições financeiros aplicáveis a tal desembolso denominado em BRL serão os seguintes:

**Data Efetiva da  
Conversão:** [ ]

**Valor do desembolso  
equivalente em USD:** US\$ \_\_\_\_ (R\$ \_\_\_\_)

**Correção à Inflação:** [Cada amortização será: (a) um montante em BRL *multiplicado* pelo Fator de Inflação ou por 1 (um), o que for maior.]

**IPCA N<sub>0</sub>:** [ ]

**Taxa de Juros Base:** [ ] %, Taxa Fixa anual que incidirá sobre o montante dessa Conversão.]

**Base para Cálculo de Juros:** [dias úteis / 252][outro], [ajustado ao número de dias úteis / ~~8~~ período][não ajustado ao número de dias úteis no período][~~5~~], calculado como [fórmula de cálculo de juros]].

**Moeda de Pagamento para Desembolso:** [O desembolso será efetuado em USD, no seu equivalente em BRL, aplicando-se a Taxa de Câmbio Inicial da Conversão. O Banco poderá estabelecer, mediante comunicação escrita ao Mutuário, que tais desembolsos sejam efetuados em BRL.]

**Moeda de Pagamento para Principal e Juros:** [Os pagamentos de principal e juros deverão ser efetuados em USD, no seu equivalente em BRL, aplicando-se a Taxa de Câmbio BRL/USD. O Banco poderá estabelecer, mediante comunicação escrita ao Mutuário, que tais pagamentos sejam efetuados em BRL.]

**Periodicidade para o Pagamento de Juros:** [semestral]

**Datas de pagamento de juros:** Cada [15] de [abril e outubro]

<b>Cronograma de Pagamentos:</b>	<u>Data</u> [ ]	<u>Pagamentos de Principal</u> [ ]
----------------------------------	--------------------	---------------------------------------

**Data de vencimento da Amortização:** [ ]

**Dias Úteis:** [São Paulo e Nova Iorque]

**Taxa de Câmbio inicial da Conversão:** \_\_\_\_ BRL por USD

**Prazo de Carência:** 5 (cinco) anos contados da data desta Conversão

Essas cotações correspondem à Taxa de Juros Base, à qual será adicionada a margem vigente dos empréstimos do capital ordinário de acordo com a Cláusula 3.08 das Disposições Especiais.

Esta carta, cuja cópia é enviada nesta data à Secretaria do Tesouro Nacional – STN e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, integra o Contrato de Empréstimo BR e constitui uma Carta de Notificação da Conversão de Desembolso mencionada nas Disposições Especiais do Contrato.

Atenciosamente,

**BANCO INTERAMERICANO  
DE DESENVOLVIMENTO**



## ANEXO C2

**[MODELO DE CARTA DE NOTIFICAÇÃO DA CONVERSÃO DE SALDOS DEVEDORES]***[Em papel timbrado do Banco]*

[data]

Município de Paranaguá  
[ ]

Ref.: Carta de Notificação da Conversão de Saldos Devedores - Contrato de Empréstimo [ ]/OC-BR entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Município de Paranaguá/PR – PROCIDADES, celebrado em [data].

Prezado(a) Senhor(a):

**Conversão de saldos devedores a BRL**

Com referência ao seu pedido de conversão de saldo devedor de [data], informamos que no dia \_\_\_\_ converteremos US\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_ Dólares), equivalente a R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_ Reais). O Saldo Devedor Denominado em BRL passará a ser de R\$ \_\_\_\_ (equivalente a US\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_ Dólares)).

Com base na Carta de Cotação Indicativa da Conversão de Saldos Devedores, os termos e condições financeiras aplicáveis a tal Conversão de saldo devedor a BRL serão os seguintes:

**Data Efetiva da  
Conversão:** [ ]

**Valor da Conversão do  
saldo devedor:** US\$ \_\_\_\_ convertido a R\$ \_\_\_\_

**Correção à Inflação:** [Cada amortização será: (a) um montante em BRL *multiplicado* pelo Fator de Inflação ou por 1 (um), o que for maior.]

**IPCA N<sub>0</sub>:** [ ]

**Taxa de Juros Base:** [\_\_\_\_ %, Taxa Fixa anual que incidirá sobre o montante dessa Conversão.]

**Base para Cálculo de Juros:** [dias úteis / 252][outro], [ajustado ao número de dias úteis no período][não ajustado ao número de dias úteis no período], calculado como [fórmula de cálculo de juros]].

**Moeda de Pagamento para Principal e Juros:** [Os pagamentos de principal e juros deverão ser efetuados em USD, no seu equivalente em BRL, aplicando-se a Taxa de Câmbio BRL/USD. O Banco poderá estabelecer, mediante comunicação escrita ao Mutuário, que tais pagamentos sejam efetuados em BRL.]

**Periodicidade para o Pagamento de Juros:** [semestral]

**Datas de pagamento de juros:** Cada [15] de [abril e outubro]

<b>Cronograma de Pagamentos:</b>	<u>Data</u>	<u>Pagamentos de Principal</u>
	[ ]	[ ]

**Data de vencimento da Amortização:** [ ]

**Dias Úteis:** [São Paulo e Nova Iorque]

**Taxa de Câmbio inicial da Conversão:** \_\_\_\_ BRL por USD

Essas cotações correspondem à Taxa de Juros Base, à qual será adicionada a margem vigente dos empréstimos do capital ordinário de acordo com a Cláusula 3.08 das Disposições Especiais.

Esta carta, cuja cópia é enviada nesta data à Secretaria do Tesouro Nacional – STN e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, integra o Contrato de Empréstimo \_\_\_\_/OC-BR e constitui uma Carta de Notificação da Conversão de Saldos Devedores mencionada nas Disposições Especiais do Contrato.

Atenciosamente,

---

BANCO INTERAMERICANO  
DE DESENVOLVIMENTO

**MINUTA**

---

Empréstimo No. \_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_\_\_  
Resolução DE-\_\_\_\_/\_\_\_\_

**CONTRATO DE GARANTIA**

entre a

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

e o

**BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO**

**Contrato de Empréstimo ao Município de Paranaguá**

**Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano  
do Município de Paranaguá**

**PROCIDADES**

[data]



## MINUTA DE CONTRATO DE GARANTIA

CONTRATO celebrado no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (a seguir denominada "Fiador") e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (a seguir denominado "Banco").

### CONSIDERANDO:

Que através do Contrato de Empréstimo No. \_\_\_\_ /OC-BR (a seguir denominado "Contrato de Empréstimo"), celebrado nesta mesma data em [cidade], [estado], [país], entre o Banco e o Município de Paranaguá/PR (a seguir denominado "Mutuário"), o Banco concordou em outorgar ao Mutuário um Financiamento até a quantia de US\$ 16.649.600,00 (dezesesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares dos Estados Unidos da América), ou quantia equivalente em outras moedas que façam parte do Capital Ordinário do Banco, desde que o Fiador garanta solidariamente as obrigações financeiras do Mutuário estipuladas no referido Contrato de Empréstimo e que o referido Fiador contraia as obrigações adicionais que se especificam neste instrumento.

Que o Fiador, pelo fato de haver o Banco assinado o Contrato de Empréstimo com o Mutuário, concordou em garantir o referido Empréstimo, de acordo com o estipulado neste instrumento, observadas as autorizações estipuladas na legislação brasileira pertinente.

AS PARTES CONTRATANTES têm justo e acordado o seguinte:

1. O Fiador, como devedor solidário, responsabiliza-se por todas as obrigações financeiras, tais como pagamento do principal, juros e demais encargos relativos ao Financiamento, contraídas pelo Mutuário no Contrato de Empréstimo, cujos termos o Fiador declara conhecer integralmente. As referidas obrigações financeiras não incluem compromisso do Fiador de contribuir com recursos adicionais para a execução do Programa.

2. O Fiador se compromete a não tomar nenhuma medida nem permitir, no âmbito de sua competência, que sejam tomadas providências que dificultem ou impeçam a execução do Programa ou obstem o cumprimento de qualquer obrigação do Mutuário estabelecida no Contrato de Empréstimo.

3. O Fiador se compromete a, no caso de estabelecer qualquer gravame sobre seus bens ou receitas fiscais, como garantia de uma dívida externa, constituir, ao mesmo tempo, um gravame que assegure ao Banco, em posição de igualdade e proporcionalmente, o cumprimento das obrigações contraídas neste Contrato. Esta disposição não se aplicará, entretanto: (a) aos gravames sobre bens comprados para garantir o pagamento do saldo devedor do respectivo preço; nem (b) aos gravames pactuados em operações bancárias para garantir o pagamento de obrigações cujos vencimentos não sejam superiores a um ano de prazo.

4. A expressão "bens ou receitas fiscais" refere-se, no presente Contrato, a qualquer classe de bens ou rendas que pertençam ao Fiador ou a qualquer de seus departamentos ou órgãos que não sejam entidades autônomas com patrimônio próprio.

5. O Fiador se compromete a:

- (a) cooperar, no âmbito de sua competência, para assegurar o cumprimento dos objetivos do Financiamento;
- (b) informar ao Banco, com a maior urgência possível, qualquer fato que dificulte ou possa dificultar a consecução dos fins do Financiamento, ou o cumprimento das obrigações do Mutuário;
- (c) no âmbito de sua competência, proporcionar ao Banco as informações que este, razoavelmente, solicite quanto à situação do Mutuário;
- (d) facilitar, no âmbito da sua competência, aos representantes do Banco, o exercício das suas funções relacionadas com o Contrato de Empréstimo e a execução do Programa;
- (e) informar ao Banco, com a maior urgência possível, caso esteja, em cumprimento de suas obrigações de devedor solidário, efetuando os pagamentos correspondentes ao serviço do Empréstimo.

6. O Fiador concorda que tanto o principal quanto os juros e demais encargos do Empréstimo serão pagos sem nenhuma redução ou restrição, livres de quaisquer impostos, taxas, direitos ou encargos estabelecidos nas leis da República Federativa do Brasil, e que tanto este Contrato como o Contrato de Empréstimo estarão isentos de qualquer imposto, taxa ou direito aplicáveis em relação à celebração, registro e execução de contratos.

7. O Fiador só ficará exonerado da responsabilidade contraída para com o Banco depois de ter o Mutuário cumprido integralmente com todas as obrigações financeiras assumidas no Contrato de Empréstimo. Em caso de qualquer inadimplemento por parte do Mutuário, a obrigação do Fiador não estará sujeita a qualquer notificação ou interpelação, nem a qualquer formalidade processual, demanda ou ação prévia contra o Mutuário ou contra o próprio Fiador. Este, ainda, renuncia expressamente a quaisquer direitos, benefícios de ordem ou de excussão, faculdades, favores ou recursos que lhe assistam ou possam assistir, ciente, igualmente, de que não ficará desobrigado se ocorrer: (a) omissão ou abstenção no exercício, por parte do Banco, de quaisquer direitos, faculdades ou recursos que lhe assistam contra o Mutuário; (b) tolerância ou concordância do Banco com inadimplemento do Mutuário ou atrasos em que este venha a incorrer no cumprimento de suas obrigações; (c) prorrogações de prazos ou quaisquer outras concessões feitas pelo Banco ao Mutuário, desde que com a prévia anuência do Fiador; (d) alteração, aditamento ou revogação, total ou parcial, de qualquer das disposições do Contrato de Empréstimo, desde que feitos com a prévia anuência do Fiador. Sem prejuízo do que estabelece esta Cláusula, o Banco comunicará ao Fiador qualquer inadimplemento de obrigação do Mutuário.



8. O atraso ou a abstenção, por parte do Banco, no exercício dos direitos pactuados neste Contrato não poderão ser interpretados como renúncia a tais direitos, nem como aceitação das circunstâncias que lhe permitiriam exercê-los.

9. Qualquer controvérsia que surja entre as partes, com respeito à interpretação ou aplicação deste Contrato, que não possa ser dirimida por acordo mútuo, será submetida à sentença do Tribunal Arbitral, na forma estabelecida no Capítulo IX das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo. Para os fins dessa arbitragem, aplicam-se ao Fiador todas as referências feitas ao Mutuário no mencionado Capítulo das Normas Gerais. Se a controvérsia afetar tanto o Mutuário quanto o Fiador, ambos deverão atuar conjuntamente designando um mesmo árbitro.

10. Salvo acordo escrito em que se estabeleça outro procedimento, todos os avisos, solicitações ou notificações que as partes contratantes devam enviar uma à outra em virtude deste Contrato deverão ser efetuadas, sem exceção alguma, por escrito e considerar-se-ão efetivadas quando de sua entrega ao destinatário, por qualquer meio usual de comunicação, no respectivo endereço, a seguir indicado:

Ao Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento  
1300 New York Ave., N.W.  
Washington, D.C. 20577  
Estados Unidos da América

Fax: (202) 623-3096

Ao Fiador:

Ministério da Fazenda  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 8º Andar  
Brasília - D.F. - Brasil  
70.048-900

Fax: (061) 3412-1740

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Fiador e o Banco, agindo cada qual por intermédio de seu representante autorizado, subscrevem este Contrato em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, em [cidade], [estado, caso seja aplicável], [país], na data mencionada na frase inicial deste Contrato.

REPÚBLICA FEDERATIVA  
DO BRASIL

BANCO INTERAMERICANO  
DE DESENVOLVIMENTO

---

[nome da pessoa que assina]  
[cargo da pessoa que assina]

---

[nome da pessoa que assina]  
[cargo da pessoa que assina]



Aviso nº 318 - C. Civil.

Em 24 de junho de 2011.

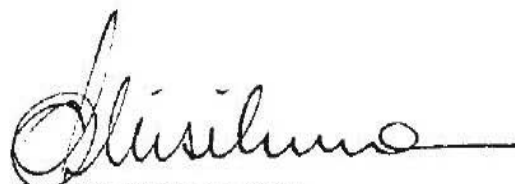
A Sua Excelência o Senhor  
Senador CÍCERO LUCENA  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Crédito externo.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República relativa à proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de USD 16,649,600.00 (dezesesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Paranaguá, Estado do Paraná, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial do “Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Paranaguá – Paranaguá Rumo Certo”, no âmbito do Programa “Procidades”.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

*(À Comissão de Assuntos Econômicos)*

## SENADO FEDERAL

### ATA DA 121ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE JULHO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 117, de 14 de julho de 2011)

#### RETIFICAÇÕES

À página nº 29204, 2ª coluna, item 2.4.3, onde se lê:

**2.4.3 – Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional**  
Nº 1, de 2011, designando membros para comporem a Representação Brasileira  
no Parlamento do Mercosul

Leia-se:

**2.4.3 – Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional**  
Nº 28, de 2011, designando membros para comporem a Representação Brasileira  
no Parlamento do Mercosul.

---

À página 29385, 1ª coluna, onde se lê:

**ATO DA PRESIDÊNCIA DA MESA  
DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 2011**

Leia-se:

**ATO DA PRESIDÊNCIA DA MESA  
DO CONGRESSO NACIONAL Nº 28, DE 2011**

---

Às páginas 29386 a 29388, republique-se, por erro na numeração, o Ato  
do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 28, de 2011.

#### ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 28 , DE 2011.

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 01/2011-CN “que dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências”, e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução, designa as Senhoras e os Senhores Parlamentares abaixo relacionados como membros da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

**DEPUTADOS FEDERAIS**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PT</b>	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
<b>PMDB</b>	
Iris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	
Reinaldo Azambuja	
Sergio Guerra	
<b>PP</b>	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
<b>DEM</b>	
Júlio Campos	
Mandetta	
<b>PR</b>	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
<b>PSB</b>	
Jose Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax



PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV, PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'Ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PT do B	
Luis Tibé	

**SENADORES**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PMN/PSC/PV)</b>	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Waldemir Moka
Wilson Santiago	Valdir Raupp
Ana Amélia	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PCdoB/PRB)</b>	
Paulo Paim	Eduardo Suplicy
Inácio Arruda	Humberto Costa
Antonio Carlos Valadares	Cristovam Buarque
	Magno Malta
<b>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM)</b>	
Paulo Bauer	
	José Agripino
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

Congresso Nacional, 19 de julho de 2011.



Senador José Sarney  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

## PARECER Nº 29, DE 2011

*Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o AVN nº 21/2009, que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei 11.768, de 14.08.2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; o AVN nº 40/2009, que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias, referente ao 1º semestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768 de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; AVN nº 51/2009, que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras deste Banco Central referentes ao 3º trimestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei 11.768, de 14.08.2008 (LDO para 2009)"; o AVN nº 05/2010, que "Encaminha ao Congresso Nacional, as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao exercício de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)".*

**AUTOR:** Poder Executivo

**RELATOR:** Senador CYRO MIRANDA

### 1. RELATÓRIO

#### 1.1 INTRODUÇÃO

Por meio do Aviso nº 05 , de 2010, o Presidente do Banco Central encaminhou ao Presidente do Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do referido Banco, referentes ao exercício financeiro de 2009, conforme determina o art. 112, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 ( Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2009).

Os §§2º e 3º do art. 7º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) determinam que essas demonstrações deverão ser acompanhadas por Nota Explicativa contendo:



- a) O impacto do custo fiscal das operações do Banco Central;
- b) O custo de remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional;
- c) O custo de manutenção das reservas cambiais;
- d) A rentabilidade da carteira de títulos, destacando a emissão da União.

Além do Aviso nº 05, de 2010, também foram encaminhados, durante o exercício, os Avisos nº 21, de junho de 2009, sobre as demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2009, o Aviso nº 40, de agosto de 2009, que encaminha as demonstrações do primeiro semestre de 2009 e o Aviso nº 51 de novembro de 2009, referente às demonstrações do BACEN do terceiro trimestre de 2009.

O Presidente da Comissão Mista designou-me Relator de tais Avisos, em substituição ao Deputado Virgílio Guimarães, em virtude do art. 10 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional.

## **1.2 ANÁLISE**

### **I - ANTECEDENTES**

Após mais de três décadas de inflação crônica em aceleração, a economia brasileira experimentou a estabilidade de preços com a implementação do Plano Real, em 1994.

Inicialmente, a falta de credibilidade da política monetária, a memória inflacionária, a estrutura institucional da economia e o aumento da demanda (eliminação do imposto inflacionário) para uma oferta rígida no curto prazo, ameaçavam o sucesso do plano de estabilização. A saída encontrada foi a manutenção da taxa de câmbio como uma âncora nominal para os preços. Manter a taxa de câmbio fixa e valorizada significava aumentar a oferta de bens de consumo e de capital para suprir o aumento imediato da demanda viabilizando a reforma do parque industrial e os investimentos. Em um primeiro momento essa estratégia obteve êxito controlando os preços e evitando a inflação. Contudo, sucessivos déficits em conta corrente somados ao desajuste fiscal abriram espaço para a deterioração dos fundamentos macroeconômicos, que culminou no ataque especulativo em 1999.

## II - O REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO

Após o rompimento da paridade cambial, ressurgiu o problema de credibilidade inerente à discricionariedade da política monetária que ameaçava a estabilidade de preços. Diante desse contexto, a estratégia adotada foi a implementação do regime de metas de inflação (*Inflation Targeting* – IT), cuja característica principal era a capacidade de gerar transparência na comunicação entre a autoridade monetária e o mercado reduzindo os custos de desinflação.

A partir da adoção do regime de metas de inflação, os resultados *ex-post* foram muito significativos em termos de controle do nível de preços na economia. Após dez anos de sua implementação, o *Inflation Targeting* tem sido uma ferramenta essencial na comunicação e na construção de credibilidade na política monetária, além de manter a inflação em um patamar relativamente baixo em comparação com o histórico brasileiro, permanecendo muito próximo à média registrada nos países emergentes.

Entretanto, a discussão sobre a eficiência do IT no controle da inflação cada vez mais tem sido objeto de debate econômico. De um lado, advoga-se que a adoção do *Inflation Targeting* foi a principal causa da estabilidade de preços. Por outro, existe uma corrente, a qual defende que as causas do controle da inflação são, em grande parte, exógenas à ação da autoridade monetária, isto é, dependem de fatores distintos a variações da taxa de juros. Segundo essa visão, a inflação segue as condições favoráveis da economia internacional, permanecendo sob controle quando há excesso de liquidez global, ausência de crises que afetem significativamente o grau de aversão ao risco dos agentes ou inexistência de choques que alterem os fluxos financeiros e comerciais. Já em momentos em que o ambiente econômico mundial não é favorável, distúrbios externos refletem-se em elevação da inflação doméstica.

Esse teste é o que nossa economia está experimentando agora. Infelizmente temos que aguardar o resultado. Devemos sempre nos lembrar que a credibilidade do regime de metas depende de quão próximo os resultados da inflação estão em relação ao centro da meta. Além disso, quanto mais tempo se leva para retornar ao centro da meta, o custo, em termos de taxa de juros para trazer a inflação de volta à meta, tende a ser maior. Isso se relaciona à credibilidade da autoridade monetária.

### **III- A POLÍTICA MONETÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2009**

No início de 2009, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil, considerando a situação econômica então vigente, que apresentava sinais de arrefecimento do ritmo de atividade e do recuo das expectativas de inflação, decidiu reduzir a taxa Selic em 100 pontos base, para 12,75% a.a.

Nas quatro reuniões subseqüentes daquele ano, o Copom, avaliando o cenário macroeconômico e visando ampliar o processo de distensão monetária, decidiu reduzir a taxa Selic em 400 pontos base, cumulativamente. O Comitê entendeu que o desaquecimento da demanda, motivado pelo aperto das condições financeiras e pela deterioração da confiança dos agentes, havia criado margem de ociosidade dos fatores de produção que não deveria ser eliminada rapidamente em um cenário de recuperação gradual da atividade econômica, contribuindo para conter as pressões inflacionárias e abrindo espaço para flexibilização da política monetária.

Nas reuniões seguintes, o Comitê entendeu que decisões sobre a evolução da taxa básica de juros deveriam incorporar a magnitude do movimento total realizado de janeiro a julho, cujos impactos sobre diversos indicadores econômicos ficaram evidentes ao longo do tempo, em contexto de retomada paulatina da utilização dos fatores de produção. O Copom considerou que uma postura mais cautelosa contribuiria para mitigar o risco de reversões abruptas da política monetária no futuro e, assim, para a recuperação consistente da economia ao longo dos trimestres subseqüentes. Nesse contexto, tendo em vista as perspectivas para a inflação em relação à trajetória de metas, o Copom decidiu manter a taxa Selic em 8,75% a.a. até a última reunião de 2009, em dezembro.

A atividade econômica brasileira retomou o crescimento, o que foi confirmando pelo aumento trimestral do PIB registrado no último trimestre de 2009. O atual ciclo de crescimento da economia brasileira segue sustentado pelo desempenho da demanda interna, impulsionada, a partir de meados do primeiro semestre de 2009, pelo dinamismo do consumo e, apenas mais recentemente, pela recuperação dos investimentos.

Esse ambiente de recuperação da atividade interna mostra-se em sintonia com a trajetória das operações de crédito. O crédito em 2009 permaneceu em expansão. O estoque total de empréstimos passou a representar 45% do PIB, ante 40,8% em 2008.



O déficit em transações correntes, após atingir 1,72% do PIB em 2008, reduziu-se para 1,54% do PIB em 2009. As contas capital e financeira apresentaram superávit de US\$ 70,6 bilhões em 2009, equivalente a 4,47% do PIB, ressaltando-se a contribuição expressiva, para esse resultado, dos investimentos estrangeiros em carteira, incluindo elevadas taxas de rolagem e significativos ingressos líquidos positivos em ações e títulos de renda fixa negociados no país.

#### IV- INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

As informações exigidas pela LRF podem ser resumidas no quadro abaixo:

INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL				
R\$ 1,00				
2009	Impacto/custo fiscal das operações	Custo da remuneração do Tesouro Nacional	Custo da manutenção das reservas cambiais	Rentabilidade da Carteira de Títulos
1º trim	696.829,00	(5.930.749,00)	(15.913.077,00)	13.691.288,00
2º trim	(1.638.430,00)	(9.428.164,00)	(80.171.872,00)	12.745.132,00
1º sem	(941.601,00)	(15.356.913,00)	(96.084.949,00)	26.436.420,00
3º trim	2.158.984,00	(9.028.133,00)	(38.214.228,00)	12.567.391,00
4º trim	4.391.661,00	(8.288.765,00)	(15.700.800,00)	14.169.446,00
2º sem	6.550.645,00	(17.316.898,00)	(53.915.028,00)	26.736.837,00
Anual	5.609.044,00	(32.675.811,00)	(149.999.977,00)	53.173.257,00

Fonte: Demonstrações Financeiras do Banco Central, Avisos nº 21/2009, 40/2009, 51/2009 e 05/2010.

#### IV.1- O RESULTADO DO BANCO CENTRAL

Por força do art. 7º da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), os resultados do Banco Central são necessariamente transferidos ao Tesouro:

*“Art. 7º O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.*

*§ 1º O resultado negativo constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central do Brasil e será consignado em dotação específica no orçamento.*

O Banco Central registrou um lucro de R\$ 5,6 bilhões em 2009. No segundo semestre, o resultado foi R\$ 6,6 bilhões e, no primeiro semestre, houve um prejuízo de R\$ 941,6 milhões.

De acordo com o Relatório, o resultado negativo do primeiro semestre foi coberto pelo Tesouro Nacional em dezembro de 2009 e o resultado positivo do segundo semestre seria transferido até o décimo útil após a aprovação das demonstrações financeiras pelo CMN.

Deve-se observar que o resultado não leva em consideração a volatilidade do câmbio. Em 2008, com a Lei nº 11.803/08, foi criada uma espécie de equalização. Por meio de um mecanismo contábil, criado para evitar ser contabilizada a diferença diária entre o real e o dólar, o BACEN repassa essa volatilidade para o Tesouro Nacional. O art. 6º da Lei nº 11.803/08 determina:

*“ Art. 6º O resultado financeiro das operações com reservas cambiais depositadas no Banco Central do Brasil e das operações com derivativos cambiais por ele realizadas no mercado interno, conforme apurado em seu balanço, será considerado:*

*I - se positivo, obrigação do Banco Central do Brasil com a União, devendo ser objeto de pagamento até o décimo dia útil subsequente ao da aprovação do balanço pelo Conselho Monetário Nacional; e*

*II - se negativo, obrigação da União com o Banco Central do Brasil, devendo ser objeto de pagamento até o décimo dia útil do exercício subsequente ao da aprovação do balanço pelo Conselho Monetário Nacional.*

.....”

Embora as Notas Explicativas ressaltem que se trata apenas de um procedimento contábil, esse procedimento evita que o Banco Central apresente resultados negativos persistentemente em seu Balanço. Os resultados apurados em moeda estrangeira são

apenas apresentados de forma segregada no balanço. As motivações dessa mudança serão melhor explicadas no item sobre Reservas Cambiais, abaixo apresentado.

O resultado de 2009, de R\$ 5,6 bilhões, foi quase três vezes menor do que o de 2008 (R\$ 13,3 bilhões). A variação em relação ao resultado apurado em 2008 é justificada, principalmente, pelo incremento das despesas com juros em maior proporção do que o aumento das receitas de mesma natureza. As despesas com juros aumentaram de R\$ 74,0 bilhões, em 2008, para R\$ 84,5 bilhões, em 2009. Já as receitas com juros aumentaram de R\$ 53,7 bilhões para R\$ 58,0 bilhões, no mesmo período.

A variação no resultado com juros, de R\$ 20,4 bilhões para R\$ 26,4 bilhões, ambos negativos (despesa com juros maior que receita com juros), decorreu de:

a) aumento das receitas com juros das operações com títulos em moeda local, em função do incremento da carteira de títulos públicos federais no período;

b) redução das despesas com depósitos em instituições financeiras;

c) crescimento das despesas com juros das operações compromissadas em moeda local;

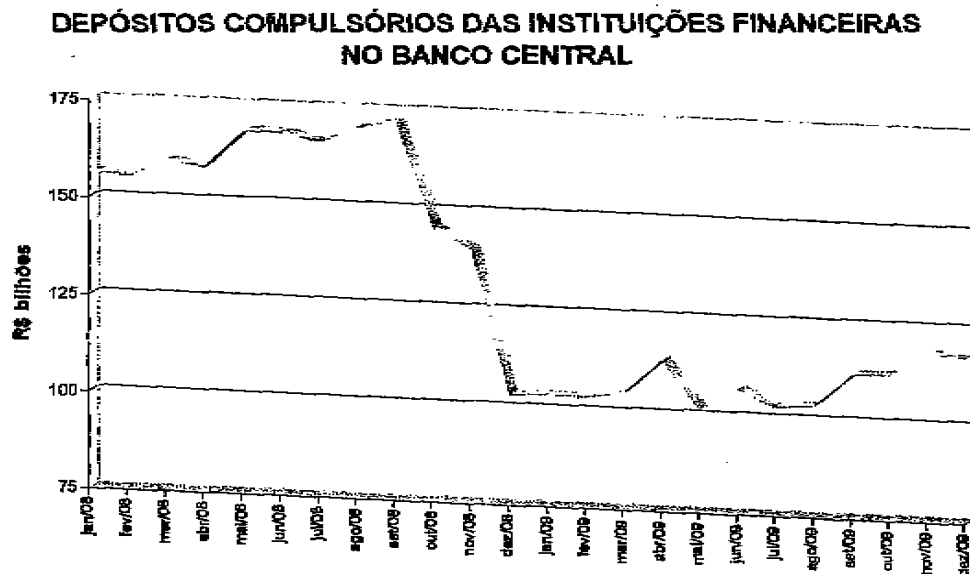
d) aumento das despesas com juros das operações com o Governo Federal, decorrente da elevação do saldo médio da Conta Única.

Em 2009, houve incremento da despesa com juros das operações compromissadas em moeda local, de R\$ 8,0 bilhões. O aumento no saldo das operações com compromisso de recompra decorreu da atuação do BACEN no controle da liquidez do sistema financeiro, em função do resgate líquido de títulos da dívida pública federal em poder do mercado, incluindo-se o pagamento de juros, bem como de sua atuação no mercado interbancário de câmbio, por intermédio de leilões de compra de moeda estrangeira.

Cabe observar redução das despesas com juros dos depósitos de instituições financeiras de R\$ 9,9 bilhões (2008) para R\$ 3,7 bilhões (2009). Isso ocorreu devido à mudança na forma de recolhimento da exigibilidade adicional (de recolhimento em espécie para vinculação de títulos no Selic) e ao decréscimo do saldo médio desses recolhimentos depositados junto ao BACEN, no período, que reflete sobremaneira a



política monetária adotada no período para amenizar os efeitos da crise financeira internacional desde fins de 2008. Veja o Gráfico abaixo<sup>1</sup>:



FONTE: BACEN

#### IV.2- CUSTO DA REMUNERAÇÃO DO TESOIRO NACIONAL

O custo correspondente à remuneração dos depósitos do Tesouro Nacional não mudou muito em relação ao ano anterior, atingindo R\$ 32,7 bilhões em 2009, enquanto em 2008 era de R\$ 28,2 bilhões. A manutenção da Conta Única do Tesouro no Banco Central (no passivo em moeda local) gera um custo de manutenção ao Banco Central, que é a remuneração dessas disponibilidades. Vale mencionar que o saldo do Tesouro nessa Conta passou de R\$ 255,2 bilhões, em 2008, para R\$ 406,4 bilhões, em 2009. Grande parte desse aumento se refere ao item “transferência de resultado positivo” no valor de R\$ 185,4 bilhões, que reflete a política monetária e cambial adotada.

#### IV.3- CUSTO DE MANUTENÇÃO DAS RESERVAS CAMBIAIS

O custo de manutenção de reservas cambiais somou R\$ 150 bilhões, em 2009, refletindo na sua maior parte a valorização da moeda nacional.

<sup>1</sup> Gráfico original da Nota Técnica nº 5/2011, da Conorf/SF;

O custo ou rentabilidade líquida de manutenção das reservas cambiais é calculado pela diferença entre a taxa de rentabilidade das reservas internacionais, incluindo a variação cambial, e a taxa média de captação apurada pelo BACEN (custo de captação).

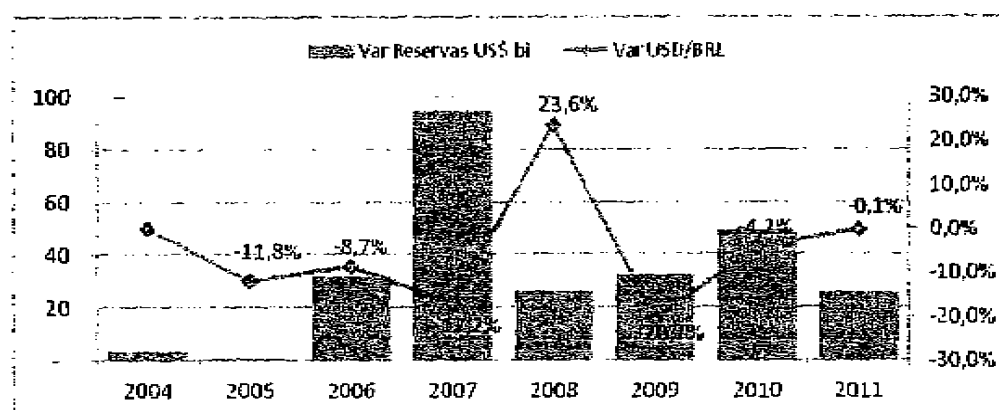
Quando há valorização da moeda nacional a rentabilidade de manutenção de reservas cai, supondo-se que o valor em dólar das reservas se mantenha constante e que a taxa de "aplicação" apurada também não se altere. As taxas de juros que remuneram as reservas cambiais são geralmente baixas, pois, se referem a juros de títulos de países desenvolvidos. Assim, a taxa de rentabilidade das reservas cambiais foram negativas de 7,95%, no segundo trimestre, e de 2,12%, no quarto trimestre de 2009, influenciadas, primordialmente pela valorização cambial, ocorrida no ano de 2009.

Quanto à taxa que reflete o custo de captação, o relatório não esclarece sua forma de cálculo. Entretanto, parece muito baixa, quando comparada com a taxa de juros "selic".

A taxa média pelo custo de captação das reservas internacionais ficou em -7,74% e a rentabilidade, em 1,88%, resultando em uma taxa de -5,86% para manter as reservas internacionais, sem a variação cambial. O volume médio de reservas convertidas em reais ficou em R\$ 455 bilhões.

A desvalorização cambial, em menos de seis meses, elevou o preço do dólar americano de cerca de R\$ 1,60 para R\$ 2,35. A estabilidade relativa das reservas somada à rápida desvalorização cambial justifica o aumento dos ativos em moeda estrangeira, de R\$ 358 bilhões, em janeiro de 2008, para R\$ 513 bilhões, no final do mesmo ano e depois recuou para R\$ 430 bilhões, no final de 2009, acompanhando o movimento da taxa de câmbio no período.

Desde 2006, um mínimo US\$ 26 bilhões são acumulados anualmente ao nosso colchão de divisas, com destaque aos mais de US\$ 94 bilhões adicionados em 2007. Apesar da exceção de 2008, quando a cotação do dólar subiu abruptamente no chamado *flight to safety* após a quebra do banco Lehman Brothers, a moeda americana vem caindo consistentemente, conforme gráfico abaixo.



Fonte: BACEN

Os dados indicam que o Banco Central e o Ministério da Fazenda estão determinados a não deixar que o dólar caia demasiadamente, ou seja, evitar que o real se desvalorize. No entanto, tal política pode acarretar efeitos perversos sobre a nossa economia doméstica e isso merece alguns comentários.

O Brasil vinha intervindo no mercado cambial, tentando diminuir a intensidade da apreciação de sua moeda. Ao manter tal política, as autoridades monetárias tiveram de imprimir reais e comprar moedas estrangeiras, principalmente dólares americanos.

Isso permitiu que o Brasil aumentasse suas reservas internacionais de 50 bilhões para 300 bilhões de dólares. Entretanto, mesmo com todas essas intervenções no mercado de câmbio, a moeda brasileira apreciou-se drasticamente em relação ao dólar americano e a outras moedas.

Os exportadores brasileiros sofrem com uma sobrevalorização cambial de aproximadamente 40%. Como consequência, as transações em conta-corrente [balança comercial e de serviços] do Brasil despencaram de um superávit em 2007 para um déficit de 47,5 bilhões de dólares em 2010. Ao mesmo tempo, alguns especialistas acreditam que nossa atual expansão econômica é artificial e infelizmente resultado de uma maciça expansão monetária, que está levando a economia brasileira para um gradual processo de desindustrialização.

Parte do déficit em conta-corrente do Brasil pode ser explicada pela baixa demanda de seus parceiros comerciais tradicionais, vítimas da recessão prolongada. Entretanto, além dessas circunstâncias, existe outra consequência grave decorrente do grande



volume de divisas que entram no país, que é a valorização do câmbio que também age como fator estimulante do extraordinário aumento da base monetária.

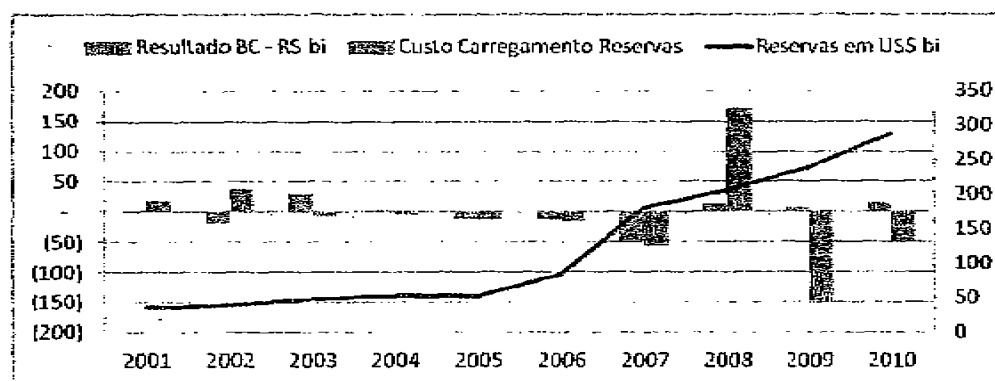
De acordo com alguns analistas, a combinação de ampla liquidez na economia interna, fraca demanda externa de alguns parceiros comerciais tradicionais, e forte apreciação da taxa de câmbio vêm fornecendo as bases para uma extrema expansão das importações, as quais superam vastamente as exportações. Esses analistas observam que, ao contrário de países como a Alemanha, por exemplo, cuja indústria é bastante capaz de se ajustar diante de apreciações cambiais, o Brasil nesse aspecto se assemelha aos países da periferia sul da zona do euro em sua incapacidade de lidar efetivamente com um câmbio sobrevalorizado.

#### IV.4- SOBRE A NOVA FORMA DE COMPUTAR O RESULTADO

De acordo com as Notas Explicativas, a mudança na forma de apurar o resultado do Banco Central tem o intuito de neutralizar o balanço do BC da política cambial, fazendo com que a condução da política monetária e seus resultados contábeis não sejam afetados pela volatilidade do câmbio.

Entretanto, mais do que fornecer maior transparência nas contas do BC, tal medida visa impedir que o patrimônio do BACEN se torne negativo devido aos efeitos de sua política cambial. Ou seja, evita que o BC se torne contabilmente insolvente.

Quando isso acontece, o Tesouro é forçado a cobrir o prejuízo e recompor a carteira do BC via emissão de dívida (segundo legislação vigente). Foi justamente o que ocorreu em 2007, após um prejuízo contábil de R\$ 47,5 bilhões, em grande parte fruto dos R\$ 55,6 bilhões de custo oriundo das reservas cambiais, o Tesouro Nacional teve que aportar mais de R\$ 48 bilhões para cobrir o resultado do BACEN.



Fonte: Bacen (não está considerado o custo de oportunidade nos anos anteriores a 2008. A equalização cambial foi introduzida a partir daquele ano.)

No gráfico acima, vemos o resultado contábil apurado pelo Banco Central, bem como o custo das reservas cambiais e o nível destas no eixo da direita. Com sucessivos prejuízos registrados de 2005 a 2007, nosso BACEN buscou, através do conceito da "equalização cambial", isolar-se dos possíveis impactos negativos de carregar reservas cambiais em seu balanço. A inesperada e súbita valorização do dólar em 2008 trouxe ao Tesouro mais de R\$ 170 bilhões de efeito positivo. Mas bastaram dois anos para todo este "lucro" ser mais do que compensado.

A nova forma de apresentar o resultado, na prática, pouco muda a sequência de ações do Tesouro e do BACEN, diante de resultados negativos. Previamente, se o resultado do BACEN fosse negativo, o Tesouro cobriria via emissão de dívida. Após a introdução da equalização cambial, o resultado do carregamento das reservas internacionais é transferido ao Tesouro antes da apuração do resultado contábil. A grande diferença é que o Banco Central passa a operar contabilmente sem arcar com custo da política cambial. Mas em qualquer uma das formas, o Tesouro deve recompor a carteira do BC para cobrir os prejuízos.

#### **V- RENTABILIDADE DA CARTEIRA DE TÍTULOS DO BACEN**

A rentabilidade da carteira de títulos do BACEN, composta exclusivamente por títulos de emissão da União, foi de R\$ 53,2 bilhões em 2009. O volume da carteira de títulos do BACEN reflete em grande medida a política cambial acima comentada.

## **2. VOTO**

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 2º, III, e da Resolução nº 1/2006 – CN, emitir parecer e deliberar sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

Tal competência também encontra respaldo no art. 112 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (LDO 2009) e nos §§2º e 3º do art. 7º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Assim, com base nessa competência, e levando em conta a análise por nós efetuada, VOTO no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo do relatório sobre a análise das demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil referentes aos quatro trimestres de 2009, e, uma vez que não há providências a tomar, encaminhe ao arquivo.

Sala da Comissão, em 20 de junho de 2011.

  
Senador **CYRO MIRANDA**  
Relator

## CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, na Décima Terceira Reunião Ordinária, realizada em 12 de julho de 2011, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Senador CYRO MIRANDA, pelo **ARQUIVAMENTO** das seguintes matérias: **Aviso nº 5/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao exercício de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 21/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei 11.768, de 14.08.2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 40/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias, referente ao 1º semestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768 de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)" e **Aviso nº 51/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras deste Banco Central referentes ao 3º trimestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei 11.768 de 14.08.2008 (LDO para 2009)".

Compareceram os Senadores Vital do Rêgo, Presidente, Cyro Miranda, Segundo Vice-Presidente, Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Delcídio do Amaral, Eduardo Braga, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Magno Malta, Sérgio Petecão e Walter Pinheiro e os Deputados Rodrigo de Castro, Primeiro Vice-Presidente, Roberto Britto, Terceiro Vice-Presidente, Ademir Camilo, Alexandre Leite, Andre Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Edson Silva, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, Geraldo Resende, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, Hugo Leal, João Carlos Bacelar, João Dado, João Magalhães, José Ailton, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Teixeira, Rogério Marinho, Ronaldo Zülke, Rubens Bueno, Rui Costa, Valmir Assunção, Valtenir Pereira, Vaz de Lima, Vitor Penido, Weliton Prado, Wellington Roberto e Zé Geraldo.

Sala de Reuniões, em 12 de julho de 2011.



Senador VITAL DO RÉGO  
Presidente

Senador CYRO MIRANDA  
Relator





**PARECER Nº 30, DE 2011**

**Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização,** sobre o Aviso nº 12/2010-CN, que *encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao 1º trimestre de 2010;* o Aviso nº 18/2010-CN, que *encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao 2º trimestre de 2010;* o Aviso nº 34/2010-CN, que *encaminha ao Congresso Nacional o Relatório trimestral sobre operações de redesconto e empréstimo realizadas nos termos da Lei 11.882, de 23 de dezembro de 2008;* e o Aviso nº 3/2011-CN, que *encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, referente ao quarto trimestre de 2010.*

Relator Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**

*Relator Substituto Senador Aníbal Diniz*

**1. RELATÓRIO**

O Banco Central do Brasil encaminhou ao Congresso Nacional o Aviso 12/2010-CN (38/BCB-Presi, de 29 de abril de 2010, na origem); o Aviso 18/2010-CN (56/BCB-Presi, de 30 de julho de 2010, na origem); o Aviso 34/2010-CN (93/BCB-Presi, de 28 de outubro de 2010, na origem); e 3/2011-CN (09/BCB-Presi, de 8 de fevereiro de 2011, na origem).

Os avisos cumprem o disposto no § 6º do art. 1º da Lei nº 11.882, de 2008. Segundo o dispositivo, o Banco Central deve enviar ao Congresso Nacional, até o último dia do mês subsequente ao encerramento de cada trimestre, relatórios sobre as operações de redesconto em moeda nacional e a aceitação de garantias em empréstimos em moeda estrangeira, realizadas ao amparo da própria Lei 11.882/08.

O dispositivo mencionado determina ainda que os relatórios contemplem, no mínimo, as seguintes informações: valor total trimestral e acumulado no ano; condições financeiras médias aplicadas; valor acumulado no trimestre e no ano de créditos adimplidos e inadimplidos; e demonstrativo do impacto dessas operações nos resultados do Banco.

Os relatórios enviados pelo Banco revelam que não foi realizada nenhuma operação durante o ano de 2010 com base na Lei 11.882/08, seja na modalidade de empréstimo em moeda estrangeira, seja como redesconto em moeda nacional.

O saldo de créditos a receber em operações de empréstimo em moeda estrangeira era de cerca de US\$ 534,6 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse montante foi integralmente adimplido durante o primeiro semestre de 2010. Durante o primeiro trimestre, houve amortizações de créditos vencidos da ordem de US\$ 175,2 milhões e antecipação de amortizações de outros US\$ 169,1 milhões, o que reduziu o saldo devedor a apenas US\$ 190,2 milhões (ou 35,6% do total do saldo do início do trimestre). O prazo médio das contratações era de 358 dias, e a taxa média ponderada das operações era de 3,11% ao ano.

No segundo trimestre, foram integralmente amortizados os US\$ 190,2 milhões restantes. O total contratado desde o início das operações foi de US\$ 10,9 bilhões. Não houve inadimplência.

Somando os resultados dos dois trimestres, o Banco Central auferiu uma renda de R\$ 4,8 milhões – ou US\$ 2,7 milhões, se consideradas as taxas de câmbio médias dos períodos.

No segundo semestre de 2010, não houve novas operações de redesconto e empréstimo ao amparo da Lei 11.882/08. Como os saldos das operações anteriores já haviam sido pagos, não restaram dados a informar, inclusive acerca do impacto das operações – já inexistentes na carteira do Banco – sobre os seus resultados financeiros.

Por essa razão, a Presidência do Banco limitou-se, no Aviso relativo ao último trimestre de 2010, a reproduzir consulta encaminhada à Procuradoria da Instituição, solicitando orientação quanto à forma de dar cumprimento às exigências do § 6º do art. 1º da Lei 11.882/08.

A resposta, que foi acatada pela Presidência do Banco, está contida na Nota Jurídica PGBC-527/2011, de 28 de janeiro de 2011, e foi encaminhada em anexo ao Aviso.

Em resumo, a Nota conclui que o Banco Central está desobrigado de enviar os relatórios mencionados no art. 1º, § 6º, da Lei 11.882/08, devido ao fato de que, inexistindo novas operações e saldados todos os débitos, não há informações a prestar. Nos termos da Nota:

O texto legal menciona que o BCB deve dirigir ao Congresso Nacional relatório sobre operações *realizadas*, vale dizer, sobre o *efetivo dispêndio de recursos* da autoridade monetária com tais operações. Se nenhuma operação da espécie foi realizada em determinado trimestre e se, adicionalmente, encontram-se integralmente quitados os correspondentes créditos desta autarquia, a norma veiculada pelo § 6º do art. 1º da Lei nº 11.882, de 2008, simplesmente *não incide*. Em outras palavras: nessa hipótese, não existe, para o BCB, dever legal de encaminhamento de relatório ao Congresso Nacional.

A Procuradoria alega ainda que a remessa de relatórios destituídos de informações violaria o princípio da eficiência, pois dedicaria recursos públicos a atividades sem propósito.

Em conclusão, a Nota Jurídica da Procuradoria recomenda à Presidência do Banco que descontinue a remessa dos relatórios previstos na Lei 11.882/08, até que novas operações sejam celebradas.

## 2. ANÁLISE

A Lei 11.882/08 é fruto da conversão da Medida Provisória nº 442, de 2008, cujo art. 1º conferiu ao Banco Central maior flexibilidade na concessão de empréstimos ao setor bancário nacional, tanto em moeda nacional quanto em moeda estrangeira.

O dispositivo autorizou o Conselho Monetário Nacional (CMN) a estabelecer condições especiais de avaliação e aceitação de ativos para operações de redesconto em Reais ou como garantia para empréstimos em moeda estrangeira. Além disso, permitiu ao CMN afastar, em situações especiais e por prazo determinado, restrições à contratação com o Banco Central, por parte de instituições que não dispõem do Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ou da Certidão de Quitação de Tributos Federais ou que estejam inscritos no Cadin ou na Dívida Ativa da União.

O escopo da medida era equipar a autoridade monetária brasileira com instrumentos adequados para dar uma resposta rápida e efetiva aos desafios



da política monetária em momentos de crise. Não por acaso, a medida foi tomada no contexto da crise financeira internacional de 2008. Além disso, o Brasil não foi o único país a fazê-lo. A Exposição de Motivos Interministerial nº 164-A/MF/BCB, que justifica ao Presidente a adoção da Medida Provisória que deu origem à Lei 11.882/08, alude a alterações legislativas da mesma natureza, efetuadas em diversos países.

A natureza das operações autorizadas pela Lei 11.882/08 é típica de momentos de turbulência financeira, em que a ação da autoridade monetária precisa de grande agilidade. Como os impactos da crise internacional já foram superados, é natural que o mecanismo criado não tenha sido empregado nos últimos trimestres.

Assim, é perfeitamente razoável que, inexistentes as informações que justificariam a emissão do relatório exigido pelo § 6º do art. 1º da Lei, seja suspenso o seu envio ao Congresso, enquanto perdurarem inativas as operações de que trata.

Havendo novas operações realizadas ao amparo da Lei 11.882/08, o Banco Central deverá voltar a enviar o relatório. Caso contrário, estará transgredindo o § 6º do art. 1º da Lei 11.882/08.

### 3. VOTO

Diante do exposto, manifesto-me no sentido de que esta Comissão

- I. tome conhecimento dos Avisos nºs 12, 18 e 34, de 2010, e nº 3, de 2011, e delibere pela remessa dos respectivos processos ao arquivo, nos termos do art. 151 da Resolução nº 1, de 1970-CN, c/c o art. 133, III, da Resolução nº 93, de 1970, do Senado Federal;
- II. adote a interpretação constante da Nota Jurídica PGBC-527/2011, da lavra da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e endossada pela Diretoria e pela Presidência daquela Autarquia.

Sala da Comissão, em            de            de 2011.



Senador DELCÍDIO DO AMARAL

Relator

## CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO, na Décima Terceira Reunião Ordinária, realizada em 12 de julho de 2011, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Senador ANIBAL DINIZ relator *ad hoc* (designado relator anteriormente o Senador Delcídio do Amaral), no sentido de que a Comissão adote a interpretação constante da Nota Jurídica PGBC- 527/2011, da lavra da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e endossada pela Diretoria e pela Presidência daquela Autarquia, e pelo **ARQUIVAMENTO** das seguintes matérias: **Aviso nº 12/2010-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao 1º trimestre de 2010”; **Aviso nº 18/2010-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao 2º trimestre de 2010”; **Aviso nº 34/2010-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório trimestral sobre operações de redesconto e empréstimo realizadas nos termos da Lei 11.882, de 23 de dezembro de 2008” e **Aviso nº 3/2011-CN** que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, referente ao quarto trimestre de 2010”.

Compareceram os Senadores Vital do Rêgo, Presidente, Cyro Miranda, Segundo Vice-Presidente, Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Delcídio do Amaral, Eduardo Braga, Francisco Domelles, Inácio Arruda, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Magno Malta, Sérgio Petecão e Walter Pinheiro e os Deputados Rodrigo de Castro, Primeiro Vice-Presidente, Roberto Britto, Terceiro Vice-Presidente, Ademir Camilo, Alexandre Leite, Andre Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Cláudio Cajado, Daniel Almeida, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Edson Silva, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, Geraldo Resende, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, Hugo Leal, João Carlos Bacelar, João Dado, João Magalhães, José Ailton, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Teixeira, Rogério Marinho, Ronaldo Zulke, Rubens Bueno, Rui Costa, Valmir Assunção, Valtênir Pereira, Vaz de Lima, Vitor Perido, Weliton Prado, Wellington Roberto e Zé Geraldo.

Sala de Reuniões, em 12 de julho de 2011.



Senador VITAL DO RÉGO  
Presidente



Senador ANIBAL DINIZ  
Relator *ad hoc*

**DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA GERAL DA MESA****BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Nota-Jurídica PGBC-527/2011  
Proc. 0901453120

Brasília, 28 de janeiro de 2011.

*Ementa: Relatório sobre operações de redesconto e de empréstimo em moeda estrangeira realizadas nos termos da Lei nº 11.882, de 2008, apresentado trimestralmente ao Congresso Nacional. Quarto trimestre de 2010. Minutas de Aviso do Presidente do Banco Central do Brasil e de Ofício do Diretor de Política Monetária.*

Senhor Procurador-Geral,

Recebi, por *e-mail* oriundo do Gabinete do Diretor de Política Monetária, no dia de hoje, cópia do Ofício Diret-2011/052, de 28 de janeiro de 2011, subscrito pelo Diretor de Política Monetária. A correspondência destina-se atender ao disposto no § 6º do art. 1º da Lei nº 11.882, de 2008, segundo o qual deve o Banco Central do Brasil (BCB) apresentar ao Congresso Nacional, até o último dia útil do mês subsequente a cada trimestre civil, relatório sobre as operações realizadas com fundamento na referida lei.

2. O Ofício em apreço baseia-se em informações prestadas pelo Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (Deban), pelo Departamento de Operações das Reservas Internacionais (Depin) e pelo Departamento de Contabilidade e Execução Financeira (Deafi), limitando-se a trazer a informação de que o BCB não realizou operações de redesconto ou de empréstimo em moeda estrangeira no quarto trimestre de 2010, esclarecendo, além disso, que já não havia, no início do período, saldo de operações realizadas anteriormente.

3. Já o Aviso nº 93/BCB-Presi e o Ofício Diret-2010/799, ambos de 28 de outubro de 2010 (fl. 30 a 32), haviam informado ao Congresso Nacional a inexistência de saldo de operações de redesconto ou de empréstimo em moeda estrangeira, na data-base de 31 de setembro de 2010. De fato, passada a crise financeira e quitadas as operações então realizadas, o BCB não mais empregou as referidas modalidades de financiamento a instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

4. Permito-me recordar, neste ponto, a redação do inciso I e do § 6º do art. 1º da Lei nº 11.882, de 2008:

**“Art. 1º O Conselho Monetário Nacional, com o propósito de assegurar níveis adequados de liquidez no sistema financeiro, poderá:**

**I - estabelecer critérios e condições especiais de avaliação e de aceitação de ativos recebidos pelo Banco Central do Brasil em operações de redesconto em moeda nacional ou em garantia de operações de empréstimo em moeda estrangeira; e**

Nota-Jurídica PGBC-527/2011

**§ 6º O Banco Central do Brasil deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até o último dia útil do mês subsequente de cada trimestre, relatório sobre as operações realizadas com base no disposto no inciso I do caput deste artigo, indicando, entre outras informações, o valor total trimestral e o acumulado no ano das operações de redesconto ou empréstimo realizadas, as condições financeiras médias aplicadas nessas operações, o valor total trimestral e acumulado anual de créditos adimplidos e inadimplidos, além de um demonstrativo do impacto dessas operações nos resultados daquele órgão.”**




5. Verifica-se, com facilidade, que o propósito do § 6º do art. 1º da Lei nº 11.882, de 2008, é permitir que o parlamento acompanhe o emprego de recursos públicos direcionados a operações de redesconto em moeda nacional e de empréstimo em moeda estrangeira. O texto legal menciona que o BCB deve dirigir ao Congresso Nacional relatório sobre operações *realizadas*, vale dizer, sobre o *efetivo dispêndio de recursos* da autoridade monetária com tais operações. Se nenhuma operação da espécie foi realizada em determinado trimestre e se, adicionalmente, encontram-se integralmente quitados os correspondentes créditos desta autarquia, a norma veiculada pelo § 6º do art. 1º da Lei nº 11.882, de 2008, simplesmente *não incide*. Em outras palavras: nessa hipótese, não existe, para o BCB, dever legal de encaminhamento de relatório ao Congresso Nacional.

6. Cumpre salientar, em reforço da tese, que a remessa de relatórios trimestrais sem qualquer informação relevante implicaria desprestígio ao princípio constitucional da eficiência, pois acarretaria infrutífero dispêndio de recursos públicos na realização de atividade sem propósito algum. Nesse sentido, favorecendo interpretação do preceito legal em conformidade com a Constituição, proponho que, alternativamente às correspondências sugeridas pela área de política monetária, dirijam-se ao Presidente do Senado Federal as anexas minutas de Aviso e de Ofício, que, a par de notificarem a inexistência de saldo de operações de redesconto e de empréstimo em moeda estrangeira, informam que esta autarquia descontinuará a remessa de relatórios trimestrais, até que novas operações da espécie venham a ser realizadas por esta Autarquia.

Nesses termos, senhor Procurador-Geral, alço o assunto a sua consideração.

PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL  
Chefia do Gabinete do Procurador-Geral



2.191.156-8 Cristiano de Oliveira Lopes Cezar  
Subprocurador-Geral OAB/DF 16.400  
Chefe de Gabinete

#### Nota-Jurídica PGBC-527/2011

Endosso o pronunciamento da lavra do Chefe de Gabinete do Procurador-Geral, cujas conclusões robustecem o interesse na economicidade e eficiência da atuação do Banco Central do Brasil, em estrita consonância com interpretação legal conforme à Constituição.

Dirijam-se esta nota jurídica e as anexas minutas, pela ordem, aos Gabinetes do Diretor de Política Monetária e do Presidente, para o efeito de encaminhamento de correspondência ao Congresso Nacional.

PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL  
Gabinete do Procurador-Geral



4.432.813-2 Isaac Silveira Mendes Ferreira  
OAB/DF 14.533  
Procurador-Geral

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR O TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL, SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS, ROTAS E RESPONSÁVEIS, NO PERÍODO DE 2003 E 2011, COMPREENDIDO NA VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO DE PALERMO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 266, DE 2011. – ATA DA 7ª REUNIÃO.**

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião realizada em 07 de junho de 2011, às treze horas e dezesseis minutos, na Sala nº 15 da ala Alexandre Costa do Senado Federal sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin e com a presença dos Senhores Senadores: Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque. Deixaram de comparecer os Senhores Senadores: Angela Portela, Paulo Davim e Waldemir Moka. Na oportunidade foram aprovados os seguintes requerimentos: 035/11 - Requer a realização de diligências por esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em data a ser definida, nas cidades de Belém-PA, Macapá-AP, Manaus-AM, Fortaleza-CE, Natal-RN, Recife-PE, Salvador-BA, Campo Grande-MS, Goiânia-GO e São Paulo-SP, para investigar fatos pertinentes ao seu objeto ocorridos nas respectivas regiões; 036/11 - Requer sejam designados para acompanhar as diligências a serem realizadas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em data a ser definida nas cidades de Belém-PA, Macapá-AP, Manaus-AM, Fortaleza-CE, Natal-RN, Recife-PE, Salvador-BA, Campo Grande-MS, Goiânia-GO e São Paulo-SP, os seguintes servidores desta Casa: Georgina Tolosa Galvão (Matrícula nº 202712), José Augusto Panisset Santana (Matrícula nº 16023), Márcia Anita Sprandel (Matrícula nº 169721), Susane Guida de Souza Galindo (Matrícula nº 197091), Thiago Ivo Odon (Matrícula nº 55820), Verner de Miranda Pereira (Matrícula nº 244809) e Reinilson Prado dos Santos (matricula nº 228130); 037/11 - Requer seja solicitada ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas a designação de membro do respectivo órgão para depor, no dia 1º de julho de 2011 na cidade de Manaus-AM, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI); 038/11 - Requer seja oficiado o Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Manaus, no Amazonas, para designar membro do respectivo órgão com o fim de depor, no dia 1º de julho de 2011 naquela cidade, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI); 039/11 - Requer seja oficiado o Procurador-Chefe da Procuradoria do Trabalho da 11ª Região, com sede em Manaus, no Amazonas,

para designar membro do respectivo órgão com o fim de depor, no dia 1º de julho de 2011 naquela cidade, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI); 040/11 - Requer seja oficiado o representante do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Amazonas para depor, no dia 1º de julho de 2011 na cidade de Manaus-AM, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI); 041/11 - Requer seja oficiado o Superintendente Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas para designar servidor público integrante da carreira, com o fim de depor, no dia 1º de julho de 2011 na cidade de Manaus-AM, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI); 042/11 - Requer seja solicitada ao Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Amazonas a designação de servidor público integrante da carreira da instituição, com o fim de depor, no dia 1º de julho de 2011 na cidade de Manaus-AM, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI); 043/11 - Requer seja convidada, como palestrante para audiência pública nesta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a Ministra MARIA LUIZA LOPES DA SILVA, Chefe da Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores, com o fim de prestar esclarecimentos sobre as ações da diplomacia brasileira quanto ao tráfico de pessoas; 044/11 - Requer a transferência para esta CPI do sigilo de todas as denúncias anônimas de tráfico de pessoas existentes na base de dados da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, mantida pela SaferNet Brasil e operada em parceria com o Ministério Público, a Polícia Federal e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no âmbito do projeto “Anjos na Rede”.

**A SRª PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da 6ª Reunião da Comissão.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer com se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A presente reunião foi convocada com o único objetivo de analisar e a provar os requerimentos para que a Comissão possa dar continuidade a seus trabalhos.

Requerimento nº 36, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. (Pausa.)

Não, acho que eu pulei.

**REQUERIMENTO Nº 35**

Requer a realização de diligências por esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em data a ser definida, nas cidades de Belém-PA, Macapá-AP, Manaus-AM, Fortaleza-CE, Natal-RN, Recife-PE, Salvador-BA, Campo Grande-MS, Goiânia- GO e São Paulo-SP, para investigar fatos pertinentes ao seu objeto ocorridos nas respectivas regiões.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Em data a ser devidamente agendada.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que concordam queiram permanecer com se encontram. (Pausa.)

Aprovado. (Pausa.)

O de Manaus já está agendando a data para dia 1º de julho. Então, os próximos requerimentos que virão tratarão basicamente da primeira diligência que ocorrerá na cidade de Manaus.

**REQUERIMENTO Nº 36**

Requer sejam designados para acompanhar as diligências a serem realizadas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em data a ser definida nas cidades de Belém-PA, Macapá-AP, Manaus-AM, Fortaleza-CE, Natal-RN, Recife-PE, Salvador-BA, Campo Grande-MS, Goiânia-GO e São Paulo-SP, os seguintes servidores desta Casa: Georgina Tolosa Galvão (Matrícula nº 202712), José Augusto Panisset Santana (Matrícula nº 16023), Márcia Anita Sprandel (Matrícula nº 169721), Susane Guida de Souza Galindo (Matrícula nº 197091), Tiago Ivo Odon (Matrícula nº 55820) e Verner de Miranda Pereira (Matrícula nº 244809).

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

E vamos acrescentar Reinilson Prado, que faltou. É o pessoal que acompanha o andamento da nossa CPMI.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que concordam queiram permanecer com se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**REQUERIMENTO Nº 37**

Requer seja solicitada ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas a designação de membro do respectivo órgão para depor, no dia 1º de julho de 2011 na cidade de Manaus-AM, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que concordam queiram permanecer com se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**REQUERIMENTO Nº 38**

Requer seja oficiado o Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Manaus, no Amazonas, para designar membro do respectivo órgão com o fim de depor, no dia 1º de julho de 2011 naquela cidade, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que concordam queiram permanecer com se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**REQUERIMENTO Nº 39**

Requer seja oficiado o Procurador-Chefe da Procuradoria do Trabalho da 11ª Região, com sede em Manaus, no Amazonas, para designar membro do respectivo órgão com o fim de depor, no dia 1º de julho de 2011 naquela cidade, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que concordam queiram permanecer com se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**REQUERIMENTO Nº 40**

Requer seja oficiado o representante do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Amazonas para depor, no dia 1º de julho de 2011 na cidade de Manaus-AM, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que concordam queiram permanecer com se encontram. (Pausa.)

Aprovado.



**REQUERIMENTO Nº 41**

Requer seja oficiado o Superintendente Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas para designar servidor público integrante da carreira, com o fim de depor, no dia 1º de julho de 2011 na cidade de Manaus-AM, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que concordam queiram permanecer com se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**REQUERIMENTO Nº 42**

Requer seja solicitada ao Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Amazonas a designação de servidor público integrante da carreira da instituição, com o fim de depor, no dia 1º de julho de 2011 na cidade de Manaus-AM, sobre fatos ocorridos na região atinentes ao objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que concordam queiram permanecer com se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**REQUERIMENTO Nº 43**

Requer seja convidada, como palestrante para audiência pública nesta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a Ministra MARIA LUIZA LOPES DA SILVA, Chefe da Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações exteriores, com o fim de prestar esclarecimentos sobre as ações da diplomacia brasileira quanto ao tráfico de pessoas.

Autoria: Senadora Marinor Brito.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que concordam queiram permanecer com se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**REQUERIMENTO Nº 44**

Requer a transferência para esta CPI do sigilo de todas as denúncias anônimas de tráfico de pessoas existentes na base da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, mantidas pela SaferNet Brasil e operada em parceria com o Ministério Público, a Polícia Federal e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no âmbito do Projeto Anjos da Rede.

A presente ordem de transferência há de ser cumprida, sob pena de desobediência pelos representantes legais da associação sem fins lucrativos e econômicos, pessoa jurídica de Direito Privado Interno inscrita no CNPJ nº 07.837.984/0001-09, com sede social na rua Angelo Brito, Salvador, Bahia, criadora e mantenedora da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos.

As informações requeridas deverão ser enviadas por meio impresso e eletrônico e devem incluir a URL da página denunciada, eventuais comentários deixados pelos denunciantes e, se possível, subshots, reproduções de tela, do conteúdo acessível publicamente a partir das URLs denunciadas.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e convidamos para a próxima reunião a realizar-se em dia que será posteriormente comunicado.

Declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada, à Senadora Lídice da Mata, principalmente. Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente.

*(Levanta-se a reunião às 13 horas e 22 minutos.)*

**COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO RQS Nº 547 DE 2011, COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR, NO PRAZO DE CENTO E OITENTA DIAS, IRREGULARIDADES PRATICADAS PELO ECAD NA ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS ORIUNDOS DO DIREITO AUTORAL, ABUSO DA ORDEM ECONÔMICA E PRÁTICA DE CARTEL NO ARBITRAMENTO DE VALORES DE DIREITO AUTORAL E CONEXOS, O MODELO DE GESTÃO COLETIVA CENTRALIZADA DE DIREITOS AUTORAIS DE EXECUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E A NECESSIDADE DE APRIMORAMENTO DA LEI 9.610/98. – ATA DA 1ª REUNIÃO.**

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, de instalação, realizada em 28 de maio de 2011, às dezenove horas e trinta e cinco minutos, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, oportunidade em que foi instalada a Comissão com a presença dos Senadores: Lindbergh Farias (PT-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Ciro Nogueira (PP-PI), Sergio Petecão (PMN-AC), Demóstenes Torres (DEM-GO) e Pedro Taques (PDT-MT).

Deixaram de comparecer os Senadores: Lídice da Mata (PSB-BA), Vital do Rêgo (PMDB-PB) e João Vicente Claudino (PTB-MT). Na Reunião foram eleitos Presidente e Vice-Presidente, Senador Randolfe Ro-

drigues e Senador Ciro Nogueira, respectivamente, sendo designado Relator o Senador Lindbergh Farias.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Havendo número regimental declarado aberta a reunião de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 547, de 2011, destinada a investigar, no prazo de 180 dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

O ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, criado pela Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, é uma sociedade civil que tem a função de arrecadação e distribuição dos direitos autorais. Sua sede se localiza na cidade do Rio de Janeiro, tendo 130 agências autônomas instaladas em todos os Estados da Federação.

O Senador Randolfe Rodrigues, primeiro signatário do requerimento, em sua justificação, afirma que, nas últimas semanas, muitas denúncias têm sido veiculadas pela imprensa acerca de irregularidades que ocorrem no ECAD.

A edição do jornal Folha.com de ontem, 3 de maio, expõe que as suspeitas de irregularidades no ECAD ganharam nova força, nas duas últimas semanas, depois das denúncias trazidas à tona pela mídia. Casos como o de Milton Coitinho dos Santos, de Bagé, e da família Silva, de Belo Horizonte, que receberiam por músicas que não compuseram, têm causado certa perplexidade.

Uma pergunta, porém, parece tão relevante quanto aquela que diz respeito ao destino do dinheiro pago aos compositores-laranja. Por que, de repente, esses casos, todos antigos, tornaram-se públicos? Ex-integrantes do Ministério da Cultura e músicos ouvidos pela Folha em off atribuem as denúncias a uma guerra de informações que tem o objetivo de pressionar os novos integrantes da Pasta e o Congresso Nacional a levar adiante a reforma do direito autoral.

Denúncias envolvendo irregularidades no ECAD não são recentes.

Constam de documentos arquivados na Câmara, que, em novembro de 1995, foram concluídas as investigações pela CPI do ECAD. Foram encaminhadas à Polícia Federal e aos Ministérios Públicos Federal e estaduais cópias do relatório final, onde existem veementes indícios de ilícitos penais, como falsidade ideológica, sonegação fiscal, apropriação indébita, enriquecimento ilícito, formação de quadrilha e de

cartel, abuso do poder econômico, entre outros, como endigitamento de seus autores e farta documentação.

Dezesseis anos depois, as mesmas práticas e irregularidades são denunciadas. A sociedade brasileira ainda não foi totalmente informada das providências tomadas pelas autoridades públicas que receberam cópia do relatório da CPI do ECAD. A situação dos autores e usuários do direito autoral continua praticamente a mesma.

A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.

Para tanto, solicito à Secretaria distribuir as cédulas de votação...

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Primeiro, coloco a palavra para os Senadores se, porventura, puderem ou desejarem indicar os possíveis candidatos à Presidência.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (Bloco/DEM – GO) – É isso, Sr. Presidente. Pelo visto aqui, há um consenso entre os Senadores em indicar como Presidente o Senador Randolfe Rodrigues e, como Vice-Presidente, o Senador Ciro Nogueira.

Então, não havendo qualquer discrepância, se V. Ex<sup>a</sup> assim entender, seria o caso de não fazermos a votação, mas uma aclamação, uma vez que, parece e tudo indica, não há qualquer dissenso.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Portanto, poderemos fazer a votação por aclamação e consenso, conforme a sugestão de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Demóstenes Torres.

Então, não havendo mais outras indicações, coloco em votação a indicação formulada pelo Senador Demóstenes Torres, segundo a qual, indicado para a Presidência o Senador Randolfe Rodrigues e, para a Vice-Presidência, o Senador Ciro Nogueira.

Então, aqueles Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Assim, realizada a votação, convido os Srs. Senadores Randolfe Rodrigues e Ciro Nogueira para assumirem a Presidência e a Vice-Presidência dos trabalhos, declarados eleitos ambos os Senadores.

Congratulações a ambos e muito êxito!

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Eu queria que todas as outras eleições, todas as eleições futuras fossem tão fáceis como esta, sem competição, por aclamação, sem emoção na apuração.

Eu queria agradecer, nominalmente, ao Senador Petecão, ao Senador Pedro Taques, ao Senador Demóstenes, ao Senador Lindbergh, ao Senador Eduardo Suplicy, ao Senador Ciro Nogueira, pela minha desig-

nação e a do Senador Ciro Nogueira, para dirigirmos esta importante Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigará as denúncias que existem em relação às supostas irregularidades praticadas pelo escritório central de arrecadação e distribuição, que administra os recursos oriundos do direito autoral no Brasil.

Como primeiro ato, é necessário, logo, a designação do relator.

Então, designo o Senador Lindbergh Farias para ser Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a quem convidamos e convocamos para vir à mesa, para ser o Relator desta CPI.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – O Senador Lindbergh Farias é, porventura, autor, compositor, cantor?

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Ele vai aprender a cantar, compor algo, não é, Lindbergh?

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – V. Ex<sup>a</sup> tem preferência, porque já o vi cantando aqui, pelo Senado Federal.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Eu achei melhor que eu não fosse Relator, porque sou pai de autores, compositores e de cantores.

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Senador Suplicy, se o senhor se candidatasse, eu iria impugnar por essa razão. O senhor é parte aqui.

Então, eleitos Presidente e Vice-Presidente, eu e o Senador Ciro, como Vice-Presidente, designado o Senador Lindbergh Farias como Relator, vamos, então, iniciar, instalar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, declarados eleitos eu e o Senador Ciro Nogueira, declaro também empossado o Senador Lindbergh Farias.

Ato contínuo, então, passo a palavra ao Senador Lindbergh Farias.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – Estou apresentando um plano de trabalho aos Srs. Senadores e quero dizer que a força deste trabalho nosso é conseguir fazer um trabalho em conjunto. Acho que o peso dos Senadores, Senador Demóstenes Torres, Senador Pedro Taques, Senador Petecão, Senador Eduardo Suplicy, Presidente Randolfe, Senador Ciro, que está como Vice-Presidente desta Comissão... A gente tem aprendido isto aqui, no Senado: quando a gente consegue fazer um trabalho conjunto, as coisas têm resultado. Então, cabe a nós conseguir dar peso a esta Comissão.

Estou apresentando, então, um plano de trabalho aos senhores, e minha proposta é que a gente se reunisse para discutir esse plano de trabalho na próxima quinta-feira, às 14 horas. Será algo a ser discutido, quais as datas de reuniões. A minha percepção é a

de que esse é um dia e um horário mais tranquilo. Às quartas-feiras é sempre muito difícil, sempre; terças-feiras também, pela manhã; às quintas-feiras, pela manhã, também há muitas comissões. Então, minha proposta é que a gente se reunisse na quinta-feira, às 14 horas, para discutir o plano de trabalho e já determinar as nossas próximas audiências.

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Senador Petecão.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco/PMN - AC) – Senador Lindbergh, eu me preocupo com a data da quinta-feira porque, como sabe V. Ex<sup>a</sup>, às quintas-feiras, os Senadores estão se dirigindo aos seus Estados. E entendo que é importante começarmos com quórum qualificado e bastante representativo. Acho que terça-feira depois da Ordem do Dia, duas horas, V. Ex<sup>a</sup> vai ter um quórum melhor.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT - RJ) – Aceito.

Imediatamente aceita. Então, vamos deixar para terça-feira às 14 horas. De acordo?

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Terça-feira, às 14 horas? Perfeito. Senador Eduardo Suplicy, por favor.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT - SP) – Uma pergunta.

Seria interessante que todos nós venhamos a pensar nos possíveis nomes de pessoas para sugerir ao Relator, pessoas que possam dar contribuição ao tema do direito autoral, ao ECAD. Quem sabe o Relator já traga alguns nomes e nós também poderemos fazer sugestões. Isso seria na próxima terça, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Senador Petecão, por favor.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco/PMN - AC) – Pelo que entendi, vamos discutir as estratégias, não?

Como fica essa proposta do Senador Suplicy então?

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT - RJ) – É discutir o plano de trabalho. Os nomes vão vir depois. Claro que facilitaria se, antes de terça-feira, chegarem algumas sugestões e algumas ideias. Vamos ter espaço de rediscutir também na terça-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – A ideia, só para completar, para terça-feira, é a apresentação do plano de trabalho.

E eu já solicito aos membros da CPI que apresentem sugestões, indiquem nomes para possíveis oitivas. A ideia do plano de trabalho é realizarmos oitivas nas regiões do País para ouvirmos autores, músicos, compositores e, juntamente com isso, há o requerimento que deu origem à CPI, em que se apresentaram as denúncias de irregularidades. Então, é óbvio que os



nomes declinados no requerimento serão alguns dos nomes que deverão ser apreciados, deverão constar no plano de trabalho como as primeiras audiências que a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito deverá ter, não é isso, Senador Lindbergh?

Ficam convocados todos os Senadores. Até lá, devem apresentar sugestões para a próxima sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as possíveis irregularidades praticadas pelo escritório central de arrecadação e distribuição. A próxima sessão da CPI será na próxima terça-feira, às 14 horas. Apreciaremos o plano de trabalho e ouviremos o plano de trabalho, as primeiras oitivas a serem realizadas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Agradeço a todos os Senadores que compareceram, dando quórum à instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Agradeço a todos e convoco todos os Srs. Senadores para a próxima terça-feira às 14 horas aqui nesta mesma sala.

Declaro encerrada a reunião. – Senador **Randolfe Rodrigues**, Presidente.

*(Levanta-se a reunião às 19 horas e 50 minutos.)*

**COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO RQS Nº 547 DE 2011, COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR, NO PRAZO DE CENTO E OITENTA DIAS, IRREGULARIDADES PRATICADAS PELO ECAD NA ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS ORIUNDOS DO DIREITO AUTORAL, ABUSO DA ORDEM ECONÔMICA E PRÁTICA DE CARTEL NO ARBITRAMENTO DE VALORES DE DIREITO AUTORAL E CONEXOS, O MODELO DE GESTÃO COLETIVA CENTRALIZADA DE DIREITOS AUTORAIS DE EXECUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E A NECESSIDADE DE APRIMORAMENTO DA LEI 9.610/98. – ATA DA 2ª REUNIÃO.**

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, realizada em 05 de julho de 2011, às catorze horas e quarenta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, oportunidade em que foi aprovado o plano de trabalho da Comissão com a presença dos Senadores: Lindbergh Farias (PT-RJ), Eduardo Suplicy (PTSP), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Ciro Nogueira (PP-PI), Geovani Borges (PMDB-AP) e Pedro Taques (PDT-MT). Deixaram de comparecer os Senadores: Lídice da Mata (PSB-BA), Vital do Rêgo (PMDB-PB) e João Vicente Claudino (PTB-MT), Sergio Petecão (PMN-AC) e Demóstenes Torres. (DEM-GO).

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL - AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 547, de 2011, destinada a investigar, no prazo de 180 dias, supostas irregula-

ridades praticadas pelo ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e crimes conexos, o modelo de gestão coletiva e centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

Antes mesmo da apreciação da reunião anterior, passo a palavra para o relator para a apresentação do plano de trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que, em seguida, deverá ser colocado em deliberação.

Senador Lindbergh Farias.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT - RJ) – Presidente Randolfe, Senador Ciro, Senador Pedro Taques, vou passar para a leitura do cronograma de ações e de alguns requerimentos. Vamos votar os requerimentos na próxima semana, mas já quero compartilhar alguns dos requerimentos que vamos apresentar na próxima semana.

Pelo nosso cronograma, vamos ter esta reunião de hoje de apresentação do plano de trabalho e, na próxima semana, no mesmo horário, vamos fazer a apreciação e a votação dos requerimentos aqui.

Agosto: semana de 1 a 5, realização de audiência para averiguação de denúncias contra ECAD; semana de 8 a 12, realização de audiência para a oitiva de pessoas que supostamente praticaram irregularidades envolvendo o ECAD e também realização de reunião administrativa para apreciação de requerimentos; semana de 15 a 19, realização de audiência para oitiva de associações excluídas da administração do ECAD; semana de 22 a 26, realização de audiência para debater critérios de arrecadação do ECAD; semana de 29 a 31, realização de audiência para debater critérios de distribuição do ECAD.

Setembro: semana 13 a 16, realização de reunião administrativa para apreciação de requerimentos e diligências na cidade de Macapá; semana de 19 a 23, diligência na cidade de São Paulo; semana de 26 a 30, diligência na cidade do Rio de Janeiro.

Outubro: semana de 3 a 7, realização de audiência para oitiva de representantes do ECAD, inclusive sobre irregularidades jurídicas, trabalhistas e financeiras da entidade, e diligência na cidade de Salvador; semana de 10 a 14, realização de audiência pública para oitiva de órgãos, autoridades públicas, representantes da sociedade civil e especialistas em direitos autorais, para debater o modelo de gestão dos direitos autorais no Brasil e o aprimoramento da Lei nº 9.610, de 1998; semana de 17 a 21, realização de audiência pública para oitiva de órgãos, autoridades públicas,

representantes da sociedade civil e especialistas em direitos autorais, para debater o modelo de gestão dos direitos autorais no Brasil e o aprimoramento da Lei nº 9.610, de 1998; semana de 24 a 28, apresentação, discussão e votação do relatório final.

Na verdade, Senador Pedro Taques, eu queria mandar para todos os Srs. Senadores os doze requerimentos que tenho. Até a próxima reunião, eu queria que os senhores também apresentassem requerimentos – podem apresentar na hora também -, para fazermos, em conjunto, aqui, a discussão e a aprovação dos requerimentos na próxima terça-feira.

Vou ler aqui alguns requerimentos.

“Requeiro, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Srª Glória Braga, Superintendente do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito relativamente às denúncias de manipulação das previsões de arrecadação dos órgãos, com fim de ampliar os valores dos bônus devidos aos diretores da entidade”.

Não vou ler a justificativa, mas vou entregá-la a cada um dos Srs. Senadores.

Segundo requerimento. “Requeiro, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Sr. Milton Coitinho dos Santos, de sua procuradora, a Srª Bárbara de Melo Moreira, e da Srª Marisa Gandelman, Diretora Executiva da União Brasileira de Compositores, para prestarem depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito relativamente às denúncias de recebimento de valores relacionados a direitos autorais pertencentes a outras pessoas.”

Tem a justificação também.

“Requeiro, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Sr. Samuel Fahel, ex-gerente jurídico do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, relativamente às denúncias de apropriação pelo Escritório Central de valores relativos a verbas de sucumbência que deveriam ter sido repassadas ao corpo jurídico da entidade.”

Por fim, o último requerimento, “Requeiro, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Sr. Vinícius Carvalho, Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, relativamente ao processo administrativo por meio do qual a Secretaria de Direito Econômico recomendou a condenação do ECAD e das seis associações representativas dos titulares de direitos autorais que o compõem por práticas

prejudiciais à concorrência. A SDE entendeu que as associações fixam deliberadamente – foi na semana passada – valores unificados a serem cobrados por direitos autorais relativos à execução pública das obras musicais, líteromusicais e fonogramas e que existe a imposição de critérios abusivos e indiscriminados para o ingresso de novas associações no sistema de gestão coletiva instituído pela Lei nº 9.610, de 1998. “Essa foi uma decisão da Secretaria de Direito Econômico na semana passada.

Adiantei os requerimentos porque, apesar de saber que vamos apresentar e discutir em conjunto na próxima semana, fiz questão de apresentá-los.

Esse é o nosso plano de trabalho, que poderíamos votar hoje, mas estaríamos abertos a mudanças no decorrer do processo. Aqui é uma construção coletiva. Eu acho que, a partir das primeiras audiências, a gente também vai sentindo; se for necessário fazer alterações de rumo, nós faremos as alterações necessárias. Acho que esta Comissão vai começar a ganhar seu espaço quando a gente começar em agosto, com as primeiras audiências, escutando as pessoas, principalmente em cima dos fatos concretos que motivaram a coleta de assinaturas pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Então, nós vamos ter esse trabalho agora neste mês de julho, que é um pouco de organização do nosso trabalho, de votação dos requerimentos na próxima semana, para entrarmos em agosto com esta Comissão funcionando a mil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Relator, nosso relator da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as atividades do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição.

Coloco, para discussão, o plano de trabalho proposto pelo eminente Relator, Senador Lindbergh Farias, e, de imediato, Senador Lindbergh, já receberemos na Presidência os requerimentos propostos por V. Exª, já os enumeraremos e colocaremos para apreciação na próxima reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito e, óbvio até, está aberto o prazo para apresentação de requerimentos a esta CPI, anteriormente à nossa próxima reunião.

Coloco em discussão o plano de trabalho apresentado pelo Senador Lindbergh Farias, Relator desta Comissão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em apreciação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Declaramos aprovado o plano de trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito proposto há pouco pelo Senador Lindbergh Farias.

E já, de imediato, recebemos, primeiro, os requerimentos da CPI, também propostos pelo Senador Relator Lindbergh. Dessa forma, nós já convidamos também os Srs. Senadores, o Sr. Vice-Presidente, Senador Ciro Nogueira, Senador Pedro Taques e os demais Senadores para a próxima reunião da Comissão na próxima terça-feira no mesmo horário, às 14 horas, aqui mesmo, nesta sala.

Já, nesta segunda reunião, iremos apreciar o conjunto dos requerimentos de convocação de oitivas e os primeiros requerimentos propostos aqui pelo Lindbergh Farias e outros requerimentos que possam vir a ser protocolados de hoje até a nossa próxima reunião, que será na próxima terça-feira, às 14 horas, neste mesmo plenário.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – A minha sugestão, Sr. Presidente, é que a gente pudesse mudar para às 14h30. As comissões estão acabando muito tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Precisamos de espaço para almoçar, não é, Relator.

Perfeito.

Alguém diverge do requerimento do nosso Relator? (Pausa.)

Então, acatado. Ficam convocados todos os Senadores para a próxima reunião desta CPI, na próxima terça-feira, às 14h30.

Encerramos a reunião. – Senador **Randolfe Rodrigues**, Presidente.

*(Levanta-se a reunião às 14 horas e 51 minutos.)*

## REQUERIMENTO DE LICENÇA

**Artigos 13 e 43, I do Regimento Interno (sem ônus)**

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
305-M	Maria do Carmo Alves	13	14.06	Atividade Parlamentar
311-M	Reditario Cassol	43, I	14 e 15.07	Licença Saúde

## RETIRADA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

**(Artigo 256 do Regimento Interno)**

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
303-M	Lindbergh Farias	13	14.07	Retirado pelo Requerimento nº 310, de 2011-M.



# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

## (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Bloco-PDT** - João Durval\*  
**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*\*  
**Bloco-PT** - Walter Pinheiro\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*  
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*\*  
**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*\*

### Maranhão

**PTB** - Eptácio Cafeteira\*  
**Bloco-PMDB** - João Alberto Souza\*\*  
**Bloco-PMDB** - Lobão Filho\*\* (S)

### Pará

**Bloco-PSDB** - Mário Couto\*  
**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*\*  
**PSOL** - Marinor Brito\*\*

### Pernambuco

**Bloco-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*  
**PTB** - Armando Monteiro\*\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira\*\*  
**Bloco-PT** - Marta Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Bloco-PR** - Clésio Andrade\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*\*  
**Bloco-PDT** - Zeze Perrella\*\* (S)

### Goiás

**Bloco-PSDB** - Cyro Miranda\* (S)  
**Bloco-DEM** - Demóstenes Torres\*\*  
**Bloco-PSDB** - Lúcia Vânia\*\*

### Mato Grosso

**Bloco-DEM** - Jayme Campos\*  
**Bloco-PR** - Blairo Maggi\*\*  
**Bloco-PDT** - Pedro Taques\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PMDB** - Pedro Simon\*  
**Bloco-PP** - Ana Amélia\*\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*\*

### Ceará

**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*  
**Bloco-PMDB** - Eunício Oliveira\*\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*\*

### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cícero Lucena\*  
**Bloco-PMDB** - Vital do Rêgo\*\*  
**Bloco-PMDB** - Wilson Santiago\*\*

### Espírito Santo

**Bloco-PT** - Ana Rita\* (S)  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*\*  
**Bloco-PMDB** - Ricardo Ferraço\*\*

### Piauí

**PTB** - João Vicente Claudino\*  
**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*\*  
**Bloco-PT** - Wellington Dias\*\*

### Rio Grande do Norte

**Bloco-PMDB** - Garibaldi Alves\* (S)  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*\*  
**Bloco-PV** - Paulo Davim\*\* (S)

### Santa Catarina

**Bloco-PMDB** - Casildo Maldaner\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Luiz Henrique\*\*  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*\*

### Alagoas

**PTB** - Fernando Collor\*  
**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*\*  
**Bloco-PMDB** - Renan Calheiros\*\*

### Sergipe

**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*\*  
**Bloco-PSC** - Eduardo Amorim\*\*

### Mandatos

\*: Período 2007/2015    \*\*: Período 2011/2019

### Amazonas

**Bloco-PR** - Alfredo Nascimento\*  
**Bloco-PMDB** - Eduardo Braga\*\*  
**Bloco-PC DO B** - Vanessa Grazziotin\*\*

### Paraná

**Bloco-PSDB** - Alvaro Dias\*  
**Bloco-PMDB** - Roberto Requião\*\*  
**Bloco-PMDB** - Sérgio Souza\*\* (S)

### Acre

**Bloco-PT** - Anibal Diniz\* (S)  
**Bloco-PT** - Jorge Viana\*\*  
**Bloco-PMN** - Sérgio Petecão\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PR** - Antonio Russo\* (S)  
**Bloco-PT** - Delcídio do Amaral\*\*  
**Bloco-PMDB** - Waldemir Moka\*\*

### Distrito Federal

**PTB** - Gim Argello\* (S)  
**Bloco-PDT** - Cristovam Buarque\*\*  
**Bloco-PSB** - Rodrigo Rollemberg\*\*

### Rondônia

**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*  
**Bloco-PP** - Reditario Cassol\*\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Valdir Raupp\*\*

### Tocantins

**Bloco-DEM** - Kátia Abreu\*  
**Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira\*\* (S)  
**Bloco-PR** - Vicentinho Alves\*\*

### Amapá

**Bloco-PMDB** - José Sarney\*  
**Bloco-PMDB** - Geovani Borges\*\* (S)  
**PSOL** - Randolfe Rodrigues\*\*

### Roraima

**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*  
**Bloco-PT** - Angela Portela\*\*  
**Bloco-PMDB** - Romero Jucá\*\*

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(5)</sup>

**RELATOR:** Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

**Leitura:** 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(2,4,7)</sup>	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(2,6,9)</sup>
Angela Portela (PT-RR) <sup>(2)</sup>	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO <sup>(8)</sup>	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Marinor Brito (PSOL-PA) <sup>(1)</sup>	1.
<b>PTB</b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(3)</sup>	

**Notas:**

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

## 2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 547, de 2011, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, lido em 17.5.2011)

**Número de membros:** 11 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(9)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(9)</sup>

**RELATOR:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(9)</sup>

**Leitura:** 17/05/2011

**Instalação:** 28/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(6)</sup>	1. Pedro Taques (PDT-MT) <sup>(6)</sup>
Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(6)</sup>	2.
Eduardo Suplicy (PT-SP) <sup>(6)</sup>	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(1,2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) <sup>(5)</sup>	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(5)</sup>
Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(5)</sup>	2. Geovani Borges (PMDB-AP) <sup>(5)</sup>
Sérgio Petecão (PMN-AC) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO) <sup>(4)</sup>	1. VAGO <sup>(7,8)</sup>
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(10)</sup>	
<b>PTB</b>	
João Vicente Claudino (PI) <sup>(3)</sup>	1. Gim Argello (DF) <sup>(3)</sup>

### Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
4. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
5. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 6133033514

**Fax:** 6133031176

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

## **COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

### **1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008**

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

**Número de membros: 6**

**PRESIDENTE: VAGO**

**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

**RELATOR: VAGO**

**Leitura:** 05/03/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo prorrogado:** 30/06/2009

**Prazo prorrogado:** 31/08/2009

**Prazo prorrogado:** 22/12/2009

**Prazo prorrogado:** 17/07/2010

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2010

#### **MEMBROS**

##### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )**

Senador José Pimentel (PT) <sup>(1)</sup>

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(1)</sup>

##### **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )**

Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(2)</sup>

##### **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )**

##### **Membro da Comissão Diretora**

**Notas:**

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lóssio

**Telefone(s):** 33033511

**Fax:** 33031176

**E-mail:** antiossio@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

## **2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.**

**Finalidade:** Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os  
Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

**Número de membros: 5**

---

### **MEMBROS**

---

#### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )**

---

Senador Aníbal Diniz (PT) <sup>(2)</sup>

Senador Jorge Viana (PT) <sup>(1)</sup>

---

#### **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )**

---

Senador Sérgio Petecão (PMN) <sup>(3)</sup>

Senador Gilvam Borges (PMDB) <sup>(4,5)</sup>

---

#### **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )**

---

#### **Notas:**

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)

2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)

3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.



### 3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

**Finalidade:** Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(5)</sup>

**RELATOR:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) <sup>(5)</sup>

**Instalação:** 04/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Jorge Viana (PT) <sup>(4)</sup>	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(4,6)</sup>
Senador Delcídio do Amaral (PT) <sup>(4)</sup>	2. Senador Blairo Maggi (PR) <sup>(4)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) <sup>(4)</sup>
Senador Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(4)</sup>	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(3)</sup>	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(3)</sup>
Senador Eduardo Braga (PMDB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) <sup>(3)</sup>
Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(3)</sup>	3. Senador Benedito de Lira (PP) <sup>(7)</sup>
Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(3)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Paulo Bauer (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) <sup>(1)</sup>
	2.
<b>PTB</b>	
Senador Fernando Collor <sup>(2)</sup>	1. Senador Armando Monteiro <sup>(2)</sup>

#### Notas:

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)
2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)
3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)
4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)
5. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
6. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
7. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - REALIZAR VISITA IN  
LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)**

**Finalidade:** Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário  
o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Lindbergh Farias (PT) <sup>(2)</sup>	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) <sup>(3)</sup>
Senador Jorge Viana (PT) <sup>(7)</sup>	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Senador Lobão Filho (PMDB) <sup>(1)</sup>	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) <sup>(6,9)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Cyro Miranda (PSDB) <sup>(8)</sup>	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(4)</sup>

**Notas:**

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

## **5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Finalidade:** Acompanhar e analisar, no prazo de 12 meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, tendo como primeiro  
signatário o Senador Eduardo Braga, aprovado em 25.05.2011)

**Número de membros: 5**

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(5)</sup>

**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT) <sup>(5)</sup>

---

### **MEMBROS**

---

#### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )**

Senador Lindbergh Farias (PT) <sup>(3)</sup>

Senador Pedro Taques (PDT) <sup>(3)</sup>

---

#### **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )**

Senador Eduardo Braga (PMDB) <sup>(1)</sup>

Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(2)</sup>

---

#### **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )**

Senador Jayme Campos (DEM) <sup>(4)</sup>

---

#### **Notas:**

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.

**Secretário(a):** ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

**Telefone(s):** 6133033511

**Fax:** 6133031176

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br



## **6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA**

**Finalidade:** Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, aprovado em 31.05.2011)

**Número de membros: 3**

---

### **MEMBROS**

---

#### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )**

---

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(3)</sup>

---

#### **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )**

---

---

#### **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )**

---

Senador Pedro Taques (PDT) <sup>(1,2)</sup>

---

#### **Notas:**

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).

## REFORMA POLÍTICA - 2011

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

**Número de membros:** 15 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

**Designação:** 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO <sup>(1)</sup>	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

**Notas:**

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

**Secretário(a):** Dirceu Vieira Machado Filho

**Telefone(s):** 61 33034638

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lobão Filho (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. VAGO <sup>(11)</sup>
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) <sup>(10,11)</sup>	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) <sup>(7)</sup>	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) <sup>(9)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) <sup>(4,8)</sup>
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Reditario Cassol (PP) <sup>(12)</sup>	9. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(2)</sup>	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) <sup>(3)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(5)</sup>
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello



## PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

\*\*.. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Reuniões:** terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

### 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(5)</sup>	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(2)</sup>	1. Armando Monteiro (PTB) <sup>(1,3)</sup>

**Notas:**

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br



#### **1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) <sup>(4)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) <sup>(7)</sup>
Paulo Davim (PV) <sup>(2)</sup>	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) <sup>(3,5)</sup>	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO <sup>(8)</sup>	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino <sup>(1,6)</sup>	2. Gim Argello

### Notas:

\*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br



## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(2,4)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(5)</sup>	1. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(3)</sup>

**Notas:**

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## **2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(3)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) <sup>(2)</sup>	2. Wellington Dias (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO <sup>(1)</sup>
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

**Notas:**

1. Vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).

2. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).

3. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## **2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(2)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

**Notas:**

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br



## **2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Dias (PT-PI) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(1)</sup>

**RELATORA:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(4)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Cícero Lucena (PSDB)

### **Notas:**

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
3. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
4. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDÊNCIA/CASDEP)

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) <sup>(10)</sup>
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) <sup>(10)</sup>
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) <sup>(10,11)</sup>
Jorge Viana (PT) <sup>(8)</sup>	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) <sup>(20,22)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) <sup>(9)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) <sup>(12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) <sup>(3,5,17,21)</sup>
Pedro Simon (PMDB) <sup>(2,16)</sup>	2. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(4,17)</sup>
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(13,17)</sup>
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(15,17)</sup>
Renan Calheiros (PMDB) <sup>(21)</sup>	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(23)</sup>
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(14)</sup>
Demóstenes Torres (DEM) <sup>(19)</sup>	4. José Agripino (DEM) <sup>(18)</sup>
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) <sup>(6)</sup>
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti <sup>(7)</sup>
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).



### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### 3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

**Número de membros:** 5 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(2)</sup>

---

#### TITULARES

---

##### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )**

---

Eduardo Suplicy (PT)

---

##### **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )**

---

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) <sup>(1)</sup>

---

##### **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )**

---

Cícero Lucena (PSDB)

---

**Notas:**

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(3,15,17)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(14)</sup>
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) <sup>(12)</sup>	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(10)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) <sup>(7,13)</sup>	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) <sup>(11)</sup>
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(6)</sup>	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO <sup>(16)</sup>	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(5)</sup>
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(4)</sup>
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) <sup>(8)</sup>	5. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(9)</sup>
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. <sup>(1)</sup>
<b>PSOL</b>	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues



**Notas:**

- \*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- \*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- \*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- \*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
  2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
  3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
  4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
  5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
  6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
  7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
  8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
  9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
  10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
  11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
  12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
  13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
  14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
  15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
  16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
  17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**Notas:**

\*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO  
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) <sup>(3)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
VAGO <sup>(12)</sup>	2. Delcídio do Amaral (PT) <sup>(4)</sup>
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(7)</sup>	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Reditario Cassol (PP) <sup>(13)</sup>	6. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) <sup>(8,11)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
<b>PTB</b>	
Paulo Davim (PV) <sup>(1)</sup>	1. João Vicente Claudino <sup>(2)</sup>
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues <sup>(5)</sup>	1. Lindbergh Farias (PT) <sup>(5,6,10)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Reuniões:** terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3303-3935

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Kátia Abreu (DEM)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO <sup>(3)</sup>	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>PTB</b>	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.  
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-3935

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## **5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016**

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO <sup>(1)</sup>
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
<b>PTB</b>	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

### **Notas:**

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-3935

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Ivo Cassol (PP)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>PTB</b>	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

**Notas:**

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

\*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-3935

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.



#### **5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT) <sup>(1)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>PTB</b>	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

**Notas:**

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
  2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
  3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
  4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- \*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrano e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-3935

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) <sup>(3)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(14)</sup>
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO <sup>(15)</sup>
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) <sup>(11)</sup>	7. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) <sup>(8,10)</sup>
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(1,13)</sup>	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO <sup>(13)</sup>
Paulo Davim (PV)	6.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Ataídes Oliveira (PSDB) <sup>(5,9)</sup>	1. VAGO <sup>(6)</sup>
VAGO <sup>(7)</sup>	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti <sup>(2)</sup>	1.
Gim Argello <sup>(12)</sup>	2.
<b>PSOL</b>	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues <sup>(4)</sup>

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).
5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO (1)	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.

**Notas:**

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

\*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



## 6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cyro Miranda (PSDB)

### Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

\*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Dias (PT-PI) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)
<b>Notas:</b>	

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

\*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

### 6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 02/06/2011

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(5)</sup>	3. Lindbergh Farias (PT) <sup>(4)</sup>
VAGO <sup>(6)</sup>	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) <sup>(3)</sup>	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
<b>PTB</b>	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(1)</sup>
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1.

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Reuniões:** quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br



## 7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007\*\*, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(1)</sup>

### Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

\*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

\*\* Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

### **7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)

**Notas:**

\*. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

#### 7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

**Número de membros:** 8 titulares e 8 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(4)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(5)</sup>	4. VAGO <sup>(3,6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(2)</sup>	1. Cyro Miranda (PSDB) <sup>(1)</sup>
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

**Notas:**

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. Nº 029/2011-CRE/PRES).
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) <sup>(3,4)</sup>
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Reditario Cassol (PP) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(2,5)</sup>	3. Mário Couto (PSDB) <sup>(5)</sup>
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
<b>PTB</b>	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
<b>PSOL</b>	
	1.

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Reuniões:** quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

## **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Wellington Dias (PT) <sup>(2)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. VAGO <sup>(8)</sup>
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) <sup>(3)</sup>
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) <sup>(9)</sup>
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Ataídes Oliveira (PSDB) <sup>(6)</sup>	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO <sup>(7)</sup>
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) <sup>(5)</sup>
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
<b>PSOL</b>	
	1.

### Notas:

\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** quartas-feiras, às 14h -

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

## 9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Dias (PT-PI) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

### Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

## 9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Lúcia Vânia (PSDB)

**Notas:**

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

## 9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.



#### **9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>

**Designação:** 14/06/2011

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

\*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) <sup>(8,11)</sup>	2. Eduardo Suplicy (PT)
VAGO <sup>(12)</sup>	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(5)</sup>	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Reditario Cassol (PP) <sup>(13)</sup>	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(4)</sup>	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. VAGO <sup>(3,10)</sup>
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(6)</sup>
<b>PTB</b>	
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(1,9)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti <sup>(7)</sup>
<b>PSOL</b>	
	1.

### Notas:

\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** quintas-feiras, às 12h -  
**Telefone(s):** 3303-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

## **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Telefone(s):** 3303-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

## **10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Telefone(s):** 3303-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) <sup>(4)</sup>	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) <sup>(3,5)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) <sup>(7)</sup>
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Fernando Collor
<b>PSOL</b>	
VAGO <sup>(6)</sup>	1. Marinor Brito

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** quartas-feiras, às 8h45 -

**Telefone(s):** 3303-1120

**Fax:** 3303-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

## **11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3303-1120

**Fax:** 3303-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO  
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 26/04/2011

**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(1)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB</b>	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
<b>PT</b>	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
<b>PSDB</b>	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>PTB</b>	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
<b>DEM</b>	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PR</b>	
Vicentinho Alves (TO)	1.
<b>PP</b>	
Ciro Nogueira (PI)	1.
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (RO)	1.
<b>PSB</b>	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**Notas:**

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)*

**Número de membros:** 5 titulares

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

**Atualização:** 26/04/2011

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br



#### **4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

**OUVIDOR-GERAL:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**1ª Designação:** 26/04/2011

---

**Atualização:** 26/04/2011

#### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.gov.br

## 5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(8)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 03/12/2001

**2ª Designação:** 26/02/2003

**3ª Designação:** 03/04/2007

**4ª Designação:** 12/02/2009

**5ª Designação:** 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) <sup>(1,7)</sup>
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) <sup>(5)</sup>
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(6)</sup>
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) <sup>(2)</sup>
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(3)</sup>
PSOL
Marinor Brito (PA) <sup>(4)</sup>
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
<b>PPS</b>
<b>PMN</b>
Sérgio Petecão (AC)
<b>PV</b>
Paulo Davim (RN)

**Atualização:** 09/06/2011

**Notas:**

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(13)</sup>

**1ª Designação:** 23/03/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Waldemir Moka (MS) <sup>(5)</sup>
<b>PT</b>
Jorge Viana (AC) <sup>(7)</sup>
<b>PSDB</b>
Cyro Miranda (GO) <sup>(10)</sup>
<b>PTB</b>
Armando Monteiro (PE) <sup>(9)</sup>
<b>DEM</b>
José Agripino (RN) <sup>(8)</sup>
<b>PR</b>
Clésio Andrade (MG) <sup>(11)</sup>
<b>PP</b>
Reditario Cassol (RO) <sup>(15)</sup>
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
Rodrigo Rollemberg (DF) <sup>(12)</sup>
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE) <sup>(4)</sup>
<b>PSOL</b>
Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(14)</sup>
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ) <sup>(1)</sup>
<b>PSC</b>
Eduardo Amorim (SE) <sup>(3)</sup>
<b>PPS</b>



<b>PMN</b>
Sérgio Petecão (AC) <sup>(2)</sup>
<b>PV</b>
Paulo Davim (RN) <sup>(6)</sup>

**Atualização:** 14/07/2011

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, em substituição ao Senador Ivo Cassol, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) <sup>(14)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN) <sup>(15)</sup>

**1ª Designação:** 30/11/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
Pedro Simon (RS) <sup>(6)</sup>
<b>PT</b>
Ana Rita (ES) <sup>(8)</sup>
<b>PSDB</b>
Cícero Lucena (PB) <sup>(11)</sup>
<b>PTB</b>
João Vicente Claudino (PI) <sup>(10)</sup>
<b>DEM</b>
Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(9)</sup>
<b>PR</b>
Blairo Maggi (MT) <sup>(12)</sup>
<b>PP</b>
Ana Amélia (RS) <sup>(7)</sup>
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
Rodrigo Rollemberg (DF) <sup>(13)</sup>
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE) <sup>(4)</sup>
<b>PSOL</b>
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ) <sup>(1)</sup>
<b>PSC</b>
Eduardo Amorim (SE) <sup>(5)</sup>
<b>PPS</b>

<b>PMN</b>
Sérgio Petecão (AC) <sup>(2)</sup>
<b>PV</b>
Paulo Davim (RN) <sup>(3)</sup>

**Atualização: 25/05/2011**

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of. nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(14)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 14/03/2011

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Casildo Maldaner (SC) <sup>(7)</sup>
<b>PT</b>
Jorge Viana (AC) <sup>(9)</sup>
<b>PSDB</b>
Cyro Miranda (GO) <sup>(11)</sup>
<b>PTB</b>
Gim Argello (DF) <sup>(10)</sup>
<b>DEM</b>
Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(8)</sup>
<b>PR</b>
Clésio Andrade (MG) <sup>(12)</sup>
<b>PP</b>
Ciro Nogueira (PI) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>
Cristovam Buarque (DF) <sup>(15)</sup>
<b>PSB</b>
Lídice da Mata (BA) <sup>(13)</sup>
<b>PC DO B</b>
Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(3)</sup>
<b>PSOL</b>
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ) <sup>(1)</sup>
<b>PSC</b>
Eduardo Amorim (SE) <sup>(4)</sup>
<b>PPS</b>
<b>PMN</b>

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



---

Sérgio Petecão (AC) <sup>(6)</sup>

**PV**

Paulo Davim (RN) <sup>(2)</sup>

---

**Atualização:** 05/05/2011

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Senador José Sarney (PMDB/AP)

**Chanceler:** Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Marco Maia (PT/RS)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> José Sarney (PMDB/AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<b><u>1ª VICE-PRESIDENTE</u></b> Marta Suplicy (PT/SP)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> João Ribeiro (PR/TO)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Inocência Oliveira (PR/PE)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Júlio Delgado (PSB/MG)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Ciro Nogueira (PP/PI)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Paulo Teixeira (PT/SP)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Mário Couto (PSDB/PA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> João Paulo Cunha (PT/SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: [scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN)

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

**Número de membros:** 13 titulares e respectivos suplentes

### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

#### Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: [scn@senado.gov.br](mailto:scn@senado.gov.br)

Informações: (61) 3303-4050

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389/1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258  
**E-mail:** scop@senado.gov.br  
**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo  
**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN)



## **REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

Resolução nº 1/2011-CN

### **COMPOSIÇÃO<sup>1</sup>**

**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

#### **Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
<b>PMDB</b>	
Iris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	
Reinaldo Azambuja	
Sergio Guerra	
<b>PP</b>	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
<b>DEM</b>	
Júlio Campos	
Mandetta	
<b>PR</b>	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
<b>PSB</b>	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
<b>PDT</b>	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
<b>Bloco PV / PPS</b>	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
<b>PTB</b>	
Sérgio Moraes	Paes Landim
<b>PSC</b>	
Nelson Padovani	Takayama
<b>PCdoB</b>	
Manuela D'ávila	Assis Melo
<b>PRB</b>	
George Hilton	Vitor Paulo
<b>PMN</b>	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
<b>PTdoB</b>	
Luis Tibé	

### **Senadores**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)</b>	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 13.07.2011)

1- Designados pelo Ato nº 1 do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 13 de julho de 2011.

## MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

**Secretário:** Antônio Ferreira Costa Filho

**Telefones:** (61) 3216-6871 / 3216-6878

**Fax:** (61) 3216-6880

**E-mail:** cpmc@camara.gov.br

**Local:** Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

**Endereço na Internet:** [www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms)

## COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) <sup>1</sup>  
**Vice-Presidente:** Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Paulo Teixeira (PT/SP) <sup>2</sup>	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Renan Calheiros (PMDB/AL) <sup>3</sup>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Mário Couto (PSDB/PA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

#### Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

#### Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN)





Edição de hoje: 344 páginas

OS: 2011/13667